



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 054 – TERÇA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO E DA MINORIA - 22 (PT -13, PSB - 3, PTB - 3, PL 3)</p> <p>LÍDER - PT Ideli Salvatti - PT</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino - PT Ana Júlia Carepa - PT Flávio Arns - PT</p> <p>LÍDER - PL - 3 Magno Malta - PL</p> <p>Vice-Líder Aelton Freitas</p> <p>LÍDER - PSB - 3 João Capiberibe - PSB</p> <p>Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Junior</p> <p>LÍDER - PTB - 3 Duciomar Costa - PTB</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB - 23</p> <p>LÍDER Renan Calheiros - PMDB</p>	<p>Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL 17, PSDB - 11</p> <p>LÍDER Efraim Moraes - PFL</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati - PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolfo Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER - PFL José Agripino - PFL</p> <p>Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Borges João Ribeiro</p> <p>LÍDER - PSDB Arthur Virgílio - PSDB-AM</p>	<p>Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p> <p>LIDERANÇA DO PDT - 5 LÍDER Jefferson Péres - PDT</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2</p> <p>LÍDER Mozarildo Cavalcanti - PPS</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvati – PT Romero Jucá - PMDB</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 34ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 12 DE ABRIL DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 40, de 2004 (nº 152/2004, na origem), de 5 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Oto Agripino Maia*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 09854

Nº 41, de 2004 (nº 150/2004, na origem), de 1º do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 146, de 2003, sancionado e transformado na Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004..... 09876

Nº 42, de 2004 (nº 154/2004, na origem), de 5 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2004, que extingue o Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação – CFGE, altera dispositivos da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 143, de 2003, sancionado e transformado na Lei nº 10.856, de 5 de abril de 2004..... 09876

1.2.2 – Ofício do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Nº 164/2004, de 5 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 136, de 2004, do Senador Arthur Virgílio. 09876

1.2.3 – Aviso do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Nº 184/2004, de 2 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 157, de 2004, do Senador Arthur Virgílio. 09876

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 10, de 2004 (nº 84/2004, na origem), de 5 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o relatório da execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, relativo ao período de novembro de 2003 a janeiro de 2004, incluindo quadros demonstrativos dos lançamentos da República no mercado global. Cópia anexada à Mensagem nº 61, de 2003. À Comissão de Assuntos Econômicos..... 09876

Término do prazo, na última quarta-feira, sem oferecimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2003 (nº 3.987/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre o ensino da língua espanhola. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente..... 09876

Término do prazo, na última quarta-feira, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 636, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que obriga a comprovação de sanidade mental como requisito para a colação de grau em cursos de graduação e de formação profissional em área de saúde. Rejeitada em apreciação terminativa pela Comissão de Educação, a matéria vai ao Arquivo..... 09876

Encaminhamento da Medida Provisória nº 180, de 2004, em 7 de abril de 2004, e publicada no dia 8 do mesmo mês e ano, que abre, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito extraordinário no valor de R\$ 1.400.000.000,00 (hum bilhão e quatrocentos milhões de reais), para os fins que especifica, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término do prazo para recebimento de emendas. Estabelecimento de calendário para a sua tramitação. 09876

1.2.5 – Leitura de projeto do Congresso Nacional

Projeto de Lei nº 2, de 2004-CN, que altera a redação dos itens II e III do Anexo VII da Lei nº 10837, de 16 de janeiro de 2004. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 09877

1.2.6 – Ofícios

Nº 268/2004, de 6 de março último, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 171, de 2004. 09878

Nº 433/2004, de 5 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 178, de 2004. 09878

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Comentários sobre matérias publicadas na imprensa a respeito de reservas de “cotas para afrobrasileiros” nas universidades públicas. A importância da aprovação da PEC paralela. Defesa da instituição de um salário mínimo, no valor de cem dólares. 09878

SENADOR JOÃO RIBEIRO – Homenagem ao transcurso do cinquentenário do Colégio D.Orione, em Tocantinópolis-TO. 09886

SENADOR PAPALÉO PAES – Defesa da aprovação da PEC paralela. Justificativas ao Projeto de Lei nº 71/2004, de sua autoria, que altera o artigo 6º da Lei nº 7444, de 20 de dezembro de 1985, determinando a inclusão de fotografia no título eleitoral e a realização de recadastramento dos atuais eleitores, em todo o território nacional. 09886

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Solicitação dos integrantes da bancada federal do Tocantins ao Ministro da Agricultura, Sr. Roberto Rodrigues, para que faça gestões junto à missão da Comunidade Européia que inspecionará áreas de produção de carne bovina brasileira destinada à exportação, a fim de que inclua o Tocantins dentro os estados a serem visitados. 09889

SENADOR VALDIR RAUPP – Comentários ao pronunciamento do Sr. Eduardo Siqueira Campos. Considerações sobre a erradicação do analfabetismo, analisando o mapa do analfabetismo no Brasil e das desigualdades regionais. 09890

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Apelo pela aprovação da PEC paralela. Defesa da aplicação dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) na recuperação das rodovias federais. Comentários ao pronunciamento do Sr. Valdir Raupp, em defesa de reforma da educação no Brasil. 09893

SENADOR OSMAR DIAS – Críticas ao governo federal pelo fechamento de cursos de universidades públicas. 09894

SENADORA FÁTIMA CLEIDE, como Líder – Relato dos conflitos entre garimpeiros e índios cinta-larga, na reserva indígena Roosevelt, em Rondônia, no último sábado. Solidariedade ao Senador João Capiberibe e Deputada Janete Capiberibe, ameaçados de perda de mandato. 09897

SENADOR NEY SUASSUNA, como Líder – Reivindicação de recursos da Contribuição de

Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para recuperação da malha rodoviária federal brasileira. 09899

SENADOR SIBÁ MACHADO – Considerações sobre desmatamento na Amazônia, áreas indígenas e zonas de fronteira. 09900

SENADOR TIÃO VIANA – Solidariedade ao Senador João Capiberibe. Registro da ida do Presidente Lula ao Estado do Acre. 09903

1.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 415, de 2004, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando que o Projeto de Resolução nº 9, de 2004, que dispõe sobre as atribuições da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, seja encaminhado à Comissão de Educação, para que esta se pronuncie sobre o assunto. 09905

Nº 416, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona. 09906

Nº 417, de 2004, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando voto de aplauso ao Sr. Eir Ribeiro eleito Personalidade na Categoria Rio pelo Prêmio Faz Diferença. 09906

Nº 418, de 2004, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Laércio Wilson Barbalho, Diretor Superintendente do jornal **Diário do Pará**, ocorrido hoje, em Belém. 09906

Nº 419, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona. 09907

Nº 420, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica as informações que menciona. 09907

Nº 421, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Fernando Almeida. 09908

Nº 422, de 2004, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando voto de aplauso ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, agraciado como Personalidade do País 2003 pelo Prêmio Faz Diferença. 09908

Nº 423, de 2004, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando voto de aplauso ao Ministro de Estado da Fazenda, Antônio Palocci, eleito personalidade na categoria Economia pelo Prêmio Faz Diferença. 09908

Nº 424, de 2004, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando voto de aplauso à Sra. Zilda Arns, eleita Personalidade do Ano 2003 pelo Prêmio Faz Diferença. 09908

Nº 425, de 2004, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando voto de aplauso, em memória, à família do Sr. Sérgio Vieira de Mello, indicado como Personalidade do Mundo 2003 pelo Prêmio Faz Diferença. 09909

Nº 426, de 2004, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando voto de aplauso à atleta brasileira, Daiane dos Santos, eleita Personalidade do Ano na categoria Esportes pelo Prêmio Faz Diferença.	09909	publicado no jornal Valor Econômico , de 9 de março último.	09933
Nº 427, de 2004, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando voto de aplauso ao Sr. Aloísio Teixeira eleito Personalidade na categoria Megazine pelo Prêmio Faz Diferença.....	09909	SENADOR ALVARO DIAS – Transcrição, nos Anais do Senado, de matérias publicadas na imprensa nacional sobre o episódio Waldomiro Diniz.	09935
Nº 428, de 2004, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando a realização de sessão especial no dia 19 de abril, destinada a comemorar o Dia do Índio.....	09909	1.2.11 – Comunicação da Presidência Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.	09946
1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação) SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários sobre entrevista do ministro Aldo Rebelo ao jornal O Globo , de hoje. Defesa da gestão Fernando Henrique. Críticas ao governo federal pela política de impedimento de instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito.	09910	1.3 – ENCERRAMENTO 2 – EMENDAS Nºs 1 a 9, apresentadas ao Projeto de Lei nº 1, de 2004-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), para os fins que especifica.....	09947
SENADOR ALVARO DIAS , como Líder – Premência na tramitação do projeto que trata da biossegurança e dos organismos geneticamente modificados.	09916	Nºs 1 a 30, apresentadas à Medida Provisória nº 179, de 2004, que altera os arts. 8º e 16º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências.	09958
SENADOR ROBERTO SATURNINO , como Líder – Considerações ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio.....	09917	3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL Ata Circunstanciada da 2ª Reunião, realizada em 8 de março de 2004.....	09994
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES , como Líder – Questionamentos sobre o fato de o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama interferir em obras que são consideradas fundamentais para o desenvolvimento do país.....	09920	4 – ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO Nº 38, de 2004 (Ato de Designação).	10026
SENADOR MÃO SANTA – Análise crítica à equipe econômica do governo Lula.....	09923	5 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 59, de 2004.	10026
SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Ape-lo ao Ministro do Trabalho para verificar os excessos praticados pelos fiscais daquele ministério na fiscalização da fruticultura do Estado do Rio Grande do Norte.....	09925	6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL Apostila referente à aposentadoria do Sr. José de Fátima dos Reis.....	10026
1.2.10 – Discursos encaminhados à publicação SENADORA LÚCIA VÂNIA – Paralisação do Programa “Primeiro Emprego”, ressaltando a necessidade de sua reavaliação.....	09928	Nºs 657 a 668, de 2004.	10027
SENADOR JOÃO TENÓRIO – Transcrição, nos Anais do Senado, da matéria intitulada “Poder reconstruído”, publicado no jornal Correio Brasileiro , de 18 de março último.	09929	SENADO FEDERAL 7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA 8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES 9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR 10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR 11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR 12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ CONGRESSO NACIONAL 13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL 14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira) 16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
SENADOR LEONEL PAVAN – Comentário ao artigo “PF prende ex-presidente da Câmara de São Paulo”, publicado no jornal Folha de S.Paulo , de 20 de março último.	09931		
SENADOR SÉRGIO GUERRA – Comentário do artigo “A imprensa e outros fantasmas do PT”,			

Ata da 34ª Sessão Não Deliberativa, em 12 de abril de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Eduardo Siqueira Campos, Mão Santa,
Luiz Otávio e Juvêncio da Fonseca*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 40, DE 2004 (Nº 152/04, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 53, do anexo I ao Decreto nº 4.759, de 21 de junho de 2003, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Oto Agripino Maia, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia.

Os méritos do Embaixador Oto Agripino Maia, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de abril de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 74 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G – MRE /APES

Brasília, 24 de março de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 53, do anexo I ao Decreto nº 4.759, de 21 de junho de 2003, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Embaixador Oto Agripino Maia, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia.

Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **Curriculum-vitae** do Embaixador Oto Agripino Maia, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros

Respeitosamente, – **Celso Nunes Amorim.**

I N F O R M A Ç Ã O

C U R R I C U L U M V I T A E

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE OTO AGRIPINO MAIA

CPF.: 075.053.534-20

ID.: 1822-MRE

Nascido em Mossoró, Rio Grande do Norte, em 6 de abril de 1943. Filho de Tarcisio de Vasconcelos Maia e Joseresa Tavares Maia.

1965-66. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco.

1966. Curso de Prática Diplomática e Consular do Instituto Rio Branco.

1982. Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Tese: “A Reaproximação com os Países Socialistas da Europa Oriental no período 1945-1962: Expectativas e Resistências Brasileiras Refletidas na Ação Diplomática”.

3/3/1967. Terceiro Secretário.

1/5/1967. Divisão de Produtos de Base. Assistente do Chefe.

1/1/1968. Secretaria Geral Adjunta para Assuntos Econômicos. Assistente do Secretário Geral Adjunto.

1968/69. Representante Alterno do Itamaraty no Instituto do Açúcar e do Alcool.

1970. Removido para a Embaixada em Londres.

5/3/1970. Promovido a Segundo Secretário por Merecimento.

12/4/1973. Removido para a Missão Junto às Comunidades Européias em Bruxelas.

25/5/1976. Promovido a Primeiro Secretário por Merecimento.

28/7/1976. Departamento da Europa do MRE. Assistente do Chefe.

1978. Divisão da Europa II. Sub-Chefe.

1978/79. Representante Alterno do Itamaraty na SUDENE.

2/3/1979. Promovido a Conselheiro por Merecimento.

1983. Divisão da Ásia e Oceania II. Chefe.

29/6/1984. Promovido a Ministro de Segunda Classe por Merecimento.

1984. Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores. Coordenador.

1985/1990. Cônsul-Geral em Londres.

1990. Assessor para Assuntos Internacionais da Presidência da República.

18/6/1991. Promovido a Ministro de Primeira Classe.

1991/92. Subsecretário-Geral da Presidência da República.

1993/1995. Subsecretário-Geral do Serviço Exterior do MRE.

No período 1967/92 participou de reuniões internacionais sobre o comércio do açúcar, da borracha, do trigo e do estanho em Genebra, São Paulo, Londres, Tóquio; das negociações do Acordo Comercial Brasil/CEE, e do Acordo Brasil/CEE sobre o Comércio de Têxteis; de missões empresariais a diversos países da Europa Oriental, de comissões mistas com a União Soviética, Polônia e Iugoslávia; dirigiu os pavilhões brasileiros em feiras internacionais em Moscou, Poznam, Brno, Leipzig, Zagreb; participou como conferencista em seminários em Moscou, Berlim e Buenos Aires; pronunciou conferências na Escola Superior de Guerra e nas Escolas de Comando e Estado Maior das três armas; acompanhou o Presidente da República em visitas oficiais a Tóquio, Nova York (ONU), Madri e Santa Cruz de la Sierra, e o Ministro de Estado em visitas oficiais a Moscou e Lima.

1996/2001. Embaixador em Pretória.

2001/04. Embaixador Junto à Santa Sé.

Publicações em revistas:

“A Libra Esterlina e o Sistema Monetário Internacional”. Revista Brasileira de Política Internacional, 1972.

“El Proceso de Integración en Europa Occidental”, Revista de Integración Latino-Americana, n. 20, 1978.

Condecorações:

Ordem do Infante Dom Henrique, Oficial, Portugal, 1977.

Légion d'Honneur, Oficial, França, 1978.

Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial, Brasil, 1985.

Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz, 1990.

Ordem do Mérito Italiano, Grã-Cruz, 1990.

Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Brasil, Grã-Cruz, 1990.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grã-Cruz, 1991.

Ordem de Pio IX, Vaticano, Grã-Cruz, 2004.



EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

SUÉCIA

Dados básicos

Nome oficial: Reino da Suécia

Idioma: Sueco (minorias de idioma finlandês e sami)

Capital: Estocolmo

Data nacional: 6 de junho (Dia da Bandeira Nacional)

Sistema de governo: Monarquia constitucional (regime parlamentarista)

Religião: Luterana (83% da população). Há 200.000 muçulmanos na Suécia e 155.000 católicos.

Área: 449.964 km²

População: 8.960.000 hab. (julho de 2003). Cerca de 20% da população é de origem estrangeira (inclusive países nórdicos) e 10% nasceu no exterior.

Principais centros urbanos: Estocolmo ("grande Estocolmo" 1.800.000 hab.), Gotemburgo (800.000 hab.) e Malmö (500.000 hab.)

Densidade demográfica: cerca de 20 hab/km², o que torna a Suécia um dos países de menor densidade demográfica da Europa

Expectativa média de vida: 77 anos/homens e 82 anos/mulheres

Taxa de natalidade: 1,64 ou 10,2/1000 hab.

Taxa de mortalidade infantil: 3,4/1000 nascidos vivos

Principais indicadores econômicos

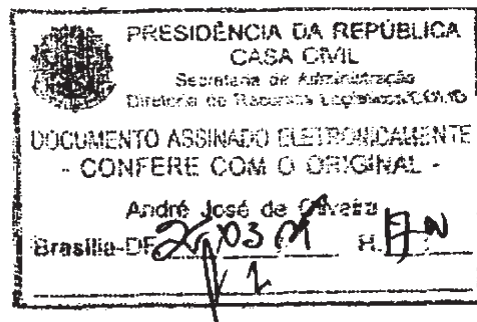
Taxa de ocupação da mão-de-obra: 78,8% (2002)

Taxa da população com acesso à Internet: 61,7% (2002)

Porcentagem do PNB aplicado em pesquisa científica e tecnológica: 3.9% (2002)

Sistema de governo

Monarquia constitucional com regime parlamentarista. O monarca não tem poder político – seu papel é representativo e simbólico (simboliza a Nação). O poder é exercido pelo Parlamento (Riksdag) e pelo Primeiro Ministro (Statsminister), líder do partido majoritário, e Gabinete (Regering) por ele designado. Os membros do Gabinete são em geral membros



do Parlamento, mas políticos sem assento no Riksdag ou especialistas independentes sem filiação partidária também podem ser designados para o Gabinete. Os Ministérios (Departamentet) são pequenos e em contam com poucos funcionários, a maioria politicamente independente, embora alguns altos funcionários tenham conexões partidárias. Os Ministérios lidam principalmente com a formulação de leis e regulamentos e com a distribuição orçamentária. Cabe às Agências Administrativas (Ambetsverk) a implementação das decisões do Governo. Em trabalho conjunto com o Ministério das Relações Exteriores cada Ministério lida com as questões internacionais afetas a sua área de atribuições.

O Parlamento é unicameral, com 349 representantes eleitos por voto direto (mandato de 4 anos), pelo sistema de representação proporcional. Um partido precisa deter no mínimo 4% dos votos nas eleições gerais para qualificar-se para eleger representantes no Parlamento. Consoante a política de promoção da igualdade de gêneros, a proporção de representantes mulheres na atual legislatura é de 45%. A cada 4 anos são realizadas eleições gerais (a última foi em 15 de setembro de 2002). A presidência do Riksdag é exercida pelo Presidente (Talman) e três Vice-Presidentes.

O Parlamento pode, por maioria absoluta, passar voto de não-confiança em todo o Gabinete ou em ministros individualmente. A Constituição permite a realização de plebiscito para consulta da vontade popular ou para emenda da Lei fundamental.

Principais autoridades

Chefe de Estado: Rei Carlos XVI Gustavo (desde 19 de setembro de 1973)

Chefe de Governo: Primeiro Ministro Göran Persson (desde março de 1996)

Ministros:

Pär Nuder

Ministro da Coordenação Política

Thomas Bodström

Ministro da Justiça

Mona Sahlin

Ministra da Democracia e Assuntos de Integração

Leila Freivalds

Ministra das Relações Exteriores

Barbro Holmberg

Ministra da Migração e Política para Refugiados

Carin Jämtin

Ministra da Cooperação para o Desenvolvimento

Leni Björklund

Ministra da Defesa

Lars Engqvist

Ministro da Saúde e Assuntos Sociais

Berit Andnor

Ministra da Infância e Família

Morgan Johansson

Ministro da Saúde Pública e Serviços Sociais

Bosse Ringholm

Ministro das Finanças

Gunnar Lund

Ministro de Assuntos Econômicos Internacionais e Mercados Financeiros

Lars Erik Lövdén

Ministro do Governo Local e Habitação

Thomas Östros

Ministro da Educação e Ciência

Lena Hallengren

Ministra da Educação Pré-escolar, Assuntos da Juventude e Educação para Adultos

Ann-Christin Nykvist

Ministra da Agricultura, Alimentação e Pesca

Marita Ulvskog

Ministra da Cultura

Lenna Sommestad

Ministra do Meio Ambiente

Leif Pagrotsky

Ministro da Indústria e Comércio

Ulrica Messing**Política interna e Partidos**

Os partidos têm perfil ideológico bem definido e um dos principais traços da política interna é a disputa pelo poder entre socialistas e não-socialistas. A divisão Esquerda-Direita perdeu parte de seu significado no contexto pós guerra-fria, mas em linhas gerais os partidos da Esquerda e Social Democrata, este último sempre apoiado pelo movimento sindicalista (Confederação Geral dos Trabalhadores Suecos/LO, predominantemente operária), enfatizam as políticas distributivas, a preservação do modelo nórdico do “welfare state” com sua pesada carga tributária, e a não-participação em alianças militares (leia-se na OTAN). Os não-socialistas advogam o modelo liberal da economia de mercado, a redução dos impostos e do papel do Estado, e o progressivo engajamento na OTAN. Quanto à política para a Europa, os não-socialistas querem o aprofundamento da inserção na União Européia e, à exceção do partido de Centro, apoiaram a adesão à União Monetária Européia (EMU), ao passo que a Esquerda e os Verdes nutrem desconfiança pela UE e são contrários à UME. O partido Social Democrata é majoritariamente pró-europeu, mas muitos de seus membros nutrem desconfiança quanto à integração com a Europa, temerosos de que ela possa solapar o tradicional sistema de “welfare”. A agremiação ficou dividida quanto à conveniência do ingresso na UME.

A despeito das diferenças ideológicas, a tradição sueca do consenso leva os partidos a cooperarem em diversas áreas – não há, por exemplo, divergências fundamentais entre os Social Democratas e os não-socialistas em matéria de disciplina fiscal, combate à inflação e medidas de incentivo ao emprego no setor privado. Observa-se, ademais, tendência de movimento para o centro do espectro político na maioria dos grandes partidos políticos. Na Social-Democracia a “guinada à direita” traduziu-se no enxugamento do setor público, contenção dos gastos sociais, privatizações, e em medidas que tendem a flexibilizar o mercado de trabalho. A cúpula do partido Social Democrata está hoje sob liderança “direitista” que advoga mudanças no programa e na retórica partidária.

Atualmente 7 partidos têm assento no Parlamento: Social Democrata (S), com 144 cadeiras; Moderado (M - conservador), com 55 cadeiras; Liberal (FP), com 48 cadeiras; Democrata Cristão (KD), com 33 cadeiras; Esquerda (V), com 30 cadeiras; Centro (C), com 22 cadeiras; e Verde (MP), com 17 cadeiras. O partido Social Democrata tem dominado o cenário político sueco por quase um século. Governou continuamente de 1932 a 1976. Entre 1976 e 1982 sucederam-se governos não-socialistas. Em 1982 a Social Democracia retomou o poder, mas perdeu as eleições gerais de 1991, quando os Moderados formaram governo minoritário com os partidos Liberal, Centro e Democrata Cristão. Nas eleições de 1994 os Social Democratas formaram novo governo (minoritário). Em 1998 o partido Social Democrata conseguiu manter-se no poder, mas com um dos piores resultados de sua história (36,4% dos votos), constituindo governo minoritário com o apoio da Esquerda e dos Verdes. Nas últimas eleições, realizadas em 15 de setembro de 2002, os Sociais Democratas foram vencedores com 39,8% dos votos.

As eleições gerais de 2002 resultaram em pequena variação no total dos votos obtidos pela Esquerda e pela Direita, mas revelou significativa migração entre os partidos do mesmo bloco. Entre os socialistas, os ganhos dos Social Democratas foram obtidos às custas do partido de Esquerda, cuja representação no Parlamento diminuiu no mesmo número de 13 novas cadeiras conquistadas pelos Social Democratas. Entre os conservadores, o grande vencedor foi o partido Liberal que triplicou os resultados obtidos em 1998 e passou a ser a terceira maior força eleitoral do país. O partido Moderado foi o maior perdedor, embora tenha mantido sua condição de maior partido de oposição. Os Social Democratas continuam a governar com o apoio parlamentar da Esquerda e dos Verdes. Assim como na última legislatura, a “coalizão” tem problemas de estabilidade e é de difícil administração devido às divergências de propósitos dos integrantes, às tendências por vezes radicais do partido Verde e à ambição da Esquerda de aumentar sua participação nas decisões políticas. A cooperação entre os três partidos sofre ainda tensão pelo não cumprimento de promessas de campanha por parte do governo, em razão de restrições orçamentárias. A manutenção do pacto de cooperação dependerá sobretudo do bom desempenho da economia, que dará ao governo meios de sustentar a política de benefícios sociais, enquanto ao mesmo tempo mantém baixas a inflação e a taxa de desemprego. Na eventualidade de perda do apoio dos partidos de Esquerda e Verde, espera-se que o Primeiro-Ministro esforce-se para evitar a dissolução do Parlamento. Sua estratégia provavelmente incluiria algum tipo de negociação com os partidos de centro-direita ou a obtenção de apoio ad hoc de diferentes partidos, de acordo com as políticas a serem implementadas.

Relações Igreja-Estado

Em 1544 a Suécia foi proclamada Reino Luterano e a Igreja Sueca esteve ligada ao Estado até a revisão legal iniciada em 1995 pelo Parlamento; em 2000 completou-se a separação da Igreja e do Estado.

Política externa da Suécia

Por 180 anos, em uma Europa dividida por disputas entre grandes países e por diferentes alianças ideológicas, a Suécia buscou segurança mediante uma política de neutralidade e não participação em alianças. O fim de Guerra Fria na década de 90 permitiu ao país reavaliar esta tradicional posição. Mudança crucial foi a decisão de aderir à União Européia, confirmada por referendo em 1994. Hoje, os três eixos principais de atuação da política externa da Suécia são a dimensão setentrional, i.e., o relacionamento com os vizinhos nórdicos, a Rússia e os países bálticos; a dimensão européia, que tem como foco a integração com a EU; e a dimensão global, cuja base é a ONU, e onde é projetada a visão idealista da diplomacia sueca. O país contribui com cerca de 0,7% do seu PNB para programas de cooperação e desenvolvimento internacional.

Traço característico da política externa da Suécia é a tensão entre o idealismo e amplitude das ambições e o foco real de seu interesse e limites de sua capacidade de atuação. País que se reconhece detentor de pouco excedente de poder (“small country” na auto-definição sueca) e cujo interesse imediato - por ser antes de tudo um “global trader” - é a garantia do mais amplo acesso de seus produtos aos mercados mundiais, a Suécia abraça causas de humanismo universal, acredita ter vocação natural (alicerçada na sua tradicional

neutralidade) para a mediação de conflitos internacionais e é pródiga no lançamento de iniciativas e planos de ação para questões globais, como a prevenção de conflitos, a proteção do meio ambiente e dos direitos humanos. A título de exemplo, será realizada, em janeiro de 2004, conferência internacional sobre a prevenção do genocídio, última do ciclo de conferências que teve início em 1999 com o Fórum Mundial sobre o Holocausto. A Suécia tem sofrido, no entanto, um rebaixamento de seu perfil como ator político internacional. Na nova configuração do poder mundial a neutralidade e o não alinhamento perderam conteúdo e o país não conseguiu ainda encontrar novo papel que esteja à altura de suas ambições.

Com a adesão à UE a singularidade da diplomacia sueca foi em parte substituída pela agenda comum europeia. O interesse pela América Latina – com exceção do Brasil, Chile e México – vem decrescendo (a Suécia fechou suas Embaixadas em Lima e Caracas) e a política externa sueca para a região é hoje pautada em grande parte pela política externa da UE para a América Latina. Assim, por exemplo, o interesse mútuo Suécia-América Latina na liberalização do comércio de produtos agrícolas é inibido por outras decisões da UE. Na definição do Primeiro Ministro Göran Persson (discurso na Cimeira América Latina-Caribe-União Europeia, 28.06.99) os elementos essenciais da “parceria estratégica” bi-regional concentram-se na liberalização do comércio e no fortalecimento da democracia e proteção dos direitos humanos.

Com relação aos países em desenvolvimento, foi atribuída prioridade à intensificação da cooperação com o Brasil, África do Sul e Índia.

No relacionamento com os EUA, a moldura inter-regional UE-EUA - Nova Agenda Transatlântica (NTA) e plano de ação Parceria Econômica Transatlântica (TEP) – e as preocupações comuns europeias (política ambiental, relações com a Rússia, política de defesa e segurança externa) são indissociáveis da agenda bilateral. O governo Social Democrata considera “central” seu diálogo com Washington, em contraste com posicionamento mais distante nos anos 60 e 70. Göran Persson deu apoio imediato e inequívoco à resposta militar americana aos ataques terroristas de setembro de 2001, mas manifestou-se igualmente contra a intervenção militar no Iraque sem o aval da ONU. As relações bilaterais têm sofrido algum desgaste por conta de divergências ideológicas, principalmente em questões relativas ao multilateralismo, meio ambiente e direitos humanos.

Firme proponente da liberalização do comércio internacional, a Suécia é entusiasta das negociações patrocinadas pela OMC.

A Suécia e sua área de influência

Com o fim da guerra-fria, a importância atribuída pela Suécia à estabilidade na região nórdico-báltica, conjugada à proximidade geográfica, interesse estratégico, laços históricos e culturais, e oportunidades de comércio e investimentos fizeram da região a área de influência efetiva da diplomacia sueca. “A região báltica é uma das que mais crescem no mundo. A Suécia e as empresas suecas desempenham papel central nessa dinâmica” (documento da Chancelaria). O governo sueco criou dois fundos (“Baltic Billion Funds”) para estimular o intercâmbio econômico-comercial e o emprego e fortalecer a posição das empresas suecas na região báltica. Programas de cooperação para o desenvolvimento com a

Europa central e do leste foram iniciados em 1989, que teve continuidade, desde 1999, com o programa “Developing cooperation between neighbouring countries” (Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, Rússia e Ucrânia). O foco principal do programa é ajudar os países bálticos e a Polônia no processo de reformas para integração à UE ampliada. Na visão da Suécia, a incorporação da Europa central e do leste à União Européia e à OTAN é a melhor garantia de estabilidade regional e cria novas perspectivas de segurança e crescimento econômico. A Suécia em particular tem interesse em explorar as potencialidades desse mercado.

Relação Suécia-Rússia e cooperação regional no Báltico e Barents

A Suécia sempre atribuiu alta prioridade às relações com a Rússia, que considera país chave para a estabilidade na Europa. A presidência sueca da EU em 2001 ofereceu amplas oportunidades para o estreitamento de diálogo visando aumentar a cooperação em matéria ambiental, econômica e comercial, incentivar as reformas estruturais na Rússia e a adesão russa à OMC. Na visão sueca, a cooperação depende do “entendimento sobre valores democráticos básicos”, o que a faz equilibrar as críticas à maneira como a Rússia vem conduzindo o conflito na Chechênia, às violações de direitos humanos e ao cerceamento da liberdade de imprensa com a necessidade de reforço do clima de entendimento e confiança mútua.

Parte da cooperação com a Rússia tem como marcos institucionais o Conselho dos Estados Bálticos Marítimos (Council of the Baltic Sea States) e o Conselho Euro-Ártico de Barents (Barents Euro-Arctic Council), ambos derivados da nova configuração pós-guerra fria. O primeiro, criado em 1992, inclui os países bálticos, Suécia, Noruega, Islândia e Comissão Européia, e visa desenvolver a democracia, a confiança entre os Estados membros, o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental. O segundo foi estabelecido em 1993 (com a adoção da Declaração de Kirkenes) e é integrado pelos Ministros das Relações Exteriores dos 5 países nórdicos, a Rússia e um representante da Comissão Européia. O Conselho Euro-Ártico de Barents tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável, a proteção do ambiente (uma das regiões mais sensíveis à mudança climática global), a cooperação em economia e comércio, energia, ciência e tecnologia, turismo, infra-estrutura, ecologia, e educação. Um dos principais interesses da Suécia nas duas organizações é a cooperação (e as perspectivas de lucrativo intercâmbio de know-how e tecnologia) em matéria ambiental e de segurança nuclear (tratamento dos detritos nucleares).

A Suécia e a ONU

A participação na ONU (da qual é membro desde 1946) é uma das prioridades constantes da política externa da Suécia. A linha mestra da atuação sueca na ONU foi formulada em 1960 por Dag Hammarskjöld (ex-SGNU) em discurso à AGNU: o propósito das N.U. não é servir os interesses das grandes potências e sim proteger os países de menor poder relativo através da afirmação da primazia do direito internacional. A Suécia considera a ONU o foro ideal para expressar seus interesses globais e buscar influir sobre os acontecimentos internacionais. O ex-Primeiro Ministro Olof Palme (1927-86) seguiu a inspiração de Dag

Hammar skjöld e definiu os quatro objetivos da Suécia na ONU: 1) promover o desenvolvimento e o respeito pelo direito internacional; 2) proteger e promover os direitos humanos; 3) promover a paz mundial através da solução pacífica de controvérsias, da diplomacia preventiva e das operações de paz; 4) promover o desarmamento, em especial o desarmamento nuclear. A estes acrescentou-se, nos últimos anos, o da proteção do meio-ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

A Suécia deseja reforçar o papel da ONU na ajuda ao desenvolvimento e erradicação da pobreza, mediante maior cooperação entre o sistema das N.U., as instituições de Bretton Woods e o setor privado. Consoante estas prioridades, a Suécia é um dos mais generosos contribuintes às agências humanitárias (ACNUR e UNICEF) e aos programas da ONU de ajuda ao desenvolvimento (com percentual que tem variado de 1% a 0.7% do PNB), bem como um dos maiores contribuintes de pessoal militar e civil para as operações de paz.

Para a Suécia o Conselho de Segurança é o único órgão internacional com mandato para exercer (ou autorizar) o uso da força. Neste contexto, preconiza que a autoridade do CSNU seja plenamente respeitada e que o órgão se torne mais representativo e efetivo. A reforma do CSNU melhor refletiria o mundo atual (discurso do representante sueco na abertura da 58ª Assembléia-Geral -2003). O país é um dos mais ativos advogados da reforma das N.U. (defende a adoção de métodos de trabalho mais democráticos e transparentes, com a restrição do uso do veto) o que, no seu entender, conferiria maior representatividade, eficácia, democratização e transparência aos processos decisórios, aperfeiçoando e fortalecendo tanto a AGNU como o CSNU. A Suécia exerceu três mandatos como membro não-permanente do CSNU: 1957-58, 1975-76 e 1997-98. O último mandato sueco coincidiu com o do Brasil e a ocasião serviu ao estreitamento do diálogo e da cooperação entre os dois países nos assuntos relativos ao CSNU.

Política de Defesa, Neutralidade e Não-Alinhamento

Tradicionalmente a política de segurança sueca traduziu-se pela combinação de não-alinhamento militar em tempo de paz e neutralidade em tempo de guerra. O fim da guerra fria e o processo de integração com Europa tornaram obsoleta esta doutrina, obrigando a reformulação e a redefinição da política de segurança do país. Em fevereiro de 2002 o governo Social Democrata e os três principais partidos de oposição chegaram a acordo no Parlamento para redefinir, de forma mais pragmática, a política de defesa e segurança externa. A Suécia permanece não alinhada (ausência de participação em alianças militares), mas abrandou sua preocupação com a neutralidade e passou a dar mais ênfase à cooperação com outros países. Neste sentido, a nova doutrina estabelece que “ameaças à paz e à nossa segurança podem ser melhor evitadas pela ação concertada e em cooperação com outros países” e considera que, como membro da EU, é a Suécia “parte de uma comunidade baseada na solidariedade, cujo principal propósito é a prevenção de guerra no continente europeu”. A redefinição da doutrina de segurança externa, com a interpretação mais restrita do termo “neutralidade” e a manutenção do não-alinhamento em alianças militares, permitem, segundo o governo, que a Suécia exerça papel estabilizador na área setentrional e báltica, tenha liberdade de ação para exercer liderança em prol do desarmamento e não-proliferação, e goze de confiança como país independente e com vocação mediadora de conflitos.

A Suécia participa da Força Rápida Européia, à qual ofereceu contribuição de homens, armamento, aviões (caças Gripen) e navios. É, no entanto, reticente quanto a propostas de um sistema europeu conjunto de defesa, devido ao receio de evolução que contradiga a não-participação da Suécia em alianças militares e de enfraquecimento da autoridade do CSONU. A Suécia favorece, igualmente, a estreita cooperação no campo da defesa entre a EU e a OTAN, vista como garantia da aliança transatlântica e do engajamento americano na Europa. Desde 1994 a Suécia integra o mecanismo de cooperação com a OTAN “Partnership for Peace” (PFP), que não envolve compromisso de defesa mútua. A Suécia teve a preocupação de evitar que a expansão da Aliança Atlântica – especialmente no que tange à adesão das três repúblicas bálticas - alimentasse a desconfiança da Rússia e preconiza que a PFP contribua “para o desenvolvimento de uma segurança pan-européia”. Antes das eleições de 2002 os partidos Moderado e Liberal advogaram explicitamente a adesão à OTAN, enquanto os demais partidos permaneceram firmemente opostos. A opinião pública é majoritariamente contrária à adesão, de forma que não se espera no médio prazo mudança na política de não participação em alianças militares.

As forças armadas suecas passam processo de reestruturação, tendo abandonando sua prévia preocupação com a prevenção de invasão para adotar o princípio de criação de um sistema de defesa operacionalmente mais flexível. O tamanho das forças militares foi reduzido, enquanto o planejamento concentrou-se no aperfeiçoamento da capacidade e da eficiência.

Desarmamento

A Suécia entende que desarmamento, não-proliferação, e controle de armas estratégicas e convencionais constituem fator essencial à paz e segurança mundial. A Suécia sempre propugnou pela eliminação total das armas nucleares e outras armas de destruição em massa e, juntamente com o Brasil, é um dos participantes da “Nova Agenda para o Desarmamento”, criada pela Declaração “Towards a Nuclear Weapon Free World: the need for a new agenda” (09.06.98) visando dar novo impulso à eliminação dos armamentos nucleares. A Suécia apóia as principais iniciativas internacionais em curso para o desarmamento e sob sua presidência foi adotada a “Declaração UE-Canadá sobre Não-Proliferação, Controle de Armas e Desarmamento” (Estocolmo, 21.06.01), que afirma a disposição comum de implementar o Documento Final da Conferência de Revisão do TNP, cooperar para a entrada em vigor do Tratado para a Proscrição dos Testes Nucleares (Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty), a negociação de tratado para o banimento da produção de material fissil para fins militares (FMCT), a criação de comitês da Conferência do Desarmamento para o desarmamento nuclear e a prevenção da corrida armamentista no espaço, e a negociação de Protocolo para conferir efetividade à Convenção sobre Armas Biológicas (CBW). A Declaração reafirma a preocupação com a proliferação, especialmente de mísseis balísticos, e apóia a promoção de um código de conduta para atividades com mísseis e o fortalecimento do MTC. A Suécia classifica como “vital” o papel das ONU para fazer cumprir os regimes existentes sobre armas de destruição em massa e considera “crucial” a experiência da Comissão de Monitoramento Verificação e Inspeção (discurso do representante sueco na abertura da AGNU, 2003).

A despeito de ser um dos maiores exportadores mundiais de armamentos, a Suécia também apóia iniciativas para controle da produção, venda e circulação de armas convencionais e deseja o fortalecimento da CCW (convenção sobre proibição e restrição de certas armas convencionais). As ONGs pacifistas suecas são influentes junto à opinião pública e no Parlamento e seu protagonismo externo é paralelo ao crescimento do papel das ONGs nas N.U. – o movimento internacional para a proscrição das minas anti-pessoal deve parte de seu sucesso à atuação das ONGs suecas. O “Stockholm International Peace Research Institute- SIPRI” publica um conceituado anuário sobre gastos militares, exportações e importações de armamentos no mundo, para o qual o governo brasileiro tem prestado informações. A “Swedish Peace and Arbitration Association” combate as exportações suecas de armamentos e tem revelado à imprensa negócios secretos que violam os “princípios éticos” que deveriam guiar as exportações de armas pela Suécia.

Direitos Humanos

A Suécia é pioneira na criação de instituição protetora dos direitos e liberdades fundamentais: o “Ombudsmän” (“Justitieombudsmän”) foi criado em 1809 para ouvir e encaminhar as queixas dos cidadãos sobre violações de seus direitos por parte da autoridade pública. O Ombudsmän é eleito pelo Parlamento para mandato de 4 anos e tem total autonomia, podendo investigar, interpelar, iniciar procedimento disciplinar e fazer recomendações ao poder executivo (seu mandato exclui os parlamentares e representantes eleitos pelo povo). A partir de 1971 foram instituídos novos “Ombudsmän” para a proteção de direitos específicos. Os mais sérios problemas da Suécia em direitos humanos são o racismo, xenofobia, discriminação étnica e o ressurgimento de grupos racistas e neonazistas que utilizam a intimidação e a violência contra imigrantes, refugiados, sindicalistas e jornalistas. A Suécia adotou um plano nacional de ação contra a intolerância e em janeiro de 2002 adotou o Plano Nacional de Ação em Direitos Humanos para o período 2002-2004. O plano trata das responsabilidades da Suécia quanto ao tema, estabelece os objetivos de longo prazo do governo e descreve o papel dos diferentes atores nacionais com relação ao trabalho de promoção e proteção dos direitos humanos.

A temática da democracia e direitos humanos é prioritária na agenda sueca e a opinião pública e os partidos políticos acompanham a situação dos direitos humanos no mundo e pressionam o governo a manifestar-se. Na conceituação da social-democracia, o país é a “casa do povo” (“folkhemmet”, 1928), a comunidade participa ativamente da gestão pública e os grupos e associações não-governamentais são interlocutores fundamentais para o governo – as ONGs recebem subvenções oficiais e são parceiros preferenciais na execução de projetos de cooperação internacional.

Segundo o discurso oficial, a promoção da democracia e dos direitos humanos é um dos eixos da política externa sueca. A Suécia está incorporando o conceito de “segurança humana” ao discurso diplomático – na visão sueca a segurança do indivíduo está diretamente ligada à garantia dos direitos políticos, econômicos, sociais, culturais e as violações maciças e sistemáticas dos direitos fundamentais são causas de conflitos que podem colocar em risco a paz e a segurança. Na visão da Chancelaria sueca, os direitos humanos estão se constituindo em um sistema uniforme de valores que deve permear a política externa como um todo e refletir-se nos planos multilateral e bilateral. Uma política

externa favorável aos direitos humanos deve ser simultaneamente preventiva e reativa, i.e., incluir tanto a crítica e a pressão para que cesse uma situação de violação de direitos, quanto o incentivo e a cooperação – o fortalecimento da democracia e do respeito dos direitos humanos é ao mesmo tempo objetivo e condicionante da política sueca de cooperação para o desenvolvimento.

A Suécia e a UE

A Suécia aderiu à União Europeia em 1995, após plebiscito em que a corrente pró-UE venceu por pequena margem de votos. A Suécia exerceu pela primeira vez a Presidência de turno da UE de janeiro a julho de 2001, com resultados considerados positivos tanto pelo governo quanto pela opinião pública. A presidência sueca logrou resultados no plano de trabalho proposto – priorizando a ampliação da UE (“Enlargement”), o pleno emprego (“Employment”) e a proteção do meio ambiente (“Environment”) – e nas questões de particular interesse para o povo sueco – ampliação, transparência no acesso público a documentos oficiais, igualdade de gêneros e meio ambiente. O Primeiro Ministro Göran Persson sublinhou que o êxito da Cúpula de Gotemburgo (15-16 junho 2001) em tornar irreversível e fazer avançar o processo de ampliação da UE constitui a mais importante contribuição da Suécia à consolidação da paz, democracia e prosperidade na Europa. A população continua, no entanto, reticente em relação às vantagens de ser membro da EU. No plebiscito sobre a adesão à União Monetária Europeia (EMU), realizado em setembro de 2003, o campo contrário ao euro foi vitorioso por diferença de mais de 14% (56,1% contra 41,8%), a despeito do sim ter recebido amplo apoio do “establishment” sueco e tratamento simpático dos meios de comunicação. O resultado significou derrota pessoal para Persson, que se empenhou pessoalmente na campanha pela adesão. O Primeiro Ministro continua, no entanto, atribuindo prioridade à integração com a Europa e ao anunciar, em sua declaração de governo na sessão de abertura do Riskdag (16.09.03), que o resultado do referendo seria “naturalmente respeitado”, insistiu que a Suécia “será um membro ainda mais ativo e um parceiro construtivo da cooperação europeia”.

Preocupa à Suécia a tendência de federalização da UE. O país favorece o modelo tradicional da cooperação inter-estatal, que lhe daria mais margem de negociação. Os suecos temem a perda de sua identidade nacional, a redução progressiva da margem de autonomia estatal e a dissolução de sua capacidade de influência em uma Europa federalizada que, segundo pensam, seria crescentemente controlada pelos “grandes países”. A reação do governo à proposta de constituição da UE é basicamente positiva, mas a posição oficial com relação a alguns pontos só será inteiramente definida após manifestação do Parlamento, no final de novembro de 2003. O Riksdag é majoritariamente contrário à proposta de eleição de um Presidente para o Conselho de Ministros, o que poderá levar o governo, já ambivalente quanto à idéia, a rever sua posição ou a exigir mudanças no texto proposto. A Suécia é também crítica quanto à criação do cargo de Ministro das Relações Exteriores, tendo em vista seu papel duplo na Comissão e no Conselho de Ministros, e vê com apreensão as propostas referentes à política externa e de defesa comuns no que diz respeito a eventual perda do direito de veto. A necessidade de reforma da Comissão é encarada com realismo, embora o país se veja obrigado a perder seu direito de ter Comissário com direito a voto.

Conflito no Oriente Médio

O Primeiro Ministro Göran Persson iniciou reaproximação da Suécia com Israel e fez visita oficial àquele país em outubro 1999. Desde a visita de Tage Erlander em 1962 nenhum Chefe de Governo sueco havia ido a Israel e as relações bilaterais nas últimas décadas foram marcadas pela desconfiança mútua. A inflexão imprimida por Göran Persson surpreendeu seu próprio partido e agradou sobretudo a oposição não-socialista, que elogiou a ruptura com a postura habitual e a busca de um enfoque “equilibrado” – a Suécia continuou sendo importante doadora de ajuda externa à Autoridade Palestina e os contatos com Arafat e lideranças palestinas permaneceram no mesmo patamar. A reaproximação com Israel prosseguiu com a amistosa acolhida ao Primeiro Ministro Ehud Barak no Forum Internacional sobre o Holocausto (Estocolmo, janeiro 2000), mas esfriou com a queda do governo Liberal em Israel. A Chancelaria sueca, que se mantinha cautelosa em relação à iniciativa do Primeiro Ministro, voltou a exprimir com firmeza sua condenação da linha confrontacionista da política israelense.

Persson empreendeu tentativas para reeditar o papel mediador exercido pela Suécia em 1988 em relação ao conflito no Oriente Médio, e ofereceu facilidades para a realização de reuniões em Estocolmo entre emissários de Israel e da Autoridade Palestina, mas terminou reconhecendo tacitamente (Cúpula UE-EUA, Gotemburgo 15-16 junho 2001) que as dimensões do problema estão fora do alcance da diplomacia sueca. Visita do Primeiro-Ministro à região (Israel e Palestina) tem sido repetidamente adiada pelo clima de violência da região. Na frequente diferença de tom entre os comentários do Primeiro-Ministro e da Chancelaria sobre o conflito é justificada como “natural”, em vista da diferença de suas funções. A Suécia apóia decisivamente o “Road Map” como via para se chegar à paz na região, mas está ciente de suas limitações.

Relações Brasil-Suécia/Breve histórico

- Primeiro brasileiro ilustre a visitar a Suécia: José Bonifácio (1796-78), que estudou geologia e mineralogia em Uppsala.
- Estabelecimento de relações diplomáticas Brasil-Suécia em 5 de janeiro de 1826.
- D. Pedro II visitou Estocolmo e Uppsala (1876). Foi recebido na Academia Sueca de Letras.
- Em Riddarholm (igreja onde estão sepultados os soberanos suecos) há placas recordatórias dos Imperadores D. Pedro I (cuja segunda esposa, Dona Amélia de Leuchtenberg, era irmã da Rainha Josephine, consorte do Rei Oscar I da Suécia) e D. Pedro II e do Presidente Epitácio Pessoa, ex-Cavaleiros da Ordem do Serafim (mais alta condecoração sueca).
- 1890-91 e 1910-11: chegada ao Brasil de duas levas de imigrantes suecos (cerca de 5 mil)
- 1909: primeira linha de transporte marítimo regular Brasil-Suécia
- A partir do final do sec. XIX (Ericsson foi a pioneira) e sobretudo no período entre-guerras, iniciaram-se os investimentos suecos no Brasil, cujo fluxo intensificou-se e diversificou-se de 1946 em diante, concentrando-se em São Paulo.

- 1984: Visita de Estado do Rei Carlos XVI Gustavo e Rainha Sílvia ao Brasil. Assinatura de Acordo bilateral sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica e criação de Comissão Mista intergovernamental.
- 1985: Chanceler Olavo Setúbal visita a Suécia
- 1986: Chanceler Roberto de Abreu Sodré comparece às exéquias do ex-Primeiro Ministro Olof Palme
- 1987: Chanceler Roberto de Abreu Sodré visita a Suécia e é recebido pelo Rei Carlos XVI Gustavo, pelo Primeiro Ministro Ingvar Carlsson e pelo Chanceler Sten Andersson.
- A partir de 1987 registraram-se diversas visitas de autoridades brasileiras à Suécia (ex: Ministro das Minas e Energia, Ministro da Aeronáutica, Ministro da Infraestrutura) e de autoridades suecas ao Brasil (ex: Ministro da Indústria, Comandante-em-Chefe da Aeronáutica). O Presidente Fernando Collor de Mello visitou Estocolmo em 1991.
- 1995: Visitas do Ministro dos Transportes e do Ministro dos Esportes a Estocolmo
- 1996: Visitas do Ministro da Ciência e Tecnologia e do Ministro da Marinha à Suécia
Visita do Ministro da Indústria e Comércio Björn von Sydow ao Brasil, acompanhado de comitiva de empresários suecos
Visita do Ministro da Marinha Peter Esbjörn Nordbeck ao Brasil
- 1997 (outubro): Visita do Secretário Nacional de Direitos Humanos Dr. José Gregori a Estocolmo
- 1998 (14-21 março): Missão Real Tecnológica ("Royal Technology Mission") chefiada pelo Rei Carlos XVI Gustavo ao Brasil
- 1999 (maio): Visita do Ministro da Defesa Björn von Sydow ao Brasil
- 1999 (dezembro): Visita da Ministra da Justiça Laila Freivalds ao Brasil
- 2000 (janeiro): Visita do SNDH Dr. José Gregori a Estocolmo, chefiando a delegação brasileira ao Fórum Internacional sobre o Holocausto. Encontro bilateral e almoço com a Ministra da Justiça da Suécia.
- 2000 (julho): Visita do Ministro da Defesa Björn von Sydow ao Brasil e assinatura de Memorando de Entendimento Brasil-Suécia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa
- 2000 (agosto-setembro): Visita da Comissão de Finanças do Parlamento da Suécia ao Brasil (Brasília, Rio e São Paulo)
- 2000 (setembro): Visita do Ministro da Defesa Dr. Geraldo Quintão à Suécia
- 2001 (abril): Visita do Ministro da Defesa Björn Von Sydow ao Brasil
- 2002 (21-24 fevereiro): Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Estocolmo para participar de reunião sobre a Governança Progressista.
- 2002 (22-24 junho) Visita do Primeiro Ministro Göran Persson ao Rio de Janeiro para participar das cerimônias de transferência de sede da cúpula do Meio Ambiente para Joanesburgo 2002 (junho)
- Visita do Vice-Presidente Marco Maciel a Estocolmo
- 2002/2003 (28 dezembro-2 janeiro) Visita do Primeiro Ministro Göran Persson à frente da delegação sueca para a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
- 2003 (outubro) Visita da Vice Primeira-Ministra Margareta Winberg ao Brasil

As relações bilaterais são extremamente cordiais, facilitadas por laços criados desde o final do século XIX, pelo dinamismo das empresas suecas estabelecidas no Brasil, e pela circunstância de a Rainha Sílvia ser filha de brasileira e ter grande amizade pelo Brasil. Registre-se a recente frequência dos contatos do mais alto nível, com duas visitas do Primeiro Ministro Göran Persson ao Brasil, a última para as solenidades de posse do Presidente Lula da Silva, e a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Estocolmo, em fevereiro de 2002, para participar da Reunião de Cúpula sobre Governança Progressista, ocasião em que cumpriu extensa programação bilateral. Os atuais contatos entre lideranças suecas e autoridades do governo brasileiro são igualmente profundos e têm raízes, entre outras, na área de atividades partidárias e sindicais. Em sua declaração geral de governo frente ao Parlamento, em setembro de 2003, Goran Persson atribuiu, de forma inédita, importância especial ao nosso relacionamento bilateral. A imagem do Brasil junto ao povo sueco é basicamente positiva e a pequena comunidade brasileira residente na Suécia (estimada em cerca de 5 mil pessoas) está bem integrada. Nossa presença e visibilidade estão, porém, em patamar inferior ao seu potencial. As oportunidades de promoção do turismo, exportações, cooperação científica e tecnológica e divulgação cultural poderiam ser melhor aproveitadas.

A substância do relacionamento Brasil-Suécia é sobretudo de ordem econômico-comercial e o desequilíbrio da balança comercial aponta para a conveniência de traçar-se uma política de exportação dos produtos brasileiros que melhor explore o potencial do mercado sueco. Por outro lado, as possibilidades de intensificação dos investimentos suecos no Brasil são promissoras. A agenda bilateral comporta outros temas de importância, como evidenciado nas consultas políticas de alto nível Brasil-Suécia conduzidas por representantes das duas Chancelarias (Brasília, novembro 1997). No plano político, verifica-se convergência de posições básicas sobre questões da agenda internacional – desarmamento e não-proliferação, meio ambiente, democracia, direitos humanos, combate ao crime organizado – a despeito de diferenças de prioridades, ênfase e concepção de soluções. O diálogo frequente e construtivo entre os dois países em foros multilaterais tem conduzido à participação do Brasil em iniciativas da Suécia, como a “Nova Agenda para o Desarmamento Nuclear” e o Grupo dos 16. Durante o período 1997-98 em que Brasil e Suécia coincidiram como membros não-permanentes do CSONU ocorreram diversos exemplos de concertação de posições a respeito de crises internacionais sob consideração do Conselho.

A cooperação em matéria militar e de defesa tem sido um dos aspectos importantes do intercâmbio Brasil-Suécia, com troca de visitas de alto nível e a assinatura de Memorando de Entendimento sobre Cooperação Militar (São Paulo, em 07.07.2000) e Protocolo Adicional (cooperação aeronáutica). O Brasil compra armamentos suecos (a Marinha brasileira contratou aquisição de torpedos Bofors em 1999) e a Embraer desenvolve projeto conjunto com a Ericsson (radares para aeronaves). Oficiais brasileiros participam de programas de treinamento em operações de paz oferecidos pela Suécia. Tema de especial interesse para a Suécia na área da cooperação militar é a sua participação na concorrência para o fornecimento das aeronaves caça que deverão reequipar a Força Aérea Brasileira. A proposta sueca inclui importante pacote de “offset”, que envolve compensação na área de transferência de tecnologia e oferece grande potencial para a cooperação econômica.

A conjugação das experiências do Brasil e da Suécia em cooperação para o desenvolvimento poderia resultar em projetos triangulares geridos pela ABC (Agência Brasileira de Cooperação) e ASDI/SIDA (Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional), especialmente nos países lusófonos (Angola, Moçambique, Timor Leste).

O marco institucional para a cooperação científica e tecnológica é o Acordo Bilateral de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica (1984) que prevê reuniões de comissão mista. Foram realizadas três reuniões e a quarta, prevista para 1994, foi cancelada. A Suécia privilegia a cooperação direta entre as instituições de pesquisa e o mecanismo das comissões mistas na prática foi substituído por iniciativas próprias de centros de pesquisa, universidades e empresas privadas de ambos países. A STINT (Swedish Foundation for International Cooperation in Research and Higher Education), fundação privada subvencionada pelo governo sueco, é uma das principais financiadoras de projetos de pesquisas conjuntas entre universidades brasileiras e suecas. A ASDI/SIDA oferece anualmente cursos de treinamento (curta duração) em instituições suecas a técnicos brasileiros (sobretudo aos do setor público). A realização de seminário no Brasil, com a cooperação da STINT, seria útil para divulgar junto aos centros brasileiros de pesquisa as oportunidades de intercâmbio com a Suécia, ainda pouco conhecidas.

Em questões de direitos humanos, o diálogo bilateral ganhou impulso com a visita à Suécia do Secretário Nacional de Direitos Humanos (Dr. José Gregori) em 1997, que resultou em “Declaração Conjunta”. Embora a declaração não mencione a possibilidade de cooperação sueca para a implementação de projetos do Programa Nacional de Direitos Humanos – como era a intenção original do SNDH – a Suécia contribuiu com SEK 1 milhão (através da ASDI) para o projeto de treinamento da polícia militar em promoção dos direitos humanos. A Suécia também ofereceu cooperação, nos termos da declaração conjunta, para a troca de experiências em matéria de proteção dos direitos da criança. ONGs suecas trabalham no Brasil na promoção dos direitos da criança, dentre as quais a World Childhood Foundation (www.childhoodfoundation) fundada pela Rainha Sílvia).

Economia

O grande alicerce da economia sueca é sua indústria tecnologicamente avançada e altamente produtiva. Num primeiro plano, destacam-se os setores de engenharia mecânica (máquinas, veículos, equipamentos e ferramentas) e de telecomunicações. Num segundo plano, as indústrias florestal (madeira, de papel/celulose) e química. Despontou na Suécia há relativamente pouco tempo o novo setor da informática, Tecnologia da Informação (IT), de serviços relacionados a negócios via Internet, que já rendeu ao país uma posição dianteira na Europa.

O desempenho da economia sueca, embora ainda superior à média européia, tem se deteriorado desde o segundo semestre de 2002, quando o governo social-democrata do Primeiro Ministro Goran Persson foi reconduzido pela terceira vez ao poder, em meio a

promessas de crescimento econômico e de continuidade do “welfare state” do país. A realidade entretanto não se adequou às promessas de Persson no quadro de uma crise econômica mundial que, agravada pela guerra no Iraque, atingiu os maiores exportadores do país, sobretudo do setor de equipamentos de telecomunicação, tendo obrigado a companhias como a Ericsson e a Electrolux a demitir grande número de funcionários.

Histórico

Pode-se dizer que a economia sueca moderna é resultado de um processo de desenvolvimento tecnológico iniciado no século XVIII com o domínio de conhecimento industrial voltado para a siderurgia e a mecânica. Mas somente no século XX, no período pós-guerra, conseguiu a Suécia concretizar seu potencial econômico e consolidar uma posição proeminente no mundo industrializado. A neutralidade durante a II Grande Guerra permitiu que a indústria e a força de trabalho suecas fossem poupadas. Com seu parque industrial intacto, numa Europa arrasada pela guerra, o país obteve, quase sem investimento algum, uma grande vantagem comparativa. Com uma produção voltada para a exportação, tornou-se altamente competitiva nesse cenário europeu com poucos concorrentes, o que, conjugado à grande demanda de insumos para a reconstrução da Europa, permitiu um rápido crescimento econômico, ao qual atrelou-se o desenvolvimento das grandes indústrias e o desenvolvimento de know-how e da capacidade de produção em grande escala.

Nesse estágio da industrialização do país, as empresas suecas comprovaram que a conquista de mercados no exterior era a melhor alternativa para que pudessem se expandir, ao invés de se limitarem ao relativamente pequeno mercado interno. Essa opção implicou a contínua conquista e ampliação dos mercados externos, estratégia vigente até hoje. Mas não se ampliaram somente as exportações. As empresas multinacionais de origem sueca destacam-se pela exitosa tática de investir também na instalação de unidades de produção em países geograficamente estratégicos, permitindo-se assim a distribuição direta do produto naquele mercado alvo e países adjacentes.

PIB

A indústria de transformação, que inclui os principais setores de tecnologia de ponta, engenharia mecânica e telecomunicações, contribui com 50% do PIB, enquanto a indústria florestal - madeireira para móveis, polpa e papel - é responsável por 20% da economia do país, seguida da indústria química, que teve grande expansão na última década e hoje responde por 12% da produção industrial. Por fim, estão os setores de alimentos, com 8%, e siderurgia, com 6% do PIB.

Parcela importante do PIB da Suécia é constituída de empresas multinacionais de grande porte. Como se percebe, a opção pelo modelo exportador fez muitas empresas suecas dependentes do mercado externo. Essa dependência, por sua vez, fez do empresariado sueco um partidário da globalização e um genuíno defensor do livre comércio.

Segundo dados estatísticos recém-publicados, o Produto Interno Bruto sueco cresceu 1,3% no segundo trimestre de 2003, graças principalmente ao ligeiro aumento das

exportações e ao consumo doméstico. Tal percentual é inferior ao do primeiro trimestre, calculado em 2%, mas demonstra que a economia sueca continuou a se expandir em nível superior aos dos países da União Monetária Européia.

Investimentos em Tecnologia

Outros aspectos de grande relevância no que toca à indústria sueca, principalmente entre as de escala multinacional, são os re-investimentos e a alocação de parte considerável de seus recursos financeiros em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). A indústria sueca está entre as que mais intensamente investem em P&D no mundo. Cabe notar que a maior parte da tecnologia industrial é desenvolvida em laboratórios e centros de pesquisa sediados no país. Os novos produtos desenvolvidos são geralmente testados no próprio mercado sueco e sua produção deslocada para unidades no exterior.

Além da redução nas exportações, a capacidade ociosa de grande parte da economia bem como a incerteza a respeito do desenrolar da situação econômica mundial, reduziram os investimentos da iniciativa privada. O setor empresarial, assim, reduziu os investimentos em 13% no primeiro trimestre de 2003 e 5% no segundo, o que, somado às dificuldades do setor público, contribuiu para a desaceleração do crescimento. A redução do nível de investimentos, pelo oitavo trimestre consecutivo, tem sido apontada como uma das principais causas da fragilidade das atividades econômicas do país.

Exportações

Fatores externos contribuíram para deteriorar uma situação que já era desconfortável, dado que as exportações suecas já vinham se reduzindo desde 2001, apesar da pequena recuperação verificada em 2002. Deve-se, entretanto, estabelecer algumas nuances. Alguns segmentos do setor de exportações demonstraram ligeiro crescimento, como o de maquinaria, o de caminhões e peças de veículos, o de comida, o de roupas, e o de produtos químicos, com um aumento de entradas de aproximadamente 2 bilhões de dólares. Esse desempenho foi contrarrestado pela má atuação de outros segmentos do setor de exportações, particularmente o de elétricos, o de telecomunicações e o de veículos de passageiros. As importações também tiveram um declínio de aproximadamente 1,4 bilhão de dólares em 2002. Aqui também é conveniente relevar algumas nuances: as importações de comida aumentaram, mas houve decréscimo na importação de eletrônicos e equipamentos de telecomunicação, de produtos químicos básicos e de óleo cru. Desse modo, em 2003, o setor de exportações tem mostrado sinais de recuperação em relação a 2002. Essa recuperação, entretanto, foi contrabalançada pelo aumento das importações. Nesse contexto, as exportações para o Japão, para os EUA e para o Reino Unido se reduziram, refletindo a valorização da coroa em relação às moedas desses países. No que se refere aos países da zona euro, as exportações aumentaram, como foi o caso também da Noruega, China, e Polônia. As importações suecas dos EUA, por seu lado, também declinaram, enquanto aquelas provenientes de Noruega, Dinamarca, Polônia, Finlândia, China e Rússia aumentaram.

Empregos

A redução do crescimento econômico sueco desde 2001, aliada à crise mundial, tem tido um impacto cada vez maior no mercado de trabalho. O crescimento do emprego foi

praticamente nulo em 2002, seguindo-se a três anos de crescimento superior a 2% anual. Como a população economicamente ativa continuou a se expandir nesse período, cresceu também o índice de desemprego, que se elevou a 4,7% nos primeiros meses de 2003, comparado com os 4,1% do mesmo período do ano anterior. O setor industrial foi profundamente afetado pela desaceleração dos investimentos e das exportações. O nível de emprego nos setores mineiro, manufatureiro e de utilidades, considerados globalmente, declinou em média 3,8% nos primeiros meses de 2003. Nos setores financeiro e de seguros, a redução foi de 0,9%. Somente nos setores de educação e de construção houve crescimento, de 2,4% e 1,4%, respectivamente.

Moeda e câmbio

A coroa tem se valorizado em relação ao euro e, sobretudo, ao dólar, desde o final de 2001 em função, entre outros, das boas condições relativas da economia sueca (inflação baixa e crescimento superior à média dos países da zona euro). A valorização da coroa em relação ao dólar, nos primeiros meses de 2003, foi de aproximadamente 23% em relação ao mesmo período de 2002. A valorização em relação ao euro, embora mais reduzida, tem sido constante, contrariando inclusive as previsões de que haveria desvalorização da coroa após o “não” dos suecos ao euro. A vitória do “não” retratou a visão negativa da Suécia sobre a situação das principais economias européias, mostrando o lado pragmático da população, que não aceitou os argumentos sobre as vantagens da moeda única quando a economia do país mostra fundamentos sólidos e mantém taxa de crescimento superior à Alemanha e França, países tecnicamente em recessão. O resultado do referendo sobre o euro tem implicações importantes no que se refere à condução da política monetária. Estima-se que o Riksbank (Banco Central) continuará a operar a política monetária da mesma forma que faz hoje, mantendo sua previsão de inflação atual.

Inflação

Os índices de inflação sofreram redução no decorrer de 2002, como resultado do menor crescimento econômico e do fortalecimento da coroa, e se situou em 2% em média ao ano. Nos primeiros meses de 2003, a subida dos preços dos combustíveis e, particularmente, da eletricidade deram margem a temporário aceleração da inflação. Os custos relativos ao setor energético, todavia, logo recuaram, e o índice inflacionário voltou ao patamar anterior. Calcula-se que o índice médio de inflação rondará os 2,3% no período 2003/2004.

Perspectivas e Projeções

Segundo estimativas oficiais, espera-se um crescimento do PIB de 1,4% em 2003 e de 2,0% em 2004. O aumento da remuneração também será modesto, mas as baixas taxas de juros e a estabilidade econômica aumetarão o consumo doméstico. Prevê-se forte crescimento do consumo doméstico e público em 2004. Os investimentos no setor industrial continuarão a crescer, embora modestamente, como também os investimentos estatais, sobretudo no setor de infra-estrutura. Em um prazo mais longo, estima-se que o PIB crescerá a taxas maiores após 2004, sem criar pressões inflacionárias. Dados oficiais prevêm-se outrossim aumento de produtividade e do nível de emprego.

Relações Econômico-Comerciais Brasil-Suécia

Histórico

As relações comerciais entre o Brasil e a Suécia datam de 1808. O primeiro Encarregado de Negócios sueco mudou-se de Lisboa para o Rio de Janeiro naquele ano, pois havia recebido instruções para estabelecer-se junto ao Príncipe Regente, posteriormente elevado à condição de rei com o título de D. João VI, quando este transferiu a Corte de Portugal para o Brasil. Ainda em 1808, inaugurou-se o primeiro escritório comercial da Suécia e, nos anos subseqüentes, foram criados consulados nas principais cidades portuárias brasileiras.

Em 1810, um grupo sueco instalou pequena mineradora no Estado de São Paulo. Apesar do estabelecimento dessa empresa, que exportava minério de ferro para a Suécia, o fluxo comercial ao longo do século XIX foi pouco expressivo entre os dois países, restringindo-se a chá, canela, gengibre e pimenta. Um século depois, em 1908, o estabelecimento de uma linha de navegação direta entre Gotemburgo e portos brasileiros

atraiu os primeiros investimentos suecos para o Brasil: Ericsson, AGA e Electrolux. Após a II Grande Guerra, a presença sueca cresceu de maneira significativa e mais de cem firmas se estabeleceram no país. Hoje, são mais de 170 empresas, desde escritórios de representação a unidades de produção industrial de grande escala, como Volvo, Ericsson, Scania, Eletrolux, ABB, Tetrapak, Facit, SKF, Sweda, Atlas Copco, Swedish Match, Alfa Laval, Stora Enso, SAS, Sandvik, entre outras. As empresas suecas empregam cerca de 30.000 pessoas e movimentam cerca de USD 5, 1 bilhões (dados de 2000).

Investimentos suecos no Brasil

Diz-se que “São Paulo é a segunda maior cidade industrial sueca, depois de Gotemburgo”. Essa referência reflete a grande concentração de empresas suecas em São Paulo, entre a década de 80 e inícios dos anos 90, as quais chegaram a ser responsáveis, naquela cidade, por mais de 45.000 empregos. Hoje o número de empregados reduziu-se com a terciarização de serviços e com a redistribuição de investimentos em outros estados.

Após uma queda geral no volume de fluxo de capital aplicado no Brasil no início da década de 90, as empresas suecas estabelecidas no país voltaram a investir com a consolidação do Plano Real. Em 1997, o fluxo de investimentos ressurgiu, com USD 350 milhões, aumentando para USD 1.390 milhões em 1998, USD 850 milhões em 1999 e USD 490 milhões em 2000. Segundo dados colhidos pela Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, sediada em São Paulo, as empresas suecas no Brasil têm intenção de efetivar investimentos no total de USD 3.1 bilhões no Brasil entre 2002 e 2005.

A título de exemplo, vale mencionar que nos últimos anos houve os seguintes investimentos suecos no Brasil: Volvo (fábrica de motores), Scania (fábrica de cabines), Tess (operadora de telefonia celular), Veracel (fábrica de papel e celulose), SKF (fábrica de rolamentos), Ericsson (fábrica de telefones celulares e construção de um centro de pesquisas e desenvolvimento) e ASSA ABLOY (fábrica de fechaduras de segurança).

Os investimentos suecos se concentram nos seguintes setores: indústria automotiva (36%), indústria metalúrgica (20%), eletro-eletrônica e telecomunicações (14%), indústria química (12%) e indústria mecânica (5%).

- Investimentos - série histórica em milhões

1997: USD 350

1998: USD 1.390

1999: USD 850

2000: USD 490

Relações comerciais

O intercâmbio comercial Brasil-Suécia somou USD 782 milhões em 2002, sendo USD 270 milhões relativos a exportações brasileiras para a Suécia e USD 512 milhões de exportações suecas para o Brasil. A participação das exportações para o mercado sueco no total exportado pelo Brasil em 2002 foi de 0,30%, enquanto as exportações suecas para o Brasil representaram 1,22% do total importado pelo Brasil em 2002.

Exportações brasileiras para a Suécia em 2002

Os 10 maiores grupos de produtos

<u>Capítulo/Produtos</u>	<u>Toneladas</u>	<u>US\$</u>
85-Aparelhos elétricos, stéreo, televisão	1534	51.668.000,00
09-Café	36626	35.302.000,00

84-Máquinas e instrumentos	7628	35.235.000,00
87-Veículos automotores e suas partes	7042	31.816.000,00
23-Ração animal - soja	74322	14.540.000,00
02-Carne - refrigerada e congelada	2763	11.023.000,00
44-Madeira	75137	9.217.000,00
72-Ferro e aço	5971	7.932.000,00
64-Calçado e partes	222	5.361.000,00
24-Tabaco	1363	4.965.000,00
Total das exportações		270 milhões

Importações brasileiras da Suécia em 2002

Os 10 maiores grupos de produtos

<u>Capítulo/Produtos</u>	<u>Toneladas</u>	<u>US\$</u>
84-Máquinas e instrumentos	11560	176.785.000,00
85-Aparelhos elétricos, estéreo, televisão	2699	126.590.000,00
87-Veículos a motor e suas partes	8372	50.395.000,00
90-Equipamentos óticos, foto e equip. cirúrgicos	179	26.146.000,00
30-Produtos farmacêuticos	159	25.117.000,00
72-Ferro e aço	11173	18.575.000,00
39-Produtos de plástico e borracha	5009	11.367.000,00
73-Produtos de ferro e aço	2088	9.347.000,00
82-Ferramentas manuais e talheres	284	7.409.000,00
29-Produtos químicos	5792	6.269.000,00
TOTAL das importações		512 milhões

Balança comercial - Série histórica

Exportações brasileiras em milhões

1997 – USD 246,86
 1998 – USD 238,83
 1999 – USD 280,05
 2000 – USD 271,84
 2001 - US\$ 197,07

Importações brasileiras em milhões

1997 – USD 705,97
 1998 – USD 907,48
 1999 – USD 792,23
 2000 – USD 676,07
 2001 - US\$ 661,08

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 41, de 2004 (nº 150/2004, na origem), de 1º do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 146, de 2003, sancionado e transformado na Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004; e

– Nº 42, de 2004 (nº 154/2004, na origem), de 5 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2004, que extingue o Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação – CFGE, altera dispositivos da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 143, de 2003, sancionado e transformado na Lei nº 10.856, de 5 de abril de 2004.

As Mensagens nºs 41 e 42, de 2004, anexadas, respectivamente, aos processados dos Projetos de Lei de Conversão nºs 9 e 8, de 2004, vão à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

OFÍCIO DO MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

– Nº 164/2004, de 5 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 136, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

– Nº 184/2004, de 2 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 157, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 10, de 2004** (nº 84/2004, na origem), de 5 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 57, de 1995, do Senado Federal, o relatório da execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, relativo ao período de novembro de 2003 a janeiro de 2004, incluindo quadros demonstrativos dos lançamentos da República no mercado global.

Cópia do Aviso foi anexada ao processado da Mensagem nº 61, de 2003.

Os processados vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Encerrou-se na última quarta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2003** (nº 3.987/2000, na Casa de origem), que *dispõe sobre o ensino de Língua Espanhola*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Esgotou-se, na última quarta-feira, o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto da Lei do Senado nº 636, de 1999**, de autoria do nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, que *obriga a comprovação de sanidade mental como requisito para a colação de grau em cursos de graduação e de formação profissional em área de saúde*.

Tendo sido rejeitado em apreciação terminativa pela Comissão de Educação, a matéria vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência comunica ao Plenário que a **Medida Provisória nº 180, de 2004**, que “Abre, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito extraordinário no valor de R\$ 1.400.000.000,00, para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término do prazo para recebimento de emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV Nº 180, DE 2004

Publicação no DO	8-4-2004
Emendas	Até 14-4-2004 (7º dia da publicação)
Prazo final Comissão	8-4 a 21-4-2004 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	21-4-2004
Prazo na CD	de 22-4-2004 a 5-5-2004 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	5-5-2004
Prazo no SF	6-5 a 19-5-2004 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	19-5-2004
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	20-5 a 22-5-2004 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	23-5-2004 (46º dia)
Prazo final no Congresso	6-6-2004 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO.) – Sobre a mesa, projeto de lei do Congresso Nacional que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 2, DE 2004 – CN**Altera a redação dos itens II e III do Anexo VII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os itens II e III do Anexo VII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“II —

4) Poder Executivo

Limite de R\$250.600.000,00 destinados ao provimento de cargos e funções vagos ou criados nas áreas de:

..... “(NR)

“III —

4) Poder Executivo

Limite de R\$903.000.000,00 destinados à reestruturação da remuneração de cargos integrantes dos Planos de Classificação de Cargos do Poder Executivo Federal e planos equiparados e de carreiras das áreas de Agricultura, Auditoria e Fiscalização, Ciência e Tecnologia, Educação, Gestão e Diplomacia, Jurídica, Previdência, Regulação, Segurança

Pública, Seguridade Social, Tecnologia Militar, Trabalho e Defensoria Pública da União.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

MENSAGEM Nº 155

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que “Altera a redação dos itens II e III do Anexo VII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004”.

Brasília, 5 de abril de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

EM nº 48/2004-MP

Brasília, 23 de março de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de alteração dos itens II e III do Anexo VII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004 – Lei Orçamentária de 2004.

2. Essa alteração tem por objetivo adequar o referido Anexo, mediante o acréscimo de R\$253.000.000,00 (duzentos e cinquenta e três milhões de reais) ao limite financeiro destinado à reestruturação de carreiras e a redução de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) daquele destinado aos provimentos de cargos e funções vagos ou criados, no âmbito do Poder Executivo.

3. Além do mais, promoverá a inclusão das áreas jurídica e de segurança pública nas autorizações do item III do mencionado Anexo, a fim de viabilizar futura proposição de reestruturação de remuneração de carreiras.

4. A medida em proposição visa cumprir o disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, que prevê a necessidade de autorização específica para a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração; a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras; bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

5. Cumpre destacar que será posteriormente encaminhada proposta de abertura de crédito suplementar para promover as alterações nas programações específicas da Administração direta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de modo a adequá-las aos novos limites financeiros do referido Anexo VII.

6. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei.

Respeitosamente, – **Guido Mantega**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O **Projeto de Lei nº 02, de 2004-CN** vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O Projeto de Lei nº 2, de 2004–n, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001–CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para a tramitação do projeto:

Até 17-4 – publicação e distribuição de avulsos;

Até 1º-5 – prazo para a realização de audiências públicas;

Até 6-5 – prazo para apresentação do parecer preliminar, perante a Comissão;

Até 9-5 – prazo para a apresentação de emendas ao parecer preliminar;

Até 15-5 – prazo para a votação do parecer preliminar com emendas pela Comissão;

Até 30-5 – prazo para apresentação de emendas perante a Comissão;

Até 4-6 – prazo para a publicação e distribuição de avulsos;

Até 25-6 – prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação dos pareceres setoriais pela Subcomissão;

Até 15-8 – prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação na Comissão do parecer final;

Até 20-8 – prazo para a sistematização do parecer sobre o projeto, e seu encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional;

Até 25-8 – prazo para a sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração do Autógrafo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO.) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 268-L-PFL/2004

Brasília, 6 de março de 2004

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Júlio Cesar para integrar, como membro titular, a Comissão Mista

destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 171, de 4 de março de 2004, que “Antecipa, em caráter excepcional, a transferência de recursos prevista no art. 1º-A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001”, em substituição ao Deputado José Carlos Aleluia.

Atenciosamente, – Deputado **José Carlos Aleluia**, Líder do PFL.

Of. PSDB/Nº 433/2004

Brasília, 5 de abril de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência a Deputada Yeda Crusius, como membro titular, e o Deputado Ronaldo Dimas, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória 178, de 2004, “que autoriza, em caráter excepcional, a antecipação da transferência de recursos prevista no art. 1º-A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nas condições em que especifica”, em substituição aos anteriormente indicados.

Respeitosamente, – Deputado **Custódio Mattos**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO.) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO.) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Exª inscrito em primeiro lugar, nobre Senador João Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, que fala por cessão da nobre Senadora Fátima Cleide.

V. Exª dispõe de até vinte minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, Srªs e Srs. Senadores, como está impresso no **Correio Brasileiro**, hoje é um dia histórico na UnB.

Na capa desse jornal, há uma ficha de inscrição e a indicação de que é a primeira universidade federal que garante quota para negros na universidade; e

mostra uma menina negra dizendo que o seu sonho está tornando-se realidade.

Aproveito este momento para falar da importância dessa iniciativa da UnB e para falar também da Universidade Federal da Bahia que, em 2005, reservará 43% de suas vagas para estudantes afro-brasileiros. Como sabemos, na Bahia, cerca de 85% da população é de afro-descendentes ou afro-brasileiros.

Estive recentemente em um debate sobre políticas de quotas na Escola Paulista de Medicina, na Universidade Federal de São Paulo, e fui informado pelo Professor Hélio Santos de que aquela universidade discute também, com muita responsabilidade e seriedade, a possibilidade de abrir naquele espaço, que é considerado da elite formadora nacional, vagas para afro-descendentes.

Sr. Presidente, tenho assistido também debate no Governo e na sociedade sobre a política de quotas como lei. Tenho muita satisfação em, mais uma vez, anunciar à Casa que trabalho nessa área há algumas décadas e que o estatuto da igualdade racial, de nossa autoria, contempla a política de quotas e está pronto para ser aprovado, se for essa a vontade do Congresso, tanto na Câmara como no Senado.

Lembro neste momento que a lei dos direitos civis, nos Estados Unidos, vai completar, no mês de julho, 40 anos e ninguém tem dúvida sobre a ascensão econômica, social e política dos negros norte-americanos, numa demonstração, Sr. Presidente, de que, apesar das críticas ao sistema norte-americano, sem sombra de dúvida, eles tiveram coragem, pois aprovaram as leis que beneficiaram os afro-descendentes daquele País. E aqui no Brasil percebo que há uma relutância; numa hora se fala que vai haver medidas concretas, em outra dizem que não é bem assim. É preciso que tenhamos coragem, a mesma que tivemos em outros tempos para aprovar leis que consagraram o caminho da busca da igualdade, da liberdade, para, de fato, fazer com que avançássemos no campo social.

Lembro-me, há muito tempo, de um argumento que ouvi de setores da sociedade brasileira de que não se devia aumentar o valor do salário mínimo, porque os pobres não saberiam o que fazer com um salário maior e acabariam gastando, bebendo e se perdendo na vida fácil. Podem ficar tranquilos, porque os trabalhadores brasileiros saberão muito bem, sim, administrar o valor do salário mínimo, até porque está comprovado que eles conseguem sobreviver, apesar do valor insignificante desse salário em nosso País.

Falando nisso, Sr. Presidente, lembrando a importância do Estatuto da Igualdade Racial, gostaria também de lembrar que esta é uma semana decisiva para a questão do salário mínimo. O dia 1º de maio se

aproxima. Entendo que o Governo do Presidente Lula não pode, em seu segundo ano, continuar com um salário mínimo abaixo de US\$100. E diria mais. A situação política, econômica e social é muito positiva. O Governo, de que faço parte, poderia neste momento demonstrar seu compromisso com o social, encaminhando o debate no Congresso Nacional – e o projeto já se encontra na Casa – a fim de que o salário mínimo ultrapasse a barreira dos US\$100. O projeto que apresentei, repito, aprovado na Comissão de Assuntos Sociais e em andamento na Comissão de Assuntos Econômicos, eleva o salário mínimo para cerca de US\$105, aproximadamente R\$312. Seria mais ou menos o percentual de reajuste que o Governo concederá aos servidores que recebem os menores salários.

Espero obter resposta ainda esta semana, já que encaminhei correspondência nesse sentido ao Presidente Lula, ao Ministro José Dirceu, aos Ministros da Fazenda, do Trabalho e do Emprego e da Previdência Social. Queremos discutir o salário mínimo. Estou convencido, Sr. Presidente, de que é possível, sim, chegarmos acima de US\$100, ou seja, acima de R\$300.

Além do salário mínimo, sobre o qual venho falando quase diariamente desde o dia 1º de abril, volto hoje a falar da PEC paralela.

Na semana passada, estive conversando com a Casa Civil e fui informado de que o Líder do Governo na Câmara vai procurar os Senadores para conversar a respeito do acordo aqui firmado sobre a PEC paralela. Continuo dizendo que não acredito que esse acordo estabelecido com a Oposição e a Situação seja rompido. Acho positivo o indicativo de o Líder do Governo, Professor Luizinho, dialogar com os Senadores, para que, na terça-feira à tarde, a Comissão Especial delibere sobre a PEC paralela, aprovando – espero – o que foi acordado e aprovado por unanimidade no Senado: paridade, transição, subteto, aposentadoria para donas-de-casa, vínculo dos desempregados à Previdência e controle social. Esses são os artigos fundamentais.

Alguns Deputados dizem que ali há um espaço que permite manter salário deste ou daquele marajá. Se perceberem isso e nos provarem, que o cortem. Tenho certeza de que não estamos aqui, nenhum Senador nem da Situação nem da Oposição, preocupados com salário de marajás. Queremos, sim, garantir o acordo firmado, que, com certeza, diminui o prejuízo sofrido pelos servidores com a PEC original.

Esperamos que essa reunião, que deve ser realizada amanhã pela manhã, referende esse grande entendimento. Ninguém tem dúvidas sobre o acordo feito aqui. Ele foi registrado nas notas taquigráficas, com a palavra do Líder Aloizio Mercadante, do Relator

Tião Viana e dos Líderes da própria Oposição, que votaram, naquele momento, confiando no cumprimento do acordo. Há ainda o discurso de todos nós, inclusive o meu, na tribuna, avalizando o acordo e relatando telefonemas recebidos do Presidente da República e dos principais ministros que tratam do assunto. Hoje, mais uma vez, reafirmo essa posição.

Por isso, insisto e venho à tribuna todos os dias falar da PEC paralela e do reajuste do salário mínimo.

Não passa pela minha cabeça, Sr. Presidente, que possamos chegar a junho sem a aprovação da PEC paralela. Entretanto, no fim de semana, a revista **Época** – se não me engano – publicou matéria dizendo que a PEC paralela foi para o espaço e que não será votada este ano, com certeza. Acho que essa informação não está correta. Quem a passou está equivocado. Estou convencido de que a PEC paralela será aprovada.

Do contrário, queiramos ou não, virão a debate alguns assuntos que não gosto de citar no plenário, mas não há como deixar de fazê-lo. Como esta Casa vai votar outras emendas à Constituição? Falo, por exemplo, da reeleição à Presidência das duas Casas. Nada tenho contra ou a favor, até porque não sou candidato, nem a vice. Sou a favor da alternância. Não sei como a PEC da reeleição está sendo tão rapidamente aprovada na Câmara. Já dizem que virá para esta Casa em maio. Se depender de obstrução de um Parlamentar da Situação... Não sou contra nada, mas sou a favor da PEC paralela. Não acredito que o Senado da República vá aprovar, em primeiro lugar, uma PEC que surgiu bem depois da proposta da PEC da Previdência, esquecendo os servidores, que estão em uma expectativa enorme para a votação.

Estou apenas comentando. Entendo que não há clima, Sr. Presidente, para aprovarmos outras iniciativas sem resolver a PEC da Previdência. Foi um acordo firmado, selado – eu diria até beijado – pelos servidores públicos. Cerca de 80 entidades nos pediram que, diante do fato consumado, trabalhássemos pela aprovação da PEC paralela. Todos fizemos isso, inclusive os Senadores que eram contrários, como os Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Siqueira Campos e tantos outros. Lembro-me de um Senador que só votou conosco na última hora, o Senador Magno Malta, do PL. S. Ex^a se mantinha em uma posição muito dura em relação à PEC original, mas votou conosco na perspectiva de que o acordo seria cumprido.

Estou tranquilo, Sr. Presidente, porque acredito que o acordo será garantido. Entendo a indignação do Senador Magno Malta na tribuna por inúmeras vezes e de tantos outros Srs. Senadores.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Osmar Dias.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Paulo Paim, acompanho sempre os pronunciamentos de V. Ex^a, especialmente quando cobra o cumprimento do acordo para aprovação da PEC nº 77. O PDT, Partido ao qual pertença, tem cinco Senadores e deu cinco votos contra a PEC nº 67, a PEC original, e cinco votos a favor da PEC nº 77, acreditando que o acordo seria cumprido. Trata-se de restabelecer credibilidade entre Lideranças do Congresso que dão sustentação ao Governo e a Oposição, mas, especialmente, restituir credibilidade ao Governo. Se esse acordo não for cumprido, dificilmente a Oposição se sentirá, não digo obrigada, mas, sim, à vontade para estabelecer novos acordos, porque este é emblemático. Toda a Nação brasileira o acompanhou. Só votamos a favor da PEC nº 77 porque ela significava a recuperação de injustiças praticadas na PEC nº 67, e, se o acordo não for cumprido, além de ficarem mantidas as injustiças, ficará também um conceito muito ruim para o Governo e para as Lideranças do Governo nesta Casa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Lembro que fui procurado no dia não apenas por V. Ex^a, mas também pelo seu irmão. Dizia no meu Estado que os Senadores Osmar Dias e Alvaro Dias só votaram em razão da confiança que nós passamos. E o Senador Jefferson Péres até abriu mão dos prazos em nome do acordo. Para não prejudicar o entendimento, S. Ex^a preferiu se retirar do plenário, pois considera sagrado o cumprimento dos prazos regimentais.

Por isso, ao comentar a PEC paralela, faço questão de dizer que ainda estou confiante no cumprimento do acordo pelo Governo. Também concordo com V. Ex^a: a questão é de credibilidade. Ela é fundamental. É a palavra empenhada. Para mim, é a honra, é a ética.

Neste momento, tudo está colocado com muita transparência, e o não-cumprimento, Senador Papaléo Paes, que ora solicita um aparte, vai deixar todos nós em uma situação muito difícil, muito complicada.

O Sr. Papaléo Paes (PMDB – AP) – Senador Paulo Paim, reconheço o seu pronunciamento como muito importante, tratando de três temas que o País realmente acompanha, mas quero me ater à questão da PEC nº 77, que veio para esta Casa como uma salvação de direitos que a PEC nº 67 retirou do servidor público. A PEC nº 77 contou com todo o apoio e a dedicação de V. Ex^a no sentido de haver um compromisso para que fosse aprovada na íntegra, como

o foi, neste plenário. Eu votei contra a PEC nº 67, e quando V. Ex^a conversou comigo, mostrando a necessidade de uma alternativa e me apresentando a PEC nº 77, raciocinei da seguinte maneira: como pode o Governo passar por todo o desgaste para aprovar a PEC nº 67, quando poderia, na própria 67 – já que a PEC nº 77 iria para a Câmara de qualquer forma –, fazer as adequações, retornando a matéria posteriormente à Câmara para aprovação? Realmente não duvidei de V. Ex^a, de maneira alguma. Nós o temos como um Senador muito competente, possuidor de muita experiência legislativa e se assim estava falando era porque tinha a certeza do compromisso assumido diretamente pelas pessoas que tinham autoridade para fazê-lo. Informei, então, a V. Ex^a que não votaria contra a PEC nº 77. Assim, retirei-me do plenário no momento da votação para que não aparecesse nenhum voto contrário à proposta. Logicamente, a PEC nº 77 contempla o que a PEC nº 67 retirou, mas fico assustado em ver que fomos convocados, por 30 dias, e não aconteceu absolutamente nada de produtivo na Câmara dos Deputados. Hoje, estamos no meio do mês de abril, não temos qualquer resultado e ainda estamos na expectativa de o Líder do Governo vir conversar conosco. Mas o que, não sabemos. Então, espero que V. Ex^a continue a sua luta para que a PEC nº 77 seja aprovada na íntegra e venha contemplar aquilo que os funcionários públicos esperam: não terem seus direitos seqüestrados.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, quero dizer que V. Ex^a retrata, na sua fala, exatamente os fatos acontecidos naquele dia. E me lembro do que disse V. Ex^a: “Senador Paulo Paim, já que para V. Ex^a é importante que seja aprovada por unanimidade e como estou duvidando desse acordo, mas dando assim mesmo um voto de confiança, retiro-me e não voto contra”. E V. Ex^a não votou contra, confiando na palavra por nós empenhada.

E quero dizer algo a V. Ex^a, inclusive usando um termo que pode ser forte: neste fim de semana, um jornal do Rio Grande do Sul fez uma matéria comigo sobre um livro de poesia, uma segunda edição que estou lançando com algumas inovações. Ao longo dessa conversa, falei das minhas angústias e preocupações, já que esse livro de poesia somente trata das questões sociais; e no meio da conversa eu falo a palavra “traição”, mas com a seguinte lógica: se a PEC paralela não for aprovada, eu me sentirei traído pelo Governo e pelo meu Partido.

De fato, se isso acontecer, vou-me sentir traído porque, naquele dia histórico, estava presente neste plenário o Presidente José Genoino, por quem

tenho o maior respeito. S. Ex^a me procurou durante todo aquele dia da votação da PEC original que veio da Câmara, sempre me dizendo para ficar tranqüilo e defender a posição do Governo, pois a PEC paralela, onde estavam as propostas mais importantes, seria aprovada.

Sendo assim, somente a partir da aprovação da PEC paralela é que poderei andar neste plenário de cabeça erguida. Digo isso porque se, efetivamente, a PEC paralela não for aprovada vai valer exatamente o sentimento que aquele jornal deixou transparecer, qual seja, não terei nenhuma condição de acompanhar qualquer votação quando uma palavra empenhada não é cumprida.

E vim à tribuna no dia de hoje, Sr. Presidente, exatamente para dizer que tenho uma expectativa muito grande de que vamos dialogar amanhã e o acordo será honrado. E nessa linha do otimismo, também espero que o salário-mínimo a ser anunciado no dia 1º de maio ultrapasse a barreira dos US\$100. E isso será bom, inclusive para o Governo, já que o salário tem toda uma simbologia, visto que reflete exatamente no bolso das famílias mais pobres do País.

A melhor forma de combater a miséria e ir ao encontro da inclusão social é elevar o valor do salário-mínimo, assunto que, tenho certeza, será a tônica das centrais sindicais e das confederações no próximo dia 1º de maio: a linha vai ser o combate ao desemprego e a valorização do salário-mínimo.

Espero, portanto, que o Governo tenha sensibilidade de entender esse momento, pois já estamos no segundo ano de um Governo que assumiu um compromisso com a questão social. Eu mesmo estou na tribuna falando há mais de 22 minutos, mas a população quer ação, resultados, questões concretas. Só o discurso não resolve mais.

Por isso, volto a insistir na importância da aprovação da PEC paralela, que vai beneficiar seis milhões de servidores públicos, e na aprovação de um salário-mínimo que ultrapasse a faixa dos US\$100, que trará um benefício direto e indireto para mais de 100 milhões de brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, desde que esta Casa, no final do ano passado, fez um acordo com o governo para a aprovação da reforma da Previdência Social, con-

dicionando-a à aprovação da chamada PEC Paralela, esta emenda que completaria a reforma não tem seguido na Câmara dos Deputados aquilo que foi combinado.

Para a aprovação da PEC Paralela o Congresso Nacional foi convocado extraordinariamente, o que envolveu não apenas a interrupção do recesso parlamentar, mas também vultosas despesas para a Nação. No entanto, o prazo da convocação não foi suficiente e a tramitação da matéria avançou pelo ano legislativo.

Passados mais de quatro meses do acordo firmado entre o governo e o Senado, o que temos assistido é a um vai e vem de pareceres, hora pela aprovação do texto que saiu desta Casa, hora alterando toda a sua essência, de tal forma que a PEC Paralela corre o risco de se transformar em um monstro sem dizer para que veio.

A tradição parlamentar diz que os acordos devem ser cumpridos. Aliás, o cumprimento dos acordos é também da própria essência do Legislativo em qualquer parte do mundo. Na medida em que são rompidos ameaçam a sobrevivência da instituição parlamentar.

Por tudo isso não dá para entender porque a Câmara dos Deputados não dá celeridade à tramitação da PEC Paralela, a exemplo do que vem fazendo com a emenda constitucional que trata da reeleição do seu presidente e do presidente do Senado.

Agora, há uma nova luz no fim do túnel. O novo líder do governo na Câmara, Deputado Professor Luizinho (PT-SP), vai se reunir amanhã com os senadores da base do governo para conhecer os termos do acordo fechado como Senado para a aprovação da PEC Paralela.

Contamos ainda com uma manifestação do líder da bancada do PT na Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), garantindo o apoio da bancada para os compromissos reconhecidos pela equipe do governo que participou das negociações.

Não temos dúvidas de que o ministro Ricardo Berzoini, ainda que deslocado para o Ministério do Trabalho confirmará o acordo, do qual participou como ministro da Previdência e Assistência Social, ao lado deste senador, de todos os líderes partidários e do líder do governo no Senado, o eminente Senador Aloizio Mercadante.

Estamos certos de que a partir da reunião de amanhã estarão abertos novos canais de comunicação permitindo ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados falarem novamente a mesma linguagem.

Essa reunião deve ser um novo marco, uma porta aberta para que os acordos já firmados, as-

sim como outros que venham a ser acertados, possam ser cumpridos por ambas as Casas, ajudando a desobstruir pautas e a dar celeridade ao processo legislativo.

Salário Mínimo

Outro assunto que mês a esta tribuna no dia hoje diz respeito ao novo valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de maio próximo. A nova data-base traz o reajuste para o dia da grande festa universal do trabalhador, mas não devemos ficar por aí.

Os trabalhadores, aposentados e pensionistas da Previdência Social que vivem com um salário mínimo por mês estarão completando no dia 1º de maio um período de treze meses sem qualquer reajuste assistindo seus magros salários serem corroídos pela inflação.

Para que a festa do Dia do Trabalho seja completa, precisamos ir além da simbologia da nova data-base e oferecer ao trabalhador brasileiro um salário que ainda não é o ideal, que cubra com mais realismo as suas perdas.

Temos defendido nesta Casa que em vez de medida provisória para fixar o novo salário mínimo o governo deveria se valer do instrumento do projeto de lei. Pelo simples fato de que quando o Congresso foi chamado a legislar sobre o salário mínimo os trabalhadores tiveram melhores reajustes.

Estamos a treze dias úteis da data que deve vigorar o novo salário mínimo. Se o governo enviar a proposta em regime de urgência, ainda haverá tempo para que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal se debrucem sobre o Orçamento e encontrem o valor mais favorável possível ao trabalhador.

Entendemos que este valor deve ser alcançado aplicando-se à correção do salário mínimo o mesmo percentual que o governo pretende dar para reajustar os vencimentos dos servidores públicos de baixa renda.

Se isso for feito, um reajuste da ordem de 30% elevará o valor do salário mínimo para 312 reais dará ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a oportunidade histórica de romper a barreira da sua equivalência de 100 dólares pela qual vimos lutando ao longo dos nossos mandatos parlamentares.

Esse novo valor também vai contribuir para retirar o Brasil, que está entre as 15 maiores economias do mundo, daquela lista dos países que pagam os mais baixos salários de todo o planeta.

Era o que tinha a dizer.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

**PRONUNCIAMENTO DO SENADOR PAULO PAIM(PT-RS)
SOBRE COTAS EM UNIVERSIDADES FEDERAIS
12.04.04**

**Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Senadores**

A Universidade Federal da Bahia, a partir de 2005, vai reservar ~~43% de suas vagas~~ para estudantes afro-brasileiros. Embora em muitos cursos da instituição o número de estudantes negros seja superior a 43%, esses são os cursos considerados de menor prestígio.

Dos 56 cursos da Universidade Federal da Bahia, 18 deles não alcançam 30% de negros, e os mais concorridos, como Direito e Medicina, possuem índice abaixo dos 5%.

Estamos falando da realidade do estado da Bahia, onde quase oitenta por cento da população é constituída de afro-brasileiros, negros e pardos.

Em Medicina, para afastarmos da discussão a questão do “mérito”, muito grata aos adversários das cotas, no último vestibular 17 estudantes negros ficaram acima da linha de corte, ou seja, da nota considerada mínima, e no entanto não foram aprovados. Com a adoção do sistema de cotas, eles poderão cursar Medicina no próximo ano.

A Universidade Federal da Bahia segue os passos da UnB, a Universidade de Brasília, exerce a sua autonomia e cria também seu programa de inclusão.

Programa que inclui reserva de vagas na pós-graduação, o desenvolvimento de programas de financiamento para linhas de pesquisa, com foco étnico-racial, bolsas adicionais específicas com apoio de fundações, como já existe na Fundação Ford, além da criação de um programa de preparação para a pós-graduação.

~~Estivemos o ano passado participando de debates na Escola Paulista de Medicina, da Universidade Federal de São Paulo, e fomos informados pelo Prof. Hélio Santos de que o Conselho Universitário deve estar anunciando nos próximos dias uma reserva de vagas de 10% para afro-brasileiros.~~

O fato é que a idéia de se dar um tratamento positivamente diferenciado aos negros em razão da discriminação de que são vítimas vai ampliando sua circulação na sociedade brasileira, com excelentes resultados. Restritos por enquanto à área da educação.

O Congresso tem enormes responsabilidades nessa área. Vários projetos circulam há anos na Câmara e no Senado, sem conseguir sensibilizar os parlamentares.

Não falo só do Estatuto da Igualdade Racial, mas o estatuto é o projeto mais completo, porque reúne um conjunto de políticas que abarcam dimensões tais como mercado de trabalho, meios de comunicação, cultura, saúde, educação e muitos outros.

A Lei dos Direitos Civis, nos Estados Unidos, irá completar quarenta anos no próximo mês de julho. Ela foi para os negros norte-americanos uma segunda emancipação. Os indicadores sociais e econômicos da população negra nos EUA mostram o acerto histórico dessa decisão.

O fato de o racismo persistir, não significa que as ações afirmativas não criaram muitas oportunidades para aos afro-americanos, oportunidades que não existiam antes da Lei dos Direitos Civis.

Há mais de cem anos da Lei Áurea, continuamos levantando argumentos para não fazermos nada. Saudamos desta tribuna as iniciativas que a sociedade vem tomando, encontrando soluções para a questão das desigualdades no ensino superior.



SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)

(Documento fornecido ilegível pelo o autor)

PARLAMENTARES UTILIZAM EMENDAS COMO ARMA ELEITORAL

Um grupo de 110 deputados e senadores entra na disputa das eleições municipais deste ano com uma forte vantagem em relação aos seus adversários: as verbas do Orçamento da União. Eles destinaram R\$ 63 milhões em emendas individuais aos municípios onde disputam as prefeituras. O dinheiro foi reservado, preferencialmente, para obras com

apelo nas urnas, como postos de saúde e tratamento de esgoto. Um dos campeões do clientelismo é Lindberg Farias, pré-candidato em Nova Iguaçu (RJ). Outros 21 parlamentares petistas que disputam a eleição apresentaram R\$ 19 milhões em emendas para seus municípios — uma média de R\$ 860 mil.

TEMA DO DIA, PÁGINA 2 E 3

**Esta parte deve ser preenchida apenas por candidatos que desejarem
concorrer pelo SISTEMA DE COTAS PARA NEGROS.**

<input type="radio"/> Branca	<input checked="" type="radio"/> Preta	Declaro ser pessoa de cor preta ou parda e, também, ser negro(a). Declaro, ainda, que desejo me inscrever no 2.º Vestibular de 2004 da Universidade de Brasília (UnB) para concorrer às vagas reservadas ao Sistema de Cotas para Negros. Declaro, por fim, conhecer e aceitar todas as regras estabelecidas no edital de abertura do vestibular referido acima e aquelas contidas no Guia do Vestibulando do 2.º Vestibular de 2004 da UnB.
<input type="radio"/> Amarela	<input type="radio"/> Indígena	
<input type="radio"/> Indígena	<input type="radio"/> Sem declaração	
<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	

Relizângela Pereira de Jesus
ASSINATURA DO CANDIDATO

**HOJE É DIA
HISTÓRIA NA UnB**

Podem usar apenas uma data histórica. Mas o primeiro dia de inscrições para o próximo vestibular da Universidade de Brasília (UnB) é hoje, 13 de abril. Pela primeira vez em uma instituição federal, candidatos negros ou pardos poderão disputar as vagas no sistema de cotas que lhes reserva 20% dos lugares. Uma vitória para estes alunos como Elizabeth Pereira Dutra, que assina o cartão de inscrição negro e enfrenta dificuldades para entrar na universidade. Ou uma vitória de princípios para os contrários à medida. Em suas declarações sobre as mudanças, o

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Dentro do critério de intercalar os oradores regularmente inscritos com aqueles que se inscreveram para uma comunicação inadiável, concedo a palavra, por cinco minutos, ao nobre Senador João Ribeiro e, em seguida, ao nobre Senador Papaléo Paes, que fala por cessão da nobre Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, assumo esta tribuna, na tarde de hoje, para deixar registrado nos Anais desta Casa Legislativa a passagem do cinquentenário de uma das mais importantes instituições de ensino do meu Estado.

Trata-se do Colégio Dom Orione, da cidade de Tocantinópolis, que tem prestado inestimável serviço de educação à população daquela cidade, contribuindo efetivamente na formação das melhores lideranças tocaninenses.

É preciso registrar, como bem lembrou, em conversa recente, meu particular amigo, meu compadre e Prefeito de Tocantinópolis, o talentoso José Bonifácio Gomes de Souza, que a construção desse colégio foi, antes de tudo, um ato de desabrida coragem, sacrifício humano e pioneirismo daqueles padres italianos que enfrentaram, há 50 anos, as águas revoltas do Tocantins para fundar o colégio em nome da “Ordem da Divina Providência de Dom Orione”.

O marco triste da história ficou por conta do fato de que, no dia em que aportavam à região, os quatro padres foram colhidos por uma tempestade que deixou vivo apenas o Padre André Alice, que não deixou de cumprir a sua missão.

Hoje, essa história é recompensada com a competência com que o colégio se desincumbe com a sua tarefa de ensinar. Para que se possa ter uma idéia da qualidade do ensino que é ministrado por essa organização, basta que se observe a sua atuação em recente concurso da Secretaria da Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação, que classificou seu projeto pedagógico intitulado “Educando o Jovem para um Consumo Crítico e Consciente” entre os quinze melhores do Brasil, em uma lista de 741 concorrentes inscritos no Concurso Nacional de Práticas Pedagógicas no Ensino Médio.

Das comemorações alusivas aos 50 anos da inauguração do Colégio Dom Orione consta intensa agenda de atividades que se estenderão até o próximo dia 17 de abril.

Dentre elas, estarão incluídos: concurso de redação, alvorada festiva, exposição de projeto artístico, oficinas pedagógicas, peça teatral e exposição com

referência à presença dos orionitas em Tocantinópolis. Também será lançado um livro produzido pelos próprios alunos e realizado um desfile cívico resgatando a história do Colégio.

Com toda certeza, Tocantinópolis está vivendo uma comemoração à altura da importância do Colégio Dom Orione. Prova disso é que lá estarão presentes, além das autoridades locais, o Governador Marcelo Miranda, o ex-Governador Siqueira Campos, o Deputado Estadual Fabion Gomes, irmão do Prefeito, e outras importantes lideranças políticas. Também estarão presentes o Bispo de Palmas, Dom Alberto, o Bispo de Tocantinópolis, Dom Lázaro, entre outras autoridades eclesásticas.

Estão, portanto, de parabéns a diretoria, professores, alunos e ex-alunos daquele Colégio, o operoso povo da cidade de Tocantinópolis e o Estado do Tocantins, por ter no seu território tão insigne instituição de ensino.

Parabéns, Tocantinópolis! Parabéns, nosso querido Colégio Dom Orione!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Senador Papaléo Paes, do PMDB do Amapá.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de começar meu pronunciamento, mais uma vez, chamo atenção para a PEC nº 77. Todos nós deveríamos usar a tribuna para dedicar alguns minutos a essa questão.

Não quero ser repetitivo, mas, diante da expectativa de que o Líder do Governo na Câmara terá uma reunião com os Senadores para conversar sobre as alterações que querem fazer na PEC nº 77, é necessário mantermos nossa posição de que o texto a ser aprovado na Câmara dos Deputados deverá ser o mesmo aprovado no Senado Federal. Devemos intensificar nossas ações, porque esta Casa assumiu um compromisso com o povo brasileiro, com os servidores da Nação de não permitir que a PEC nº 77 seja modificada, mantendo os prejuízos da alteração da Lei da Previdência proposta na PEC nº 67.

Portanto, mais uma vez, fica o meu registro de protesto contra o não-cumprimento de acordos e contra a não-aprovação da PEC nº 77.

Entretanto, o motivo da minha presença nesta tribuna é para falar sobre um projeto de lei que apresentei nesta Casa relacionado à questão eleitoral.

Muito se fala no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, no Executivo e no restante da sociedade sobre a reforma política. Muitas vezes, no entanto, esquecemo-nos de que é preciso também aperfeiçoar o sistema eleitoral brasileiro. A experiência mostra que pequenas mudanças podem trazer grandes resultados.

Assim, nesta oportunidade, venho à tribuna falar sobre o projeto de lei de minha autoria, que recebeu o nº 71, de 2004, nesta Casa, para o qual peço apoio, visando sua aprovação. O objetivo é alterar o art. 6º da Lei nº 7.444, de 20 de dezembro de 1985.

A lei nº 7.444, de 1985, trouxe, é importante dizer, significativas mudanças no processamento eletrônico do sistema eleitoral. Como resultado disso, houve a eliminação de antigos vícios e a criação de mecanismos para impedir novos vícios.

Muitos se perguntariam, então, por que precisamos mudar a lei se ela é tão boa? A resposta, nem tão óbvia assim, é que quase vinte anos se passaram e a sociedade brasileira mudou profundamente nesse intervalo. As eleições por meio eletrônico tornaram-se a regra e foram incorporadas em nosso cotidiano. O título de eleitor, no entanto, permaneceu intocado, e o último censo eleitoral aconteceu há quase 20 anos.

Portanto, dois são os objetivos do projeto de lei. Em primeiro lugar, aprovar um novo modelo de título eleitoral que deverá conter, além dos dados de qualificação, a fotografia do eleitor. Em segundo lugar, em razão do novo título, proceder-se-á ao recadastramento do eleitorado brasileiro.

O título de eleitor é hoje um dos pontos mais frágeis do processo eleitoral brasileiro. Como não contém foto do eleitor, fraudadores se valem desse expediente para burlar o registro de eleitores, enganar as mesas eleitorais e, conseqüentemente, existe a possibilidade de distorção nos resultados das eleições, especialmente nas cidades menores e mais distantes dos grandes centros.

Como informo na justificativa do projeto de lei, não é raro encontrar, ainda, cabos eleitorais inescrupulosos, que enganam cidadãos menos informados e mais ingênuos. Dessa forma, ocorre fraude na transferência de títulos e inscrição de eleitores em várias localidades. A conseqüência é a inflação do número de pessoas votantes e o viciamento do processo eleitoral.

A fotografia no título eleitoral praticamente elimina a possibilidade de fraudes, haja vista que torna mais fácil a identificação do eleitor, tal como ocorre atualmente no caso da carteira de motorista.

Um novo censo eleitoral, por sua vez, faz-se necessário porque o último foi feito em 1986. Naquele ano, o Brasil dispunha de 69 milhões de eleitores. Na

última eleição, em 2002, segundo o cadastro do TSE – Tribunal Superior Eleitoral, esse número havia aumentado para 115 milhões de eleitores, ou seja, um crescimento de 66%. Em média, de acordo com os técnicos do Superior Tribunal Eleitoral, o eleitorado brasileiro cresce 5% a cada dois anos.

Se o Tribunal Superior Eleitoral merece ser louvado por seus esforços para manter a qualidade de seu cadastro, não podemos deixar de observar que esse trabalho é parcial, porque depende da colaboração espontânea do eleitor. Além disso, somente no momento de votação, o Tribunal dispõe de informações sobre o universo de eleitores.

Apesar do zelo da Justiça Eleitoral, um novo censo eliminaria as duplicidades de registros e eliminaria os cadastros falsos e incorretos ou de pessoas já mortas.

A democracia é um processo. Nunca podemos dizer que esteja concluída. Aprimorá-la e torná-la melhor a cada dia é um dever e uma obrigação de todos nós que abraçamos a vida pública.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a mudança no título eleitoral e o conseqüente recadastramento são medidas que, à primeira vista, não são de grande monta. Tenho, no entanto, a certeza de que tal mudança produzirá resultados muito significativos. Diminuir-se-ão as fraudes eleitorais e teremos, conseqüentemente, um sistema que represente de maneira mais fidedigna e apurada o verdadeiro valor da democracia: a realização da vontade do povo.

A inspiração que tivemos para que pudéssemos formular esse projeto de lei veio justamente do nosso dia-a-dia, da nossa experiência com o processo eleitoral.

Concedo o aparte ao Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Senador Papaléo Paes, parablenzo-o pela oportunidade do pronunciamento que faz, em um momento em que se discute a reforma eleitoral em nosso País. O Brasil já avançou bastante na questão do voto, com a implantação da urna eletrônica. Somos um dos primeiros países do mundo a introduzi-la no processo eleitoral. Então, como já utilizamos a urna eletrônica no processo eleitoral, com alta tecnologia de informação, por que não criamos um título de eleitor, de acordo com o seu projeto, semelhante a um cartão eletrônico com a fotografia do eleitor e senha, para melhor identificação? Estou apresentando um projeto estabelecendo que o eleitor possa votar, pelo menos para Presidente da República, onde estiver, em qualquer lugar do Brasil. Na última eleição para Presidente da República, 8 milhões de eleitores deixaram de votar, porque não estavam nas suas cidades. Isso desequilibra qualquer processo

eleitoral. Se esses 8 milhões tivessem votado, talvez o resultado da eleição fosse diferente. É injusto que 8 milhões de brasileiros não consigam votar no dia da eleição, porque estão em trânsito. Se introduzimos a urna eletrônica, por que não possibilitar que o eleitor vote em qualquer cidade onde estiver no dia da eleição? Com a nova tecnológica, creio que é possível aperfeiçoar muito o processo eleitoral brasileiro. Parabéns pelo seu projeto, Senador Papaléo.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Muito obrigado. Parabenizo-o também, Senador Valdir Raupp, pelo seu projeto que traz uma alternativa para o processo eleitoral, que temos que buscar. Quando apresentamos um projeto desse tipo, procuramos estabelecer a discussão do assunto. É muito importante e interessante reconhecermos essa discussão como fundamental para a democracia brasileira, bem como a questão da reforma política, parada na Câmara dos Deputados. E vejo até com bons olhos, pois iriam atropelar tudo e todos para aprovar uma reforma não muito discutida entre nós. Portanto, o processo eleitoral é fundamental para a democracia e, por isso, merece discussões. Parabéns a V. Ex^a.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes, ouvia o discurso de V. Ex^a pelo rádio do carro, quando V. Ex^a tentava acordar o Partido do Governo para a responsabilidade e os compromissos na aprovação da PEC paralela. Em relação a essa PEC, a situação das lideranças que acreditaram no Governo ficou muito difícil. Eu, graças a Deus, Presidente Eduardo Siqueira Campos, não acreditei desde o início. Após o massacre dos aposentados e dos servidores públicos, entendi que houve a perda da palavra. V. Ex^a, como Presidente da Subcomissão de Saúde – tema que tão bem domina –, enriquece o País e entusiasma e surpreende a todos nós ao abordar temas tão palpitantes. No que se refere à democracia, queremos aqui afirmar o nosso otimismo. Não com relação ao Governo. O Governo está no fundo do poço, adverti desde o início. Mas há uma conscientização no Brasil a respeito da democracia. Não é uma conquista do PT, é nossa, do País. A humanidade sempre buscou formas de governo. Já dizia Aristóteles que “o homem é um animal social”, e Thomas More dizia que “o homem não é uma ilha”. E o povo, decepcionado com os governos absolutistas dos reis, foi às ruas gritando: “Liberdade, igualdade e fraternidade”. E tombaram todos os governos dos reis absolutistas, e surgiu o governo do povo, pelo povo e para o povo, que é a nossa democracia. Na própria França, surgiu Napoleão para fazer o Código Civil. E o Brasil foi avançando. Tivemos momentos de exceção, com a ditadura civil de Vargas

e a ditadura militar, que não foram boas experiências. Aí estão o livro de Graciliano Ramos, **Memórias do Cárcere**, que traduz o lado ruim da ditadura Vargas, e os recentes livros de Elio Gaspari, sobre o lado ruim e cruel da ditadura militar. Então, houve essa conscientização de aperfeiçoamento e estamos todos esperançosos. Não se ouvirá gritos “Fora Lula”, porque houve uma conscientização, uma conquista. Queremos aperfeiçoar as instituições. Para colaborar com seu inspirado e corajoso discurso, quero dizer que vergonhoso é o modelo adotado pelo PT, que distribuiu pelo País um monte de DAIs e DASs no serviço público. E deles sugam, tiram parcela dos seus salários para compor um fundo partidário. Isso é feito, é corrupção eleitoral. E esses funcionários, diante da vida difícil, vão aplicar métodos, como fez Waldomiro Diniz, de pedir propina a bicheiros, praticar corrupção, para sobreviver. Então, essas coisas têm que ser denunciadas, para que façamos a reforma, porque, mesmo estando no Governo, o PT não é exemplo de nada.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pelo aparte, que revela a sua cultura, a sua capacidade de desenvolver os temas discutidos nesta Casa.

Na última parte da sua participação, V. Ex^a falou sobre a contribuição salarial que o servidor deve fazer aos Partidos. Não sou a favor desse tipo de contribuição, porque o servidor ocupa um cargo público. Devemos pagar, todos nós que ocupamos cargo público, com competência, dedicação e responsabilidade.

Quando fui Prefeito de Macapá, pelo PSDB, havia um modelo dentro da Prefeitura no qual todos os detentores de cargos de nomeação do Prefeito descontavam uma determinada parcela para o Partido do então Prefeito. Quando assumi, alguns assessores me perguntaram como ficaria o desconto. E eu respondi que isso não mais ocorreria.

Sou contra esse tipo de contribuição. Sou contra o fato de a pessoa ganhar o seu salário e tê-lo descontado em folha, com a autorização do próprio prefeito, para que seja destinado a um partido político.

Observe V. Ex^a que todo esse processo está ocorrendo dentro de uma pequena prefeitura – o que pode ser visto como um laboratório –, mas, se ampliarmos, veremos que ocorre também nos grandes centros do poder.

Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a. Nós, que fomos dois labutadores das PECs 67 e 77, devemos manter, juntamente com o Senador Osmar Dias, as nossas ações no sentido de exigir que o Governo cumpra o seu compromisso em relação à PEC 77.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos, que usará da palavra para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB

– TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito a oportunidade do período destinado a uma comunicação inadiável para anunciar a solicitação que nós, integrantes da Bancada Federal do Tocantins, três Senadores e os oito Deputados, fizemos a S. Ex^a o Ministro Roberto Rodrigues. Queremos dirigir-lhe uma correspondência. Mais do que isso: uma exposição de motivos, que certamente traz muita preocupação à Casa, já que há a perspectiva de iminentes prejuízos à economia tocantinense e à economia do Estado de Rondônia, cuja Bancada é composta pelos nobres Pares Valdir Raupp, Fátima Cleide e Paulo Elifas.

Sr. Presidente, no dia 25 de abril haverá uma visita de inspeção, uma missão da Comunidade Européia a alguns Estados para a aprovação de instalações utilizadas para a exportação de carne.

Como é do conhecimento de todos, o Estado do Tocantins tem aproximadamente 7,5 milhões de cabeças no seu rebanho e Rondônia tem dez milhões de cabeças. Na troca de informações entre a Secretaria de Defesa Animal do Ministério da Agricultura e Pecuária e a missão estrangeira, estariam sendo priorizados três Estados: Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso para essa visita.

Sabemos como são criteriosos os estrangeiros, o Mercado Comum Europeu, as missões de inspeção, com relação à qualidade exigida para a compra de produtos por aqueles países. É fato também, Sr. Presidente, que, há mais de cinco anos, o Tocantins faz parte da zona livre de aftosa. Não há nenhum registro nesse sentido, não há nenhum problema de febre aftosa ou de qualquer outro tipo de doença há mais de cinco anos. O Estado do Tocantins, dentro do progresso que vem experimentando, tem excelentes condições de abate e frigoríficos da melhor qualidade. Hoje temos uma infraestrutura pronta para que o Tocantins esteja entre os maiores exportadores de carne do País.

Sr. Presidente, lerei o ofício assinado por toda a Bancada:

Sr. Ministro, os integrantes da Bancada Federal do Estado do Tocantins, no Congresso Nacional, vêm à presença de V. Ex^a, em caráter

emergencial, solicitar os indispensáveis esforços deste Ministério bem como da Secretaria de Defesa Agropecuária no sentido de incluir o nosso Estado no roteiro da missão da Comunidade Européia, que ocorrerá a partir de 25 de abril do corrente.

Desde já, faço uma sugestão: que este ofício seja acrescido das assinaturas dos três Senadores de Rondônia, porque, por questão de justiça a um Estado que também é zona livre de aftosa, Rondônia não pode ficar excluído desta missão. Uma vez excluído, Senador Valdir Raupp, tenha certeza V. Ex^a de que os mercados, na hora das aquisições, das compras, não incluirão Rondônia exatamente pelo fato de o Estado não ter sido inspecionado por esta importante missão.

Portanto, nós, Senadores do Tocantins, estamos pleiteando essa audiência para amanhã. Na quarta-feira, o competente Ministro Roberto Rodrigues estará no Tocantins, mas não queremos criar um constrangimento a S. Ex^a na visita ao nosso Estado. Queremos antes, amanhã, participar dessa audiência. E creio que seria muito salutar se os representantes de Rondônia, que estão sofrendo igual discriminação, estivessem junto conosco não apenas endossando este ofício, mas esta solicitação, para a qual o Estado de Rondônia tem total apoio da sociedade tocantinense.

Fizemos um esforço, que não foi pequeno. Vem de cinco anos, quando cumprimos todas as exigências da Adapec, que é a nossa agência de defesa agropecuária, por meio da nossa Secretaria da Agricultura, hoje dirigida pelo importante técnico, Dr. Roberto Saium. Estava na condição de Secretário da Agricultura o Vice-Governador do Estado Raimundo Nonato Pires dos Santos; preside a Agência de Defesa Agropecuária o Dr. Felipe Nauar Chaves.

Conseguimos, com muita dificuldade, chegar a essa condição antes de muitos Estados exatamente por ser esta uma das principais características do Tocantins. A nossa preocupação é realmente grave, uma vez que toda a classe produtora do Estado também está empenhada nesta visita. Quero destacar aqui a atuação do suplente de Senador, José João Estival, que comanda o segmento dos donos de frigoríficos. Mas o importante é defender a economia do Tocantins, defender o nosso rebanho de mais de sete milhões de rezes e, principalmente, defender o Estado no esforço que fez durante esses anos: estamos há mais de cinco anos livres da febre aftosa.

Portanto, Sr. Presidente, acredito e confio na sensibilidade de S. Ex^a o Ministro Roberto Rodrigues. Confio em que a Secretaria de Defesa Animal há de fazer um expediente e enviar à União Européia, incluindo

não só o Estado de Tocantins, bem como o Estado de Rondônia, para que não sejamos discriminados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Nós concedemos a palavra ao Senador do PMDB do Estado de Rondônia, Valdir Raupp, orador inscrito para esta sessão não deliberativa.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não pedi um aparte ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, que neste momento já preside a sessão, para falar da exportação de carne bovina para a União Européia, até porque eu estava inscrito como o próximo orador e farei, neste momento, alguns comentários sobre essa questão.

Presidente Eduardo Siqueira Campos, na semana passada, já que não foi possível a audiência naquela ocasião com o Ministro Roberto Rodrigues, estivemos com o Sr. José Amaury, Secretário-Executivo, que substitui o Ministro na ausência de S. Ex^a. Na ocasião, fizemos essa cobrança e não falamos somente em Rondônia.

Eu também agradeço a V. Ex^a por ter também comentado aqui sobre Rondônia. Naquela oportunidade, pedimos por Rondônia e Tocantins, sabendo que foram os dois Estados injustiçados nessa medida.

A alegação do Ministério é de que a decisão não é deles, mas da Missão de Bruxelas, onde fica a sede da União Européia, e que a Missão não teria incluído os Estados do Tocantins e de Rondônia. Já estavam incluídos São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e nessa oportunidade seriam incluídos apenas Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Mas é justo, pois Tocantins, como V. Ex^a mesmo disse, já há cinco anos está livre da aftosa, assim como Rondônia. No ano passado, acompanhei em Paris, na França, a missão de Rondônia, juntamente com o Governador Ivo Cassol, vários Deputados Federais e demais autoridades, quando o Estado recebeu o certificado de área livre de febre aftosa.

Assim, é justo que, neste momento, os Estados do Tocantins e de Rondônia sejam incluídos também. Amanhã, vamos subscrever o seu ofício ao Ministro, pois, apesar de a decisão não ser apenas do Ministério, este pode influenciá-la muito. Fui informado de que há um grande **lobby** dos que já estão incluídos, como São Paulo, o mais forte em exportação de carne, e outros, para que os nossos Estados não sejam incluídos.

Rondônia já possui mais de 10 milhões de cabeças de gado de boa qualidade, assim não é justo que o Estado seja excluído da exportação de carne para a União Européia.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Concedo o aparte ao nobre Senador Osmar Dias, profundo conhecedor da matéria.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Como Senador pelo Paraná, Estado considerado livre da febre aftosa, sem vacinação, reconheço o direito de Tocantins e Rondônia também o serem, sobretudo porque já cumpriram, tecnicamente, todos os pré-requisitos para isso. Acompanho a questão da febre aftosa há muitos anos e sei do esforço dos dois Estados, que, há cinco anos, não apresentam nenhum foco de febre aftosa, o que significa que já há tempo de sobra. Tecnicamente, o Instituto Internacional de Epizootias da França considera como prazo mínimo o período de 36 meses, já cumprido, portanto, por esses Estados. Como Senador pelo Paraná, não apenas reconheço, mas apóio o pleito de V. Ex^{as}.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias. V. Ex^a é justo e, por isso, neste momento, está sendo solidário ao nosso pleito.

Antes de iniciar o pronunciamento propriamente dito, gostaria de registrar, na tribuna de honra do plenário, a presença do Prefeito Joaquim Rezende, da cidade de Nova Brasilândia D'Oeste, do Estado de Rondônia, acompanhado dos Vereadores Francisco Benteo, Aurindo de Almeida, Luiz Faustino e outros. Sejam bem-vindos e sintam-se à vontade na nossa Casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para tratar de um tema da maior importância no processo de construção da cidadania e de superação das desigualdades sociais que marcam nosso País: a erradicação do analfabetismo.

De uma forma geral, as elites brasileiras preferem negligenciar esse tema; preferem vê-lo no contexto das políticas educacionais, sem a devida prioridade, pois assim não precisam encarar essa realidade que tanto nos choca. No entanto, não obstante muitos deixem em segundo plano a abordagem de nossas mais graves mazelas, é preciso pôr o dedo na ferida, conhecer detalhadamente a realidade, debater alternativas para sua superação e fiscalizar a execução de políticas públicas adequadas.

Sr. Presidente, na última campanha presidencial, falou-se muito no combate à fome. Sem dúvida, aprofundar esse debate representou um importante passo, forçando as camadas privilegiadas da sociedade a voltarem seus olhos para a gravidade da questão. Diagnósticos foram elaborados; especialistas foram ouvidos; metas foram definidas; ambiciosos programas sociais foram desenhados e implementados. A sociedade

aguarda ansiosa a notícia de que a realidade começa a mudar. Esperamos ver, em breve, Sr. Presidente, nos jornais, a notícia de que os programas sociais instituídos pelo Governo Federal atingiram seus objetivos e de que a ajuda emergencial finalmente chegou aos bolsões de miséria onde a fome ainda leva sofrimento, retirando dignidade de milhões de brasileiros.

Assim como a fome, Sr^{as} e Srs. Senadores, o analfabetismo também constitui um indicador contundente de nossas desigualdades sociais. Por isso, o Constituinte de 1988, atento às reivindicações da sociedade pela universalização dos direitos de cidadania no Brasil, inscreveu no artigo 214 da Constituição Federal a prioridade ao combate ao analfabetismo no conjunto das políticas públicas de educação.

É importante observar que, no plano meramente declaratório, o combate ao analfabetismo sempre foi prioridade no Brasil. Estudos contabilizam 23 projetos e campanhas de alfabetização de adultos instituídos no País desde 1854, há mais de 150 anos. Em geral, adotam-se políticas de caráter assistencialista, com pouca fundamentação pedagógica, sem caráter permanente e com baixo nível de profissionalização dos educadores envolvidos. Assim, o problema se perpetua de maneira inaceitável.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, segundo o **Mapa do Analfabetismo no Brasil**, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do Ministério da Educação, existem, no Brasil, mais de 16 milhões de analfabetos. Esse número corresponde a 13,6% da população com 15 anos de idade ou mais.

É importante observar que esses dados partem do conceito de indivíduo alfabetizado como sendo aquele capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece.

O **Mapa do Analfabetismo** esclarece que, se utilizarmos o conceito de analfabetismo funcional, cada vez mais empregado no mundo contemporâneo, e que corresponde à totalidade de pessoas com menos de quatro séries de estudo, existem, no Brasil, 30 milhões de analfabetos entre a população de 15 anos ou mais. Esse, sem dúvida, é um dado alarmante.

Segundo a publicação do Inep, 59% dos alunos da 4ª série do ensino fundamental não apresentam habilidades de leitura compatíveis com o nível de letramento apropriado para concluintes dessa série. Não são considerados aptos a continuarem seus estudos no segundo segmento desse nível de ensino. Dessa forma, também podem ser considerados analfabetos, ou seja, é preciso relativizar a afirmação, tão alardeada, de que o Brasil conquistou a universalização do ensino fundamental.

Houve uma conquista importante, não há dúvida, mas que só estará completa quando o ensino tiver qualidade compatível com o direito de cada brasileiro ao exercício pleno de sua cidadania e com o País que pretendemos construir.

O **Mapa do Analfabetismo no Brasil** ressalta que o melhor antídoto para o analfabetismo é assegurar escola para todos na idade correta. Nas condições atuais, entretanto, corremos o risco de continuar a gerar analfabetos funcionais. Afinal, Sr. Presidente, 35% dos analfabetos, no Brasil, já freqüentaram a escola. Esse dado demonstra, inequivocamente, as limitações de nosso sistema de ensino, sobretudo nos primeiros anos de escolaridade.

Os dados sobre o analfabetismo revelam, também, as desigualdades regionais que marcam o Brasil. O Nordeste concentra 50% do total de analfabetos do País, correspondendo a oito milhões de pessoas. Na distribuição do total de analfabetos por unidade da Federação, destaca-se outro dado importante: cerca de 50% deles concentram-se em cinco Estados: Bahia, São Paulo – e aqui há um paradoxo –, Minas Gerais, Pernambuco e Ceará.

O Estado de São Paulo está inserido nessa lista por ser uma metrópole. Talvez, no interior do Estado de São Paulo, haja o melhor nível de ensino do País. Entretanto, devido à pobreza e à miséria concentradas nas favelas na periferia da Grande São Paulo, o Estado enquadra-se entre os piores no combate ao analfabetismo.

Concedo um aparte ao nobre Senador Osmar Dias.

O **Sr. Osmar Dias** (PDT – PR) – Senador Valdir Raupp, como V. Ex^a é assíduo na Comissão de Educação, gostaria de cumprimentá-lo pelo pronunciamento e acrescentar um dado tão alarmante quanto os manifestados em seu discurso. Recentemente, a Unesco analisou 107 países para levantar os índices de repetência no ensino fundamental e no ensino médio. O Brasil foi o centésimo colocado. Apenas sete países têm o índice de repetência maior do que o do Brasil, e esses sete países situam-se no continente africano. Esse fato demonstra que o discurso de V. Ex^a é oportuno, além de ser um alerta para que o Governo não apenas lance programas, mas os operacionalize. Parece-me que o grande mal do atual Governo é lançar muitos programas e não operacionalizar nenhum.

O **SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias. V. Ex^a também tem sido muito diligente como Presidente da Comissão de Educação.

O analfabetismo no Brasil reproduz as iniquidades que caracterizam nossa sociedade. Há muitos anos,

os economistas e os sociólogos nos alertam para a gravidade do cenário da concentração da renda e da riqueza no Brasil. Entre outros dados impressionantes, acrescenta-se que, no Brasil, a renda dos 20% mais ricos corresponde a 32 vezes a dos 20% mais pobres. São as desigualdades regionais entre riqueza e pobreza que tornam difícil a erradicação desse problema tão sério que é o analfabetismo no Brasil. Assim, a distribuição da população iletrada nas camadas sociais segue a mesma lógica: nos domicílios cujo rendimento é superior a dez salários mínimos, a taxa de analfabetismo é de apenas 1,4% o que quer dizer que, se os brasileiros ganhassem, em média, de 10 a 20 salários mínimos, a taxa de analfabetismo seria mínima, e não alarmante como é. Já entre as famílias que ganham menos de um salário mínimo, a taxa é de quase 30%. Vejam que a diferença oscila de 1,4% para 30%, tendo em vista a renda familiar.

O Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem declarado, desde as primeiras semanas de seu Governo, sua determinação em abolir o analfabetismo no Brasil. Para isso, criou, no âmbito do Ministério da Educação, a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo. O principal recurso para o cumprimento dessa meta é o Programa Brasil Alfabetizado, que funciona por meio de convênios com instituições alfabetizadoras de jovens e adultos. Dessa forma, procura-se conjugar esforços do Governo e da sociedade civil, a exemplo de diversas outras experiências bem-sucedidas nesse setor.

Senador Mão Santa, mesmo estando o meu tempo escasso, ainda assim concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Valdir Raupp, nós, que fomos prefeitos e governamos nossos Estados, fizemos alguns programas nesse sentido. Eu mesmo implantei um programa denominado Nenhum Piauiense Analfabeto. Mas quero dizer a V. Ex^a que, recentemente, fui ao Chile. Naquele País, havia uma lei que obrigava o Estado a garantir oito anos de estudos ao cidadão. Senador Tião Viana, V. Ex^a, que talvez seja a luz mais forte do seu Partido, o PT, atente bem: no Chile, o Presidente Ricardo Lagos, que foi Ministro da Educação depois da ditadura de Pinochet, houve três presidentes democratas, e S. Ex^a foi Ministro da Educação do primeiro deles agora substituiu a lei anterior: os 8 anos foram transformados em 12. Portanto, o Estado é obrigado a propiciar 12 anos de estudo aos cidadãos. Seriam como o nosso primário, o ginásio e o científico gratuitos e obrigatórios. Só não ocorre assim com a universidade, mas, nesse caso, os chilenos têm créditos e só começam a pagar dois anos depois de formados. O Chile, mesmo em condições de nature-

za mais adversas do que as nossas, tem um padrão de vida bem melhor do que o nosso. Tanto que dizem que Santiago é Londres, e que o Chile é a Inglaterra da América do Sul. Então, é isto: V. Ex^a está dando um grito, e, digamos, depois dele, teremos que buscar o exemplo da luz da educação. E mais: lá, cheguei à conclusão de que, a cada ano de estudo, a renda do cidadão aumenta 16%.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

A página do Ministério da Educação na Internet informa que esse programa pretende alfabetizar, gradualmente, 20 milhões de brasileiros: 3 milhões em 2003, 6 milhões em 2004, 6 milhões em 2005 e 5 milhões em 2006. Vê-se, portanto, que o Governo do Presidente Lula estabeleceu metas ambiciosas, gerando grandes expectativas nos meios educacionais e na sociedade brasileira como um todo. Ainda não houve a divulgação oficial de análises e resultado parciais da implementação do programa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os dados têm mostrado que as políticas de combate ao analfabetismo estão entre as mais ineficazes medidas historicamente tomadas pelo setor público no Brasil – isso ocorre há décadas. O Governo do Presidente Lula não pode perder a oportunidade histórica de reverter esse gravíssimo quadro. Seus especialistas possuem conhecimento técnico e experiência na condução de programas para tanto.

À sociedade, por sua vez, cabe colaborar de diversas formas, envolvendo-se com as políticas adotadas. Mas precisa, sobretudo, acompanhar minuciosamente os desdobramentos dos programas propostos pelo Governo Federal. É preciso que a opção pelas parcerias com instituições da sociedade civil, como instrumento prioritário no combate ao analfabetismo, conforme expresso no Programa Brasil Alfabetizado, não dilua nem diminua a responsabilidade dos órgãos governamentais, que têm a obrigação constitucional de enfrentar esse problema de forma eficiente.

Sr. Presidente, desde a semana passada, eu estava programado para debater este tema da tribuna. Coincidentemente, o jornal **O Globo**, de ontem, às páginas 10, 11 e 12, presenteia-nos com uma ampla matéria a respeito da educação de jovens e adultos no Brasil. Na reportagem, dizem que esse programa será implantado para valer. E os recursos do Fundef, que até então não estavam sendo destinados aos jovens e adultos, com a criação do Fundeb, passariam a lhes ser destinados também. Os Municípios e os Estados não vão matricular alunos acima de 15 anos, colocando-

os em salas de aula, porque ocupariam as vagas dos alunos do Fundef, que não recebem nada por isso.

No início do ano passado, apresentei projeto de lei na Comissão de Educação. A matéria, que ainda não veio ao plenário, recebeu parecer favorável do Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, destinando dinheiro do Fundef para jovens e adultos. Mas não será apenas por meio da iniciativa privada que vamos combater o analfabetismo no Brasil, o setor público também deve investir pesado na área. E somente o Fundeb ou o projeto que apresentei no ano passado poderão resolver o problema.

Atingidas as ambiciosas metas propostas por este Governo, Sr. Presidente, teremos alcançado um patamar superior no que se refere à superação das desigualdades sociais e à construção da cidadania no País. Permaneceremos atentos, reconhecendo os avanços e cobrando resultados efetivos das políticas para o setor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância e generosidade.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, e Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Eu que agradeço, Senador Valdir Raupp, pela oportunidade que V. Ex^a concede ao Senado Federal e a toda a população brasileira.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko, para uma comunicação inadiável.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conforme anuncio sempre, por menor que seja o tempo de que disponha para falar, e hoje é muito pequeno esse tempo, há dois assuntos aos quais sempre me dedico, nem que seja meio minuto. O primeiro diz respeito à aprovação da PEC paralela. É inaceitável! A PEC paralela foi aprovada pelo Senado Federal em dezembro. Já estamos em meados de abril e a Câmara não a aprova. Está aqui o Relator das PECs nºs 67 e 77. Sabe S. Ex^a, como todos nós Senadores e Senadoras sabemos, quanto nos custou em termos de trabalho, de discussão, de debates, de audiências públicas para que construíssemos a PEC nº 77, a PEC paralela, para agora estarmos vivenciando todo esse tempo sem sua aprovação na Câmara. Tenho já me pronunciado a respeito inúmeras vezes e continuarei cobrando todos os dias em que assomar à tribuna. É um ato de responsabilidade que tem que acontecer urgentemente.

O segundo tema refere-se à liberação dos recursos da Cide para as estradas. Há aqueles que dizem: mas já saiu até uma medida provisória repassando 29% dos recursos da Cide para os governos estaduais e a Senadora continua insistindo. Continuo insistindo, sim, porque esses recursos que foram repassados para os governos estaduais estão sendo aplicados, pelo menos no meu Estado, Mato Grosso, em estradas estaduais. E, uma vez que é repassado para os governadores, com certeza eles querem, devem e têm autonomia para aplicar esse recurso. Cobro aqui mais recursos da Cide para restauração, conservação e construção das estradas federais, que têm de ser repassados via Denit.

Não podemos crer que, repassando 29% para os governos estaduais, as estradas federais vão melhorar. Isso não vai acontecer, porque esses recursos estão sendo aplicados nas estradas estaduais. Queremos os recursos da Cide com a destinação para a qual essa contribuição foi criada, qual seja, conservação, restauração e construção de estradas federais, mas o dinheiro não está sendo aplicado. São R\$10 bilhões que estão com o Tesouro.

Quero falar a respeito de um assunto que o Senador Valdir Raupp já comentou: a educação. Se queremos que o País dê um grande salto, precisamos de um programa de geração de empregos, de reforma agrária e, sobretudo, de educação.

A educação passa por vários aspectos. Em primeiro lugar, pela universalização do acesso. Todos têm o direito a estudar em uma escola pública. É só bater na porta e dizer: “quero uma vaga”, e a vaga tem que existir. A Constituição assegura a todos os brasileiros educação pública, gratuita e de qualidade. Não estou preocupada com as escolas particulares, que continuem funcionando como uma empresa. Os recursos públicos têm que ser suficientes para que todos os estudantes tenham acesso à escola e, principalmente, para mantê-los na escola. Não adianta que todos tenham direito a um lugar na escola se depois não conseguem permanecer por uma série de outros motivos.

Por último, ainda com relação ao aluno, quero falar sobre a democratização das relações de poder. Só teremos uma escola de qualidade, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando tivermos uma mudança nas relações de poder que vão da escola à Presidência da República. Precisamos mudar essas relações. É uma discussão maior, mais profunda.

Para os trabalhadores em educação, é necessária uma formação permanente e condições dignas de trabalho, o que envolve também a questão salarial. Precisamos, fundamentalmente, de pesquisa. Educação para a mesmice não leva a mudanças, à transforma-

ção. Só conseguiremos que a sociedade mude para valer quando tivermos uma educação para a construção do conhecimento, ou seja, para a transformação e não para a mesmice. A serviço de quem um mais um são dois? Contra quem estão a divisão e a subtração? A favor de quem estão a soma e a multiplicação? É de educação para a transformação que precisamos neste País, uma educação dentro da visão de construção do conhecimento e não o simples repasse de conhecimentos. É uma discussão longa, apropriada e necessária para um grande projeto de educação para a transformação da nossa sociedade, do nosso País. É óbvio, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que é preciso alfabetizar todos os brasileiros. Não é possível continuar querendo dar um grande salto em desenvolvimento científico, tecnológico, com um número tão grande de analfabetos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Osmar Dias, do nosso querido Estado do Paraná, onde S. Ex^a, há pouco, inaugurou um grande centro de desenvolvimento para o turismo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Sr^{as} e Srs. Senadores, a Senadora Serys praticamente iniciou o tema que devo abordar nesta tarde, assim com o fez o Senador Valdir Raupp, que forneceu dados alarmantes sobre os ensinamentos fundamental e médio no País, a evasão escolar, a repetência e o analfabetismo, que persiste. Fiz um aparte ao Senador Valdir Raupp, dizendo que o Governo tem pecado em lançar programas, mas não operacionalizá-los. Lança idéias que não são acompanhadas da ação. Então, fica apenas na conversa.

Agora o Governo anuncia – e está no jornal **Folha de S. Paulo** – o programa Universidade para Todos. Falo como Presidente da Comissão de Educação do Senado. Vou levar esse assunto para debate na Comissão. Fizemos um requerimento, que foi aprovado na Comissão, para debatermos a reforma universitária e, dentro desse assunto, inclui-se também essa questão que o Governo apresenta com singeleza para a sociedade brasileira, mas que não é tão simples assim, a chamada venda ou compra de vagas, como foi denominada já a troca que o Governo pretende fazer de vagas nas universidades privadas por tributos de que abrirá mão.

Vejo uma grande distorção nessa proposta, principalmente em relação ao discurso de fortalecimento da universidade pública brasileira, que o PT sempre fez, sobretudo durante a campanha eleitoral e até mesmo durante sua gestão no Governo. Essa contradição já

vem chamando a atenção, inclusive, dos reitores das universidades federais, que criticaram duramente o projeto. E o fizeram com razão, porque o que se esperava é que o Governo do PT ampliasse o número de inscrições nos vestibulares e de vagas nas universidades federais – assim como esperávamos que o que ocorresse nos Estados governados por Partidos que apóiam o Governo Federal fosse coerente com o discurso deste. No entanto, o que vemos é o contrário.

No Paraná, por exemplo, o Governo do Estado mandou fechar 43 cursos universitários nas universidades estaduais, que estão proibidas de realizar o vestibular. Não estão prejudicados apenas aqueles que desejam prestar vestibular para esses cursos, mas os que já obtiveram o diploma neles, que será desvalorizado. Quem detém diploma de um curso superior fechado, evidentemente, levará junto a desconfiança do mercado de trabalho, que dirá: “esse curso, com certeza, não é de qualidade, porque senão não teria sido encerrado pelo Governo” – o que não corresponde à realidade.

O pior, Sr. Presidente, é fechar cursos como os da Universidade de Maringá e Londrina, que têm uma influência enorme no desenvolvimento regional. Fechar o Curso de Zootecnia, por exemplo, ou de Agronomia em uma Universidade como a de Maringá é promover o retrocesso; significa até desrespeito com a atividade econômica que sustenta o desenvolvimento da região e tem sido, na verdade, a base do desenvolvimento nacional: o agronegócio.

Isso ocorreu com outros cursos de tecnologia, inclusive com extensão, em Cianorte, que visavam à formação de técnicos que dão sustentação ao desenvolvimento de uma atividade econômica importantíssima naquela região: o setor têxtil.

Mas quero chamar a atenção para a reforma universitária e para a questão que envolve a universidade brasileira. De 1995 para 2004, as universidades brasileiras perderam, em recursos para custeio, 24%. Portanto, houve redução de um quarto, o que significa que é impossível remunerar bem professores ou servidores ou, ainda, manter essas universidades funcionando em um nível de qualidade que já tiveram e que não têm mais.

No que se refere aos investimentos, 70% foram reduzidos, ou seja, de cada R\$100,00 que se aplicavam em 1995, hoje se aplicam apenas R\$30,00 nas universidades federais. As 43 universidades federais estão praticamente numa única situação: a de dar dó.

O Hospital das Clínicas, hospital universitário paranaense que é referência para o mundo no transplante de medula óssea, está hoje numa situação de carência absoluta; seus profissionais são obrigados,

muitas vezes, a pedir contribuição da comunidade, para manter a prestação de seus serviços não apenas para o povo do meu Estado, mas do Brasil inteiro, que os procura em Curitiba.

Enfim, a universidade está numa crise financeira sem precedentes, e o Governo anuncia o Universidade para Todos. (Pausa.)

Sr. Presidente, estou tendo dificuldades. Vou para a outra tribuna, porque há uma conversa alta no meu ouvido, e fica difícil concentrar-me no que estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA. *Fazendo soar a campanha.*) – Peço aos Srs. Senadores e aos que estão na Tribuna de Imprensa que nos dêem oportunidade de ouvir o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Se eu estiver incomodando os Senadores que estão conversando, trocarei de tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A sua palavra está garantida, Sr. Senador.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu estava falando que o Governo do PT – talvez seja isso que tenha sido tão comentado aqui do lado – prometeu ampliar as vagas nas universidades públicas, mas, na verdade, reduziu-as.

Nós temos o seguinte dado: as 43 universidades federais detêm cerca de 530 mil vagas ocupadas. No Brasil, há um pouco mais de 3,4 milhões de estudantes universitários, entre os quais quase 2,5 milhões são estudantes de universidades privadas, sendo que 530 mil estão nas universidades públicas federais e 520 mil, aproximadamente, estão nas universidades públicas estaduais.

Pois bem, o ex-Ministro Cristovam Buarque, que hoje é Senador, fez um estudo segundo o qual, para dobrar o número de vagas nas universidades federais, o Governo precisaria investir de R\$800 milhões a R\$1 bilhão a mais. Ou seja, dobrando o recurso, dobraria também o número de vagas, para oferecer a esse universo de estudantes que deixam o ensino médio para ingressarem nas universidades. Ocorre que os investimentos nas universidades – como já falei anteriormente – estão decrescendo: para este ano de 2004, o que se prevê é a aplicação de R\$610 milhões a R\$620 milhões.

Então, há redução de recursos para as universidades federais, e o Governo tenta compensar isso, trocando vagas nas faculdades privadas por isenção de impostos. Mas quero oferecer alguns dados que demonstram que esse programa, pelo menos conforme entendo, não vai funcionar como o Governo espera. Hoje, os incentivos dados às entidades filantrópicas que

trabalham com o ensino superior já chegam a R\$840 milhões, o que é mais do que o Governo investe nas universidades federais e o mesmo número citado pelo estudo do MEC, o que possibilitaria a abertura de uma quantidade de vagas igual à já existente nas universidades federais. Em vez de 530 mil estudantes nas universidades federais, seriam aproximadamente um milhão de estudantes, caso esse dinheiro, que significa isenção para as filantrópicas, representasse captação de impostos pelo Governo. Se este vai abrir mão de mais impostos, seria necessário que garantisse aquilo que já está na lei: as filantrópicas são obrigadas a investir 20% da receita em gratuidade, ou seja, em oferta de vagas para alunos carentes. Mas isso não ocorre, porque não há fiscalização.

Se já está na lei que as entidades filantrópicas são obrigadas a destinar 20% da sua receita à gratuidade de ensino para alunos carentes, o que me garante que esse novo programa contará, efetivamente, com a troca de impostos por vagas para alunos carentes?

É claro que tenho o direito, assim como todo cidadão brasileiro, de duvidar que esse programa dará certo. Para mim, o que vai acontecer é que o Governo apenas deixará de recolher impostos, como o PIS, a Cofins, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, além da contribuição para o INSS. E sabemos que a Previdência Social continua em crise apesar da tentativa de reforma que foi feita por meio da PEC nº 77, cuja votação na Câmara dos Deputados aguardamos, acordo que até agora não foi cumprido. Espero que seja. O Brasil inteiro espera que o Governo tenha palavra inclusive para que possa manter sua credibilidade ou para recuperar um pouco a que tem perdido. Estamos aqui colocando em dúvida – eu estou colocando em dúvida – o programa que o Governo está lançando mediante o qual pretende trocar vagas. Diz o Governo que criará setenta e cinco mil novas vagas nas universidades privadas, vagas que serão trocadas por impostos.

Se o Governo não garante recursos para as universidades federais e abre mão de impostos, colocando à disposição das faculdades privadas o dinheiro desses impostos para que seja revertido em vagas, tenho o direito de duvidar que isso ocorrerá, porque as filantrópicas não estão trocando os 20% que a lei determina de gratuidade de ensino por vagas para alunos carentes. Os impostos que elas deixam de pagar somam R\$840 milhões todos os anos. Parece-me aqui mais uma generosidade do Governo para com entidades privadas abrir mão de recursos públicos que poderiam, se captados, ser transformados em mais vagas nas universidades federais. Sinceramente, não entendo essa iniciativa do Governo.

Por isso, como Presidente da Comissão de Educação, quero convocar o Ministro para debater essa questão, porque, se já temos uma lei que obriga as filantrópicas a reservarem 20% da receita para trocarem por vagas, não tenho dúvida alguma em colocar aqui, em discussão, um projeto do Governo que, para mim, será inócuo.

Na verdade, quando os donos de universidades privadas afirmam haver 530 mil vagas ociosas, trata-se muito mais de uma reserva de mercado do que propriamente de vagas ociosas, porque, com os novos critérios para a autorização e funcionamento de cursos, para a criação de novas vagas, os donos das faculdades privadas, preventivamente ou por precaução, criaram vagas a mais, o que não significa dizer que já têm à disposição professores em número suficiente para atender a uma demanda que crescerá de 10% a 20%, segundo anuncia o novo programa do Governo. Penso que essas vagas não existem realmente, que estamos falando de vagas reservadas para uma futura ampliação e não de vagas ociosas, com estrutura ou infra-estrutura das escolas e professores qualificados em número suficiente para atender ao aumento da demanda.

Então, Sr. Presidente, o Governo colocará à disposição das entidades privadas um dinheiro que está fazendo falta para as universidades federais do nosso País.

Quando estive na Comissão de Educação, o Ministro Tarso Genro foi questionado a respeito da abertura de cotas nas universidades e da venda de vagas. Ao defender a venda de vagas, S. Ex^a garantiu que teremos, dentro de muito pouco tempo, praticamente o dobro de alunos carentes, por esse processo de abertura de vagas, nas universidades privadas. Parece-me mais uma meta irreal, mais um dos lançamentos do Governo que não se concretizará, exatamente porque não há base técnica para isso. O Governo não consegue fiscalizar o que já existe; não conseguirá também fiscalizar o que está criando agora.

Além disso, é preciso reconhecer a situação das universidades federais que estão localizadas no sul País – no Rio Grande do Sul, são quatro ou cinco universidades; em Minas Gerais, são oito universidades federais, sendo 43 no Brasil. Temos, no Paraná, uma universidade que vem a cada ano se depreciando no que se refere a sua infra-estrutura e a sua capacidade de especializar, qualificar os seus professores. Não vejo uma política, de forma transparente, cristalina, do atual Governo, de se fazer a inclusão da classe trabalhadora, ou, pelo menos, dos mais carentes e mais necessitados em nosso País na universidade pública ou no ensino gratuito, como queiram, exatamente porque o

Governo não coloca recursos suficientes para que as universidades dêem conta do recado. As universidades são cobradas em relação a essa qualidade. Agora, vamos tratar da reforma universitária. Mas não se fala em reforma universitária sem falar em autonomia das universidades, sem se falar, sobretudo, em capacidade financeira para que as universidades possam continuar com seus serviços de extensão, com o ensino e, principalmente, com a pesquisa. Essa pesquisa tem sido negligenciada pelas universidades públicas não porque querem, mas por absoluta falta de recursos a que são condenadas praticamente todas as universidades brasileiras.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Osmar Dias, estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex^a, assim como todo o País também o ouve. Quero dar o meu testemunho da admiração que hoje tenho por V. Ex^a. Nos 180 anos de Senado, mesmo com Rui Barbosa, é difícil saber quem foi o melhor, mas afirmo que V. Ex^a está entre os melhores Senadores da História da República, pela competência, obstinação e altruísmo com que V. Ex^a preside a Comissão de Educação, a mais importante desta Casa. Para concluir, registro que o último livro que li foi de Carlos Werneck de Lacerda: **O Poder das Idéias**. Ele simplificava: “Se se quer saber se um país vai bem, basta analisar as universidades. Se elas estão bem e são fortes, o país vai bem. Se estão ruins, vai mal”. V. Ex^a aborda esse caso e, mesmo não sendo médico e, sim, engenheiro agrônomo, está fazendo o diagnóstico dessa patologia que afeta nossas universidades.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a as palavras, o carinho e o aparte.

Sr. Presidente, ao finalizar o meu pronunciamento, reafirmo que a Comissão de Educação não ficará omissa diante de tantos anúncios feitos pelo Governo na área de Educação.

Quando Ministro, o Senador Cristovam Buarque esteve três vezes na Comissão de Educação para falar da reforma universitária e do programa de quotas, que também precisa ser mais discutido porque talvez o critério racial não seja o melhor. Temos em nosso País milhares de pessoas de todas as raças que, nas condições sociais em que se encontram, jamais poderão ingressar na universidade. Talvez o projeto do Senador Sérgio Cabral, que foi aprovado na Comissão de Educação e que institui a quota social pela renda, fosse muito mais adequado e deveria ser adotado, neste momento, pelo Ministério da Educação.

Sr. Presidente, esta questão da venda ou troca de vagas por impostos precisa ser melhor discutida

pela Comissão de Educação. Já estamos debatendo o financiamento das empresas de televisão e da mídia impressa que o BNDES pretende conceder para pagar dívidas daquelas empresas. A Comissão de Educação vai se debruçar sobre os assuntos, polêmicos ou não, que sejam do interesse da sociedade brasileira, porque não podemos nos omitir quando o Governo deixa de cumprir o seu papel de fortalecer e ampliar as vagas nas universidades federais para tentar, de forma paliativa e talvez até para se esconder atrás desse programa, fugir da sua responsabilidade, para falar em troca de impostos por vagas nas universidades privadas.

Estou colocando esse programa em dúvida, sim, porque entendo que o Governo não está tendo a competência para, primeiro, ampliar aquilo que prometeu, ou seja, as vagas nas universidades federais, e, segundo, fiscalizar que as entidades privadas filantrópicas ofereçam 20% da sua receita em vagas gratuitas para alunos que ganham menos ou que têm renda familiar, **per capita**, menor que um salário mínimo e meio.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Antes de conceder a palavra aos oradores inscritos, concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Já chegou a autorização da Liderança, Senadora?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Já, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Então V. Ex^a já pode usar o seu tempo.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos para falar em nome da Liderança.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – São vinte minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– São cinco minutos. O tempo foi reduzido. Estamos em medida de contenção de tempo.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – É interessante como para nós o tempo sempre é reduzido.

Aceitarei os cinco minutos e falarei de duas questões que considero muito tristes, ocorridas nesses dias, no Estado de Rondônia e em nosso País. Depois, falarei sobre a Conferência da Amazônia.

Mas deixo claro, aqui, o meu repúdio a esse tipo de questão, porque outros Líderes falam até cinquenta minutos aqui. A partir de agora, Sr. Presidente, farei questão de registrar isso diariamente. Farei o **Diário do Senado Federal**.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senadora Fátima Cleide, quero apenas dar a explicação que a Mesa me solicita: como se trata de uma sessão não deliberativa, o tempo estipulado pelo Regimento da Casa é de cinco minutos para todos, independente de Partido.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Não há problema. Serei fiscal do tempo no Senado, a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – V. Ex^a, com certeza, terá tempo para o seu pronunciamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Se for possível, Sr. Presidente, cederei meu tempo, de vinte minutos, para a Senadora Fátima Cleide e ficarei com seu tempo de cinco minutos, pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador, não posso decidir em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, mas, por delegação de competência de outros Senadores e por parte da Mesa, não há problema algum.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Senador Sibá Machado, agradeço e farei uso apenas de cinco minutos do seu tempo. Portanto, ficarei com dez minutos, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Está bem, Senadora.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com muita tristeza, registro hoje o episódio ocorrido, divulgado em rede nacional de imprensa e via satélite para todo o mundo, no sábado, no meu Estado de Rondônia, na cidade de Espigão D'Oeste.

Notícias desconstruídas ocuparam todos os meios de comunicação desde a última quinta-feira, sobre trágico incidente havido entre garimpeiros e índios Cinta Larga da reserva Roosevelt – em Rondônia. Mais uma vez, mais um conflito na reserva Roosevelt oriundo da ganância da nossa sociedade.

Impressionam a genérica ausência de um elemento fundamental nos fatos noticiados. Os garimpeiros, que também são trabalhadores, e merecem o nosso respeito, entraram ilegal e clandestinamente na área indígena. Tinham plena consciência da transgressão que cometiam e não o faziam pela primeira vez. Na véspera, quinze deles, flagrados em atividade ilegal e

criminosa, foram levados pelos próprios índios à barreira de fiscalização da Funai na entrada de suas terras.

Como é a prática dos veículos locais de comunicação, o foco da maior parte das notícias sobre esse episódio carregou “na índole selvagem dos índios” que “chacinaram” garimpeiros trabalhadores.

É lamentável, Sr. Presidente, que as notícias veiculadas tendam a colocar os índios como vilões e os garimpeiros como vítimas dos índios, sem rememorar estupros e assassinatos contra os índios, a própria invasão das terras indígenas e os crimes ambientais cometidos pelos garimpeiros.

O índio seqüestrado e amarrado durante doze horas, em praça pública, na Cidade de Espigão D'Oeste, chama-se Marcelo Kakin Cinta Larga, professor bilíngüe sem envolvimento com o garimpo. Foi seqüestrado em plena luz do meio dia, próximo a uma delegacia de polícia, torturado, amarrado e malhado como Judas, Senador Mão Santa, em pleno Sábado de Aleluia.

É um absurdo que coisas desse tipo aconteçam em pleno século XXI!

Enquanto isso, a polícia militar do meu Estado apenas cercou o índio, em vez de tirá-lo daquela situação, no mínimo, constrangedora. Cercou-o e deixou que ficasse por ali até a noite do sábado.

Sr. Presidente, lamento que episódios como esse ainda aconteçam no nosso Estado, na nossa Amazônia, até porque os garimpeiros, desempregados, têm sido estimulados por políticos locais, sim, a acreditar que poderão melhorar de vida invadindo terra indígena. Contudo, a experiência histórica tem sido a manipulação de garimpeiros enviados para abrir frentes de exploração, que, uma vez regularizada, é dominada por grandes empresas mineradoras.

Situação difícil e que também merece minha solidariedade expressa é a da Prefeita do Município de Espigão D'Oeste, Lúcia Tereza Rodrigues dos Santos, que fica com as sobras da violência para administrar. Sr. Presidente, a situação exige urgente campanha de esclarecimento e sensibilização da população rondoniense em favor de um relacionamento saudável, harmônico e solidário com os povos indígenas que compartilham o território e os recursos naturais da região, e contra a ação antiindígena e até xenófoba da mídia local. Um diagnóstico etnoambiental da terra indígena Cinta Larga também é urgente, bem como um plano de gestão da terra indígena que garanta atendimento a saúde e educação, fortalecimento da cultura, desenvolvimento socioeconômico sem agressão ao meio ambiente e proteção do território indígena e dos povos que ali vivem.

Caso não sejam tomadas providências, correremos o risco de ver repetido o genocídio dos Cinta Larga,

conhecido como o Massacre do Paralelo 11, ocorrido no ano de 1963. É lamentável, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que isso ocorra justamente no mês de abril, quando deveríamos discutir políticas públicas que resguardassem a segurança e a cultura de nossas etnias.

Gostaria ainda de expressar a minha solidariedade e a solidariedade dos amazônidas ao nosso companheiro, Senador João Capiberibe. Nesse sentido, Sr. Presidente, faço questão de ler, para que seja registrado nos Anais do Senado Federal, o texto do jornalista Ricardo Noblat, que diz:

As testemunhas admitiram receber “uma mixaria” para depor.

O destino de João e Janete

Na próxima quinta-feira, o ministro Fernando Neves, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dará seu voto no julgamento que poderá cassar os mandatos do senador João Capiberibe e de sua mulher, a deputada federal Janete Capiberibe, ambos do PSB do Amapá. Três dos sete ministros do TSE já votaram pela cassação. O casal é acusado de ter comprado o voto de duas eleitoras por R\$26 cada um, pagos em duas prestações – a primeira de R\$6 e a segunda de R\$20.

João foi prefeito de Macapá e governou o estado duas vezes. Vereadora e três vezes deputada estadual, Janete é a deputada federal mais votada da história do Amapá. Durante a ditadura de 64, os dois pertenceram à Aliança Libertadora Nacional e pegaram em armas contra os militares. Presos, fugiram para o Chile em 1970 e, dali, para o Canadá. Serviram ao governo socialista de Samora Machel em Moçambique. Retornaram ao Brasil com a anistia de 1979.

O Ministério Público Eleitoral do Amapá recusou-se a oferecer denúncia contra o casal por achar que inexistiam provas convincentes do crime de compra de votos. Por quatro votos contra três, o Tribunal Regional Eleitoral absolveu o casal. O processo foi parar em Brasília por iniciativa do ex-Senador Gilvan Borges, do PMDB. Se Capiberibe perder o mandato, Borges ocupará sua vaga.

Levadas por Borges, as eleitoras Rosa Saraiva dos Santos e Maria de Nazaré da Cruz Oliveira, moradoras de um bairro pobre de Macapá, declararam à Justiça que venderam seus votos a Maria Rosa Gomes, militante do PSB. Maria Rosa desmentiu-as. Em novembro do ano passado, as duas procuraram um dos

advogados de Capiberibe. Sem que soubessem, o encontro foi filmado.

A fita mostra que as duas admitiram ter recebido dinheiro de Borges para depor contra o casal Capiberibe (“uma mixaria”, disse uma delas). Mas que estavam dispostas a inocentar o casal em troca de R\$20 mil. À época Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro deu parecer pela cassação dos mandatos do casal. O Ministro-Relator do caso no TSE, Carlos Veloso, encampou o parecer de Brindeiro. O Senador Capiberibe admite que descuidou do processo porque jamais imaginou que poderia perdê-lo.

Senador João Capiberibe, faço questão de que essa matéria seja transcrita nos Anais do Senado Federal, porque tenho total confiança na sua pessoa. Conheço a sua luta no Amapá e sei que essa luta incomoda muito as elites, não apenas as do Amapá, mas, principalmente, aquelas que querem dominar o Brasil. Portanto, conte conosco. E digo ainda que também os participantes da III Conferência da Amazônia, realizada em Porto Velho no início deste mês, foram unânimes em solidarizar-se com V. Ex^a e com a Deputada Janete.

Conheci o Amapá governado pelo então Governador João Capiberibe. Talvez nunca tenha tido oportunidade de dizer-lhe, mas, como defensora do desenvolvimento sustentável da Amazônia, uma das coisas de que mais me orgulho foi ouvir um taxista falar-me do PDSA. Perguntei-lhe: “O que é isso?” E ele me respondeu: “É o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá”. A mesma coisa ocorreu em uma pequena banca do mercado. Isso significa, Senador João Capiberibe, que a população do Amapá soube entender qual era o governo que o defendia, governo esse que implantou no Estado um plano de desenvolvimento sustentável para a população.

Fica aqui nossa solidariedade, nosso abraço fraterno. Conte conosco para o que der e vier, Senador João Capiberibe.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Peço a palavra pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA.) – Na ausência do Líder, concedo a palavra, como Líder, ao Senador Ney Suassuna,.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, percorri alguns Estados do Brasil durante os festejos da Semana Santa. Tendo voltado

recentemente de meu Estado, a Paraíba, fui à Bahia e ao interior de dois Estados vizinhos.

É deplorável a situação das estradas brasileiras. Para um País que fez a opção do transporte rodoviário, é mortal a situação em que se encontram nossas estradas.

Implantamos a Cide, que já rendeu milhões e milhões de reais, mas o dinheiro ainda não chegou para a recuperação das estradas. Na Paraíba, Senador Mão Santa, tínhamos orgulho de ter a melhor rede rodoviária do País. É um Estado pequeno, seco, com estradas que se mantinham em bom nível de conservação. Hoje, não temos estradas, mas buracos coligados no antigo leito de uma estrada. E isso tem causado transtornos muito sérios à população, seja da Bahia, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, seja do Piauí.

No caso da Paraíba, Sr. Presidente, a duração dos percursos aumentou muito. No caso de Itaporanga a Patos, antes se gastavam 45 minutos; hoje, estão sendo gastas três horas e meia. E o pior: os acidentes são constantes, danificando viaturas e acarretando perda de vidas. Em duas semanas, seis pessoas morreram. Em uma cidade, Cachoeira dos Índios, morreu o vice-Prefeito em um acidente de carro; agora, morreu o Prefeito. Essa cidade fica um pouco mais longe, e o deslocamento até a capital significa uma loteria. Com tantos buracos na estrada, dificilmente se chega à capital sem que haja um acidente sério, sem que se quebre a barra de direção ou a suspensão. E isso tem custado vidas. Em duas semanas, no trajeto de Itaporanga a Patos, três motociclistas quebraram o pescoço, pois bateram em um buraco e foram arremetidos ao chão.

Não sei até quando continuaremos dessa forma. O povo brasileiro é paciente, tranquilo e nunca perde a esperança. Mas quantos Senadores já vieram a esta tribuna, Senador Mão Santa, reclamar da situação caótica das nossas estradas? Contudo, nada foi feito até agora. Aliás, a cada dia que passa, a situação fica pior. E o prejuízo será muito grande, principalmente no caso do Nordeste e de outros lugares do País que passaram por grandes chuvas, pois a própria base das estradas está-se acabando, e assim será mais caro consertá-las.

Então, em nome do PMDB, deixo aqui a nossa preocupação. É preciso que o dinheiro da Cide, que está sendo retirado para áreas administrativas ou financeiras do País, seja aplicado para o fim para o qual ela foi criada: a melhora do nosso sistema rodoviário, em um País que depende da malha rodoviária para que a mercadoria chegue ao consumidor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, por permuta com o Senador Papaléo Paes.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o assunto que me traz hoje a esta tribuna refere-se à forma da homologação ou não das terras indígenas, principalmente no que diz respeito à Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima.

Procurei acompanhar de perto todos os debates travados até agora em relação àquela região, principalmente no Estado de Roraima; procurei conversar com muitas pessoas sobre o assunto e, agora, li o relatório apresentado por uma das comissões – ainda não li o relatório que está sendo elaborado pela Comissão aqui do Senado, mas li o da Câmara. Também li, no jornal **Folha de S. Paulo** de hoje, comentários sobre o que aponta o relatório. Além disso, fui à procura de artigos de lei, pronunciamentos, artigos publicados na imprensa, feitos por várias pessoas que já se debruçaram sobre o assunto.

De tudo isso, o que vejo é que existe uma dúvida muito grande quanto à homologação ou não, de imediato, de Raposa Serra do Sol.

Uma delas é que, em toda área indígena, há problemas tanto de subsolo como de solo, problemas em relação aos recursos hídricos e em relação às fronteiras, ou seja, estão sendo alegados vários problemas. O jornal **Folha de S. Paulo** cita o relatório da Câmara no tocante às regiões de fronteira, menciona a questão da nova faixa e fala do problema da descontinuidade das populações que habitam em mais de um país, como os ianomâmis e, principalmente, a população de Raposa Serra do Sol.

Em relação à situação das fronteiras, li importante documento da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, que constituiu CPI para estudar os limites dos Municípios do Estado. Quero até parabenizar os membros da Assembléia pelo brilhante trabalho. A primeira lei que se reporta a terras em áreas de fronteira é a Lei nº 601, de 1850, que, no seu art. 1º, estabelece:

Ficam proibidas aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros, em zonas de até dez léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.

Portanto, o Imperador Dom Pedro I já estava preocupado com a situação do Brasil com os seus países vizinhos.

A segunda lei é da Constituição Federal de 1934, que estende esse limite de dez léguas, aproximadamente 66 quilômetros, para 100 quilômetros. Já em 1939, ainda no Governo de Getúlio Vargas, o Decreto-Lei nº 1.164, de 18 de março de 1939, fixou essa área para 150 quilômetros e, em 1988, a Constituição Federal reafirmou esse limite de terra.

Isso quer dizer que essas terras são de propriedade da União. Então, como ficam as terras indígenas que se localizam nas fronteiras com os países vizinhos? Diz o art. 20 da Constituição Federal:

Art. 20. São bens da União:

.....

XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

.....

§ 2º A faixa de até 150 km de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Vou ler um trecho de artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 19 de novembro de 1996, de autoria do então Ministro Jarbas Passarinho:

Ora, a demarcação das terras indígenas era obrigação imperativa da norma constitucional no prazo de cinco anos a contar da promulgação da Carta Magna. Fazê-la de maneira contínua, e não como procedera o Governo anterior, foi meu dever, depois de me familiarizar com estudos de antropologia cultural. A terra lanomâmi era, e é, tradicional e permanentemente habitada por eles. Aliás, desde tempos imemoriais, “imprescindível ao seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”, como prescreve o texto constitucional. O art. 20 da Constituição declara as terras indígenas como bens da União. Logo, as terras não são propriedade dos índios, que é o primeiro equívoco dos “nacionalistas epidérmicos”. Ademais, as jazidas em lavra ou não de recursos minerais pertencem à União, nos termos do art. 176 da Constituição.

Finalmente, a faixa de fronteira “é considerada fundamental para a defesa do território nacional e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei”, segundo o § 2º do mesmo art. 20 da Constituição. A terra demarcada situa-se na faixa de fronteira. Está, pois, a soberania nacional plenamente garantida.

E ele ainda diz que, com isso, a terra está duplamente sob a propriedade do Governo Central. Nesse caso, Sr. Presidente, a segurança de fronteira não é o grande problema.

Portanto, se há três leis rigorosas tratando da região de fronteira e o relatório aponta para mais uma nova faixa, pergunto: é para essa nova faixa ficar totalmente desabitada? Se é uma área totalmente desabitada, quem vai prestar a segurança nacional? É para ser habitada, ter sua população adensada, criando-se cidades e povoados? Se isso acontece, então, não podemos induzir um novo arco do desmatamento no extremo norte do País.

Os dados apresentados pelo INPI mostram o arco do desmatamento saindo de Porto Velho até São Luiz, no Maranhão, acelerando a chegada do desmatamento do centro para o norte. Então, ao se criar uma nova faixa de fronteira, com densidade de ocupação muito grande, podemos estar criando um segundo arco do desmatamento.

Esse é o primeiro ponto que eu gostaria de discutir melhor sobre áreas indígenas em zona de fronteira.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Uma importante revista semanal publica, nesta semana, matéria sobre o grande número de ONGs nessas áreas, inclusive na Raposa/Serra do Sol, com bandeiras da União Européia hasteadas. Entrevistaram uma francesa de uma das ONGs que disse: “Aqui, a responsabilidade é da Europa”. Indagaram por que não havia bandeira do Brasil e ela respondeu: “O Brasil não colabora com nada”. A preocupação de qualquer um que se interessa pelo poder nacional é que, com tanta infiltração e tão pouco controle de nossa parte, daqui a pouco irão criar uma nação lanomâmi reconhecida no exterior e com problemas. Talvez seja demasiado o tamanho da área para quinze mil índios, mas o Exército brasileiro poderia fixar os seus postos lá, para que uma reserva indígena na fronteira com outro país não traga conflitos desnecessários para as gerações futuras de brasileiros. Vamos dar as terras de que eles necessitam, mas não precisa ser na fronteira com outro país. Eles podem tranquilamente ter lar na Calha Norte, em uma área de militares que estejam protegendo a nossa fronteira, para não gerar esse tipo de problema. Não estou dizendo que os índios não sejam capazes de fazê-lo, embora alguns caciques estejam indo para Europa falar em nação indígena, quando a nação é uma só: a nossa nação brasileira. Realmente, ficamos meio divididos com essa situação, principalmente nós que não

somos da região e não a conhecemos bem. Entretanto, se são várias etnias em uma região de 15 milhões de hectares para 15 mil índios, isso realmente é algo a se pensar. Deixo registrada a matéria publicada pela revista esta semana, mostrando, inclusive, que não foi encontrada nem bandeira brasileira pelos militares que foram visitar as ONGs, que não são poucas e que não estão controladas pelo nosso Governo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Ney Suassuna, agradeço a observação. O tema abordado por V. Ex^a é um dos pontos que pretendia citar. Até agora tentava descrever minha preocupação com as áreas de fronteira e defender a demarcação em áreas contínuas. Se essa era uma das dúvidas, não é mais.

A segunda questão que desejava abordar refere-se ao tamanho do território. Até agora, tentei explicar o que se discute, com respaldo no art. 231 da Constituição Federal, acerca da área mínima necessária para que uma comunidade indígena possa sobreviver. Os níveis tecnológicos são muito diferentes. Se o modo de vida indígena requer uma área muito maior do que aquela apontada pela mecanização, o Governo deve respeitar. O problema não é o tamanho da área para o indígena, pois estava em questão o mínimo necessário para sua sobrevivência. Se fizermos uma alteração brutal, estaremos desconsiderando o precedente constitucional da área de preservação e conservação.

Senador Ney Suassuna, V. Ex^a falou sobre a presença de pessoas talvez desconhecidas pelo Poder Público. Essa questão também nos preocupa. É claro que qualquer instituição, qualquer organização, em qualquer Estado ou localidade brasileira, para fazer alguma manifestação, precisa do conhecimento e do consentimento do Poder Público. Por isso, instituições dessa natureza devem ser fiscalizadas e até mesmo convidadas a se retirarem, se for o caso, como já ocorreu quando da tão propalada questão da biopirataria.

Falando ainda sobre terra indígena, sobre a situação da área de Raposa/Serra do Sol, apresentada como um empecilho ao desenvolvimento do Estado, devo dizer que, se demarcarmos aquela área descontínua, estaremos abrindo um novo precedente para todas as áreas já demarcadas.

São mais de cem áreas hoje no Brasil inteiro com realidades desse tipo. Assim poderemos estar abrindo um precedente descomunal de novas contestações e não mais uma zona de conflito, mas uma centena de novos conflitos. Principalmente a região do Estado do Mato Grosso ao Amapá, há situações semelhantes a essa, muito próximas umas das outras.

No Acre há cinco ou seis etnias – não vamos chamar de nação, porque essa é a forma como eles

se denominam, que chamamos tradicionalmente de populações indígenas. A preocupação de que uma população indígena mantenha suas características e possa vir a se constituir em nação também é desnecessária, porque sabemos que há comunidades de japoneses, italianos, holandeses, poloneses e alemães, que preservam suas tradições e cultura, têm escolas próprias e, em alguns casos, até os dez anos de idade, não falam Português. Se há a preocupação de que as comunidades indígenas possam provocar uma rebelião, em busca da autodeterminação ou da constituição de um novo território, então deveríamos nos preocupar também com as comunidades estrangeiras. Em Goiás e Mato Grosso, por exemplo, encontramos núcleos de populações russas, ucranianas, que preservam a sua cultura. Portanto, esse também não é um problema.

Quanto à situação do desenvolvimento: para onde e como crescer? O Estado tem a preocupação com áreas de terra para a sua autogestão. O Acre tem 15 milhões de hectares, que se encontram quase na totalidade sob a égide da Constituição Federal, em uma área de 150 km de fronteira. Ou seja, o Governo do Acre não tem competência nem determinação sobre as terras do Estado. Temos menos de 5%, apenas duas pontas do Estado que estão fora dessa jurisdição. E estamos conseguindo trabalhar. Fez-se o zoneamento do Estado, que estabelece o que é terra de preservação, o que é área indígena, o que é área para agricultura, para pecuária e para exploração madeireira. Esse também não é o nosso problema.

Qual é, então, o problema? O subsolo. Quem determina o uso do subsolo? A Constituição preceitua que quem determina o uso do subsolo é o Congresso Nacional, o Conselho de Defesa Nacional e a Presidência da República, que, por meio de lei complementar do Congresso Nacional, poderão definir como usar um subsolo rico em minerais caso esteja em terras indígenas, inclusive dando o direito de participação das comunidades indígenas nos lucros dessa exploração. Esses não são os problemas do Estado de Roraima.

Tememos que uma orientação malfeita, talvez no afã de acertar e de resolver logo o caso, possa induzir o Presidente da República a tomar uma atitude que seja passível de contestação e de esticamento do problema e, pior, de agravamento, abrindo um precedente para que outras áreas venham a sofrer o mesmo problema.

Assim, a solução para aquele caso seria: para demarcação em área contínua, o Município deveria ser deslocado, por não poder localizar-se em área indígena. Sendo assim, sugerimos que não seja necessário extinguir o Município, basta que a sede do Município

seja transferida de um ponto para outro, fora da área indígena e toda a base territorial do Município manter-se-ia a mesma. Então o Município de Uiramutã não seria extinto, seria mantido.

Ao promovermos essa mudança de sede para um ponto às margens de uma rodovia federal asfaltada, estaríamos propiciando, inclusive, um ganho importante para aquela comunidade. O Governo Federal precisaria construir essa nova cidadezinha.

Há outras compensações para o uso do solo daquele Estado. O Incra tem demonstrado total interesse em abrir novas áreas para assentar todas aquelas pessoas que poderão vir a sair ou que até já saíram de outras áreas indígenas, como São Marcos e outras, e que não receberam a sua terra de direito. O Incra está se dispondo a conseguir essas terras, que podem chegar a quase um milhão de hectares.

Portanto, o que vejo é uma política negociada de compensações para que possamos eliminar essa pauta negativa do Governo do Estado de Roraima e do Governo Federal e ainda não abramos um precedente violento do qual possamos nos arrepender.

Não se trata de pressão internacional ou de estarem cobrando isso do Presidente. Creio que o Presidente demonstrou muito equilíbrio ao não tomar uma atitude unilateral e precipitada, procurou estudar melhor os fatos, tanto que não tomou a decisão até agora. Mas acreditamos que, hoje, os elementos estão mais claros.

Gostaria que, tendo acesso aos relatórios, não precisássemos votá-los imediatamente, seja aqui no Senado ou na Câmara, para que pudéssemos analisar melhor os pressupostos que preocupam as pessoas que estão propondo a descontinuidade da faixa de fronteira, e vencermos esse medo.

Li todos os artigos do ex-Senador Jarbas Passarinho e alguns acórdãos do atual Ministro do Supremo, Nelson Jobim, Ministro da Justiça à época. Procuramos ouvir uma série de juristas envolvidos nessa questão. E a conclusão é que, realmente, não há o que temer.

Se considerarmos que o medo seja o da ocupação do Território Nacional, precisamos nos lembrar que vários países possuem tecnologias avançadíssimas para fazer a ocupação de um território, vide o que se deu no Golfo, no Iraque e nas áreas atingidas pelas guerras. Nas guerras atuais vemos o uso da alta tecnologia. Se quiserem ocupar, eles o farão, independentemente de haver meia dúzia de índios em uma faixa de fronteira. Não é isso que vai proteger o Território Nacional.

A SRA. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senador Sibá Machado, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pois não, Senadora.

A SRA. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Desejo apenas parabenizá-lo pelo pronunciamento. Tenho acompanhado o seu trabalho na Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas e posso testemunhar o esforço sobre-humano que V. Ex^a faz para apresentar propostas para essa situação. Entre todos os integrantes da Frente, V. Ex^a foi quem apresentou uma proposta que considero exequível. Parabéns a V. Ex^a. Sobre esse receio em relação à faixa de segurança nacional plantado no meio político e na população, entendendo que é uma coisa que já deveria ter sido superada, porque, afinal de contas, a nossa história mostra que quem mais defendeu as fronteiras no Brasil para que elas existissem hoje como são foram os nossos indígenas. O Senador João Capiberibe, há pouco tempo, numa audiência em que estávamos com o Ministro da Articulação Política, Aldo Rebelo, dizia que desafiava alguém a mostrar um palmo de terra que tenha sido conquistado em nossa fronteira por militares. Na realidade, os nossos indígenas sempre garantiram essa segurança e esse marco fronteiriço para o Brasil, principalmente na nossa Amazônia. Creio que devemos, como responsáveis pela elaboração de políticas para as nossas populações, inclusive indígenas, discutir formas de contribuição para que a relação dos índios e não-índios possa ser mais harmoniosa. Devemos pensar em oferecer uma educação diferenciada, um sistema de saúde diferenciado, uma assistência diferenciada, até porque se, hoje, considera-se que há muita terra para poucos índios, isso se dá justamente porque, algum tempo atrás, tiramos muita terra deles. No meu Estado, há um exemplo bem claro, que são os Karitianas, que moram próximo à cidade de Porto Velho, que chegaram a se resumir a apenas cinquenta e, a partir da demarcação e da homologação das suas terras, estão ampliando a sua população e, atualmente, chegam a um mil habitantes. Entendo que assegurar a existência desse povo significa assegurar também a sua terra. Obrigada, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senadora Fátima Cleide.

Sr. Presidente, eu gostaria de saber se ainda é possível ouvir o Senador João Capiberibe. (Pausa.)

Com prazer, concedo um aparte ao Senador João Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador Sibá Machado, o Brasil é um País multicultural, multiétnico, portanto, mestiço; e temos a grande chance de construir uma civilização respeitando as diferenças. A questão indígena em nosso País é fundamental na construção do processo democrático, na convivência com as diferenças. Avançamos muito. O Brasil tem uma legislação que garante direito aos povos indígenas,

que garante aquilo que é fundamental para o índio, mas que lhe foi retirado: a terra. Venho de um Estado fronteiriço. Há mais de 600 quilômetros de fronteira com o Departamento Francês da Guiana. A política indigenista da França garante alocação familiar, renda mínima para todos os povos indígenas que vivem do lado da Guiana. No entanto, aquela fronteira é dividida entre vários povos: os Palikur, que são povos do tronco Caribe; os Karipunas, que são povos recém-formados – uma junção de remanescentes de várias etnias que dividem a faixa da fronteira; e os Waiãpi. Os índios que vivem no Brasil tentam permanentemente convencer os índios que vivem do outro lado da fronteira a virem morar no Brasil, porque o Brasil lhes garante a terra. Mesmo recebendo dinheiro, eles saem da Guiana para morar no Brasil. Portanto, a nossa política indigenista e as nossas leis são generosas. E temos a convicção de que são os povos indígenas que vivem naquela fronteira que dão a dimensão da nacionalidade brasileira. A presença deles é decisiva para a segurança nacional. Os índios, na verdade, representam a garantia de respeito às nossas fronteiras, e, nesse aspecto, já existe uma integração entre o SIVAM e eles. Há dois meses, passei dois dias com os Palikur. Encontrei um posto naquela área indígena com telefone e fax em contato direto com as nossas Forças Armadas. Portanto, essa integração é que garante a segurança nacional, e não o *apartheid*, não a insistência em se desconhecer a importância da contribuição dos povos indígenas. Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Ao encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar que a presença militar em áreas de fronteira dentro de terras indígenas, além de ser uma prerrogativa constitucional, significa tranquilidade, e as comunidades concordam com isso.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, próximo orador inscrito.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, desejo anunciar que amanhã será um dia que julgo importante para a democracia brasileira, para a história do Senado Federal e para a soberania do voto no Brasil. Esperamos que todos os líderes partidários se manifestem em solidariedade ao nobre Senador João Capiberibe, pela situação que está enfrentando no Estado do Amapá.

Há poucos instantes, eu conversava com o Líder Arthur Virgílio, do PSDB – por sua história política, pela sua biografia de homem que olha com os olhos da liberdade para o nosso País, para a democracia brasileira – sobre a defesa intransigente da legitimidade, da autoridade das instituições públicas. Estamos apreensivos pela autonomia do voto, pela autoridade que a democracia deve ter sobre todos. Sem dúvida alguma, a situação em que vive hoje o Senador João Capiberibe é delicada e traz muita apreensão a todos que acreditam na democracia e que respeitam e cultuam a autonomia do voto.

A Amazônia brasileira, de modo muito distinto, passa por um momento de cautela, de preocupação e transfere toda a sua apreensão para a confiança no Tribunal Superior Eleitoral, que, sem dúvida, adotará uma medida sábia, de salvaguarda do processo democrático institucional brasileiro no julgamento do caso do Senador João Capiberibe. Mas reservo para o dia de amanhã a minha manifestação como Líder do Partido dos Trabalhadores, que solicitei, já que a nossa Líder efetiva, Senadora Ideli Salvatti, está afastada por uns dias em razão de problemas de saúde.

Sr. Presidente, mas o que me traz, neste momento, à tribuna do Senado Federal é o registro – que faço com muita satisfação – da viagem do Presidente Lula ao Estado do Acre, que ocorreu há poucos dias. O Presidente Lula cumpriu, ao lado da sua esposa, nossa companheira Dona Marisa da Silva, uma bela agenda de Governo, uma agenda de desenvolvimento na Amazônia ocidental, que consagrou o nosso otimismo e a nossa certeza sobre a condução dos trabalhos do Governo. Se alguns têm dúvida a esse respeito, nós não temos. O Governo está governando bem e consolida a parceria institucional de gestão na federação brasileira. O Estado do Acre se afirmou como uma bela oficina dessa parceria. O Presidente Lula já rompe a barreira da timidez, em relação a viagens de ex-Presidentes da República ao nosso Estado, e, pela terceira vez, pisou, nesta fase do seu Governo, em nosso solo acreano, consolidando compromissos e já colhendo resultados.

Chegou a Rio Branco cedo. Visitou a cidade e participou de eventos juntamente com Ministros de Estado. Estiveram presentes o Ministro da Saúde, Humberto Costa; o Ministro José Viegas; o Comandante da Aeronáutica, Luiz Carlos da Silva Bueno, e o Ministro Miguel Rossetto.

O primeiro ato foi a inauguração do primeiro Hospital do Idoso da Amazônia, chamado Hospital Lauro Campos, numa homenagem justa e que demonstra a grandeza política do Governo Jorge Viana e do Governo Federal ao Senador Lauro Campos. S. Ex^a, no

exercício do mandato, generosamente atendendo a um pedido meu, fez a indicação de uma emenda individual que possibilitou a construção e o funcionamento do Hospital do Idoso.

O Senador Lauro Campos tinha como característica a visão de alargar horizontes. Estudou por 50 anos. Foi um grande intelectual brasileiro. Fazia críticas justas ao atual modelo de desenvolvimento – uma crítica ao desenvolvimento em si. S. Ex^a foi mais além agora: estendeu, em sua generosidade de pessoa, de homem público, a mão para a Amazônia ocidental e, assim, pudemos inaugurar o primeiro Hospital do Idoso da Amazônia ocidental com o nome Lauro Campos. Um belo ato. Na oportunidade, foi declamado um dos poemas do Senador Lauro Campos, denominado “As Quatro Estações da Vida” – que S. Ex^a pôde viver. S. Ex^a acreditava na solidariedade como o grande vetor das relações humanas.

Tivemos a presença de seus familiares, de Dona Oraida Campos e dos filhos Bernardo e Carlos. Todos ficaram emocionados ao testemunhar a satisfação com a qual o Presidente Lula participou daquele momento.

A partir de agora, as pessoas da terceira idade, em nosso Estado, terão plena cidadania, plena dignidade no momento de uma enfermidade, de um infortúnio.

O início da agenda do Presidente da República foi esse. Depois, seguimos para um outro Município, onde Sua Excelência afirmou sua responsabilidade para com a reforma agrária brasileira. Fomos ao Município de Manoel Urbano. A querida Senadora Fátima Cleide, do Estado de Rondônia, estava nos acompanhando para também prestar sua homenagem. Esteve presente também o Senador Augusto Botelho. S. Ex^a testemunhou a política de saúde que está sendo desenvolvida no Acre. Lá, o Presidente Lula inaugurou o primeiro assentamento florestal do Brasil, um modelo de reforma agrária que compatibiliza de maneira completa o desenvolvimento sustentável com uma concepção de preservação. É o fortalecimento da expansão econômica para a região amazônica.

A reforma agrária foi consolidada em mais de 70 mil hectares, naquele dia, em um município que o Presidente da República visitou, nos anos 90, como cidadão brasileiro, como agente público. Agora, retornou como Presidente da República para demonstrar seu respeito a um modelo de reforma agrária que não seja apenas depositar seres humanos em determinado lugar para passar privações. Lá, vamos conciliar atividades da terra, do desenvolvimento rural, com ati-

vidades de saúde, de educação e de inclusão social. Foi um belo ato.

Depois, deslocamo-nos para um outro pólo do Estado, para uma região chamada Vale do Juruá, que é o extremo oeste do Brasil. O Presidente do Brasil inaugurou uma estrutura portuária forte das hidrovias da Amazônia Ocidental, consolidando uma política de acesso e dignidade aos trabalhadores daquela região na área de escoamento e troca de produtos com o Estado do Amazonas. As nossas chamadas “rodovias”, os rios amazônicos como Juruá e outros, trocam cidadania e experiências políticas e econômicas. A hidrovia é a grande força do movimento econômico da região.

Juntamente com o Governador Jorge Viana, o Presidente comparou o modelo equivocado antes existente, em que um estivador carregava uma tonelada por dia e ganhava R\$5,00, com a atual estrutura de dignidade, em que os sindicatos têm amparo para se organizar e reivindicar melhor preço para o transporte da produção, além de uma estrutura moderna que permita o seu escoamento efetivo.

Nesse período, houve a reativação do Correio Aéreo Nacional, atividade da Força Aérea Brasileira que sobrevive, no País, há 78 anos. Uma presença histórica das autoridades militares da Força Aérea Brasileira, o Brigadeiro Bueno, comandou a operação de entrega da reativação do CAN ao Presidente da República, cujos profissionais visitarão municípios isolados da Amazônia, levando-lhes atividades de desenvolvimento e integração.

Tudo isso nos orgulha muito e demonstra que é possível governar este País já, pois, quando se tem um Governo estadual preparado, competente e pronto para fazer parcerias com a União, podem-se alcançar resultados em curto prazo. O Governo de Jorge Viana demonstrou que é possível olhar com outros olhos. Toda ação que desenvolvemos no Estado do Acre conta com a parceria de gestão do Presidente Lula, o qual, por sua vez, afirmou que toda ação que o Governo Federal implanta e tenta consolidar no Estado do Acre tem a colaboração do Governo do Estado e da Bancada Federal, que agem com responsabilidade política.

Tratou-se de um belo exemplo de democracia, maturidade política e responsabilidade social de que a Bancada Federal participou, juntamente com o Governador Jorge Viana, o Presidente Lula e seus Ministros de Estado.

Sr. Presidente, quem dera isso se irradiasse para todos os Estados da Amazônia, com todos os Municípios, de todos os Partidos políticos, recebendo recursos do Orçamento-Geral da União para execução de obras

públicas. Isso demonstraria a capacidade de não se olhar para Partidos, para simpatias político-eleitorais, mas para as necessidades da população brasileira que vive na Amazônia.

Saio testemunhando esse encontro de maneira muito feliz. Todos os Parlamentares que dele participaram têm uma visão de muita confiança e esperança no futuro das relações políticas entre União e Estados brasileiros, e o Acre afirmou-se como um grande laboratório.

Em anos anteriores, todos fomos testemunhas da briga pelo Orçamento, das lutas, nas madrugadas, por minguados recursos para os Estados. Quando ocorria a sua aprovação, em dezembro, janeiro ou fevereiro, imaginávamos o calvário que teríamos pela frente. Nas últimas horas do mês de dezembro, tínhamos alguma autorização de empenho do Orçamento-Geral da União, mas não sabíamos quando, no outro ano, os Estados iriam receber aqueles recursos para implantar e executar obras.

Agora, não. O Presidente Lula foi ao Estado do Acre no mês de abril, assinou autorização de empenhos, por meio de seus órgãos responsáveis, dizendo que estavam feitos a parceira e o modelo de gestão eficiente. Há co-responsabilidade, compromisso, confiança e conteúdo nas ações que estão sendo realizadas. Elas têm os olhos do investimento com prioridade social e responsabilidade política e social. Isso é tudo o que se espera da gestão brasileira. No mais, nós e o Governo do Estado temos que fazer a nossa parte, levando o investimento, consolidando a agroindústria e gerando a busca de uma política de infra-estrutura eficiente para que se alcancem indicadores de desenvolvimento humano e socioeconômicos à altura do que a população do Estado e da Amazônia estão precisando.

Espero, sinceramente, que essa agenda possa se repetir em outros Estados e que não haja desculpas de alguns Governadores de que as dificuldades são maiores do que o horizonte de parcerias e de resultados que podemos obter de maneira consolidada.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 415, DE 2004

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Resolução do Senado nº 9, de 2004 que, “altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre as atribuições da Comissão de Serviços de Infra-Es-

trutura”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senador **Osmar Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– O requerimento lido será inserido em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 416, DE 2004

Requer informações ao Ministro da Saúde, acerca do programa de Farmácias Populares.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, informações acerca do cronograma de implantação de farmácias populares, especificando quando, quantos e quais os municípios do Amazonas a serem contemplados com tais unidades. Além disso, e com base em denúncia do jornal **Folha de S. Paulo**, indicar quando e em quais municípios deverão ser implantadas as primeiras 30 dessas farmácias.

Justificação

O Jornal **Folha de S. Paulo** denuncia, na edição do dia 8 de abril de 2004, que o Governo Federal já se prepara para implantar as primeiras 30 farmácias populares, privilegiando o Estado de São Paulo com 20 dessas unidades, pelo que formulo o presente requerimento de informações ao Ministério da Saúde, indagando, ademais, quais os municípios da Amazônia a serem contemplados.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto

de aplauso ao Sr. Erir Ribeiro eleito Personalidade na Categoria Rio pelo Prêmio *Faz Diferença*.

Justificação

O Prêmio *Faz Diferença* é uma iniciativa do jornal **O Globo** com patrocínio da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ). O prêmio foi concedido a 15 personalidades que se destacaram em 2003. O prêmio principal foi escolhido por júri formado por seis jornalistas do *O Globo* e um por representante da Fecomércio-RJ.

O tráfico de drogas tomou-se um dos grandes problemas a ser enfrentado pelos governantes de nosso País. O crime organizado, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, semeia violência e esgarça o tecido social. As iniciativas de combate devem sempre ser louvadas. Por isso, a comissão julgadora justificou a indicação do Coronel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Erir Ribeiro, por “ter sido afastado do comando do batalhão de São Cristóvão depois de denunciar que o Secretário de Esportes, Francisco de Carvalho, o Chiquinho da Mangueira, havia pedido trégua no combate aos traficantes do Morro da Mangueira”. Pelo exposto, pedimos aos nobres pares o acolhimento de nossa proposição.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senadora **Fátima Cleide**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2004

Requeiro nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, a inserção, em ata, de voto de pesar pelo falecimento, em Belém, no dia de hoje, de Laércio Wilson Barbalho, Diretor Superintendente do Jornal **Diário do Pará**. Laércio Barbalho, pai do ex-Senador e hoje Deputado Federal Jader Barbalho, foi fundador do Partido Social Democrata (PSD), em 1946, legenda que o levou a três legislaturas na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, no período de 1954 a 1966. Transferiu-se ainda em 1966 para o MDB, partido que ajudou a findar, elegendo-se para mais um novo mandato como Deputado Estadual. Em 1982 Laércio Barbalho afastou-se da militância política para dedicar-se a outra paixão: o jornalismo, onde demonstrou seu lado empreendedor, prestando relevantes serviços ao povo do Estado do Pará, escrevendo seu nome na história do jornalismo paraense.

Requeiro, ainda, que o voto de pesar do Senado seja comunicado à sua família e ao jornal **Diário do Pará**, periódico paraense onde Laércio Barbalho era Diretor Superintendente.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senador **Luiz Otávio**, PMDB-PA.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 419, DE 2004

Requer ao Ministro da Saúde informações acerca da política de prevenção ao câncer de mama.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, informações sobre a nova política governamental na área de prevenção de câncer de mama, incluindo o programa do Instituto do Câncer no tocante a equipamentos.

Segundo denúncia do jornal **Folha de S. Paulo**, apenas nove por cento dos municípios brasileiros dispõem de mamógrafos, o que toma o acesso a exames extremamente difícil.

Justificação

O jornal **Folha de S. Paulo** publica, em sua edição do dia 2 de abril de 2004, extensa reportagem, mostrando que o acesso a exames preventivos de câncer de mama é restrito a pouquíssimas mulheres, já que nem dez por cento dos municípios possuem equipamentos. Ao Senado Federal compete a fiscalização dos atos do Executivo, razão deste requerimento de informações versando sobre tão preocupante aspecto.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 420, DE 2004

Solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica sobre os valores gastos pela Radiobrás com a produção do programa “Café com o Presidente”.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro-

Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica sobre o programa “Café com o Presidente”:

1) Qual o valor gasto pela Radiobrás, em 2003, com a produção do programa “Café com o Presidente”?

2) O programa é feito pela Radiobrás?

3) Existe algum contrato com outra empresa para a realização do referido programa?

4) Qual o valor e a vigência desse contrato?

5) Qual o nome da empresa responsável pela produção do referido programa?

Justificação

A Radiobrás opera cinco estações de rádio, dois canais de televisão, uma agência de notícias e um serviço radiofônico via satélite utilizado por mais de 600 emissoras de rádio em todo o país. Possui o maior complexo de transmissores da América Latina e quinto do mundo, com capacidade de transmissão para a quase totalidade do planeta. Além disso, mantém escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro e conta, ainda, com correspondentes em nove capitais brasileiras.

No entanto, o jornalista Cláudio Humberto publicou em sua coluna de 4 de abril do corrente a seguinte nota: “Gasto anual: a Radiobrás diz que os R\$40 mil de produção do “Café com o Presidente” refere-se ao ano de 2003. A estatal tem equipamentos e pessoal para fazer o programa, mas entregou a tarefa a uma empresa de um amigo do chefe”.

Dessa forma, Senhor Presidente, as informações que ora requeiro são de fundamental importância para esclarecer de que forma a Radiobrás – que é uma empresa pública vinculada à Secretaria de Estado de Comunicação de Governo – está atuando no sentido de atingir seu objetivo de servir como um canal de interlocução dos órgãos do Governo Federal com a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 421, de 2004

Requer voto de pesar ao ator Fernando Almeida, assassinado na madrugada do último dia 4 de abril, em Realengo-RJ.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de pesar pelo prematuro falecimento do ator Fernando Almeida, que estreou na televisão aos 5 anos de idade e fez vários trabalhos em novelas e minisséries brasileiras.

Justificação

O voto de pesar que ora requeiro justifica-se pela advertência para a cada vez maior banalização da violência urbana, que já atingiu outros atores conhecidos do grande público. Nesse contexto se insere a matéria publicada no jornal **O Globo** de 7-4-2004.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 422, de 2004

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto de aplauso ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, agraciado como Personalidade do País 2003 pelo Prêmio Faz Diferença.

Justificação

O Prêmio Faz Diferença é uma iniciativa do jornal **O Globo** com patrocínio da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ). O prêmio foi concedido a 15 personalidades que se destacaram em 2003. O prêmio principal foi escolhido por júri formado por seis jornalistas do jornal **O Globo** e um por representante da Fecomércio-RJ.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de acordo com avaliação feita pela comissão julgadora “surpreendeu adversários e até aliados em seu primeiro ano de governo, mantendo a política econômica de austeridade fiscal e superando as expectativas do mercado financeiro. No Congresso, conseguiu aprovar em sete meses as reformas da Previdência Social e Tributária”. Diante do exposto, pedimos aos nossos Pares o acolhimento de nossa proposição.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senadora **Fátima Cleide**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

REQUERIMENTO Nº 423, de 2004

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Senhor Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, eleito personalidade na categoria Economia pelo Prêmio *Faz Diferença*.

Justificação

O Prêmio Faz Diferença é uma iniciativa do jornal **O Globo** com patrocínio da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ). O prêmio foi concedido a 15 personalidades que se destacaram em 2003. O prêmio principal foi escolhido por júri formado por seis jornalistas do **Globo** e um por representante da Fecomércio-RJ.

A eleição do Ministro Antônio Palocci para a categoria Economia do Prêmio Faz Diferença vem coroar a gestão profícua do Ministro à frente da economia de nosso país, reconhecida por autoridades em economia nacionais e estrangeiras. Não por acaso, a comissão julgadora refere-se ao Ministro como “o médico que se tornou Ministro da Fazenda e conseguiu dar credibilidade à política econômica do novo governo

Pelo exposto, pedimos aos nobres Pares o acolhimento de nossa proposição.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senadora **Fátima Cleide**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

REQUERIMENTO Nº 424, de 2004

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso a Sra. Zilda Arns eleita Personalidade do Ano 2003 pelo Prêmio Faz Diferença.

Justificação

O Prêmio Faz Diferença é uma iniciativa do jornal **O Globo** com patrocínio da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ). O prêmio foi concedido a 15 personalidades que se destacaram em 2003. O prêmio principal foi escolhido por júri formado por seis jornalistas do **Globo** e um por representante da Fecomércio-RJ.

Zilda Arns, eleita personalidade do Ano, é fundadora da Pastoral da Criança, o mais bem sucedido projeto brasileiro de combate à mortalidade infantil. A Pastoral, que atua em todos os estados, reúne 230 mil voluntários e atende a 1,7 milhão de crianças. Pelo exposto, pedimos aos nobres Pares o acolhimento de nossa proposição.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senadora **Fátima Cleide**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

REQUERIMENTO Nº 425, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto de aplauso, em memória, à família do Senhor Sérgio Vieira de Mello, indicado como Personalidade do Mundo 2003 pelo Prêmio Faz Diferença.

Justificação

O Prêmio Faz Diferença é uma iniciativa do jornal O Globo com patrocínio da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ). O prêmio foi concedido a 15 personalidades que se destacaram em 2003. O prêmio principal foi escolhido por júri formado por seis jornalistas do jornal O Globo e por um representante da Fecomércio-RJ.

Sérgio Vieira de Mello, Alto Comissário, da Organização das Nações Unidas – ONU para Direitos Humanos morreu em 19 de agosto do ano passado, durante ataque terrorista à sede da ONU em Bagdá. O prêmio entregue à sua mãe, Gilda Vieira de Mello, é mais uma justa homenagem a este brasileiro que dedicou sua vida ao conagração dos povos.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senadora **Fátima Cleide**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

REQUERIMENTO Nº 426, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à atleta brasileira, Daiane dos Santos, eleita Personalidade do Ano na categoria Esportes pelo Prêmio Faz Diferença.

Justificação

O Prêmio Faz Diferença é uma iniciativa do jornal O Globo com patrocínio da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ). O prêmio foi concedido a 15 personalidades que se destacaram em 2003. O prêmio principal foi escolhido por júri formado por seis jornalistas do Globo e por um representante da Fecomércio-RJ.

A eleição da atleta gaúcha, Daiane dos Santos, para a categoria Esportes do Prêmio Faz Diferença faz justiça ao grande destaque da ginástica brasileira cujos feitos em torneios mundiais da modalidade colocam nosso país em patamar nunca antes alcançado. Daiane tornou-se a primeira brasileira a sagrar-se campeã mundial de exercícios de solo. Pelo exposto, pedimos aos nobres pares o acolhimento de nossa proposição.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senadora **Fátima Cleide**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

REQUERIMENTO Nº 427, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto de aplauso ao Sr. Aloísio Teixeira eleito Personalidade na Categoria Magazine pelo Prêmio Faz Diferença.

Justificação

O Prêmio Faz Diferença é uma iniciativa do jornal O Globo com patrocínio da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ). O prêmio foi concedido a 15 personalidades que se destacaram em 2003. O prêmio principal foi escolhido por júri formado por seis jornalistas do Globo e por um representante da Fecomércio-RJ.

A cidade do Rio de Janeiro enfrenta graves problemas de violência urbana, assim como sérias deficiências de infra-estrutura urbana. O Sr. Aloísio Teixeira, reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criou projetos que levaram os universitários a comunidades vizinhas, como o Complexo da Maré. Pelo exposto, pedimos aos nobres pares o acolhimento de nossa proposição.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senadora **Fátima Cleide**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– A Presidência encaminhará os votos solicitados.
Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 428, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 1997, a realização no dia 19 de abril de sessão especial destinada a comemorar o Dia do Índio.

Justificação

Durante a realização do I Congresso Indigenista Interamericano no México, em 1940, os representantes de diversos países americanos decidiram convidar os índios, tema central do Congresso, para o evento. Entretanto, a comissão encarregada de fazer o convite encontrou resistência por parte dos índios que, habituados a perseguições e traições, mantinham-se afastados das reuniões, de nada valendo os esclarecimentos e tentativas dos congressistas. Dias depois, convencidos da importância do Congresso na luta pela garantia de seus direitos, os índios resolveram comparecer. Esta data, por sua importância na história do indigenismo das Américas, foi dedicada à come-

moração do Dia do Índio. A partir de então, o dia 19 de abril passou a ser consagrado ao índio, em todo o continente americano.

Também por deliberação dos congressistas foi criado o Instituto Indigenista interamericano, órgão internacional, com sede no México, ao qual estariam ligados Institutos Indigenista nacionais encarregados de zelar pela garantia dos direitos indígenas. No Brasil a adesão ao Instituto foi determinada pelo então Presidente Getúlio Vargas que, atendendo aos apelos do Marechal Rondon, assinou o Decreto nº 5.540, de 2-6-43, determinando que, a exemplo dos demais países americanos, o Brasil comemorasse o Dia do Índio, em 19 de abril.

Diante do exposto, nada mais oportuno do que prestarmos as devidas e merecidas homenagens aos índios neste dia 19 de abril.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2004. – Senadora **Fátima Cleide – Serys Slhessaenko – Ana Júlia Gaspar – João Capiberibe – Marco Maciel**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– O requerimento lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Retorna-se à Lista de Oradores.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, que disporá de vinte minutos, por permuta com o Senador Luiz Otávio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.)

– Muito obrigado, Sr. Presidente. É a V. Ex^a, precisamente, que devo a gentileza desta permuta. Aproveito o ensejo para reafirmar meu apreço e sentimento de bom coleguismo em relação a V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, o jornal **O Globo** estampa entrevista, praticamente de página inteira, de um homem qualificado, o Ministro Aldo Rebelo, por quem devoto sentimento de amizade pessoal e respeito político. Considero-o um verdadeiro homem público e entendo que suas intervenções nos chamam para um debate elevado. Era assim quando no Governo estava eu e S. Ex^a, na Oposição, e não será diferente estando S. Ex^a no Governo e sendo eu Líder de um Partido de Oposição como o PSDB. Entretanto, toda essa relação pessoal e todo esse respeito não me fazem obscurecer o dever que tenho de criticar pontos que julgo equivocados da entrevista de S. Ex^a, e passo a fazê-lo.

O Ministro Aldo Rebelo deu a Fernando Henrique Cardoso uma opção muito pobre: assumir o papel de ex-Presidente estadista ou o de Líder da Oposição.

Não sei se criticar um governo com base em erros que porventura pratique tira de alguém a condição de estadista. Não sei se, por outro lado, o silêncio transforma outro alguém em estadista, pura e simplesmente.

Chamo a atenção para o fato de que, sendo o Ministro Aldo Rebelo a figura qualificada que é, a figura séria que é, a figura por mim estimada que é, nós temos que refugar, de qualquer maneira, a perspectiva dessa coisa aterrorizante que é o pensamento único.

O ex-Presidente pode ou não pode falar? Se o Presidente não pode falar, o Ministro Aldo Rebelo desqualifica, ou seja, diz que não são estadistas, implicitamente, José Sarney e Itamar Franco, que têm falado. O Presidente José Sarney tem sido, inclusive, o grande baluarte com que conta o Governo nesta Casa. S. Ex^a tem sido um grande impulsionador do processo de aprovação de matérias nesta Casa. E, por outro lado, a pergunta que me restaria, diante de tais colocações, seria: Presidente que fala a favor do Governo é estadista? Presidente que fala contra o Governo não é estadista? Quando o Presidente Fernando Henrique disse que determinados gestos do Governo estavam corretos, aí ele era estadista; quando ele disse que determinados gestos do Governo estavam equivocados, aí virou líder da Oposição. É outra coisa complicada.

O Poder, visto por pessoas honradas, como o Ministro Aldo Rebelo, e certamente visto por um Partido honrado, como é o meu, o poder não é essa delícia não. Ou seja: alguém, então, fala porque é candidato à Presidência da República. O Presidente Fernando Henrique tem dito e repetido: “Será que não se tem mais nada de bom para se fazer na vida a não ser se candidatar a Presidente da República toda a vez”. Não é essa a sua vontade, não é esse o seu desejo, não é essa a sua intenção. O que ele não aceita é uma cassação de direito políticos pela segunda vez. A ditadura o fez. Mas o Governo não pode inibi-lo nem pelas expressões mais rudes de alguns dirigentes deste Governo, nem pela expressão delicada e sóbria deste homem público, correto, que é o Ministro Aldo Rebelo.

Diz o Ministro: “Somos obrigados a lembrar a situação em que encontramos o País.”

Essa é a forma delicada – e o Ministro Aldo Rebelo é um cavalheiro de verdade – dessa tolice, dessa coisa atoleimada que inventaram. É o sinônimo educado dessa coisa atoleimada da tal herança maldita.

Na verdade, a economia meramente voltou à situação de equilíbrio do princípio de 2002, antes de o mercado haver “precificado” o chamado “custo Lula”, o chamado “custo PT”. O próprio Presidente Lula, em longa entrevista à revista **Veja**, reconheceu isso: “Não confiavam em mim. Achavam que eu ia tocar fogo no País; e eu não toquei fogo no País.” Ou seja, Sua Excelência, implicitamente, reconheceu que, com o seu passado, com as suas idéias, com as suas teses, criou toda aquela celeuma, que agravou os fundamentos da economia brasileira, complicou os seus fundamentos, inclusive no período do seu antecessor. Muito bem. Retornarei a esse assunto daqui a pouco.

Mas, o Ministro Aldo Rebelo, diz uma outra coisa. “O Governo Fernando Henrique Cardoso teve a mais baixa taxa de crescimento da história.” Não é verdade! Os anos imediatamente anteriores foram de taxa menor. Não está computando o Ministro as numerosas crises internacionais enfrentadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, nem está S. Ex^a levando em conta que, navegando em mar-de-almirante, ou voando em céu de brigadeiro, o Presidente Lula desmentiu, pela inércia administrativa, pela inação administrativa, pela falta de lucidez micro-econômica, o Governo desmentiu os prognósticos de crescimento de 2,5% a 2% para o ano de 2003, quando teve início o seu Governo. Acabou sendo responsável, Sua Excelência, por um crescimento para baixo, de 0,2%, em um ano de enorme liquidez internacional: juros altos, juros americanos de 1%, juros japoneses de 0%, sobrando dinheiro para o Brasil fechar suas contas. Apesar de tudo isso, o Governo brasileiro não soube conduzir o País na rota do crescimento econômico positivo. Isso não ocorreu em nenhum dos oito anos do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ainda não passamos por crise alguma. Este Governo dificilmente passará quatro anos sem enfrentar uma crise internacional. Sinais há. Não passará quatro anos navegando em mar-de-almirante. É preciso saber como se comportará um Governo que, na hora da bonança, se comportou tão mal.

Então, diz o Ministro Aldo Rebelo: “A intenção de Fernando Henrique é fortalecer o PFL e o PSDB”. Se for, não vejo nenhum pecado. Não vi o Partido do Ministro, o PC do B, não vi o PT ou qualquer outro Partido, no passado, se eximir de fazer críticas por medo de crescer eleitoralmente. Não vi ninguém fazer isso. Se eu fizer a crítica ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso – eu Líder do PC do B, eu Líder do PT – eu vou crescer eleitoralmente. Logo, eu não

faço a crítica porque não quero crescer eleitoralmente. Ora, isso seria exagero; seria supormos um escrúpulo exagerado. Ao contrário. Falavam em “Fora FHC” e em desestabilizar um Governo constitucionalmente eleito e reeleito, derrotando o candidato Lula no primeiro turno. Não houve nem sequer o segundo turno. Não houve dúvida alguma. Foram duas surras, cada uma em um turno. Em cada eleição não houve dois turnos: foi um turno só. Então, no primeiro momento de cada mandato, lá vinha a cantilena de desestabilização, de “Fora FHC”, e por aí afora.

A grande verdade é que estamos a um dia de completar dois meses – vou fazer um neologismo – de aniversário de mês desse caso Waldomiro.

O documento que o Palácio soltou não visava a atingir a verdade; visava a ser um documento; visava a montar um *script* com um culpado de tudo: Waldomiro. E culpado sem ter sido ouvido. Ou seja, na pressa de produzir um documento, o Governo negou ao Sr. Waldomiro o direito de se defender na Comissão. Ele não se defendeu. Não ouviram o Ministro José Dirceu, não ouviram ninguém. Era apenas assim: “Dentro de tantos dias temos que soltar um documento para a imprensa se faltar de analisar o documento. E, aí, então, nós vamos, quem sabe, dar a volta por cima e começar a pensar em outras coisas.” De um lado, vinha a tal Agenda Positiva; de outro lado, lá vinha essa idéia de que o culpado de tudo, o mordomo, o supermordomo da história, era o Sr. Waldomiro Diniz. Isso tudo junto a um Governo que já não vinha sendo competente, que já havia mostrando inação administrativa, isso tudo paralisou o País. Essa é a realidade. O País está literalmente paralisado. Quem disser o contrário está vivendo em um outro planeta, ou analisando a situação de outro País que não o País Brasil.

Tenho, ainda, no capítulo “Herança Maldita”, o artigo de hoje do ex-Senador José Serra, que peço seja incluído nos Anais da Casa, intitulado “De barriga cheia”. José Serra, de maneira correta e eficaz, pega alguns tópicos, repete o raciocínio que aqui expendi, de que o Presidente Sarney é considerado um estadista. É ótimo que ele fale, porque fala a favor. O ex-Presidente Itamar, não é bom quando fala contra; se falar a favor é bom. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso não pode falar de jeito algum, a não ser quando diz que, porventura, o Governo acertou em determinado momento. Portanto, é estadista quem fala a favor do Governo. Ex-Presidente que, porventura, fale contra não é estadista. Isso é grave porque revela um

certo traço autoritário de quem profere essa linha de argumentação.

É fundamental se reconhecer que, neste País, todos podem falar, sim, e lutou-se muito para que houvesse democracia no Brasil e para que cada um falasse exatamente o que quisesse, arcando com a responsabilidade e com as consequências de seus atos e de suas palavras.

Retornarei ao que disse o ex-Senador José Serra. Ao falar da tal herança, ele lembra o que significou a transição. Senador Mão Santa, sobre transição, Líderes do PT dizem: “Foi uma transição muito bonita. Precisamos recuperar aquele espírito”. Ótimo! É bom recuperar sempre o melhor espírito. O que não devemos é ter o pior espírito.

As pessoas pensam, em um senso comum, que talvez essa transição bonita tenha ocorrido da seguinte maneira: “Sente-se, Fernando Henrique.” “Não, Lula, sente-se você”. “Fernando Henrique, sente-se você.” “Não, Lula, sente-se você”. Quer dizer, rapapé. Não estamos falando de rapapé, mas, sim, de atitudes. Enumerarei quais são as atitudes.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso provocou um superávit de mais de R\$3 bilhões em 2002. Conselheiros lhe diziam: “Gaste tudo porque isso ajudará o candidato de seu Partido”. Fernando Henrique não gastou, porque quis que o novo Governo entrasse com mais margem de manobra. Pergunto se isso é herança maldita. Está na hora de falarmos em tom baixo, para que as pessoas comecem a julgar, para valer, o que está ocorrendo neste País e se estamos ou não sendo envolvidos por um brutal sentimento de frustração em relação à inação de um Governo, que recebeu inclusive toda a ajuda que começo a descrever.

Diz José Serra: “A segunda providência foi a diminuição relativa dos restos a pagar em 2003”. O Governo Fernando Henrique privou-se de iniciar ou prosseguir obras e ações, facilitando a tarefa orçamentária do Governo Lula, porque Restos a Pagar são sempre, como todos sabemos, uma grande dor de cabeça para governos que estão entrando.

Terceira medida, terceira herança, ou terceiro bem da herança, se posso chamar assim. O Presidente Lula, já no final do Governo Fernando Henrique, por intermédio do Ministro Antonio Palocci, pede à equipe de transição o aumento de várias contribuições, entre as quais a Cide, a contribuição sobre o lucro líquido das empresas. O Ministro Malan encaminhou ao Presidente Fernando Henrique essa solicitação e a

bancada majoritária destas duas Casas a apoiou, ou seja, o governo passado pediu e obteve o aumento de carga tributária. Tenho dito isso quinhentas vezes e ninguém me contesta. Já disse isso ao Ministro Antonio Palocci, que, aliás, é uma pessoa que respeito e jamais diria que não é verdade o que estou falando. Ele sabe que é verdade, até porque foi ele que pediu. Então, o governo assumiu o ônus de aumentar a carga tributária do País para resolver o problema de liquidez do governo que entrava.

O quarto tópico levantado pelo Ministro José Serra é que o Presidente Fernando Henrique, há poucos meses da eleição, aumenta em três pontos percentuais a taxa Selic, por entender que toda aquela celeuma provocada pela dúvida que tinham os mercados sobre o Presidente Lula precisava ser esclarecida, mostrando-se que o governo não iria abandonar o primado da austeridade.

Isso foi repetido, depois, a pedido do governo de transição, do Presidente Lula, e o Presidente Fernando Henrique novamente concedeu um aumento de juros, no finalzinho de seu governo, talvez pensando em poupar o Presidente Lula do dissabor de ter que fazê-lo logo. O Presidente Lula teve que fazer isso, teve que aumentar os juros duas vezes, em dois meses seguidos, logo ao entrar, mas teria que ter feito em quantidade cavalgar, em função da crise que a sua própria imagem havia criado em relação ao governo que entrava.

Devo recordar ainda que o Presidente do meu Partido, José Serra, lembra que há mais de sessenta anos o Federal Reserve Bank, o Banco Central americano, não aumenta juros seis meses antes de uma eleição. Pois esse governo o fez, sabendo do prejuízo eleitoral que teria. Pensando em manter o País governável.

Há ainda aumento de combustíveis.

No penúltimo dia de seu governo, o Presidente Fernando Henrique praticou aumento de combustíveis, também por um acordo com o Governo Lula, procurando poupar o Presidente Lula do desgaste inicial que poderia muito bem ficar para um governo que saía, com o desgaste natural de quem governou o País por oito anos.

Volto a repetir isso porque a pior coisa é a balela, é a repetição da inverdade mil vezes, que termina virando verdade e assumindo um sabor desagradável.

Dizem assim. Aliás, meu querido Aloizio Mercadante disse outro dia: “Governo que engavetou CPIs...” Estamos diante de um Governo que não se limita a engavetar CPIs. Estamos diante de um Governo que tem procurado desfazer o instituto das CPIs neste País. Ou

seja, está procurando o Governo impedir que haja CPI, a não ser que seja uma CPI do interesse da maioria, desmontando o raciocínio, Senador Sibá, do legislador anglo-saxônico, que dizia que, para fiscalizar o rei, entre outros instrumentos, era necessária a CPI, que não era instrumento da maioria. Nos Parlamentos, em se reunindo um terço das assinaturas, automaticamente, ter-se-ia a CPI instalada e funcionando.

A esse respeito, há uma matéria muito interessante que será julgada no mérito pelo Supremo Tribunal Federal. Trata-se de um mandado de segurança de autoria dos Senadores Pedro Simon e Jefferson Péres, que questiona, em outras palavras, não fala em Waldomiro, não é uma coisa tópica, é uma coisa genérica. No fundo, está em jogo – e a decisão do Supremo haverá de ser sábia – se dá ou não, daqui por diante, para a minoria no Brasil instalar uma CPI.

Estamos diante de um Governo que não se limita a engavetar CPIs. Já vi muitos governos fazerem isso. Estou diante de um Governo que quer negar o direito à minoria de fazer funcionar CPI, algo grave, que não se tentou nem no período militar nem no período dos generais; algo que não se tentou nem na época em que não se tinha liberdade de imprensa e não se tinha a perspectiva de a Oposição ter as suas denúncias sequer divulgadas à luz do dia.

Quero apenas, esquecendo o Senado e o Congresso, referir-me à Câmara dos Deputados, para acabar de uma vez com a inverdade de que o outro governo o tempo inteiro negava CPIs e as engavetava. Digo mais, que foi o governo, do período republicano brasileiro de 1945 para cá, que mais CPIs admitiu pela sua maioria. Citarei algumas da Câmara dos Deputados, Casa que recém abandonei. Tudo no Governo Fernando Henrique, de 1999 a 2002: 1. Planos de saúde; 2. Sersa; 3. Combustíveis; 4. Evasão de dívidas – esta ficou sobrestada, vou esquecê-la; 4. Fundef; 5. Fraude no INSS; 6. Tráfico de animais e plantas; 7. Tortura e maus tratos; 8. CPMF; 9. Banespa; 10. Sivam; 11. Proer; Dizia-se que, se investigassem o Sivam e o Proer, o governo cairia. Investigaram os dois, e o governo não caiu. 10 ou 11, Senador Álvaro Dias! Já me perdi, tantas foram as CPIs toleradas pelo Governo passado. 12. Obras inacabadas; 13. Ocupação de terras na Amazônia; 14. Mortalidade materna; 15. CBF e Nike; 16. Finor; 17. Narcotráfico; 18. Medicamentos; 19. Funai; 20. Desperdício de alimentos; 21. Crise no setor produtivo da borracha; e 22. Arrecadação de uma taxa sobre a borracha e Ibama.

Quero, de uma vez por todas, esclarecer. O outro governo tolerou 22 CPIs só na Câmara, em quatro anos, sem levarmos em conta os quatro anos iniciais de seu governo. No Senado, não saberia, de pronto, dizer, porque não estava nesta Casa. No Congresso, algumas tantas se processaram também. Há, pois, uma diferença fundamental entre um governo que nem sempre aceitou todas as CPIs que estavam à sua frente, por entender que algumas – como aquela tal que tinha 22 itens – visavam meramente a tumultuar o quadro político, até por inconstitucionalidade, mas que conseguiria conviver com 22 CPIs, em quatro anos, na Câmara dos Deputados. Este Governo que está aí não gosta de nenhuma. Nem para investigar o Governo passado. Não gosta e ainda quer obter uma resposta que silencie a Nação brasileira, dizendo que não dá para haver CPI de modo algum. É fundamental estabelecermos a diferença entre um governo que diz: “Convivi com 22 CPIs, na Câmara dos Deputados, em quatro anos” e um outro que diz: “Não quero CPI para me investigar! Não quero CPI para investigar o meu vizinho! Não quero CPI para investigar o Fernando Henrique! Não quero CPI para investigar ninguém!” Simplesmente, o Governo Lula é contra o instituto da CPI. É o que está provado com atitudes que temos, que são mais do que engavetamentos, de se dizer que sou minoria e obtenho um terço dos votos da Casa. Em seguida, o Líder diz que não indica. O Presidente da Casa também não se sente obrigado a indicar. Assim sendo, não há CPI. Só haverá CPI quando o Governo quiser. E o Governo só vai querer quando for uma CPI para investigar por que há pessoas fazendo xixi na piscina de águas minerais. Será a “CPI do Xixi”. Vai haver CPI quando o Governo quiser investigar por que as emas do Palácio da Alvorada estão mais magras do que há dois anos. Ou seja, CPIs fúteis, que signifiquem até recursos do Governo, como cortina de fumaça para desviar a atenção de assuntos momentosos como este, que merece uma CPI verdadeira, que é o caso Waldomiro.

Concedo o aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, com o brilhantismo de sempre, proclama que o assunto não pode estar encerrado, como desejam o Ministro José Dirceu e o Governo. É um assunto que não está esgotado. A sociedade brasileira exige sua conclusão, de forma afirmativa. E nós esperamos, sim, que o Supremo Tribunal Federal possa recolocar o País nos caminhos da democracia, porque o mais grave nesse comportamento do Governo, que optou pela arquitetura

da esperteza a fim de impedir a instalação de CPI, é a afronta à Constituição Federal. O Governo não está afrontando apenas a Oposição, não está afrontando o Parlamento, não está apenas desrespeitando a sociedade; além de tudo isso, que já é muito, está agredindo a Constituição do País, já que esta assegura à Minoria o direito da instalação de CPI. O único óbice seria não alcançar um terço de assinaturas. E esse óbice não existe, porque se alcançou um terço de assinaturas. Portanto, o que há é uma agressão à Constituição, e esperamos, sim, que o Supremo Tribunal Federal possa recolocar o País nos trilhos da democracia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço ao caro Senador Alvaro Dias o aparte, que praticamente justifica o encerramento do meu pronunciamento, até por seguir com brilhantismo a lógica da modesta argumentação que eu vinha alinhando.

O fato, a grande realidade, é que o País piorou. Hoje, o Presidente José Genoino fala: vamos comparar setor por setor. É muita caradura. Que setor S. Ex^a quer comparar? Os dois setores que têm funcionado razoavelmente bem são aqueles de pessoas que tinham vinculação conosco: o do Ministro Furlan, que tem seguido o que estava prescrito, e o do Ministro Rodrigues, no agronegócio. Comparando qualquer outro setor, é até covardia imaginarmos que este Governo se apresenta gerencialmente à altura do que vinha fazendo o outro governo, com seus erros e defeitos. Outro dia, o Senador Antonio Carlos Magalhães denunciou a perseguição a certos Governadores e o privilégio a outros, bem como a Prefeitos, ligados à Base governista: política de campanário, medíocre, mesquinha, tola, enfim.

O Brasil piorou, sim. O Brasil piorou porque cresceu para baixo. E cresceu para baixo, porque houve falta de ousadia na política macroeconômica e de lucidez na política microeconômica; houve inação administrativa. E o Governo, depois, se paralisou, porque não soube enfrentar, de maneira altaneira, a crise Waldomiro. Então, fica o tempo inteiro empurrando a culpa para os outros; parece aquele menino-problema, que vai morar na casa dos tios, faz o malfeito e está sempre empurrando a responsabilidade para os primos. No entanto, os primos estavam lá há 200 anos e não tinham praticado nenhum malfeito. Vai-se descobrir, daqui a pouco, que o menino-problema estava ali a aprontar das suas e sempre com o escapismo, dizendo: a culpa não é minha, mas do fulano; a culpa não é minha,

mas do beltrano. É preciso que o Governo faça uma coisa básica: governe.

Acabei de mostrar, de maneira contundente, que o governo passado não engavetava CPI nenhuma. Tolerou 22 CPIs, só na Câmara dos Deputados, em quatro anos. Cheguei de viagem agora, não tive tempo de ir até o final.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente. Este Governo engavetou todas que chegaram a suas mãos, inclusive algumas que eram para investigar o governo passado. Ou seja, há número para se investigar o cartão SUS, e o requerimento foi para o Arquivo, porque o Governo não quis indicar os nomes para a composição da CPI. Ele investigaria o quê? Perderia o maior tempo, mas investigaria o governo passado, na gestão do Senador José Serra.

Fala tanto que houve escândalo na privatização, algo que poderia ter investigado por meio de uma CPI do Sistema Telebrás – e havia número para isso na Câmara –, mas o requerimento foi para o Arquivo, porque não forneceu os nomes das pessoas para compô-la.

Estou, portanto, diante de um Governo que é contra o instituto da CPI; que é contra investigar a si próprio e morre de medo disso; que é contra investigar até os governos passados. Continuo dizendo o que, no começo desta Legislatura, anunciava aos meus colegas: podem pedir, porque assino tranquilamente qualquer uma que vier; agora, queria que parássemos com a impostura, com o diversionismo.

Volto a repetir que é um prazer dialogar, porque tenho muito respeito e carinho pelo Ministro Aldo Rebelo. É um grande prazer dialogar com uma pessoa do nível de S. Ex^a, que, no entanto, de maneira delicada e diplomática, termina incorrendo nos mesmos equívocos de pessoas que não são nada delicadas, nem diplomáticas e insistem nessas teses que são desmontáveis a olho nu, conforme imagino que tenhamos, neste momento, demonstrado à Nação e ao Senado Federal, para a sua análise douta, Sr. Presidente.

Muito obrigado, era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Data: 12/04/2004

De barriga cheia

Por José Serra

Os dirigentes do PT e do governo federal não gostaram do artigo que Fernando Henrique publicou em "O Estado de S. Paulo", com reparos à administração petista. Incomodados, desencavaram a crítica já gasta da "herança maldita" e acrescentaram a impropriedade de o ex-presidente intrometer-se na política cotidiana.

Evidentemente, a alegação de impropriedade é imprópria. Afinal, o principal sustentáculo político do governo Lula é um ex-presidente da República, o senador José Sarney. O ex-presidente Itamar Franco representa o Brasil na Itália. E Fernando Henrique, ao que consta, não sofreu nenhuma cassação de direitos políticos. Ex-presidente a favor pode imiscuir-se na política interna e externa, ex-presidente contra não pode? Trata-se de uma variante da ideologia do pensamento único -digo variante porque, no caso, não há o "pensamento" (programa de governo, visão do país), mas apenas o "único". Quanto a heranças, cabe lembrar que a transição que o governo Fernando Henrique preparou para seu sucessor foi extraordinariamente benigna. Não me refiro apenas à escrupulosa abertura de informações e ao evidente cuidado para não usar a "máquina" para interferir no processo eleitoral, mas também às providências adotadas na área econômico-financeira. Basta recordar, a respeito, cinco medidas. A primeira foi a magnitude do superávit primário em 2002, que ultrapassou em pelo menos R\$ 3 bilhões a meta estabelecida com o Fundo Monetário Internacional. Ou seja, R\$ 3 bilhões que poderiam ter sido gastos em bens e serviços durante o ano eleitoral foram poupados, deixando raio de manobra relevante para o governo que viria depois.

A segunda providência foi a diminuição relativa dos restos a pagar em 2003. "Restos a pagar" são despesas autorizadas ou "empenhadas", no jargão orçamentário, mas não pagas. Ao diminuir o percentual desses restos de 2002 para 2003, o governo Fernando Henrique privou-se de iniciar ou prosseguir várias obras e ações, facilitando a tarefa orçamentária do governo Lula. Restos a pagar provocam sempre uma grande dor de cabeça administrativa.

Terceiro: no final de 2002, o governo Fernando Henrique e a bancada do PSDB facilitaram a aprovação das medidas tributárias solicitadas pela futura administração petista, mesmo a contragosto, pois algumas delas elevariam a já alta carga tributária, como o aumento da Cide, o prolongamento das alíquotas maiores da Contribuição sobre os Lucros e os vetos a alívios tributários concedidos pelo Congresso.

Quarto: mesmo no fragor da disputa eleitoral, o governo Fernando Henrique, via Banco Central, não hesitou em empinar as taxas de juros, culminando com o aumento de três pontos percentuais entre o primeiro e o segundo turnos, a fim de aplacar o nervosismo do chamado mercado financeiro. Note-se, como lembrou Pêrsio Arida, que o Federal Reserve -o banco central norte-americano-, há cerca de 60 anos, não mexe na taxa básica de juros nos seis meses anteriores a uma eleição presidencial.

Finalmente, o governo Fernando Henrique promoveu um reajuste dos preços da gasolina e do gás no penúltimo dia de mandato, tomando para si todo o ônus social da medida.

Não se tem notícia de maior altruísmo numa transição presidencial para a oposição. Os dirigentes do PT e do governo federal choram, portanto, de barriga cheia, esquecidos de que, pelo menos nesse caso, o Fome Zero parece que funcionou.

José Serra é presidente do PSDB e escreve às segundas-feiras nesta coluna.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, como Líder.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Senador Roberto Saturnino Braga, V. Ex^a está inscrito como Líder e segundo orador e, finalmente, o Senador Antonio Carlos Magalhães, como Líder da Minoria.

Logo após, seguindo a lista de oradores inscritos, falará o Senador Mão Santa, em substituição ao Senador João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Como Líder.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no mundo, aqueles que não estão participando diretamente estão assistindo à revolução biotecnológica que está ocorrendo. Na engenharia genética estão sendo depositadas as maiores expectativas. Na verdade, o que ocorre hoje é, verdadeiramente, a construção de um mundo novo, com a busca da evolução proporcionada pela ciência. Essa revolução tem importância estratégica para os brasileiros, não só pela biodiversidade que o Brasil possui, mas, principalmente, pelo potencial da biotecnologia para a nossa agricultura.

Para que o Brasil continue competitivo em diversos segmentos do agronegócio é de fundamental importância que se dê a devida atenção ao potencial da biotecnologia. É fundamental a atenção na construção de um marco regulatório claro e preciso, que defina, de forma inequívoca, as competências de cada órgão em caso de liberação de organismos geneticamente modificados, evitando-se que a legislação nacional se transforme em uma manta de retalhos, onerando-se e até se inviabilizando o desenvolvimento de setores vitais para a economia nacional. É fundamental estabelecer regras claras para as atividades de pesquisa e comercialização de produtos oriundos da engenharia genética. Se isso não for feito o quanto antes, vão proliferar ações judiciais envolvendo a matéria. O setor produtivo e os consumidores não podem arcar com mais esse ônus.

O papel do Senado no processo de regulamentação é da maior importância. E estamos exatamente tratando da urgência, porque, lamentavelmente, há no Brasil episódios que definem o grande prejuízo que teremos, se não estabelecermos imediatamente esse marco regulatório.

O projeto de lei de biossegurança, aprovado na Câmara, apesar dos avanços, ainda enseja interpreta-

ções dúbias e, o mais grave, não é claro, quando trata das atividades comerciais envolvendo organismos geneticamente modificados. Essa falta de clareza pode inviabilizar o aproveitamento pelo setor produtivo do potencial da biotecnologia. E é evidente que os prejuízos seriam imprevisíveis.

Vejamos alguns dados que demonstram os riscos, principalmente no setor da indústria de alimentação animal.

A produção brasileira de alimentos balanceados para animais é uma das maiores do mundo. O setor faturou mais de US\$ 7 bilhões em 2003; perdemos apenas para a China e os Estados Unidos da América. Nosso parque industrial utiliza as mais sofisticadas tecnologias de produção disponíveis; o potencial para produção de matéria-prima e os profissionais qualificados criam as condições necessárias para o setor continuar crescendo em ritmo até superior à média mundial.

O setor faz previsões otimistas para 2004 devido a três fatores: aumento no consumo de proteína animal e derivados; fortalecimento da produção com ampliação na base de rebanhos; e aumento na demanda internacional pela carne brasileira de bovinos, suínos, aves e peixes, a exemplo do frango, cuja exportação cresce ano após ano.

Apresento a outra face da moeda; faço uma denúncia e conclamo o Senado a refletir sobre o que passarei a expor. Primeiramente, destaco que o milho representa o principal ingrediente da ração animal; o setor consome 60% da safra nacional de milho. Uma quebra de safra ou aumento das exportações pode ter consequências graves para o mercado interno.

Fato concreto é a crise por que passou a avicultura de Pernambuco. Em 2003, em meio a uma grave crise de desabastecimento devido à falta de milho para alimentar a criação, a importação de milho proveniente da Argentina, pela Associação dos Avicultores de Pernambuco – Avipe, foi parar na Justiça Federal. A importação do milho argentino era a melhor alternativa para o setor. Todavia, o milho produzido na Argentina, em sua maioria, é geneticamente modificado. Mesmo com parecer técnico da CTNBio* garantindo a segurança alimentar do milho, a importação se tornou objeto de ação judicial.

O cenário em Pernambuco era o de mais de 170 granjas fechadas no Estado, deixando-se cerca de 125 mil pessoas desempregadas, direta e indiretamente. A produção de frango caiu 30% no período. Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores: 125 mil pessoas desempregadas!

Descumprindo ordem judicial que autorizou o desembaraço e o uso do milho importado, o Ibama decretou a apreensão do milho transgênico que já havia sido descarregado no Porto do Recife. Argumentou

que a importação do milho transgênico para consumo animal era legal, mas a Avipe não havia comunicado o órgão em tempo hábil, para a elaboração de um termo de ajuste e conduta. O milho foi posteriormente utilizado na produção de ração animal, e nenhum problema foi constatado.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, caso ocorra uma crise no abastecimento de milho, a situação continuará a mesma: ou seja, qualquer tentativa de importação de milho da Argentina irá suscitar novas ações judiciais.

Sr. Presidente, este é o alerta que trago à Casa: ocorrendo crise de abastecimento de milho em 2004, de onde vamos importar o produto? Grande parte do milho produzido na Argentina é geneticamente modificada. A que custo vamos atravessar os oceanos em busca de milho convencional? As consequências finais serão verificadas na cesta básica. Se não o setor produtivo nacional, pelo menos a avicultura nordestina corre o risco de viver novamente uma crise.

É por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, que comparecemos à tribuna para alertar principalmente a Liderança do Governo, além das Lideranças da base de apoio ao Governo para a importância de agilizarmos a tramitação do projeto que trata da biossegurança. Isso é fundamental para evitarmos crises semelhantes à que ocorreu em Pernambuco, no único setor do agronegócio a desempregar cerca de 125 mil trabalhadores.

Isso é muito grave! Por isso estamos fazendo esse alerta ao Senado Federal.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Luis Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Juvêncio da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, 1º Vice-Líder do Bloco.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a e Srs Senadores, há pouco, estive na tribuna o Líder Arthur Virgílio, tecendo comentários serenos e tranquilos, mas críticos, sobre a entrevista do Ministro Aldo Rebelo, publicada no jornal **O Globo** de ontem. Sinto-me no dever de vir à tribuna também tecer alguns comentários – espero que tão serenos quanto os de S. Ex^a – a respeito do que disse o Líder Arthur Virgílio.

Sobre as intervenções do ex-Presidente Fernando Henrique, há um certo consenso nacional, do qual comungamos nós todos – estou certo disso –, de que um ex-Presidente deve preservar a sua altivez, a

elevação do seu patamar de situação política e evitar críticas diretas a administrações que lhe sucedem. É claro que o ex-Presidente tem até obrigação de fazer comentários, apresentar sugestões, enfim, de contribuir com a sua experiência extremamente válida para que se encontrem soluções para os problemas brasileiros; mas, tanto quanto possível, deve evitar a crítica direta. Temos observado que o Presidente José Sarney e o próprio Presidente Itamar Franco têm evitado esse tipo de crítica direta que o ex-Presidente Fernando Henrique até então havia evitado, mas ultimamente tem feito, sobre a gestão do Presidente Lula.

É uma questão de dosagem de compreensão das coisas. Ninguém está dizendo que o ex-Presidente deve se calar. Se há, na sua visão, o cometimento de algum erro grave, uma palavra de advertência deve ser dada. Mas a advertência difere da crítica e é algo que uma personalidade como um ex-Presidente pode e deve fazer. Deve, porém, evitar críticas.

Acreditamos que essa apreciação se coloca no âmbito das interpretações, que, como todos sabemos, é sempre eivado de algum personalismo, algum subjetivismo natural dos seres humanos.

Pensamos que o próprio Presidente Lula tem evitado referências àquilo que a imprensa acabou veiculando como “herança maldita”. Aqui na nossa Bancada mesmo temos evitado, de modo geral, críticas nesse sentido, sem deixarmos, entretanto, de apresentar nossas objeções, nossos pontos de vista contrários a toda uma diretriz política na gestão econômica que foi feita no período do ex-Presidente Fernando Henrique.

Creio, porém, Senador Arthur Virgílio, que só a perspectiva histórica é que vai dar a justa medida dessas apreciações. Assim como V. Ex^a estava envolvido na gestão do ex-Presidente FHC, estou envolvido na gestão do Presidente Lula. Não temos a perspectiva que confere a isenção para um juízo que só a história pode fazer. Na minha opinião, o juízo da gestão econômica do ex-Presidente FHC não será bom, creio, devido à teimosia na âncora cambial, a excessiva política de juros altos, que começou a produzir o círculo vicioso que hoje está aí obrigando juros altos para poder fazer face às despesas e conter a inflação. Aquela política de privatizações que tirou o controle nacional sobre uma série de setores estratégicos, muito especialmente o setor de telecomunicações, foi uma decisão desastrosa. Mas tudo isso na subserviência ao mercado, a retirada da ação governamental no sentido da ação desenvolvimentista do Governo.

Tudo isso foi muito ruim, mas não está dentro das minhas capacidades fazer evidentemente um juízo nacional. Faço o meu juízo pessoal, subjetivo. O juízo nacional, o juízo histórico será feito no tempo oportuno.

no com a perspectiva necessária, assim como o juízo do Governo Lula, que ainda não se pode fazer na perspectiva pessoal e subjetiva, dado que não chegou nem à metade do seu mandato, pois há ainda divisões e dicotomias que estão expressas no seu Governo e que vão se resolver no tempo oportuno, dando assim a feição final do seu Governo no fim de quatro anos.

Finalmente, Sr. Presidente, quanto à questão do caso Waldomiro Diniz, entendo que é dever da Oposição insistir neste tema, faz parte da sua pauta de deveres. Entretanto, a própria opinião pública do País está observando que o caso vai perdendo importância. Vai perdendo importância porque as investigações...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Já concluo, Sr. Presidente.

As investigações prosseguem por parte da polícia, por parte da imprensa, que gostaria muito de achar novos veios a explorar neste caso, e, entretanto, o tema vai-se revelando cada vez menos grave do que aparentemente no primeiro momento foi estampado e muito explorado politicamente pela Oposição.

De forma, Sr. Presidente, que eram esses os comentários, muito limitados devido à exigüidade do tempo, que eu me senti no dever de fazer em relação ao discurso do Líder Arthur Virgílio sobre a entrevista do Ministro Aldo Rebelo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, com base no art. 14 do Regimento Interno, peço a palavra por haver sido citado por S. Ex^a o Senador Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, para uma explicação pessoal, de acordo com o art. 14, inciso VI.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei bastante tópico. O primeiro tópico: o caso Waldomiro. Saiu uma resposta pífia do Palácio segundo a qual, se fizéssemos uma enquête junto à imprensa, ela optaria pela CPI. Mais ainda. A Polícia Federal disse que era necessária uma CPI. Durante aquele momento grevista, ela se sentia de mãos atadas. Isso, antes de o Governo haver colocado sob suspeição o Ministério Público. Ou seja, esclarecimento para valer mesmo, só se houver, no caso Waldomiro e sobre ele, a interferência congressual.

Segundo tópico: vejo o Presidente José Sarney aprovando matérias aqui, todos os dias, para o Presidente Lula. Isso pode. Isso é papel de estadista. Pode perfeitamente o Presidente Sarney ficar aqui aprovando e esperando votação. E creio que S. Ex^a não

está errado. Até tenho ajudado muito. O PSDB tem votado praticamente as mesmas matérias que vota o PT aqui. Somente sustento que não dá para dizermos que é comportamento bom de ex-presidente ajudar o Governo Lula; e é comportamento inadequado criticar o Governo Lula.

O Presidente Fernando Henrique não deixou de ser político, nem cidadão. Portanto, tem seus direitos intactos e vai usá-los na medida das suas inquietações intelectuais e políticas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Observo ao nobre Senador Eduardo Suplicy que, em explicação pessoal, não há apartes.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, queria fazer observações pontuais, mas respeitarei o Regimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, há pouco vimos e ouvimos uma contundente declaração do ex-Presidente Jimmy Carter contra o Presidente George Bush. Tenho certeza absoluta de que a maioria do Governo Lula haverá de ter concordado com as declarações feitas por Carter a respeito de Bush. Jimmy Carter, aliás, talvez seja considerado o melhor ex-presidente da história americana.

Logo, não dá para manter essa concepção maniqueísta: se é para apoiar, vale – é estadista, é muito bom, uma figura maravilhosa, fantástica; mas se é para criticar, não vale, é melhor calar, é falta de decoro.

Falta de decoro praticou o Sr. Waldomiro Diniz. Falta de decoro é fingirmos que não vemos esse acinte contra a opinião pública praticado pelo Sr. Waldomiro Diniz, que anda no supermercado como se fosse a Madonna, uma prima-dona que não quer dar autógrafos. Não sei se pensa ser a Madonna ou a Darlene Sampaio. Não quer dar autógrafos. Está incomodado. A estrela está incomodada demais. Sabemos que se trata de larápio, e gostaria de saber se tem conexões para dentro e para fora do poder que está aí posto.

Dois meses se passaram, e ninguém foi punido, nem o Sr. Waldomiro. A verdade é esta: produziram um documento, não buscaram a verdade. É a sensação que tenho, e penso ser a mesma que assalta a Nação brasileira.

Outro tópico sobre o qual quero falar é a tal herança maldita. Não foi a imprensa que criou essa figura. Foi o Governo que martelou nisso. E a imprensa, democraticamente, dando vez ao contraditório, dizia “Fulano de tal do Governo disse que era uma herança maldita; Beltrano de tal da Oposição disse que não é.” Então, as razões se chocavam. Não é verdade que a imprensa tenha inventado esse termo e que o Governo

Lula, tão cândida e inocentemente, esteja constrangido, porque, de tão britânico e tão cavalheiresco, não gostaria de ver a discussão se travar nesses termos, muito fiel àquela coisa tão de rapapés que foi a transição de um Governo para o outro.

É claro que a perspectiva histórica é que vai dar o tamanho de cada Governo, sim. Mas, enquanto isso, não dá para ficarmos quietos. Assim, não vamos julgar ninguém, nem o Governo Collor. Vamos dizer que o Governo Collor ainda não foi analisado na inteireza das suas ações. Quem vai dizer mesmo sobre ele é a história. Enquanto isso, fico quieto; enquanto isso, não se teria feito a tal CPI, não se teria deposto democraticamente o Presidente Collor.

Finalmente, submisso ao mercado é este Governo, que conseguiu, Senador Antonio Carlos Magalhães, uma proeza: baixou a taxa Selic, e os juros reais subiram da última vez, porque baixou com medo, baixou politicamente e de maneira temerosa. Submissão ao mercado, para mim, é isso. É uma coisa até esdrúxula, até ridícula do ponto de vista técnico. Ou seja, se baixa a Selic, os juros reais sobem. O que se queria era dar satisfação ao mercado, mostrar que o Governo estava voltando a se manifestar no sentido do rebaixamento da taxa básica de juros. E não fizeram as contas mínimas, percebendo que, daquele jeito, não estavam baixando juros, mas aumentando-os. Portanto, o debate é travado. É claro que nesses termos, que são sempre os mais adequados para o Congresso Nacional.

Devo repisar que, como me expressei da primeira vez, se alguém quiser que o ex-Presidente Fernando Henrique não fale, que peça às tevês para não o entrevistarem, que peça aos jornais **O Globo** e **O Estado de S. Paulo** para não publicarem seus artigos mensalmente. Essa é a alternativa que sugiro, haja vista não podermos tolerar a intransigência da ditadura de volta, ou seja, o pensamento único de que uma pessoa pode falar, mas outra não.

O Presidente José Sarney é o maior estadista de todos. Creio que o Presidente José Sarney possui a veia do estadista, sim. Se está ajudando a aprovar matérias, pode falar. O ex-Presidente Fernando Henrique não pode criticar. Portanto, para voltar a ser chamado de estadista pelos palacianos, S. Ex^a precisa, agora, elogiar o Governo Lula e dizer que é muito bonito esse quadro que o Brasil deplora, como a anarquia do MST. Não pode dizer que está faltando lucidez em relação ao marco regulatório.

Não dá para aceitar que os fatos se processem dessa forma. Portanto, encerro o meu pronunciamento, dizendo que há duas alternativas para silenciar o ex-Presidente Fernando Henrique, sem ser pela forma ditatorial, que afastamos desde logo, por completo

– acredito que ninguém imagine que a ditadura possa ser possível no Brasil de hoje. Hipótese A: Fernando Henrique pode ser convencido de que este Governo é uma maravilha. Hipótese B: o Governo poderá fazer com que os jornais não publiquem seus artigos e as televisões não o entrevistem. Fora isso, S. Ex^a irá, às vezes, até elogiar. Quem sabe, apoiará este Governo, que tem o compromisso de governar até o final. Ao contrário do “Fora FHC”, que levianamente cantavam e bradavam nas ruas, vamos dizer: “Fique Lula, porque seu dever é governar para valer – o que ainda não fez – até o final de seu mandato”. Portanto, quem sabe, chegará o momento – bato na madeira porque não quero que esse momento chegue – em que a palavra do ex-Presidente Fernando Henrique será para ajudar Lula a estabilizar seu poder. Talvez S. Ex^a venha a ser elogiado nesse momento. Entretanto, não há como dizer a alguém com toda a sua formação acadêmica e com todo o seu viés no debate intelectual: “Você foi ex-Presidente e, agora, não deve mais opinar. Você deve opinar, a não ser que seja elogiando.” Quem sabe se designa uma cadeira de Secretário aqui da Mesa para S. Ex^a aprovar projetos com mais rapidez ainda? Não é isso o que o Presidente Fernando Henrique vai fazer. S. Ex^a vai criticar e elogiar sempre que achar que deve. Desde o início, falo que é inútil esse trabalho de, com delicadeza ou de uma maneira rude, tentarem constrangê-lo para que não fale, porque ele vai falar. Falou no regime dos generais e vai falar, agora, no regime do nosso Presidente Lula, que, tenho certeza, não vai negar fogo quanto ao seu compromisso com a democracia, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Saturnino Braga.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer uma observação. Não vou contraditar o Senador Arthur Virgílio. A meu juízo, se não estou equivocado, o dispositivo da explicação pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Senador Roberto Saturnino, penso que ele terminou justamente...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Eu não vou contraditá-lo, já disse. Só queria observar...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Penso que, regimentalmente, teríamos de ouvir o próximo orador.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Claro, mas antes quero fazer uma observação de

caráter regimental, Sr. Presidente, sustentando que a explicação pessoal é um dispositivo que o Regimento garante ao Senador, quando é citado de uma forma capaz de diminuir a sua imagem perante os seus Colegas. E não foi o caso. Eu citei o nome do Senador Arthur Virgílio apenas para me referir ao seu discurso, e não fiz nenhuma alusão que pudesse atingir, nem de longe, na mais longínqua posição, a sua honorabilidade, ou levantar qualquer desconfiança. De forma que, a meu juízo, não caberia no caso a explicação pessoal.

S. Ex^a gosta sempre de ter a última palavra e aproveitou-se do dispositivo regimental para me contraditar. Não sinto necessidade de contraditar, agora, tudo o que S. Ex^a disse. Penso que os nossos pontos de vista estão bem claros. Quem nos escutou direta ou indiretamente compreendeu perfeitamente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– A meu juízo, se não me engano, esse dispositivo da explicação pessoal não deve ser usado nesses casos para, simplesmente, contraditar o pronunciamento de um outro Senador que apenas se referiu ao Senador em causa de uma forma que não tem nada a ver com o respeito que ele merece e desfruta perante todos os seus Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT

– MS.) – Senador Roberto Saturnino, a Mesa quis apenas ser democrática, naturalmente deixando que se use da palavra com um pouco mais de liberdade, mas, pelo que estamos observando, isso vai acabar complicando ainda mais o Regimento, porque é anti-regimental a fala de S. Ex^a e é anti-regimental a palavra agora, e ficamos com o próximo orador, sem poder falar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS.) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, com base no art. 14, inciso VI, não é verdadeiro que esteja escrito no Regimento que apenas a palavra injuriosa mereceria resposta.

O Senador Roberto Saturnino até tem razão: talvez devesse haver esse dispositivo no Regimento, mas não é isso o que dele consta. Entendo que a redação seria melhor nos termos sugeridos pelo Senador, mas não é isso que a letra da lei diz e que a praxe da Casa registra.

No mais, de forma alguma, tenho a pretensão ficar com a última palavra. Sou uma pessoa de convicções, como acredito que todo Senador deva ser, e que todos os meus colegas são: pessoas de convicção

que estão aqui para debater assim como eu. Eu estou aqui precisamente para debater.

Há pessoas, nesta Casa, que fazem a limpeza, a iluminação, que trabalham na TV Senado. O meu trabalho aqui, entre outras coisas, é estudar as matérias e vir debatê-las. Portanto, não me senti em nenhum momento ofendido pelo Senador Roberto Saturnino, de maneira alguma. Entendo que S. Ex^a tem posições diferentes das minhas, embora tenha me tratado com todo o respeito. Mas me amparei, sim, no art. 14, § 2º, do Regimento Interno, para usar da palavra e S. Ex^a, sem se dizer aludido, tendo sido aludido por mim, usou dos seus cinco minutos com toda a legitimidade.

Tampouco me dirigi a S. Ex^a de maneira grosseira ou pouco polida. A interpretação do Regimento, a meu ver, está correta. Assim, V. Ex^a, como jurista emérito que é e tendo todo esse corpo a assessorar a Presidência, haverá de me dar razão. A interpretação correta talvez fosse a do Senador Roberto Saturnino, mas, na praxe, não é o que vigora no Regimento.

Praticamos um momento de debate e, se fôssemos interpretar o Regimento diferente do que é, seríamos dois a ficar calados: o Presidente Fernando Henrique, que só pode falar para elogiar, e eu, que não posso falar com base no que me garante o art. 14, § 2º, conforme pode ser perfeitamente cotejado e checado por V. Ex^a, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – V. Ex^a tem toda a liberdade regimental, tanto assim que utilizou a palavra duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Com a palavra o ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL da Bahia, por cinco minutos, pela Liderança da Minoria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já não bastassem as dificuldades que enfrentamos, próprias de um País que busca se desenvolver, temos assistido a um embate, no âmbito do próprio Governo, que, a persistir, somente nos trará ainda mais prejuízos e atraso.

Refiro-me ao que o brilhante jurista Miguel Reale, em seu artigo do jornal **O Estado de S. Paulo**, do último sábado, chama de “**fundamentalismo ecológico**” e que estaria presente em áreas do Poder Público, em especial no Ibama.

Sr^{as} e Srs. Senadores, dezenas de obras se encontram, neste momento, paralisadas, porque o Ibama impede seu prosseguimento.

Como bem salienta Miguel Reale, se as autoridades ambientais têm bons fundamentos para dizer – **e nem sempre têm (sou eu quem afirmo)** – que um

projeto causará danos importantes, é sua obrigação apresentá-los com clareza e sem perda de tempo.

Enquanto isso, obras necessárias, fundamentais para o desenvolvimento, permanecem paradas.

A necessidade de desenvolver o País não pode ser vítima de seguidos obstáculos, muitos deles mais de caráter ideológico do que técnico.

Como bem lembra o Senador Gilberto Mestrinho, com o seu humor característico de amazonense, o jacaré não pode ser mais importante do que o homem. Matar jacaré pode levar uma pessoa à cadeia, mas se o jacaré mata o homem, é premiado!

Enquanto os órgãos ambientalistas fazem isso, o jornal **O Globo**, este sábado, informou que as obras da Via Expressa Sul, em Florianópolis, estão paralisadas. Os técnicos do Ibama teriam pedido um estudo de impacto ambiental, pois se preocupam com a sobrevivência de um molusco chamado “berbigão”. O berbigão é mais importante do que essa estrada fundamental para o desenvolvimento do sul do País.

Pois é isso. Graças a esse molusco, que tem um outro apelido impubescível, a obra está paralisada. Restam 400 metros! Mas o berbigão não deixa que se faça.

Sr. Presidente, enquanto órgãos ambientalistas e parte do Ministério Público criarem obstáculos e mais obstáculos, veremos casos como o relatado no **Jornal do Comércio** semanas atrás: uma grande empresa investiu US\$30 milhões na construção de um terminal graneleiro no porto de Santarém, no Pará. Pois, na mesma solenidade em que recebeu o título de “empresa do ano”, anunciou a suspensão temporária de seus investimentos na região.

A razão? Segundo a direção da empresa, a decisão foi tomada *“até que algumas pessoas se convençam que é lícito investir, segundo a legislação vigente no País e conforme as regras ambientais definidas”*.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essas críticas que faço, não as dirijo à nossa colega e amiga Ministra Marina Silva, que é séria e sempre concentrou seu esforço, inclusive aqui nesta Casa, para garantir que o desenvolvimento do País se desse sem a degradação do meio-ambiente. Mas os fatos estão aí.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Infelizmente, não posso; a Mesa não deixa e só tenho cinco minutos. Mas já concordo com o que V. Ex^a iria dizer.

Todos as Sr^{as} e os Srs. Senadores certamente têm consigo exemplos de obras em seus Estados que ainda não se iniciaram ou, pior, estão paralisadas por motivos semelhantes. Não podemos chegar ao ponto

limite de um dia vermos alguém defender que “ou se acaba com o Ibama ou o Ibama pode acabar com o desenvolvimento no Brasil”.

Não quero isso, mas isso pode acontecer. Se o Governo não tiver coragem de frear as ações impróprias do Ibama e, muitas vezes, do Ministério Público, o Ibama vai acabar com o País.

Os órgãos que, de alguma forma, tratam com o meio ambiente, entre eles o Ibama, são importantes para o País, ninguém nega, mas não podem fazer o que fazem. Na Bahia, linhas de transmissões já existentes não podem ser reforçadas, como é o caso de Ibiquara e Cascavel e outras localidades. Essa linha de transmissão, Sr. Presidente, propiciaria 50 mil empregos. Essa é a realidade.

É preciso, pois, que o Poder Público entenda a defesa do meio ambiente como função protetora da sociedade e não como instrumento de entrave ao crescimento da economia.

Nunca será demais lembrar que esse crescimento corresponderá a mais emprego para o brasileiro. Como lembra o próprio Miguel Reale, esse grande jurista que, aos 92 anos, é mais lúcido do que muitos de 30 anos, o Poder Público deve compreender que a salvaguarda do meio ambiente não pode prevalecer sobre o valor da pessoa humana.

Sabemos que existe um choque entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura, que está prejudicando muitíssimo a agricultura brasileira. E sabemos que poucos Ministros, neste Governo, têm a competência de Roberto Rodrigues. O Ministro da Agricultura é um homem capaz, mas está impedido de trabalhar: ou lhe faltam recursos, ou lhe falta apoio para enfrentar a força da Ministra do Meio Ambiente, a nossa colega e amiga Marina Silva.

Portanto, temos que chamar a atenção para isso, e como colaboração. Ninguém quer atrapalhar o Governo, mas colaborar. No entanto, não se pode colaborar com a guerra entre Ministros.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que considere como lido o artigo do jurista Miguel Reale, visto que não terei tempo de lê-lo.

Além disso, gostaria de dar esta manchete para todo o povo brasileiro: **“Spread brasileiro é o maior do mundo”**.

É isso, Sr. Presidente, que entrava o nosso desenvolvimento; é isso que o Governo do Presidente Lula deve modificar. Vai modificá-lo, tenho certeza. Se não o fizer, sua popularidade cairá a cada dia e chegará a um ponto em que Sua Excelência não poderá mais governar bem o País, como é o nosso desejo.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGA-
LHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º do Regimento Interno.)*

O HOMEM E A NATUREZA

Miguel Reale

(10-4-2004 - O Estado de S. Paulo)

Não há dúvida que, na compreensão do que seja “defesa do meio ambiente” e do papel que nele cabe ao ser humano, houve notável progresso nos debates havidos sobre o tema, a começar por não mais se “encarar o homem como um ser vivo qualquer”. Já agora se reconhece que “o homem é o principal sujeito do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, mas não o único” (3/3 e 30/3).

Persiste-se, todavia, em não considerar o homem dotado de autonomia e de poder criador para as transformações que, a todo instante, é ele obrigado a introduzir no meio ambiente em benefício da coletividade.

A bem ver, continua-se idealizando o meio ambiente como se fosse sempre uma fonte perene de benesses, na qual o homem estaria passivamente inserido, quando, na realidade, muitas vezes, é ele que, como agente criador de civilização e de melhores qualidades de vida, se vê na contingência de interferir no que é natural e espontâneo para estancar seus efeitos nocivos.

Vivendo no Nordeste, onde, no dizer de José Américo de Almeida, “a natureza é menos mãe do que madrastra”, Tobias Barreto chegou a afirmar que “a cultura é a antítese da natureza, no tanto quanto ela importa uma mudança no natural, no intuito de fazê-lo belo e bom”. Sem concordar com esse exagero, não se pode deixar de reconhecer que, continuamente, se deve à iniciativa humana a criação de meio ambiente compatível com as exigências vitais.

Como escreve Houaiss em seu monumental dicionário, em ecologia, meio ambiente é “o conjunto de fatores físicos, biológicos e químicos que cerca os seres vivos, influenciando e sendo influenciado por eles”. Sob outro prisma, poder-se-ia dizer que é o “espaço natural circundante no qual atuam os seres vivos”.

Ora, dentre os seres vivos, o homem é o agente por excelência das transformações introduzidas no meio ambiente, visando a alcançar formas de vida cada vez mais ecologicamente equilibradas, como é previsto no artigo 225 da Constituição de 1988.

Assim sendo, quando há iniciativas do Poder Público ou de empresas privadas no sentido, por exemplo, de construir barragens para usinas elétricas ou o

abastecimento de água potável, ou de abrir estradas para comunicações necessárias, cumpre fazer-se um “balanceamento de valores”, com a análise de todos os elementos em jogo, a fim de optar-se pela solução mais consentânea com as exigências essenciais à vida, de que tanto se fala, e ao desenvolvimento do País.

Como bem acentuou editorial do Estado de 31 de março último, “é preciso entender a defesa do meio ambiente como função protetora da sociedade e não como poder para entravar o crescimento da economia. Se as autoridades ambientais têm bom fundamento para dizer que um projeto causará danos importantes, é sua obrigação afirmá-lo com clareza e sem perda de tempo. Mas não é seu papel, nem seu direito, fazer de sua função um meio de impor ao País suas idiossincrasias ou de criar obstáculos ideológicos ao desenvolvimento”.

Não se trata, pois, de “antropocentrismo”, nem de ver o homem como “valor absoluto”, que não existe, mas sim de reconhecer que a salvaguarda do meio ambiente não pode prevalecer sobre o valor da pessoa humana, que, a meu ver, é o valor-fonte de todos os valores, por significar o homem situado na sociedade, um eu em correlação essencial com o dos demais membros da comunidade. Não há estudo de Axiologia que não admita uma escala ou hierarquia de valores, correlacionados uns com os outros em sintonia com o tipo de civilização atingida, nos limites de suas peculiares circunstâncias.

Nessa ordem de idéias, nenhum dano haverá ao meio ambiente por exigir-se que ele corresponda a um bem de vida considerado essencial ao ser humano. Mesmo porque, atualmente, a não ser nas ainda inexploradas florestas da Amazônia e de outras poucas partes do planeta, não há meio ambiente que não tenha sido influenciado pela ação do homem, como, para dar um só exemplo, aconteceu com o cerrado, que deixou de ser visto como terra inexplorável para tornar-se campo de um novo bandeirismo, não em busca de esmeraldas, mas sim de algodão, soja e milho.

Qual é o meio ambiente para um holandês, que constantemente afronta as ameaças do oceano? Qual o meio ambiente para um londrino, um nova-iorquino ou um parisiense senão o correspondente ao das cidades estupendas que construíram? Em todos eles, valores naturais compuseram-se com os humanísticos numa díade incindível. Não há nada, por conseguinte, que justifique atitudes do Poder Público inspiradas no “fundamentalismo ecológico”, que consiste em conversão do meio ambiente num valor absoluto, após afirmar-se que este não existe...

É claro que, se do estudo dos diversos fatores operantes resultar que o fim visado por um empreen-

dimento não compensa o dano a ser causado ao meio ambiente, é legítima a interferência do Ministério Público, no exercício de sua alta missão. Deverá sempre ser uma decisão tomada com a devida prudência - e não é à toa que a Jurisprudência é o nome clássico da Ciência do Direito -, pois, se o artigo 170 da Carta Magna exige, em seu inciso VI, que a atividade econômica preserve o meio ambiente, os incisos III e IV também salvaguardam a função social da propriedade e a livre concorrência.

Felizmente, a orientação dominante em nossos tribunais é no sentido da subordinação do meio ambiente aos valores existenciais, tal como ainda recentemente ocorreu, com a cassação de liminares que haviam suspenso a construção da barragem de Piratininga e Biritiba-Mirim, que se destina a abastecer de água potável o Reservatório da Cantareira, e a experiência da flotação das águas do canal do Rio Pinheiro graças a grande investimento que visa a antecipar a utilização do Reservatório Billings e da Usina Henry Borden na produção de energia elétrica, problema que a todos preocupa.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT MS) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, pelo tempo que resta para o encerramento desta sessão.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca; Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que assistem a esta sessão de segunda-feira, 12 de abril, por meio do sistema de comunicação do Senado, quis Deus que esta sessão fosse presidida pelo grande jurista e Senador Juvêncio da Fonseca. Entendo que a justiça é um valor fundamental, uma inspiração divina. O Filho de Deus, em passagem pela Terra, disse-nos: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça (...).” Deus entregou leis a Moisés. Então, a justiça é divina. Mas a nossa não é divina, é feita por homens. Os romanos dizem: **errare humanus est**. Portanto, há erros, e precisamos refletir sobre eles, corrigi-los, minimizá-los.

Estamos aqui com o caso do Senador João Capiberibe. Atentai bem! Posso falar sobre esse assunto, porque também sofri processos semelhantes. Senador Ney Suassuna, sou um privilegiado, pois sou um homem do Piauí, mas fui afastado de um Governo em que fui colocado pelo povo por duas vezes. O Senador Sibá Machado também teve o privilégio de nascer no meu Estado e lá ser líder. O Piauí ensinou a este País, quando seu povo cassou os caçadores. Essa é uma reflexão.

Quero afirmar aqui a posição do meu Partido, o PMDB, Movimento Democrático Brasileiro, que essa é uma questão de entendimento. Senador Juvêncio da

Fonseca, a democracia, traduzida por um jurista como V. Ex^a, Abraham Lincoln, é o governo do povo, pelo povo e para o povo. O povo é soberano, é quem decide. E o povo do Amapá é grandioso como o povo do Piauí, pois, na sua sabedoria, mandou para esta Casa dois representantes extraordinários: o ex-Governador João Capiberibe e o ex-Prefeito Papaléo Paes. Esse povo é tão sábio que também mandou para cá o nosso Presidente José Sarney. Isso é democracia.

Senador Antonio Carlos Magalhães, tenho ouvido falar muito em CPI, mas, em 180 anos, nenhuma foi mais eficaz, mais brava, mais corajosa do que a CPI do Judiciário. São humanos. **Errare humanus est**. Os médicos erram, não é, Dr. Papaléo Paes? Por que não? Aquela CPI serviu para reflexão. Senador Antonio Carlos Magalhães, foi Deus que lhe colocou para este debate, que estou acompanhando. Olha como está errado: qualquer um afasta um Prefeito, um herói escolhido pelo seu povo, pela sua gente. Não há elemento algum da democracia de maior importância e valor e que mereça mais respeito do que um Prefeito. Ele administra sua esposa, seus filhos, seu pai, sua mãe, seus avós, seus amigos, e é afastado, às vezes, pelo segundo colocado, que quer o seu lugar, em uma trama diabólica.

Então, Senador Antonio Carlos Magalhães, penso que, diante desses casos em que o Prefeito é afastado, a Assembléia Legislativa deve se manifestar em 72 horas, para frear o processo. A justiça é uma inspiração divina, mas também tem demônios que nela se acobertam. No caso de um Governador, com 78 horas, o Senado, Poder máximo, manifesta-se. Devemos refletir sobre isso.

Quanto a mim, disseram que venci porque dei luz. Dei sim. A minha esposa, Adalgisa, no Serviço Social, quitava a conta de todos os pobres que gastavam menos de 30 quilowatt. Senador Papaléo Paes, V. Ex^a sabe o que é isso? É uma casa que tem um, dois, três ou quatro bicos de luz. Havia uma despesa de R\$800 mil, que representava um terço das casas dos pobres, que são a maioria. E cada casa dessas tinha cinco ou seis habitantes.

Também me acusaram de dar alimento. E dei mesmo! Esse negócio de Fome Zero não é do Presidente Lula. Eu construí, com a minha esposa Adalgisa, o primeiro restaurante popular neste País. O Governador Anthony Garotinho foi lá ver; depois, fez um restaurante em que cobrava. O Governador Mário Covas também esteve comigo e fez um restaurante. Eu tirei a polícia do lado, e a minha esposa pegou...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Já está na hora do jantar, da sopa na mão. Em uma hora dessas, os pobres comiam.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT MS) – Senador Mão Santa, interrompo V. Ex^a para prorrogar a sessão...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É. Mas não vamos interromper o meu ensinamento a este Governo. Então, foi lá também, Senador Antonio Carlos Magalhães, que disseram que...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT MS) – Senador Mão Santa, gostaria de terminar o meu aviso. Infelizmente, estamos interrompendo V. Ex^a para prorrogarmos a sessão por mais dez minutos: cinco minutos são para que V. Ex^a complete o seu pronunciamento; cinco minutos, democraticamente, para o Senador Garibaldi Alves Filho, que precisa usar da palavra pelo menos por esse período.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, quero dizer da solidariedade do PMDB. Já haviam falado o Senador Pedro Simon, símbolo maior do Partido, e o Senador Ramez Tebet. Agora sou eu, mas serei breve. Deus escreve certo por linhas tortas.

Anteriormente, o Senador Antonio Carlos Magalhães falou em **spread**, que, no Brasil, é o maior do mundo.

Para que brasileiros e brasileiras entendam o que estou dizendo, *spread* é a diferença entre o custo do dinheiro para a instituição financeira e o quanto ela cobra para emprestar para consumidores e empresas. Em 2003, o *spread* foi de 43,7 pontos, em média. Os bancos brasileiros captaram recursos pagando 23,4% ao ano e emprestando a juros 67,1% ao ano.

Segundo o FMI, o **spread** cobrado no Brasil é o maior do mundo. A situação brasileira é simplesmente escandalosa. Vejam algumas comparações: na zona do Euro, o **spread** é de 3,1%; nos Estados Unidos é 3%; no Japão, 1,8%; no Reino Unido, 0,1%.

Que vergonha! A taxa de intermediação cobrada pelos bancos que atuam no Brasil é 14 vezes maior que a taxa cobrada pelos bancos nos Estados Unidos!

Com relação aos chamados países emergentes, a nossa distância é também alarmante. Vejamos alguns dados: na Rússia, é de 9,1%; na Índia, 5,4%; na África do Sul, 4%; no Chile, 3,5%; na China, 2,6%.

Vejamos os percentuais de alguns países vizinhos: no Paraguai, é de 37,65%; na Argentina, 15,4%; na Bolívia, 13,6%; na Venezuela, 12%.

O *spread* no Brasil compõe-se de 32% de margem de lucro, 28% de impostos diretos e indiretos, 16% de inadimplência e 24% de despesas administrativas.

Logo, o Governo tem uma ampla margem de manobra para diminuir o *spread* e a taxa de juros cobrada pelos bancos: reduzir a margem de lucro dos bancos e reduzir os impostos cobrados. Só assim poderíamos tirar o Brasil desta triste situação de recordista em juros no mundo, o que está freando qualquer possibilidade de o País crescer e gerar os empregos que a sociedade exige.

Desde o início, eu dizia que o Palocci não era do ramo. Essa é a situação do Brasil. Não adianta publicidade, opinião publicada e paga.

Neste último fim de semana, estive no meu Estado com médicos e empresários e nunca vi tanto desânimo no Piauí e no Brasil!

Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a se lembra de quando terminou o curso de Medicina? Eu concluí o curso de Medicina em 1966 e logo comecei a trabalhar. Nos primeiros anos, ao fazer a declaração do imposto de renda, os colegas diziam: “Dos doze meses trabalhados, o equivalente a um mês de trabalho vai para o Governo.” Isso era no início, quando me formei em Medicina.

Atentem bem, brasileiras e brasileiros, agora, neste Governo do PT, o Partido...

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – O Partido dos Tributos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Boa complementação, Senador Pavan. De doze meses trabalhados, o equivalente a cinco meses vão para o Governo!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E o que o Governo oferece em resposta é uma educação péssima, um serviço de saúde comprometido, uma segurança pública inexistente, uma esperança zero! Essa é a verdade.

Então, são essas as nossas palavras.

Deixaria, para acordar o Governo, aquela mensagem de Juscelino Kubitschek, que se virava para seus companheiros, no Palácio, e perguntava: “Como vai o monstro?” Ele chamava José Maria Alckmin e Israel Pinheiro e perguntava: “Como vai o monstro?” O monstro era o povo.

Registro aqui que o povo está sem esperança e sem motivação. Vi médicos brilhantes, competentes, sem entusiasmo, sem coragem. Vi empresários sem coragem, porque nenhum negócio tem rendimento.

Senador Antonio Carlos Magalhães, o PT mostrou sobretudo falta de estudo e saber. O primeiro livro que qualquer administrador tem de ler é **O Príncipe**,

de Maquiavel, escrito na época do Renascimento na Itália, que diz que o príncipe não pode ser afeminado, tem de ter capacidade de decisão, não pode ser rapina, não pode se aproveitar das mulheres dos seus súditos e não pode começar seu governo aumentando impostos. Esse é o princípio elementar que o PT não conhece.

O País está sacrificado e sem perspectiva, porque o trabalho não gera riqueza. O Brasil entregou-se a Meirelles e Palocci, que se entregaram e entregaram a Pátria aos banqueiros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, V. Ex^{as} aprendem logo, mas esse PT é duro. O núcleo é duro. Chega a ser burro, não aprende. Já estamos com quase 16 meses de Governo e não vemos progresso para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros.

Eu daria só um exemplo. O Governo acha que está tudo muito bom. Se juntarmos os gastos do Governo Federal, em 2003, com saúde, educação, trabalho, assistência e organização agrária, chegamos a R\$60 bilhões. E só de juros relativos a nossa dívida interna chegamos a R\$160 bilhões. Estão endeusando os banqueiros, o capital e o dinheiro.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – São essas as nossas palavras e os nossos ensinamentos ao Partido que está no Governo para trazer de volta a riqueza e esperança ao nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT MS) – Agradeço a colaboração de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves por cinco minutos, o tempo necessário para terminar a sessão.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT MS) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Eu ainda gostaria de me inscrever para falar pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT MS) – Hoje não há mais condições. Já estamos na prorrogação.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas a Liderança não tem condições de requerer a sua inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT MS) – O PSDB já usou da palavra na pessoa do Senador Alvaro Dias.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas o PT falou três vezes pela Liderança, um pelo Bloco

e dois pelo PT, o Senador Tião Viana e a Senadora Fátima Cleide e o Senador Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Senador Leonel Pavan, já estamos prorrogando o horário e o fizemos por um motivo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a realmente tem uma consideração muito grande com os Senadores e, nesta Casa, demonstra ser uma das pessoas mais coerentes ao permitir que os Parlamentares se expressem.

Hoje, pela manhã, dezenas de pessoas que compraram e reservaram lugares na TAM ficaram sem passagem e sem viajar, em razão de a empresa ter vendido passagens a mais. Para impedir que fosse processada, a TAM deu aos passageiros uma contribuição de R\$200 – ou uma multa – para usarem como crédito. Inúmeras pessoas, empresários e microempresários, que já haviam reservado a passagem – inclusive eu –, não conseguiram viajar por causa da irresponsabilidade da TAM.

Solicitamos ao DAC que faça a devida investigação. Inúmeras pessoas impetrarão ações na Justiça porque perderam negócios.

É lamentável que as empresas menosprezem, desrespeitem os consumidores e ofendam a sua moral e a sua honra.

Esperamos que a TAM tome providências a esse respeito. Certamente, as pessoas que foram prejudicadas entrarão na Justiça, e eu serei testemunha daquilo que presenciei hoje, pela manhã, no aeroporto de Navegantes, em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Sr^{as} e Srs. Senadores, a Mesa faz apenas uma observação: se continuarmos a quebrar o Regimento a todo instante, nossa sessão não será regular, nem de tolerância, mas uma sessão sem a observação regimental.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Garibaldi Alves Filho, inscrito anteriormente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a nossa região Nordeste e o meu Estado, o Rio Grande do Norte, têm hoje uma grande perspectiva para o seu desenvolvimento no que concerne à fruticultura, ao camarão em viveiro e à fabricação de tecidos ou, em última análise, ao setor têxtil, além de outros produtos. Grande parte desses produtos é voltada para a exportação; grande parte desses produtos, Sr^{as} e Srs. Senadores, é produzida, hoje, por empresas que não são grandes, são empresas

pequenas e não chegam a ser classificadas como médias empresas. Entretanto, o desempenho das mesmas tem levado a um crescimento muito grande das exportações da nossa região e do nosso Estado. Daí a nossa preocupação com algo que venha a afetar o desempenho dessas empresas, o que seria, realmente, matar a “galinha dos ovos de ouro”.

Estou diante de um desses exemplos, e não podemos deixá-lo passar despercebido, sem uma palavra de advertência, de apelo; sem uma providência por parte do Governo Federal e, mais especificamente, do Ministério do Trabalho para solucioná-lo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, empresas produzem melão no nosso Estado. São 167 projetos de pequeno e médio porte na região em que estão sendo prejudicados por uma fiscalização que eu não diria apenas rigorosa, porque não se deve reclamar do rigor, não se deve reclamar do direito, mas eu diria que, dentro desse rigor, há excessos que vêm sendo cometidos pelos fiscais do Ministério do Trabalho. Tanto assim que jornais da cidade de Mossoró comentam esses fatos.

O jornal do último domingo traz uma matéria cuja manchete é a seguinte: “Multas descapitalizam a fruticultura”. A denúncia não é do jornal. O jornal faz ecoar uma denúncia do Comitê Executivo de Fitossanidade, do Rio Grande do Norte, o chamado Coex, órgão que representa essas 163 empresas de pequeno e médio porte da região.

O exemplo citado desse abuso na fiscalização é o da empresa Soagri – Comércio, Importadora e Exportadora Ltda., que recebeu duas multas dos fiscais da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), que, somadas, ultrapassam os R\$160 mil.

O diretor da Soagri, Sr. Mauro Antonio Gurjão, confirmou a multa. Ele garantiu que a empresa está trabalhando totalmente dentro da formalidade, com o registro da carteira profissional de todos os funcionários e o recolhimento dos encargos trabalhistas.

De acordo com Mauro Gurjão, as duas multas foram aplicadas por causa das reuniões da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalhador Rural (CIPATR), que atrasaram.

A comissão está formada. São 16 pessoas.

Na verdade, em vez de se multar em função delas, multou-se em função de todos os funcionários da fábrica, gerando, portanto, essa multa de R\$160 mil e a preocupação com relação ao destino dessas empresas e ao seu desempenho. São hoje pequenas e médias empresas, mas grandes exportadoras do melão e da fruticultura do Rio Grande do Norte.

Quero fazer um apelo ao Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, para que tome providências e separe o joio do trigo. Precisamos ter consciência do que é joio e do que é trigo; do que é rigor e do que é excesso; do que é direito e do que é errado; do que é trabalho e do que é realmente excesso.

Portanto, deixo isso registrado porque sei o quanto representam para o nosso Estado essa produção de melão e o setor de fruticultura. E, mesmo que a sua contribuição seja humilde para as exportações brasileiras...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– ... elas vão se agigantar, Sr. Presidente. Quem sabe se, brevemente, em médio prazo, não estaremos falando aqui do Rio Grande do Norte e do Nordeste como grandes exportadores do Brasil.

Muito obrigado!

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) -

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requeiro que conste nos Anais da Casa ofício que acabo de receber do Ministério da Justiça, por meio do qual o Sr. Ministro da Justiça informa a necessidade de nos aprofundarmos melhor no conhecimento das denúncias apresentadas pelo Sr. Carlos Alberto Costa, que foi Diretor do FBI, bem como dos fatos que foram divulgados nesses últimos dias a respeito do depoimento do Sr. Maurício William Vilela. Tanto ele quanto o Ministro, General Jorge Armando Félix, do Gabinete de Segurança Institucional, que viriam depor, quarta-feira, às 10 horas, na Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência. Ambos pedem que seja adiado o depoimento para que possam conhecer melhor todas as informações.

Aproveito para registrar que encaminhei ofício ao Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Dr. Saulo Castro de Abreu Filho, solicitando sejam encaminhadas todas as informações relacionadas aos episódios relatados, inclusive na Comissão que mencionei na semana passada, pelo Sr. Maurício William Vilela, porque há indícios de que muitas das informações prestadas por S. S^a não foram corretas.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUP LICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Gabinete do Ministro
Assessoria de Assuntos Parlamentares
Esplanada dos Ministérios Bloco T Ed. Sede – 4º andar - sala 406
70064-900 – Brasília – DF.
429-3723 / 3527/ Fax: 429-3342 – aspar@mj.gov.br

Ofício nº 678/04 - GM/ASPAR

Brasília, 12 de abril de 2004.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EDUARDO SUPLICY
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Senado Federal
70165-900 – BRASÍLIA – DF.

Assunto: Audiência na Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência

Senhor Presidente,

De ordem do Senhor Ministro da Justiça, venho informar a Vossa Excelência da impossibilidade do comparecimento do Senhor Ministro na audiência marcada para a próxima quarta-feira, na Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência, pelas razões abaixo:

Em função dos novos fatos noticiados pela imprensa no final de semana p.p., os quais precisamos recolher maiores informações, e também, em virtude de ainda estarmos checando as denúncias apresentadas pelo senhor Carlos Alberto Costa na matéria publicada na revista Carta Capital e em depoimento tomado na Polícia Federal, bem como, tomamos conhecimento da dificuldade de agenda do Senhor Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, que, no entendimento de ambos, seu depoimento será complementar aos depoimentos do Senhor Ministro da Justiça e do Diretor-Geral da Polícia Federal, portanto, devendo ocorrer na mesma audiência, é que solicitamos o adiamento desta audiência, para outra data a ser agendada de comum acordo com o Gabinete de Segurança Institucional.

Coloco esta assessoria à disposição de Vossa Excelência para quaisquer esclarecimentos que julgar necessário.

Respeitosamente,



PAULO PIRES DE CAMPOS
Assessor Especial do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy. Não há mais oradores inscritos.

A SRA. Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores João Tenório, Leonel Pavan, Sérgio Guerra e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o §2º, ambos do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) –

PRIMEIRO (E ÚNICO) EMPREGO

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o Programa “Primeiro emprego”, lançado em julho do ano passado com o objetivo de criar 250 mil vagas para jovens até o final de 2004, está paralisado e precisa passar por mudanças o mais rápido possível, sob pena de aca-

bar entrando para a lista de fracassos na área social do atual governo.

Matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo** de 21 de março do corrente, intitulada “Só Renison, 21, ganhou Primeiro Emprego”, mostra que a maior parte do dinheiro gasto no Programa neste ano foi direcionada para o pagamento de diárias de viagens e passagens. É urgente a necessidade de se reavaliar o Programa.

Para que conste dos Anais do Senado Federal, requieiro, Senhor Presidente, que a matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo** seja considerada como parte integrante deste pronunciamento. O texto é o seguinte:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno)

FOLHA D'INTEIRO

PÁGINA B1 • SÃO PAULO, DOMINGO, 21 DE MARÇO DE 2004

Tel.: (11) 3224-3273
E-mail: folha@folha.com.br
Fax: (11) 3224-2287

Serviço de atendimento ao leitor:
Grande São Paulo: (11) 3224-3030
Demais localidades: 0800-703-8000

TRABALHO Lançado em 2003 pelo presidente Lula, programa oficial só registra neste ano pagamento de R\$ 200 para copeiro na Bahia

Só Renison, 21, ganhou ‘Primeiro Emprego’

MARTA SALOMON
DA SUCURSAL DE BRASILIA

Lançado em 30 de junho de 2003 e sancionado em outubro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva como uma das prioridades de seu mandato, o programa Primeiro Emprego pretende obter vagas para 250 mil jovens até o final de 2004. Mas conseguiu criar — e pagar — por ora um único emprego.

O Siasf (sistema informatizado de acompanhamento de gastos federais) registra até a manhã da última quinta-feira o pagamento de apenas uma parcela de R\$ 200 do incentivo anual de R\$ 600 ou R\$ 1.200 (dependendo do tamanho da empresa) que o programa repassa aos que contratarem, por no mínimo um ano, jovens entre 16 e 24 anos de famílias pobres e sem ensino médio completo.

O depósito beneficiou um restaurante de culinária italiana em Salvador (BA). Chamou-se Renison Santos Freire, 21, o jovem contratado como copeiro pelo Primeiro Emprego. Recebe um salário mínimo.

A maior parte do dinheiro gasto nos primeiros dois meses e meio do ano foi consumida em diárias de viagens e passagens, ou seja, na administração do programa. O

total não chega perto de 0,02% dos R\$ 189,1 milhões destinados ao Primeiro Emprego pelo Orçamento da União de 2004.

“Estamos só no início, não dá para fazer uma avaliação ainda, e as dificuldades serão corrigidas nos próximos dias por meio de medida provisória”, anunciou o secretário de Políticas Públicas de Emprego, Rômulo Todeschini. Apesar de lançado em junho passado, o programa só foi aprovado em outubro pelo Senado.

A proposta de medida provisória encaminhada pelo Ministério do Trabalho ao Palácio do Planalto prevê aumentar os estímulos aos empresários que aderirem ao programa. O governo estuda facilitar as contratações e suavizar o compromisso formal exigido dos empresários de manter o número de empregados no período de pelo menos um ano.

O aumento do valor do subsídio também não está descartado. Empresas estatais também deverão ser autorizadas a participar.

Segundo Todeschini, “a ideia é simplificar o programa e gerar uma avaliação maior para os empresários”. As mudanças devem ser anunciadas por Lula e o ministro Ricardo Berzoini (Trabalho) ainda nesta semana.

→ LEIA MAIS sobre o “Primeiro Emprego” à pág. B4

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para um breve comentário baseado na matéria intitulada “Poder reconstruído”, publicada no jornal **Correio Braziliense** de 18 de março do corrente.

A matéria, que solicito seja inserida nos anais do Senado Federal, confirma o que toda a sociedade já sabia: Quem manda mesmo no governo Lula é o Ministro José Dirceu. A base de apoio ao governo fica com-

pletamente desorientada sem a presença do Ministro. Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Senhor Presidente, que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

(Documentos ilegíveis fornecidos pelo o autor)

2 | POLÍTICA

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2004
Editor: Onivaldo Buarim Jr. // onivaldo.buarim@correioweb.com.br
Subeditores: José Carlos Vieira e Leonardo Cavalcanti
Coordenadora: Fernanda Nardelli // fernanda.nardelli@correioweb.com.br
Fax: 214-1153 • e-mail: politica@correioweb.com.br
Tela: 214-1194 • 214-1186

“DIRCEU, COM VOCÊ HOJE E SEMPRE, SEM AREIA”
Frase estampada em cartaz em homenagem ao aniversário do chefe da Casa Civil

33 DIAS

Foi o intervalo de tempo que Dirceu levou para falar publicamente sobre o caso Waldomiro Diniz

CRISE GOVERNISTA

Ministro da Casa Civil, José Dirceu, anuncia o próprio renascimento como líder do PT e do governo durante ato de desagravo. Aliados de Lula, que passaram o último mês desorientados, respiram aliviados

Poder reconstruído

ADRIANO CEDLIN
DA EQUIPE DO CORREIO

Partiu do presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), a melhor definição para os danos causados pela crise Waldomiro Diniz no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Existem dificuldades porque o nosso coração foi atingido”, avaliou. Para João Paulo, o coração do PT no governo é o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. “Temos que bombear sangue para ele”, completou. E o coração do PT voltou a bater anteontem à noite. O poderoso ministro do governo Lula anunciou seu próprio renascimento: “Já comeci minha vida outras vezes e o farei de novo”.

Dirceu ressurgiu das cinzas durante ato de desagravo a ele, anteontem, num hotel em Brasília. O ministro-chefe da Casa Civil foi homenageado por prefeitos petistas que estavam participando de um seminário de políticas públicas no capital federal. A data do encontro, 16 de março, coincidiu com a comemoração do aniversário de José Dirceu, que completou 58 anos.

Não foi só por solidariedade que os petistas decidiram homenagear Dirceu. O ministro da Casa Civil

voltou a se apresentar como líder porque o PT e o governo precisam dele. Em outubro, o partido viverá seu primeiro teste nas urnas depois que chegou ao comando do governo federal. Se Dirceu continuar enfraquecido, o PT e o governo se tornam mais vulneráveis. Isso compromete o desempenho do partido nas eleições municipais e resulta no mais óbvio: torna mais difícil a reeleição do presidente Lula em 2006. A luz amarela começou a acender depois que a oposição fez pressões para a criação de comissões parlamentares de inquérito sobre o caso Waldomiro.

Dentro do Palácio do Planalto, identificou-se que era preciso não só barrar as CPIs, mas também ajudar Dirceu a renascer, a ser reconstruído. O primeiro passo foi manter a agenda do ministro-chefe da Casa Civil como gerente do governo — determinação dada por Lula no começo deste ano. Mesmo no auge da crise, Dirceu continuou realizando audiências com os demais ministros do governo. A medida que o tempo foi passando, novas iniciativas foram tomadas.

A cena principal da reconstrução deu-se no Encontro de Prefeitos do PT, na noite da terça-feira no Hotel Nacional. Superprodução do marqueteiro Duda Mendonça, com um vídeo sobre a vida de Dirceu, e cartazes com frases elogiosas a ele espalhadas

pelo salão. “Dirceu, com você hoje e sempre, sem areia”, dizia um dos cartazes. O vídeo emocionou Dirceu, mas não foi capaz de alterar seu estilo. Ele falou logo após a exibição da fita produzida pelo publicitário Duda Mendonça. Em tom de ameaça, afirmou que falará tudo o que pensa sobre o caso Waldomiro em “15, 30 dias”.

Alívio e crítica

No Congresso, a volta de Dirceu teve leituras diferentes, dependendo do referencial. Para a base governista, foi um alívio. A sensação era de que os aliados de Lula precisam ter José Dirceu como eixo ou, do contrário, ficam desorientados. “Um pouco do desgoverno que se verificou na base foi em função de termos tido o Zé ferido, acuada, por esses dias”, avaliou a líder do PT no Senado, Idelf Salvarri (PSC). “Não tem como a coisa funcionar se não tem operador. E o operador é José Dirceu.” Para ilustrar, Idelf contou uma conversa que teve ontem com um policial federal do Sindicato de Santa Catarina, sobre a greve da categoria. “Agora, estou sentindo firmeza: o Zé voltou para a negociação”, disse o policial.

“O discurso mostrou que o ministro passou por um momento difícil, mas superou essa etapa e retomou seu papel na cena política”, avaliou o líder do

governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). "Foi uma experiência dolorosa para ele. Mas o homem público cresce na adversidade", continuou Mercadante. "José Dirceu expressou com seu discurso que a crise política está chegando ao fim", festejou o senador Tião Viana.

Se os governistas elogiavam a volta do mesmo Dirceu de antes, os oposicionistas

o criticavam pelo mesmo fator. "Pelo visto, ele não aprendeu nada com o episódio. Voltou tão arrogante quanto antes", atacou o líder do PFL no Senado, José Agripino (RN). Os oposicionistas criticavam principalmente as ameaças de Dirceu, de que falará sobre o episódio no futuro, e de que os oposicionistas "estão brincando com o perigo". "Se ele sabe de alguma coisa, que diga logo. Se não, é prevaricação", provocou o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM). "Foi um discurso estabulado. Ele até admitiu que é incompetente", concluiu o senador tucano Antero Paes de Barros (MT). (Colaborou Rudolfo Lago)

ULTIMATO AO PL

A nota pública do PL, divulgada na terça, não foi suficiente para conter a crise política deflagrada com as declarações do presidente do partido, deputado Valdemar Costa Neto. Em reunião ontem, no gabinete do vice-presidente José Alencar, o ministro da Casa Civil, José Dirceu, deu ultimato ao PL: ou o partido se comporta como aliado ou vai para a oposição. "Não podemos fazer aliança platônica, que não se realiza", afirmou o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo.

PMDB quer mais espaço

RUDOLFO LAGO

DA EQUIPE DO CORREIO

Enquanto o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, busca reconstruir-se, o PMDB trabalha para tentar ocupar o vácuo político deixado por ele quando sentiu-se acuado com o caso Waldomiro. Ontem, o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), reuniu 19 dos 23 senadores do partido para um almoço em sua casa. O tema: como aumentar a capacidade de influência do partido sobre o governo nesse momento de crise.

A lógica de Renan é de que a crise não deve afugentar o PMDB do governo. Pelo contrário. É agora que o partido pode agir para penetrar no núcleo petista, fragilizado pelas denúncias e tonto por não saber lidar com os percalços que o caso Waldomiro provocou. "Agora, o que importa não é nem o número de cargos que temos ou poderemos ter. Não temos que correr atrás de cargos. Temos de correr atrás de influência", disse Renan.

No momento em que fazia o almoço, um dos senadores peemedebistas, Pedro Simon (RS), entregava, junto com o líder do PDT no Senado, Jefferson Péres (AM), uma representação no Supremo Tribunal Federal contra a decisão do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), de arquivar a CPI dos Bingos. "Isso não é atitude que contribui", atacou Renan. "Simão age como um vampiro da crise."

Estratégias

Renan quer criar condições objetivas para que o PMDB passe a opinar nas estratégias do governo. "Não podemos mais ser chamados apenas como bombeiros. Precisamos ser chamados antes, para evitar que os incêndios aconteçam", disse o líder do partido no Senado. Após o almoço, o Planalto emitiu os primeiros sinais de que poderá atender os desejos de Renan e do PMDB. "Há uma abertura do governo para isto, o que inclui o ministro Palocci", afirmou o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo. Uma das formas pensadas para permitir a participação do PMDB e dos demais partidos da base é apressar a instalação do Conselho Político, com os líderes partidários.

O almoço de Renan, no entanto, formalizou uma baixa. "Não suporto mais essa conversa de pedir calma porque o governo enfrenta um momento difícil", reagiu o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ). "Isso significa menos um senador na base de apoio do governo. Sou independente", anunciou.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) –

PRESO EX-PRESIDENTE DA CÂMARA DE SP

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “PF prende ex-presidente da Câmara de SP”, publicado no jornal “Folha de S. Paulo” de 20 de março do corrente.

O artigo traz mais um escândalo de corrupção em nosso país, somando-se ao assunto do momento envolvendo o Palácio do Planalto.

Dessa vez é com o ex-presidente da Câmara de São Paulo, Armando Mellão, membro de partido que é

da base aliada do Governo Lula, que dizia ter influência em CPI para livrar investigados e extorquir políticos e doleiros. Mais uma vergonha para nosso país e isso não pode continuar.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Senhor Presidente, que o artigo seja considerado como parte deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

(Documentos ilegíveis fornecidos pelo o autor)

A 10 sábado, 20 de março de 2004

BRASIL

FOLHA DE S. PAULO

OPERAÇÃO PANDORA Segundo a polícia, Mellão dizia ter influência em CPI para livrar investigados e extorquir políticos e doleiros

PF prende ex-presidente da Câmara de SP

FABIO SCHIVARTCHE
PEDRO DIAS LEITE
DA REPORTAGEM LOCAL

O ex-presidente da Câmara Municipal de São Paulo Armando Mellão Neto, 42, foi preso em flagrante ontem num flat no Itaim Bibi, bairro de elite de São Paulo, sob a acusação de extorquir dinheiro do ex-deputado estadual Reynaldo de Barros Filho (PP).

Mellão foi detido em uma operação da Polícia Federal ao negociar o recebimento de um envelope com R\$ 581.400. O dinheiro foi entregue pelo advogado de Reynaldo Filho, Laércio Benko Lopes.

Pelas investigações da PF, que começaram há 40 dias, Mellão dizia falar em nome de congressistas da CPI do Banestado — que apura remessas ilegais de dinheiro ao exterior — e afirmava que podia barrar investigações em troca de dinheiro. No jargão policial, “venda fumaca”: negociava um poder que não tinha. Segundo a polícia, o esquema de Mellão funcionava havia um ano.

Pitta

Apenas no caso de Reynaldo Filho, a negociação total girava em torno de US\$ 2,4 milhões. Outra vítima, segundo a Folha apurou, foi o ex-prefeito Celso Pitta (PSL-SP), que não teria pago. Procurada, sua assessoria não respondeu até o fechamento desta edição.

Os três parlamentares citados pelo ex-vereador como seus interlocutores na CPI — os deputados José Mentor (PT-SP) e Rodrigo Maia (PFL-RJ) e o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) — negam qualquer envolvimento.

Com prisão temporária decretada, Mellão nega a extorsão. “O que mais dói nisso é saber que foi uma armação”, afirmou.

Instalada em junho do ano passado, a CPI do Banestado encontrou uma conta de Pitta em um banco norte-americano, aberta



Ele [Mellão] dizia que a prisão de Reynaldo Filho seria boa para abafar o caso Waldomiro Diniz na imprensa

LAÉRCIO BENKO LOPES

advogado, contando um dos argumentos usados por Mellão para convencê-lo a pagar a propina

em 1994 com US\$ 110 mil. O ex-prefeito sempre negou — e continua negando — ter a conta.

Padrinho político

No caso que se tornou público ontem, os figurantes giram em torno da era Maluf-Pitta à frente da Prefeitura de São Paulo (1993-2000). O pai de Reynaldo Filho, Reynaldo de Barros, foi um dos secretários mais influentes da gestão malufista. Mellão começou na política pelas mãos do ex-secretário, mas os dois estavam rompidos desde 98. Armando Mellão presidiu a Câmara Municipal no auge do escândalo da Máfia dos Fiscais (1999-2000), que terminou até com vereadores cassados.

O trabalho da PF que culminou na prisão de Mellão começou em janeiro, depois que o deputado Mentor foi procurado por advogados ligados a pessoas que estavam sendo extorquidas por Mellão. A pedido do petista, o Ministério da Justiça determinou a entrada da PF no caso. A investigação, denominada “caixa de Pan-

dora”, durou dois meses, gravou fitas de vídeo e grampeou ao menos 50 telefonemas.

Colaboração

Um dos protagonistas da investigação foi o advogado de Reynaldo Filho, Laércio Benko Lopes. Ele passou a colaborar com os policiais logo que os grampos da PF no celular de Mellão apontaram seu cliente como uma das vítimas.

Foi o advogado quem armou, em conjunto com a PF, a cena para a prisão de Mellão. Duas microcâmeras colocadas pelos policiais no quarto do flat — alugado por Lopes — gravaram toda a negociação, ontem de manhã.

Em um envelope em cima da mesa havia um cheque de Reynaldo Filho no valor de R\$ 531.400, nominal a Mellão, e mais R\$ 50 mil em dinheiro, divididos em cinco maços de notas de R\$ 100.

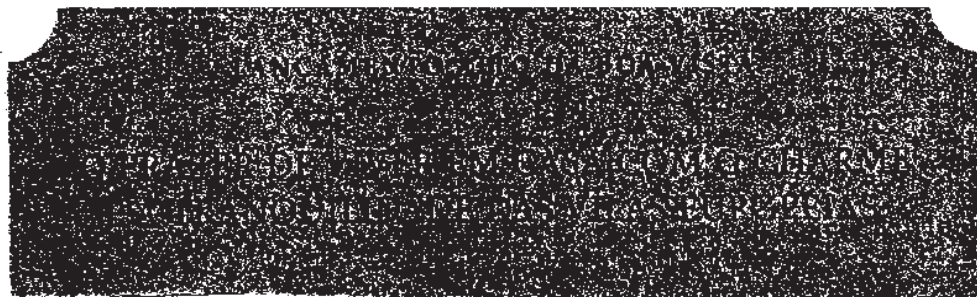
Depois do acerto financeiro, Mellão ainda fez um pedido ao advogado: “Laércio, você ficaria muito enrolado se eu pedisse para você só ir comigo até o carro para levar o dinheiro agora?”. A conversa está gravada em vídeo, em poder dos investigadores.

A PF não divulgou ainda as outras provas que diz ter das chantagens praticadas por Mellão. Suspeita-se que pelo menos outras 11 pessoas estivessem sendo vítimas dele. A polícia espera que nos próximos dias outros achados por Mellão deponham no processo.

Abafar Waldomiro

O advogado Laércio Benko Lopes lembra-se dos métodos de chantagem utilizados — envelopes apócrifos com falsas denúncias, como contas inexistentes no exterior — e um dos argumentos utilizados por Mellão para convencê-lo a pagar a propina.

“Ele dizia que a prisão de Reynaldo Filho seria boa para abafar o caso Waldomiro Diniz na imprensa”, conta Lopes.



AS CONVERSAS DE MELLÃO

Diálogo gravado pela PF

Advogado: Ele quer apresentar-se aqui, 1 milhão, lá fora. Você dá o número da conta que você quiser, tá? Ele precisa na semana que vem.

Armando Mellão: Ele vai dar alguma coisa, tá? É a final de semana, tá? Ele precisa no meio da semana.

União, 13 de maio

Armando Mellão é preso após ser encontrado nas frotas pela Polícia Federal.

Polícia antes da entrada da Polícia Federal. Armando Mellão é preso após ser encontrado nas frotas pela Polícia Federal.

Mellão responde: "Não, não vou mais."

Depois, entram policiais e dizem que o ex-vereador da Câmara Municipal foi preso por posse ilegal de armas e exploração de prestígio.

Primeiro plano

Ex-vereador nega extorsão e diz que há 'equivoco'

DA REPORTAGEM LOCAL

Sob prisão temporária na sede da Polícia Federal de São Paulo, Armando Mellão Neto, ex-presidente da Câmara Municipal da cidade, nega que tenha extorquido Reynaldo de Barros Filho. "Não negocie nada. Fui visitar um amigo e falar de dois assuntos: campanha política e a venda de um automóvel. Alí vem a polícia e dá a entender que [o dinheiro] é meu", afirmou.

Mellão não tocou no dinheiro, mas a Polícia Federal acredita que os grampos feitos durante os 40 dias de investigações e a gravação realizada no flat ontem são suficientes para incriminá-lo. Após o flagrante, a polícia fez diligências no escritório e na casa de Mellão, onde foram encontradas duas armas em situação irregular.

Segundo o delegado Wagner Castilho, ele será indiciado por extorsão, crime contra o sistema financeiro, posse ilegal de armas e exploração de prestígio.

Pode ser condenado a até 20 anos de detenção. Já foi solicitada a quebra do sigilo fiscal e bancário de Mellão.

Visivelmente constrangido e tentando esconder as algemas das imagens gravadas por cinegrafistas, Mellão, que se autointitula empresário, disse que seria uma "burrice" aceitar o pagamento por um crime com um cheque nominal. "Além de ser ilícito, seria muito burro."

No caso da gestão Pitta, Mellão não deixou a política. Ele é hoje terceiro suplente de deputado estadual pelo PMDB. O partido informou ontem que suspendeu sua filiação e que, se as denúncias forem comprovadas, ele será expulso da sigla.

O advogado de Mellão, João Ramacciotti, reafirmou que as acusações são infundadas. Para justificar a denúncia, disse: "Todo político tem amigos e inimigos".

Mellão havia insinuado que as denúncias contra ele teriam motivação política. O advogado de Reynaldo Filho, Laércio Benko Lopes, é filiado ao PV e diz que estuda a possibilidade de candidatar-se a vereador neste ano. Mas nega qualquer interesse eleitoral ao justificar sua participação ativa nas investigações.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) –

A CULPA É DA IMPRENSA!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna nesse momento para comentar o artigo intitulado “A imprensa e outros fantasmas do PT”, publicado no jornal “Valor Econômico” de 9 de março do corrente.

O artigo, de autoria do repórter especial de política, Cristiano Romero, mostra que o Partido dos Tra-

balhadores continua tratando a imprensa como um adversário político.

Com está escrito no referido artigo, “... Se nada mais for descoberto envolvendo integrantes do governo ou do Partido, o assunto Waldomiro desaparecerá da mídia”.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

Política

CRISTIANO ROMERO

A imprensa e outros fantasmas do PT

De novo, a imprensa. O governo e, especialmente, o PT vêem a mídia como um dos principais responsáveis pela crise política das últimas três semanas. Em nota oficial divulgada sexta-feira, a cúpula do partido afirmou que seus dirigentes e o governo Lula tornaram-se alvo de “campanha sistemática”, promovida pela imprensa e por setores da oposição, para “desconstruir” o capital ético e político do PT.

No governo, a visão é a mesma. Um ministro influente, uma das vozes mais sensatas do PT, atribui a imprensa boa parte da responsabilidade pela crise. “O ministro José Dirceu é um quadro do partido que está sendo devorado pela fome insaciável da imprensa”, diz ele. “A imprensa hoje é como um animal que estava enjaulado e que saiu com uma voracidade para se alimentar como raramente se viu.”

Na avaliação desse ministro, o alimento do “animal enjaulado” é a comprovação de uma falsa tese: a de que o PT é um partido corrupto igual aos outros, e que o governo é do PT, portanto... “Todo mundo vai em cima disso. Não se trata mais de ponderar o fato, se vale à pena ou não do ponto de vista jornalístico colocar certas coisas nos jornais. Trata-se de defender uma tese”, reclama o ministro.

Um integrante do governo, numa reunião no Palácio do Planalto, chegou a dizer ao ministro Dirceu que a imprensa se tornou a “doença” dele. O remédio para essa doença, explicou o ministro ao chefe da Casa Civil, “não está em você”.

O que está por trás desse raciocínio tem um viés autoritário. Se o remédio para a crise não está no ministro da Casa Civil, ou seja, em seus esclarecimentos sobre o escândalo envolvendo seu ex-assessor, ele está na mídia. Na ditadura, a imprensa também era uma “doença” para os generais. A enfermidade, como se sabe, foi tratada à base da censura e repressão.

Não é a primeira vez que os petistas reclamam da imprensa neste governo. Antes do caso Waldomiro, o presidente Lula queixou-se publicamente das “especulações” dos jornalistas sobre a reforma ministerial. Disse que elas atrapalhavam o bom funcionamento da administração pública.

O presidente do PT, José Genoíno, alega que, se “alguns setores” da imprensa, têm o direito de criticar o governo e o PT, ele também pode fazer o mesmo. Genoíno refere-se a “certos articulistas”, isto é, àqueles que, no jornalismo, exercem o direito de opinião. “Na medida em que esses jornalistas falam, por que também não posso discordar deles? Que história é essa de que na democracia não se pode criticar o Judiciário, o Ministério Público e a imprensa?”, diz o principal dirigente do PT.

A crítica à imprensa, assim como a outras instituições, é salutar. Ajuda-a a aprimorar seu trabalho, a corrigir distorções. A pergunta do presidente do PT pode, po-

Ministro vê a mídia como doença de José Dirceu

atitude permissiva, até não tanto republicana", reconhece ele.

A visão de que a imprensa é um ator político que conspira contra os governos em geral vem sendo desenvolvida, curiosamente, desde a redemocratização do país, no início dos anos 80. Antes, por causa do regime militar, imprensa e oposição e imprensa e esquerda quase que se confundiam na luta contra a ditadura, o inimigo comum a ser combatido. Isto explica o "mea culpa" de Genoino. "Mudamos de papel e, agora, a imprensa quer que façamos a mesma coisa."

O problema está justamente aí. O governo petista quer que a imprensa aja como quase sempre agiu quando o PT era oposição: que lhe cubra de elogios e lhe dê crédito infinito. Os petistas, infelizmente, confundem informação com opinião. A crise política não se originou do editorial de um jornal ou de um artigo ferino de um "animal enjaulado", mas do trabalho investigativo do repórter Andrei Meirelles, da revista "Época".

Waldomiro Diniz só foi demitido porque Meirelles obteve cópia da fita de vídeo mostrando o ex-assessor de José Dirceu cobrando propina de um bicheiro. Muitos petistas alegam que, após a denúncia, alguns órgãos da imprensa exageraram fatos, distorceram outros, promoveram investigações, atacaram o "patrimônio ético" do PT. É possível.

O caso Diniz foi uma quase-novidade que despertou muito interesse na imprensa e na sociedade. Embora não se trate do primeiro caso de corrupção envolvendo o partido, provocou espanto justamente porque imprensa e sociedade acreditavam que essas coisas não aconteciam nas hostes petistas. Daí, a imaginar que a imprensa está conspirando para nivelar o PT, associando-o a agremiações partidárias menos afamadas, há uma grande distância.

Não se trata aqui de defender o comportamento de uma entidade chamada "imprensa", mas a instituição. Há bons e maus jornalistas, empresas sérias e irresponsáveis, todas aí expostas ao escrutínio público e diário dos leitores e de outras instituições da sociedade. Retratar o governo do PT sem retoques é o melhor salvo conduto para a imprensa que, como reconhece Genoino, andou de mãos dadas com o partido por mais de duas décadas.

Não tendo nada a temer, o PT não tem razão para reagir ao trabalho da imprensa. Se nada mais for descoberto envolvendo integrantes do governo ou do partido, o assunto Waldomiro Diniz desaparecerá da mídia.

José Genoino já tirou lições importantes da crise. Na sua opinião, o PT foi magnânimo quando imaginou que seria fácil governar um país como o Brasil. Ainda assim, ele continua vendo a imprensa como um adversário político, comparável aos partidos que fazem oposição ao governo.

"O PT estava acostumado com duas idéias. A de que governar é fácil e a de que se governa sem adversários", reconhece o presidente do PT. "Estamos entrando em contato com o lado sangrento, perverso da política. Temos que estar preparados para isso."

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o episódio Waldomiro Diniz continua ocupando grande parte do noticiário nacional, muito embora o governo venha fazendo o possível para vender a idéia de que o caso já está encerrado. A cada dia que passa, novos personagens vão surgindo nessa novela.

Pela oportunidade do tema, incluo neste meu pronunciamento as matérias em anexo, para que pas-

sem a constar dos anais do Senado e da história política do país.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno)

(Documentos ilegíveis fornecidos pelo o autor)

Ministério Público investiga empresa de outro ex-petista

Waldomiro teria proposto a contratação da São Tomé à GTech na negociação com a Caixa

AS LIGAÇÕES DE BURATTI

JOSÉ DIRCEU Buratti trabalhou com o ministro da Casa Civil enquanto estava na Assembleia Legislativa de São Paulo. O ex-secretário de Palocci atuou na Assembleia de 27 de março de 1987 até, pelo menos, o início de 1992.	JOÃO PAULO CUNHA Buratti foi um dos fundadores do PT em Osasco, nos anos 80, e o chefe da presidente da Câmara. Buratti trabalhou com ele na Assembleia de São Paulo, nos anos 90 e em seu primeiro mandato como deputado federal, em 1995.
---	---

WALDOMIRO DINIZ Nas investigações sobre o caso Waldomiro Diniz, dirigentes da GTech afirmaram que o ex-assessor do Planalto impôs a contratação de Buratti à empresa para "facilitar" a renovação do contrato de R\$ 650 milhões com a Caixa Econômica Federal em 2003.	ANTÔNIO PALOCCI FILHO Além de secretário de Governo do ministro da Fazenda, em Ribeirão, Buratti foi assessor de Palocci na época em que foi deputado estadual. Buratti é vice-presidente do grupo Leão Leão, maior doador da campanha de Palocci em Niterói.
---	---

Foi assessor de Dirceu desde o início da década de 90. No governo Lula, foi subordinado à Casa Civil até meados de janeiro. Flagrado em vídeo de 2002 pedindo propina e contribuição de campanha, foi exonerado do cargo a pedido em fevereiro.

MARTA SALOMON
ANDRÉA MICHAEL
DA SCLIPSAI DE BRASÍLIA

O Ministério Público Federal investiga o nome de uma segunda empresa cuja contratação teria sido oferecida à GTech como alternativa aos serviços de consultoria de Rogério Buratti durante as negociações com a Caixa Econômica Federal. Trata-se da São Tomé Engenharia e Construção Ltda., de propriedade de Ubiratan Sebastião de Carvalho.

Ex-militante do PT, ele também é sócio da Construban, empresa de coleta de lixo contratada sem licitação pela prefeita de São Paulo, Maria Suplicy (PT), em 2001.

A Folha, o empresário disse que não que nunca fez contato com a GTech, a empresa responsável pelo processamento de dados das casas lotéricas do país.

"Provavelmente, se houve alguma insinuação, é alguma sacanagem por parte da GTech ou de quem está por trás da GTech", disse Carvalho.

Em depoimento dado à Polícia Federal e ao Ministério Público, na sexta-feira da semana passada, dois dirigentes da multinacional afirmaram: que Waldomiro Diniz, assessor do ministro José Dirceu (Casa Civil) demitido após divulgação de gravação de 2002 na qual pede propina a um empresário do ramo dos jogos, intermediaria a renovação do contrato com a Caixa Econômica Federal.

Na véspera da data prevista para a assinatura da prorrogação do contrato de R\$ 650 milhões, Waldomiro teria sugerido a contratação da BES, empresa de Rogério Buratti, ex-secretário de Governo da Prefeitura de Ribeirão Preto

(SP) na gestão do hoje ministro da Fazenda Antonio Palocci Filho e "uma das empresas que prestam serviços a prefeituras petistas".

Diante da recusa da matriz da GTech nos EUA a contratar Buratti, Waldomiro teria oferecido os serviços de outra empresa.

De acordo com indicações dos dirigentes da multinacional ao Ministério Público, a empresa seria a São Tomé, também vetada pela matriz da GTech.

A São Tomé foi aberta em maio de 2002 por Carvalho e sua mulher, Rosimar Cipriano. Integra o capital da construtora uma outra empresa, a Santo Amaro Participações Ltda., também de propriedade do casal.

Tomé Engenharia e Construção Ltda. "A São Tomé não faz consultoria nem entende daquele serviço".

O nome de Carvalho apareceu no noticiário como dono da Construban, empresa de lixo contratada sem licitação, junto com outras 15 empresas, pela Prefeitura de São Paulo. O caso ocorreu no início do mandato de Maria Suplicy (PT) na prefeitura. "Nenhum problema foi constatado", afirma Carvalho sobre o episódio.

As duas empresas, abertas no mesmo dia, têm o mesmo endereço: a casa de Carvalho no Morumbi, bairro nobre de São Paulo.

A São Amaro também é dona da Construban, empresa de coleta de lixo e principal negócio de Ubiratan Sebastião de Carvalho.

A GTech diz que não contratou nenhum consultor sugerido por Waldomiro Diniz na negociação. "A GTech não forneceu dinheiro ou outro tipo de vantagem indevida a qualquer pessoa, empresa ou partido político com a intenção de influenciar as negociações com a Caixa", afirmou a empresa, em nota, na semana passada.

A Caixa, por sua vez, nega que tenha havido interferência externa na negociação do contrato.

Em 8 de abril do ano passado, a GTech e a Caixa assinaram a renovação por 25 meses do contrato de R\$ 25 milhões por mês para o gerenciamento das loterias.

Empresário diz conhecer GTech só pelos jornais

DA SCLIPSAI DE BRASÍLIA

O empresário Ubiratan Sebastião de Carvalho disse ontem que só ouviu falar da GTech pelos jornais e nega ter oferecido proposta de consultoria à multinacional. "Não tenho nenhum conhecimento desse assunto. Pode ser alguma sacanagem".

Carvalho disse que pode ter se encontrado com Rogério Buratti. "Em reuniões de empresas, às vezes pode ter havido algum contato", disse o dono da empresa São

Ex-secretário se afasta do cargo na Leão Leão

ROGÉRIO PAGNAN
DA FOLHA RIBEIRÃO

RUBENS VALENTE
ENVIADO ESPECIAL A RIBEIRÃO PRETO

O vice-presidente executivo do grupo Leão Leão, Rogério Tadé Buratti, pediu ontem afastamento do cargo até a conclusão das investigações da sua suposta participação no escândalo Waldomiro Diniz. O pedido foi aceito, de acordo com a assessoria de imprensa da empresa.

Amanhã, a empresa publicará anúncio em jornais sobre o afastamento temporário de Buratti.

O afastamento ocorreu no mesmo dia em que a imprensa divulgou que Buratti tinha empresa em Jardinópolis, a BBS Consultores Associados Ltda., que utilizava o endereço da casa de Pedro Perico Dias. Ela trabalha na sede da Leão Leão, em Ribeirão Preto.

A Folha apurou que dois diretores da empresa Gtech Brasil afirmaram à Polícia Federal que a BBS foi a empresa sugerida por Buratti para assinar contrato com a Gtech por um valor de R\$ 6 milhões. A assinatura de um contrato de consultoria, segundo os diretores, foi condição sugerida pelo ex-assessor do Planalto Waldomiro Diniz para a renovação do contrato entre a Gtech e a Caixa Econômica Federal.

Ontem, a Prefeitura de Jardinópolis enviou à Promotoria documentos sobre a empresa, entre

eles guias de recolhimento de impostos e contratos sociais.

Segundo o contador José Henrique Barreira, contratado para a BBS por Buratti, a empresa fatura atualmente entre "R\$ 200 mil e R\$ 300 mil". Barreira diz que Buratti não é funcionário contratado pela empreiteira, mas consultor remunerado por meio da BBS, cuja maior fatura é a Leão Leão. O cargo de Buratti é o segundo mais alto do grupo Leão Leão.

O grupo tem cerca de 1.900 funcionários e fatura atualmente cerca de R\$ 170 milhões, segundo sua assessoria. É formado pela Leão Leão Ambiental, Leão Leão Infra-Estrutura e Serviços e Triângulo do Sol. A assessoria da Leão Leão não soube informar se o contrato com a BBS será mantido com o afastamento de Buratti.

Sobre a empresa em Jardinópolis, o contador alegou que isso ocorreu devido a menor carga tributária na cidade. A alíquota do ISS em Jardinópolis era, em 2000, de 1% do faturamento. Já em Ribeirão variava de 2% a 5%. Ainda na versão do contador, a copeira Dourdes foi escolhida por Buratti porque era de confiança e mora em Jardinópolis. Ele alega que não há irregularidade nisso.

A BBS, segundo Barreira, não mantém contratos com órgãos públicos. Ele não soube informar quantos contratos a BBS tem além do que mantém com a Leão Leão.

Presença de Waldomiro na Caixa é investigada

DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

DA SUCCURSAL DO RIO

O Ministério Público investiga a presença de Waldomiro Diniz, ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, nas dependências da Caixa Econômica Federal tanto no período de transição como em pleno governo Lula, na época da renegociação do contrato com a Gtech do Brasil.

Os procuradores teriam, inclusive, documentos que poderiam comprovar a passagem de Waldomiro pelo banco estatal nas duas épocas. Esses documentos seriam do trâmite interno da Caixa, uma liberação do setor de segurança para que ele transitasse no banco mesmo sem ser funcionário da instituição.

O Ministério Público busca algum registro de imagem da presença de Waldomiro na Caixa, que poderia ter sido feito pelo sistema de segurança da instituição.

O ex-assessor de José Dirceu, segundo depoimento de diretores da Gtech, tentou intermediar a negociação para renovação do contrato da Caixa com a multinacional para gerenciamento do sistema de loterias do país.

A Caixa nega a interferência externa na negociação que resultou na prorrogação por 25 meses —até maio do ano que vem— do contrato entre a Gtech e o banco.

O Ministério Público e a Polícia

Federal investigam também eventuais ligações de Waldomiro Diniz e dois funcionários da Caixa que trabalharam, como o ex-assessor do Palácio do Planalto, na equipe do governo de Cristovam Buarque (1995-1998) no Distrito Federal. São eles Paulo Campos e Felipe Torelli.

A Polícia Federal também suspeita que Waldomiro tenha eliminado provas do suposto ato de corrupção. Na sua casa, em Brasília, foram apreendidos apenas documentos como contas de luz e água. A PF esperava encontrar indícios contra Waldomiro. Agora, os investigadores consideram como elemento essencial das investigações a quebra dos sigilos telefônico, fiscal e bancário do ex-assessor parlamentar.

No dia 14 de fevereiro, a Justiça expediu um mandado de busca e apreensão em oito endereços: em São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro e Brasília. Apenas dois dias depois, agentes federais executaram o mandado na casa de Waldomiro.

A 5ª Vara Federal Criminal determinou na última quarta-feira que a PF explique porque as buscas demoraram a ser feitas.

Os policiais que atuam no inquérito do caso Waldomiro dizem acreditar que ele tenha eliminado documentos depois de ter sido entrevistado pela revista "Ípoca", quando soube que estava sendo investigado.

Assessor da Caixa tem ligação com Buratti

Ralf Barquete, auxiliar da presidência do banco, é amigo do empresário, acusado de envolvimento na intermediação de contrato da Caixa

RICARDO BRANDT
DA REPORTEAGEM LIMA

A presidência da CEF (Caixa Econômica Federal) tem como um de seus assessores especiais o economista Ralf Barquete Santos, que manteve no passado relações com Rogério Leão Buratti, acusado de ser o beneficiário num esquema para a renovação de um contrato da GTEch do Brasil com a CEF para a operação de loterias.

Uma empresa de Buratti deveria ser contratada por um valor que variava de R\$ 15 milhões a R\$ 20 milhões como condição para que o contrato da GTEch com a CEF fosse renovado. O esquema foi intermediado por Waldomiro Diniz, ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência, entre março e abril do ano passado, segundo depoimentos de dirigentes da GTEch à Polícia Federal.

Barquete, segundo a assessoria de imprensa da CEF, é assessor para assuntos de recursos humanos. Ele trabalha no banco desde fevereiro de 2003. Barquete está licenciado por motivos de saúde desde julho do ano passado.

Waldomiro, acusado de ter indicado Buratti à GTEch, foi exonerado do cargo que ocupava em fevereiro passado depois da divulgação de uma fita de vídeo em que ele aparece cobrando propina de um empresário de jogos, em 2002, quando trabalhava no governo de Benedita da Silva (PT-RJ).

Buratti e Barquete tiveram em comum a passagem pela Prefeitura de Matão (SP) na gestão do PT entre 1996 e 2000. Buratti foi assessor especial do prefeito Adauto Scardovelli (PT) de janeiro de 1997 a abril de 1998. Depois, continuou atuando politicamente na cidade, mas sem cargo, segundo relatos de políticos locais ligados ao PT.

Barquete assumiu cargo na prefeitura em dezembro de 1998, foi secretário de Fazenda e de Admi-

nistração até o fim do governo.

Em 2000, a Assessorarte, que pertenceu a Buratti e hoje é de Luíza Rosângela Buratti e de Luiz Antonio Prado Garcia, foi contratada pela Prefeitura de Matão para realizar concurso público. Não há contestação legal do contrato.

Os caminhos de Buratti e Barquete também se cruzam indiretamente em outros dois momentos. Ambos foram secretários da Prefeitura de Ribeirão Preto (SP) quando o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, era prefeito da cidade (1993-1996 e 2001-2002). Buratti foi secretário de Governo na primeira gestão Palocci. Ele foi demitido do cargo em outubro de 1994, após ser flagrado negociando benefícios numa licitação.

Barquete foi secretário da Fazenda na segunda gestão Palocci. Ele assumiu em 2001 e só saiu para trabalhar na CEF em Brasília.

Os dois ex-assessores de Palocci também têm em comum as relações com o grupo Leão Leão, uma holding composta por empresas de construção, gestão ambiental e serviços de limpeza pública. O grupo foi o maior doador da campanha de Palocci na eleição para a Prefeitura de Ribeirão em 2000. A Leão Leão também obteve entre 1997 e 2000, na administração do PT em Matão, quatro contratos que foram julgados irregulares pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado). Um deles foi julgado ilegal na Justiça em primeira instância e está em fase de recurso.

Buratti é hoje vice-presidente da Leão Leão. O grupo de pedágio ambiental da empresa, Barquete, prestou serviço de consultoria para o grupo em 1990 e 1991, segundo a assessoria da holding.

O ex-prefeito de Matão Adauto Scardovelli disse que Barquete não foi indicado por Buratti. Ele (Barquete) veio por intermédio de uma empresa de informática.

Buratti afirmou, ontem, por

NO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Juscelino Dourado
Chefe-de-gabinete do Ministério da Fazenda, foi

secretário da Casa Civil, superintendente da Codesp (Cia. de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão) e diretor da Cetarp (Centrais Telefônicas de Ribeirão SA) nas gestões de Palocci.

Ademirson Ariovaldo da Silva
Assessor especial de Palocci no Ministério da Fazenda. Tem também um assento no Conselho de Administração da Aliança do Brasil. É uma espécie de secretário particular de Palocci desde quando o ministro era vereador em Ribeirão.

José Ivo Vannuchi
Responde pela área parlamentar do Ministério da Fazenda. Foi assessor da Prefeitura de Ribeirão Preto e também foi prefeito de São Joaquim da Barra (perto de Ribeirão).

meio de assessoria, que é amigo de Barquete desde 2000 e que o visitou em 2003. Quanto a Waldomiro, alega que não o conhece. A assessoria de imprensa do Ministério da Fazenda não quis comentar as relações do ministro com Barquete. Segundo a Folha, Palocci não indicou, mas deu aval para a sua contratação.

Colaboração MARCELO TOLEDO e ROSEMIRO PASINANG da Folha de Ribeirão

A REPÚBLICA DE RIBEIRÃO

Os aliados do ministro da Fazenda no governo federal

NO BANCO DO BRASIL E NA CAIXA

Ralf Barquete Santos
Assessoria especial da Presidência da Caixa Econômica Federal (ligada ao Ministério da Fazenda). Foi secretário da Fazenda de Ribeirão.

Nelson Rocha Augusto
Presidente da BBD-VM (Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), autarquia ligada ao Banco do Brasil e ao Ministério da Fazenda. Ex-secretário do Planejamento e Gestão Ambiental de Ribeirão e ex-diretor do Banco Ribeirão Preto.

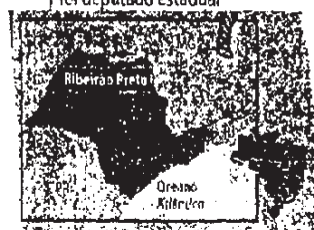
NO MINISTÉRIO DA CULTURA

Galeno Amorim
O jornalista deixou a Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto para assumir a coordenação do Programa Nacional do Livro e Leitura e do programa Fome de Livros do Ministério da Cultura. Trabalha na sede da Biblioteca Nacional, no Rio.

O MINISTRO

Antonio Palocci Filho

O ministro da Fazenda fez carreira política em Ribeirão Preto, onde foi vereador e prefeito duas vezes (1993-96 e 2000-02). Também foi deputado estadual.



Banco afirma que Ralf Barquete não atua em decisões

DA REPORTAGEM LOCAL

A Caixa Econômica Federal informou que Ralf Barquete Santos é assessor especial da presidência do banco, mas está licenciado do cargo desde julho do ano passado, sem participar nas decisões internas. A família de Barquete foi procurada em Ribeirão Preto. Segundo um familiar, ele está internado no Hospital Albert Einstein, em São Paulo. Nenhum ou-

tro familiar entrou em contato com a reportagem.

Rogerio Buratti informou, por meio de assessoria, que é amigo de Barquete desde 2000. A assessoria do Ministério da Fazenda foi procurada para falar da relação entre Antonio Palocci e Barquete, secretário da segunda gestão do ministro em Ribeirão, mas não quis comentar.

O grupo Leão Leão informou, por meio de assessoria, que Barquete foi consultor de gestão e operação empresarial da holding em 1990 e 1991. Em relação a Buratti, vice-presidente do grupo, a assessoria afirmou que a relação profissional dele com o grupo começou em 1999, com serviços de consultoria.

Quanto aos quatro contratos com a Prefeitura de Matão julgados irregulares pelo TCE, a Leão Leão disse que considera todos regulares e que está recorrendo para mostrar a legalidade.

Quanto ao contrato de alcatraz, que era de outra empresa, o grupo afirmou que foi o ex-prefeito Adauto Scardovelli (PT) que preferiu não fazer uma segunda licitação para o serviço. No caso do lixo, a Leão Leão disse que a empresa anterior não conseguiu seguir com o serviço e lhe repassou. Sobre o emissário de esgoto, o grupo afirmou que foi uma obra inesperada e que teve início dentro de outro contrato.

Contratos são considerados irregulares

DA REPORTAGEM LOCAL

Entre 1997 e 2000, o grupo Leão Leão obteve quatro contratos da gestão do PT em Matão (SP). Os quatro foram julgados posteriormente irregulares pelo TCE. Três estão em fase de recurso. Para um, foi mantida a rejeição. Um também tem condenação judicial em primeira instância, mas a empresa recorreu ao Tribunal de Justiça.

Esse último caso é de 1999, quando Barquete era secretário municipal em Matão e já havia trabalhado para a Leão Leão, que foi contratada sem licitação para construir um emissário de esgoto. Após denúncia, a prefeitura fez licitação já com obra iniciada.

Outros dois contratos do grupo em Matão são de 1997, quando Buratti era assessor do prefeito. A Leão Leão assumiu a pavimentação e a coleta de lixo em contratos de cessão de serviços. Depois, Buratti veio a trabalhar no grupo. Com anuência do então prefeito Adauto Scardovelli (PT), a Leão Leão assumiu os serviços prestados por outras duas empresas.

O quarto contrato, de 2000, era para construção de viadutos e uma ponte. O edital não foi cumprido. O ex-prefeito diz não haver irregularidades em seu governo.

Ministro levou 8 aliados de Ribeirão para ocupar cargos no governo Lula

RICARDO WESTIN
JULIA DUARTE

DA REPORTAGEM LOCAL

Seguindo o exemplo do lesteamento promovido pelo PT na administração federal, o ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda) aproveitou sua influência para emplacar no governo Lula parte de seus aliados de Ribeirão Preto.

Além de Ralf Barquete Santos, assessor da Caixa Econômica Federal, estão no governo pelo menos outras sete pessoas que eram ligadas a Palocci na época em que ele era prefeito da cidade (veja quadro acima).

Esse grupo ficou conhecido como "República de Ribeirão".

A lista começa pela mulher do ministro, Margaret Rose Silva Palocci. Ela, que era médica sanitária da prefeitura, foi nomeada para a Funasa, em Brasília.

Nelson Rocha Augusto, ex-secretário de Planejamento e Gestão Ambiental de Ribeirão, virou presidente da BBTVM, autarquia ligada ao Banco do Brasil, que tem

carteira de mais de R\$ 100 bilhões.

Além de ser assessor especial do Ministério da Fazenda, Ademirson Ariovaldo da Silva ganhou um assento no Conselho de Administração da Aliança do Brasil, companhia de seguros ligada ao Banco do Brasil, com direito a salário. Ele sempre foi uma espécie de secretário de Palocci.

O último a juntar-se à "República de Ribeirão" foi Galeno Amorim. Há um mês, ele trocou o cargo de secretário de Cultura de Ribeirão por um gabinete na Biblioteca Nacional, no Rio.

Mesmo sendo dono de uma editora, ele tornou-se o responsável pela compra de livros para bibliotecas públicas de todo o país.

Em 2002, o Ministério Público propôs uma ação civil pública contra Amorim. Ele foi acusado de beneficiar sua editora, a Palavra Mágica, na primeira Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto, em 2001. Nas duas edições seguintes, uma liminar o impediu de vender seus livros na feira.

O ex-secretário diz que os dois

trabalhos não são incompatíveis: "Não vendi nenhum livro para a prefeitura enquanto fui secretário. Agora, na Biblioteca Nacional, solicitei à editora que não crescesse nossos livros em programas do governo federal".

Outro ribeirão-pretano no governo é Fernando Mendes Garcia Neto, subsecretário de Saúde na segunda gestão de Palocci. É supervisor de projetos do Cartão Nacional de Saúde, uma das prioridades do ministério. Ele foi comissionado em março de 2003 ao Ministério da Saúde e continua recebendo o salário do município.

Colaborou a Folha de Ribeirão

OMBUDSMAN

Excepcionalmente, a coluna do ombudsman não é publicada hoje. O mandato de Bernardo Azeiteiro terminou no último dia 11. O novo ombudsman assume em 5 de abril.

SOMBRA NO PLANALTO

Juíza manda quebrar sigilo de Waldomiro e Cachoeira

Decisão atende a pedido feito na semana passada pelo Ministério Público Estadual

FABIANA CIMIERI

DA SUPLENÇÃO DO RIO

A juíza interina da 6ª Vara de Fazenda Pública do Rio, Teresa de Andrada Castro Neves, decretou ontem a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil Waldomiro Diniz e do empresário do jogo Carlos Augusto Pereira Ramos, o Carlinhos Cachoeira, a partir de 2002.

O pedido foi feito na semana passada pelos promotores Vinícius Cavalleiro e Cláudio Tenório, do Ministério Público Estadual. Eles investigam se Waldomiro cometeu improbidade administrativa ao alterar um edital de licitação da Loteria (Loteria do Estado do Rio) em 2002.

Uma comissão de sindicância foi criada para investigar a gestão de Waldomiro na presidência da Loteria, cargo que ocupou de fevereiro de 2001 a dezembro de 2002 — governos de Anthony Garotinho (enão) no PSB e hoje no PMDB) e Benedita da Silva (PT).

A comissão apura se ele beneficiou Cachoeira ao restringir o edi-

Decisão é 'ótima', afirma advogado de ex-assessor

DA SUPLENÇÃO DO RIO

O advogado de Waldomiro Diniz, Luiz Guilherme Vieira, disse considerar "ótima" a decisão de quebra de sigilo de seu cliente.

Vieira afirmou que já havia colocado à disposição das autoridades judiciais e policiais os sigilos telefônico, bancário e fiscal de Waldomiro.

"Há mais de um mês, comu-

niquei por escrito ao delegado da PF César Nunes que meu cliente abria mão de todos os sigilos", disse.

O advogado afirmou ter ficado contente com a decisão da Justiça estadual.

"Algumas pessoas atribuíam a maldade da Justiça Federal a uma manobra para encobrir a apuração da verdade", disse.

A Folha deixou dois recados no escritório do advogado Ricardo Sayeg, que defende o empresário do jogo Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Ele não havia respondido às ligações até a conclusão desta edição.

tado na semana passada, Waldomiro mudou o edital e atendeu ao pedido do empresário.

Em fevereiro deste ano, foi divulgado um vídeo de 2002 no qual Waldomiro aparece pedindo propina a Cachoeira. O subchefe de Assuntos Parlamentares foi, en-

ção, extorção "a pedido". Dois pedidos de quebra de sigilos de Waldomiro aguardam, há um mês, apreciação da 5ª Vara Federal Criminal.

Novo inquérito

O delegado da PF (Polícia Federal) Hebert Mesquita disse que, nas próximas duas semanas, tentará obter provas no inquérito que investiga se Waldomiro Diniz cometeu o crime de lavagem de dinheiro. O novo inquérito, aberto na sexta-feira, oficializa a investigação da procuradora Andrea Araújo, que tem como base uma carta rogatória enviada pela Justiça italiana em 1998.

Mesquita investigará se as empresas Combralog, Bingo Matic e Betalonic (que teriam como sócio o empresário espanhol Alejandro Ortiz) receberam investimentos da máfia italiana. O advogado de Ortiz, Daniel Bialski, pediu ontem o arquivamento do inquérito. Segundo ele, a mesma investigação foi feita pela PF em 1999 e acabou arquivada por falta de provas. Em resposta, Mesquita disse que há novas provas.

(Documentos ilegíveis fornecidos pelo o autor)

FOLHA DE S.PAULO

BRASIL

terça-feira, 23 de março de 2004 A 9

SOMBRAS NO PLANALTO

Perícia identifica diálogos de Waldomiro

Leitura labial em fila gravada em aeroporto mostra trechos que mencionam lavagem de dinheiro no exterior e "acabar" com alguém

DA SUPLENTE DE BRASÍLIA

O ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil Waldomiro Diniz e o empresário do ramo de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, teriam conversado, em maio de 2002, no aeroporto de Brasília, sobre lavagem de dinheiro e também sobre a necessidade de "acabar com uma pessoa".

A conclusão faz parte de um laudo de perícia contendo a leitura labial da conversa dos dois. O documento foi entregue à Polícia Federal na última sexta-feira por

dois peritos contratados no Rio de Janeiro.

Os especialistas conseguiram reconstituir duas páginas de diálogo, apenas em momentos em que os dois ficam de frente para as câmeras do circuito de vigilância interna do terminal. Não foi possível determinar, por exemplo, o contexto do que significa "acabar" com alguém.

Waldomiro e Cachoeira foram filmados no saguão de embarque do Aeroporto de Brasília no dia 20 de maio de 2002, quando o ex-assessor do Planalto ocupava a presidência da Loteri (Loterias do Es-

lado do Rio de Janeiro), na gestão de Beneditina da Silva.

Waldomiro Diniz, que era o homem de confiança do ministro José Dirceu (Casa Civil), foi o responsável pela maior crise do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. No dia 13 de fevereiro, ele pediu exoneração do cargo que ocupava na Casa Civil.

O laudo foi anexado ao inquérito que investiga suposta corrupção ativa e tráfico de influência cometidos por Waldomiro. No início de fevereiro, outro vídeo divulgado mostrava o ex-assessor do Planalto pedindo propina de

da Cachoeira sobre doações para campanha eleitoral.

Segundo apurou a Folha, os dois citam um nome durante o diálogo. Ao abordar a necessidade de lavar dinheiro, os dois também concordam que a operação deve ser feita "no exterior".

Os peritos conseguiram identificar que Cachoeira pediu o número de um telefone a Waldomiro. Oficialmente, a PF afirmou desconhecer o teor do laudo, mas confirmou que o trabalho foi feito a pedido do delegado Antônio César Fernandes Nunes, que preside o inquérito.

Nunes também vai requisitar o inquérito sobre a morte em acidente de trânsito de Armando Dile, ocorrida no final de 2002. Dile chegou a trabalhar com Waldomiro no Rio e foi apontado por ele como o beneficiário da propina de 1% cobrada de Carlinhos Cachoeira.

A PF suspeita das circunstâncias da morte de Dile, ocorrida em um acidente considerado "banal" pelos investigadores. A decisão de requisitar o inquérito ocorreu antes da conclusão do laudo pericial sobre a conversa de Waldomiro com Cachoeira no

Aeroporto de Brasília.

Outro lado

A Folha ligou, por volta das 21h, para o advogado Luis Guilherme Vieira, que defende Waldomiro, mas ele não foi localizado. Luis Guilherme Vieira não estava em seu escritório. O seu celular também só dava sinal de ocupado. A reportagem também não conseguiu localizar a assessoria de imprensa de Carlos Ramos. A Folha ligou ontem à noite no celular, mas as ligações caíram na caixa postal. Foi deixado recado, mas não houve retorno. (MURDANTAS)

Promotores buscam documentos em empresa de Buratti no interior

DA FOLHA DE RIBEIRÃO

Com mandados de busca e apreensão e apoio policial, um grupo do Ministério Público de Ribeirão Preto esteve ontem em três endereços, em Jardinópolis e Ribeirão Preto (314 km de SP), à caça de documentos da BBS Consultores Associados, empresa que pertence a Rogério Tadeu Buratti.

Os seis promotores envolvidos na operação decidiram pedir a quebra do sigilo fiscal e telefônico da BBS, que funciona no endereço da manicure Rosemar Mota Dias, em Jardinópolis. Ela disse ter "emprestado" o endereço por R\$ 240 anuais há dois anos.

Rosemar é filha de Lourdes Fericco Dias, copeira do grupo Leão Leão, do qual Buratti era vice-presidente-executivo até a última sexta-feira, quando pediu um afastamento temporário.

Os promotores investigarão todos os contratos firmados pela Leão Leão com prefeituras petistas no Estado e se a BBS é uma empresa de Buratti ou pertence a Leão Leão. "[A BBS] não funciona no endereço declarado à Receita Federal. Isso já é um crime", disse o promotor Aroldo Costa Filho. O crime é de falsidade ideológica.

No final da tarde, dois promotores foram à sede da BBS, na casa de Rosemar, onde apreenderam

contas telefônicas, uma reportagem da Folha do dia 19 e um informe de rendimentos da BBS ao BicBanco no valor de R\$ 7.691,83.

A suspeita de a BBS poder pertencer à própria Leão Leão está ligada ao fato de o contador da holding e da empresa de consultoria ser o mesmo: João Francisco Cândido. Na casa de Cândido, em Ribeirão Preto, estiveram quatro promotores no final da tarde de ontem. Do local, foram recolhidos um computador e vários documentos contábeis da BBS.

Tanto Buratti quanto a Leão Leão disseram que só se manifestarão após serem notificados.

Procuradoria diz ter prova de ida de Waldomiro à Caixa no ano passado

JURI DANTAS
MARTA SALOMON
DA SUCESSÃO DE BRASÍLIA

O Ministério Público Federal obtive documentação que comprova uma visita de Waldomiro Diniz, ex-sócio-chefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, à sede da CEF (Caixa Econômica Federal) no dia 25 de março do ano passado, véspera de uma reunião entre os diretores do banco e executivos da GTEch do Brasil, multinacional que gerencia o sistema de loterias do país.

Em depoimento à Polícia Federal, o ex-presidente Antonio Carlos Lino Rocha e o diretor de Marketing, Marcelo Rovai, ambos da GTEch disseram que Waldomiro vinculou a renovação de contrato com a Caixa à contratação de Rogério Tadeu Buratti como consultor por um valor que acabou sendo reduzido para R\$ 6 milhões. Buratti foi secretário de Governo do ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda) durante sua gestão na Prefeitura de Ribeirão Preto.

Buratti será intimado a depor na PF na semana que vem, para esclarecer as informações dadas pelos executivos. Em entrevistas recentes, ele afirmou desconhecer Waldomiro Diniz.

Ainda não se sabe com quem Waldomiro se encontrou no dia

25 de março do ano passado. Procuradores obtiveram na quinta-feira uma cópia do CD de arquivo da portaria do prédio da Caixa em Brasília, no qual ficam registrados os nomes e documentos de todos que entram no edifício.

A Caixa informou que desconhece o conteúdo do CD e considera que o Ministério Público extrapolou suas funções ao "confiscar" o disco, que seria o original. O banco preparava no início da noite de ontem uma representação judicial contra o procurador Marcelo Serra Azul, com base na Lei Orgânica do Ministério Público. Segundo o banco, deveria ter havido um requerimento oficial das informações, concedendo prazo de dez dias para que o CD fosse entregue.

A assessoria de imprensa de Serra Azul afirmou que ele agiu dentro do permitido pela lei, pois não teria havido busca e apreensão, apenas a requisição do CD à equipe de segurança que prontamente o entregou.

"Pessoa influente"

Na reunião do dia 26 de março, o banco estatal agendou para dali a cinco dias a assinatura do contrato com a GTEch. Na manhã de 31 de março, Waldomiro informou aos executivos que uma "pessoa influente", que seria Bu-

ratti, os procuraria. À tarde, Paulo Bretas, vice-presidente de Logística da CEF e coordenador da negociação com a GTEch, telefonou informando de "pendências jurídicas" sobre o contrato, que só foi renovado no dia 8 de abril. A Caixa sempre negou qualquer contato de Waldomiro com Bretas.

Em março do ano passado, Waldomiro ainda ocupava a subchefia de Assuntos Parlamentares do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

O Ministério Público Federal e a Polícia Federal investigam se Waldomiro praticou corrupção e tráfico de influência interferindo na renovação de contrato da Caixa com a GTEch.

Waldomiro foi exonerado "a pedido" no dia 13 de fevereiro, quando foi divulgado vídeo em que pedia propina ao empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachocira. Este mesmo empresário combinou o primeiro encontro de Waldomiro com Rovai e Lino Rocha, da GTEch, em janeiro do ano passado.

Depoimento

O presidente da CEF, Jorge Mattoso, dará explicações hoje, às 10h, na CFC (Comissão de Fiscalização e Controle) do Senado sobre a renovação do contrato entre a instituição e a GTEch.

Caso Waldomiro: disquete comprova ida à CEF

Ex-assessor da Casa Civil esteve na sede da Caixa na véspera de a instituição decidir renovar o contrato com a Gtech

Jailton de Carvalho
 • **BRASÍLIA.** O Ministério Público Federal obteve um documento indicando que o ex-vice-chefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Waldomiro Diniz, esteve na sede da Caixa Econômica Federal em 25 de março de 2003, um dia antes de a instituição renovar o contrato com a Gtech para o processamento de loterias. O procurador da República Marcelo Serra Azul encontrou a informação em documentos apreendidos na Caixa na quinta-feira passada. Como a apreensão foi feita

sem autorização judicial, a Caixa entrou com uma representação na Corregedoria da Procuradoria da República contra Serra Azul sob a alegação de que ele cometeu abuso de autoridade.

Ida de Waldomiro à Caixa está registrada em disquete. Segundo o Ministério Público, a ida de Waldomiro à Caixa em 25 de março está registrada em disquete. No dia 26, dirigentes da Caixa se reuniram e decidiram renovar o contrato com a Gtech por mais 25 meses, como a empresa pleiteava. Em 8 de abril, o contrato foi assinado.

O Ministério Público e a Polícia Federal estão investigando a suposta influência de Waldomiro nos negócios da Caixa com a Gtech. A direção da Caixa afirmou ontem, por intermédio da assessoria de imprensa, que não tem condições de informar se Waldomiro de fato esteve na sede da instituição, porque na prática não registra de autorização de acesso ao prédio estão em poder do Ministério Público. O vice-presidente de Logística da Caixa, Paulo Breias, reafirmou, no entanto, que sequer conhece o ex-assessor.

O presidente da Associação

dos Juizes Federais (Ajufe), Paulo Sérgio Domingues, disse que é necessário ordem judicial para que o Ministério Público determine busca e apreensão de documentos. Segundo Domingues, o procurador pode requisitar documentos a um órgão público, mas se esse estiver sob sigilo, é necessária ordem judicial.

— O Ministério Público não pode entrar e sair pegando documentos — disse Domingues.

Mas para Marian Martins Vieira, ex-presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), o procurador agiu corretamente

se o documento que requisitou não está protegido por sigilo constitucional.

Juiza quebra sigilo de Waldomiro e Cachoeira

Ontem, a juíza em exercício da 6ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, Juíza

Theresa de Andrade Castro Neves, decidiu determinar a quebra do sigilo bancário e telefônico de Waldomiro e do bicheiro Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, no inquérito que apura se houve improbidade administrativa na licitação da Loteri que teria beneficiado Cachoeira.

A medida da juíza abrange o período de fevereiro de 2001 a dezembro de 2002. A juíza determinou ainda que a medida seja posta em prática a partir de hoje. Um oficial de Justiça entregará o documento aos bancos, à Receita Federal e às operadoras de telefonia.

A comissão de sindicância criada pelo governo para investigar Waldomiro entregou ontem seu relatório final ao ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo. Até o fim da noite, porém, o Planalto não havia decidido se divulgaria ou não o teor do documento. ■

PF investiga se ex-assessor agia fora do Brasil

Conta na Suíça ligaria Waldomiro à lavagem de dinheiro

• **BRASÍLIA.** A Polícia Federal investiga ramificações dos negócios de Waldomiro Diniz no exterior. A PF abriu esta nova linha de apuração após encontrar, entre os papéis apreendidos na investigação, um recibo em que o falecido Armando Dilli, ex-assessor de Waldomiro na presidência da Loteri, aparece como titular de uma conta na Suíça. A PF suspeita que Dilli atuava como sócio de Waldomiro.

Dilli também foi assessor da Gtech e consultor do bicheiro Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. A descoberta da conta na Suíça coincide com informações obtidas pela Polícia Federal a partir da leitura labial de uma conversa

gravada em vídeo entre Waldomiro e Cachoeira, no Aeroporto Internacional de Brasília, em 20 de maio de 2002.

Segundo a perícia, Waldomiro e Cachoeira falam sobre a expansão dos negócios do bicheiro e a necessidade de se lavar dinheiro no exterior. O laudo, elaborado por dois peritos, foi concluído semana passada.

— Dinheiro, sabe como é, tem de disfarçar. Não pode ser feito aqui (no Brasil). Tem que ser feito lá fora (no exterior).

— diz Waldomiro a Cachoeira na conversa gravada, conforme o laudo da perícia.

Conversa pode respingar na imagem de políticos

A PF quer saber agora se há alguma relação entre a camuflagem do dinheiro no exterior mencionada por Waldomiro e a movimentação bancária em nome de Dilli na Suíça. A polícia trabalha com a hipótese de Dilli ter atuado como sócio ou como laranja de Waldomiro. Pelas investigações iniciais, Dilli fez um contrato de consultoria com Cachoeira a pedido de Waldomiro. A suspeita é de que o contrato foi usado para dar aparência legal a su-

postas transações entre Waldomiro e Cachoeira

A longa e descontraída conversa entre o ex-assessor e o bicheiro no aeroporto poderá respingar na imagem de diversos políticos. Num determinado momento, Waldomiro informa que as negociações na esfera política para a ampliação dos negócios de Cachoeira estão dentro do plano traçado inicialmente por eles.

— Fiz o contato com o governador e nos outros estados também. Eles estão nos apoiando — diz Waldomiro.

Não fica claro, neste trecho, quais são os interesses de Cachoeira. Mas, em outro momento da conversa, os dois falam em acabar e queimar os concorrentes de uma disputa em curso. Entre os possíveis alvos deste ataque estaria o bicheiro Carlos Roberto Martins, ex-sócio de Cachoeira. Waldomiro afirma que Cachoeira precisa temer eventuais reverses porque o bicheiro está devidamente protegido.

— Não se preocupe que ninguém vai tocar em você. Você terá cobertura total — diz Waldomiro, segundo os peritos. (J.C.) ■

Para Dirceu, caso Waldomiro está encerrado

Chefe da Casa Civil nega paralisação do governo e diz que país trabalha para reduzir o superávit primário e, gradualmente, os juros

JULIA DUAILIBI

DA REPORTAGEM LOCAL

Após 40 dias de crise no governo e de ataques da oposição, o ministro José Dirceu (Casa Civil) tentou brigar o caso Waldomiro Diniz dos holofotes e inserir no debate o tema econômico, disse que o país está trabalhando para a redução do superávit primário e para a queda gradual dos juros.

Dirceu — enfraquecido desde a divulgação de fita gravada em 2002 na qual seu ex-assessor aparece pedindo propina a um em presário do ramo de jogos — disse não haver paralisação no governo e foi categórico: “O caso Waldomiro Diniz não me incomoda. Considero o assunto encerrado”.

Depois de dizer ter ficado “inconformado” com a denúncia contra o ex-assessor Waldomiro Diniz, Dirceu declarou que, durante 40 dias, sua vida e o governo foram “devastados”, “investigados”, mas que nada foi encontrado. “Esse governo não tem nenhuma denúncia de corrupção. Não rouba nem deixa roubar”.

Assim como Dirceu, o ministro Luiz Gushiken (Comunicação) também disse que o caso Waldomiro é um “assunto resolvido”.

“O governo já resolveu. Primeiro, demitindo o assessor, pediu a exoneração. Segundo, colocando a Polícia Federal para investigar. Do ponto de vista do Executivo, a questão está resolvida. Agora, se o debate existe no Congresso, a questão é outra”, disse Gushiken.

Pauta econômica

Dirceu tem defendido nos bastidores a mudança na política econômica atual como forma de restabelecer a divisão de forças no chamado núcleo duro do governo. Ao colocar em pauta o tema econômico, polêmico não só no PT como no próprio governo, traz para o centro do debate Antonio Palocci Filho (Fazenda), defensor do superávit primário (economia para o pagamento de juros) em 4,25% da PIB. “Todos queremos a redução dos juros, e o país precisa trabalhar para uma redução do superávit. Mas, para isso, precisa administrar a questão da dívida”, disse Dirceu no fórum “Inclusão Social e Desenvolvimento”, organizado ontem pela GloboNews, em São Paulo.

Apesar de dizer que a esquerda petista, ao cobrar mudanças na economia, “não fala em nome do PT nem em nome da bancada do partido”, Dirceu considerou que as propostas do grupo não são “insensatas”. “O problema é ‘timing’ e reduzir o superávit. Se não dermos aos credores garantias de que vamos pagar a dívida, teremos de administrar a fuga de capitais e a poupança interna”.

Dirceu disse mais de uma vez que o “tempo da economia” nem sempre é o da sociedade. Defendeu “um pacto político empresarial-parlamentar para que o Brasil, de maneira persistente e responsável, continue a transição para o crescimento econômico”. Senão, afirmou, “cairemos na ilusão dos pacotes [econômicos], dos milagres de medidas salvadoras”.

Paralisação

Segundo o ministro, não existe paralisação no governo, mas “problemas políticos e administrativos que precisam ser resolvidos”. Citou como exemplo a escassez de recursos e as greves dos servidores, como a dos agentes da PF.

Ele classificou ainda de “irrealidade ou irrealismo o discurso de que o governo e o país estão parados”.

O ministro, seguindo orientação do presidente Lula de colocar em foco ações positivas, afirmou que o governo pensa em dar um aumento para os servidores. Declarou ser um “otimista” com os rumos da economia brasileira e afirmou que o crescimento neste ano será de “mais de 3,5%”.

“Se é verdade que o Brasil tem um modelo econômico perverso porque exclui, também é verdade que se está trabalhando para criar as condições de retomada do crescimento econômico”, disse ao comentar críticas do presidente da CIAR, Roberto Gusato, para quem a gestão econômica não reduziu a desigualdade social.

Dirceu enumerou o que chamou de “os grandes problemas do país”: falta de recursos, corrupção e necessidade de mais transparência. “Se conseguirmos assentar 35 mil famílias por problemas de verbas”, disse o ministro sobre a reforma agrária.

Colaboração à Sui-uma de Brasília

Ministro confirma que Buratti foi seu assessor em SP

DA REPORTAGEM LOCAL

O ministro José Dirceu (Casa Civil) admitiu ontem que Rogério Tadeu Buratti trabalhou em seu gabinete na Assembleia Legislativa de São Paulo, indicado pelo PT, no final da década de 80, quando cumpria mandato de deputado estadual.

“Rogério Buratti trabalhou na Assembleia Legislativa com vários deputados. Trabalhava, inclusive, comigo em meu mandato de deputado [86-89]. Não comigo, mas trabalhou na ligação com o meu gabinete, como fez com outros deputados”, disse Dirceu, em São Paulo.

Buratti é ex-secretário de governo de Antonio Palocci Filho, em sua primeira gestão em Ribeirão Preto (1993-1996). De acordo com depoimento de diretores da GTEch, Waldomiro Diniz condicionou a renovação do contrato da empresa com a Caixa Econômica Federal à contratação dos serviços de consultoria de Buratti.

O ministro disse ter conhecido Buratti em Osasco. “Convivi com ele na década de 80, depois nunca mais tivemos contato”, afirmou Dirceu, para quem “é evidente, todos sabem que Buratti foi filiado e dirigente do PT durante dez anos”.

Ao ser indagado sobre a operação montada pelo PT na Assembleia, na semana passada, para não divulgar a ficha de Buratti, onde estão os nomes dos gabinetes em que trabalhou, o ministro disse: “Desconheço. O que eu sei é que o Brasil tem e há setores da imprensa que se consideram acima da lei”.

PERGUNTAS SEM RESPOSTA DO CASO WALDOMIRO

Por que José Dirceu desconsiderou as notícias de envolvimento de Waldomiro Diniz com jogos no Rio, achando que uma carta do ex-assessor resolveria as dúvidas do caso?

Por que o ministro Luiz Gushiken não se pronunciou sobre a publicidade?

3. Que medidas tomou Waldomiro para a Lotia?

4. Qual o papel de Waldomiro no trabalho de lobby que o filho de Dirceu, Zeca Dirceu, fez em Brasília para obter verbas para a sua região, onde é pré-candidato a prefeito?

5. Qual o papel de Waldomiro no trabalho de lobby que o filho de Dirceu, Zeca Dirceu, fez em Brasília para obter verbas para a sua região, onde é pré-candidato a prefeito?

6. Qual o papel de Waldomiro no trabalho de lobby que o filho de Dirceu, Zeca Dirceu, fez em Brasília para obter verbas para a sua região, onde é pré-candidato a prefeito?

7. Foi Waldomiro quem indicou Duratti para a Ufpech, conforme dizem seus diretores?

8. Qual o papel de Waldomiro no trabalho de lobby que o filho de Dirceu, Zeca Dirceu, fez em Brasília para obter verbas para a sua região, onde é pré-candidato a prefeito?

9. Qual o papel de Waldomiro no trabalho de lobby que o filho de Dirceu, Zeca Dirceu, fez em Brasília para obter verbas para a sua região, onde é pré-candidato a prefeito?

10. Qual o papel de Waldomiro no trabalho de lobby que o filho de Dirceu, Zeca Dirceu, fez em Brasília para obter verbas para a sua região, onde é pré-candidato a prefeito?

11. Qual o papel de Waldomiro no trabalho de lobby que o filho de Dirceu, Zeca Dirceu, fez em Brasília para obter verbas para a sua região, onde é pré-candidato a prefeito?

12. Qual o papel de Waldomiro no trabalho de lobby que o filho de Dirceu, Zeca Dirceu, fez em Brasília para obter verbas para a sua região, onde é pré-candidato a prefeito?

13. Qual o papel de Waldomiro no trabalho de lobby que o filho de Dirceu, Zeca Dirceu, fez em Brasília para obter verbas para a sua região, onde é pré-candidato a prefeito?

14. Qual o papel de Waldomiro no trabalho de lobby que o filho de Dirceu, Zeca Dirceu, fez em Brasília para obter verbas para a sua região, onde é pré-candidato a prefeito?

15. Qual o papel de Waldomiro no trabalho de lobby que o filho de Dirceu, Zeca Dirceu, fez em Brasília para obter verbas para a sua região, onde é pré-candidato a prefeito?

Campanha contra a crise vai custar R\$ 8 mi ao governo

ASSEMBLEIA DE BRASÍLIA

A campanha publicitária que o governo federal vai veicular nos meios de comunicação nos próximos dias para tentar reverter a repercussão negativa do caso Waldomiro Diniz vai custar R\$ 8 milhões, segundo o ministro Luiz Gushiken (Comunicação).

Gushiken nega que o motivo do lançamento da campanha seja a imagem de paralisia que o governo tem passado à opinião pública desde que o escândalo veio à público, em 13 de fevereiro.

“Essa campanha faz parte de um procedimento de rotina. Eu tenho uma secretaria que se responsabiliza pela comunicação de governo. Nós temos três agências de publicidade e devemos apresentar para a sociedade periodicamente o que o governo faz”, disse.

O governo tem uma verba de R\$ 124 milhões para gastar com publicidade institucional em 2004. Até o dia 5 de março, havia gasto R\$ 1,1 milhão. A campanha de R\$ 8 milhões representa 7% da verba total da área institucional.

O governo tem ainda uma verba em torno de R\$ 100 milhões para a chamada publicidade de utilidade pública —divulgar campanhas de vacinação, por exemplo—, além da verba publicitária das estatais.

Segundo o ministro, a campanha vai focar principalmente o Bolsa-Família —resultado da unificação de projetos de transferência de renda— e programas na área de agricultura familiar.

Questionado se os discursos do presidente não tinham mais importância, já que essas ações haviam sido ressaltadas por ele na semana passada, Gushiken afirmou que uma coisa não elimina a outra.

“Eu acho que o importante é esclarecer adequadamente cada cidadão deste país o que o governo faz com o dinheiro que arrecada. Se o presidente fala, nem por isso está eliminada a necessidade da estrutura do governo, que é uma estrutura de publicidade, de também informar a sociedade —informações boas, positivas, atraindo que a sociedade deve receber positivamente.”

Segundo o ministro, a campanha vai informar que o Bolsa-Família atinge mais de 3 milhões de famílias e que o valor médio dos benefícios, que era de R\$ 22 até 2002, hoje mais do que duplicou.

“Nós queremos informar para a sociedade que até o final do ano haverá uma ampliação significativa dessa transferência de renda. Queremos mostrar também que houve na área da agricultura familiar um processo de ampliação do crédito em níveis nunca existentes no país. Enfim, vários temas que eu achei que era hora de apresentar à sociedade de uma forma mais consistente”, disse.

Gushiken apresentou ontem no Alvorada uma pesquisa qualitativa (com grupos específicos de entrevistados com perfil parecido de renda e escolaridade) que mostra que o caso Waldomiro Diniz chegou ao “povão”, segundo um ministro presente.

Ou seja, o caso Waldomiro agora é mais conhecido nos setores da população de menor escolaridade e de menor renda. Pesquisa Datafolha do início deste mês mostrou que Lula foi preservado e que o ministro José Dirceu (Casa Civil) foi atingido pelo caso. A pesquisa qualitativa de Gushiken aponta para um início de desgaste de Lula e do próprio governo.

Waldomiro Diniz, ex-assessor do Palácio do Planalto

Ministro diz que jornalistas são mal-educados e vê mau-caratismo PT recorre ao governo federal para obter apoio do PMDB-SP a Marta

LAURENTE, 13/04/04

A participação ontem do ministro José Dirceu (Casa Civil) em evento sobre inclusão social em São Paulo foi marcada por um boicote local com a imprensa.

Inconformado com uma série de perguntas sobre o seu relacionamento com o empresário Roberto Duratti e as implicações do caso Waldemir Diniz, o ministro Dirceu chegou ao evento acompanhado por uma delegação de jornalistas que o cercaram pa-

recionalmente, mas a maioria o deixou a parir. Dirceu disse ainda que os jornalistas que o cercaram pa- reciam mal-educados e que ele não se relaciona com eles. Mas a maioria o deixou a parir. Dirceu disse ainda que os jornalistas que o cercaram pa- reciam mal-educados e que ele não se relaciona com eles. Mas a maioria o deixou a parir.

Para o ministro, há setores da imprensa que agem como se estivessem acima da lei. Ele se referia à tentativa dos jornalistas, na re-

lação com ele, mas a maioria o deixou a parir. Dirceu disse ainda que os jornalistas que o cercaram pa- reciam mal-educados e que ele não se relaciona com eles. Mas a maioria o deixou a parir.

LAURENTE, 13/04/04

Com dificuldade de conseguir o apoio do PMDB à pré-candidatura da prefeita Marta Suplicy à reeleição, o PT paulista recorreu ao governo federal.

O deputado federal José Menor esteve ontem reunido com o ministro José Dirceu (Casa Civil) em São Paulo para pedir apoio à tentativa de trazer o PMDB do ex-governador Orestes Quirino para a campanha da petista.

Quirino, presidente estadual do PMDB, tem resistido a se coligar com Marta. Ele reivindica para seu partido o cargo de vice, o que o PT já descartou ao indicar o se-

cretário de Governo, o petista Rui Falcão, para o posto. Os petistas ofereceram ao PMDB coligação na chapa proporcional e cargos na administração municipal. Menor reuniu-se ontem, a portas fechadas, com Dirceu, que participava do fórum "Iniciativa Social e Desenvolvimento", orga-

nizado pela GloboNews. Durante cerca de 20 minutos, conversaram sobre as eleições municipais paulistanas. "Acho importante o PMDB nos apoiar por aqui. Alavanca a candidatura da prefeita. Todos nós queremos a prefeita mais quatro anos em São Paulo", disse Menor. Com o apoio do PMDB, o governo da pro-

petista não poderia dobrar. O apoio de Dirceu é importante uma vez que o setor do PMDB li- gado ao ex-governador reivindica espaço no governo federal. Quer- cia foi um dos primeiros nomes do partido a apoiar Lula, mas não indicou nenhum ministro.

Com a reforma ministerial pro- movida pelo presidente Lula em janeiro deste ano, o PMDB foi contemplado com duas pastas: Previdência e Comunicações. Questionado sobre o encontro com Quirino, amanhã, em Bra- sília, Dirceu disse: "Não é só sobre São Paulo. É sobre o Brasil. Sobre a relação do PMDB conosco em todos os estados".

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que *altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.*

Relatora revisora: Senadora Ideli Salvatti (BLOCO/PT-SC)

– 2 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, que *dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências*

Relator revisor: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

– 3 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, que *dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004.

Relator revisor: Senador Cristovam Buarque (Bloco/PT-DF)

– 4 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 22, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, que *proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004.

Relator revisor: Senador Maguito Vilela (PMDB-GO)

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 51 minutos.)

(OS 12329/04)

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 01/2004-CN

MENSAGEM
N.º 0041, de 2004 – CN
(Nº 00137/2004, na origem)

Ementa: Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), para os fins que especifica.

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

E.MENDA - 00001

PL 001/2004-CN

Mensagem 0041/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLNº 01/2004-CN

1 DE 1

TEXTO

Cancelar o valor total do crédito especial, do programa de trabalho do Ministério da Saúde – 36201-Fundação Oswaldo Cruz, programa 1293-Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, o seguinte subtítulo:

Cancelar a Suplementação:

UO: 36201 – Fundação Oswaldo Cruz

Programa: 1293 – Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos

Funcional Programática: 10.303.1293.10UI.0033

Subtítulo: Aquisição de planta farmacêutica de produção para expansão e diversificação da capacidade produtiva de medicamentos e fitoterápicos no Estado do Rio de Janeiro.

GND: 5 / Fonte: 100 / Modalidade de Aplicação: 90 / Valor: R\$ 20.000.000,00

Cancelar o Cancelamento:

UO: 36901 – Fundo Nacional de Saúde

Programa: 1216 – Atenção Especializada em Saúde

Funcional Programática: 10.846.1216.0832.1448

Subtítulo: Apoio a estruturação de unidades de atenção especializada em saúde – implantação, aparelhamento e adequação de unidades de saúde no Estado do Rio de Janeiro.

GND: 4 / Fonte: 100 / Modalidade de Aplicação: 50 e 90 / Valor: R\$ 20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de crédito especial para atender a Fundação Oswaldo Cruz em R\$ 20 milhões com o objetivo de aquisição de planta farmacêutica de produção para expansão e diversificação da capacidade produtiva de medicamentos e fitoterápicos – No Estado do Rio de Janeiro. Esta programação não consta da Lei Orçamentária de 2004, sendo uma inclusão nova.

O cancelamento proposto é no Fundo Nacional de Saúde, apoio a estruturação de unidades de atenção especializada em saúde – implantação, aparelhamento e adequação de unidades de saúde no Estado do Rio de Janeiro, tratando-se de um remanejamento.

Cabe ressaltar que trata-se da funcional programática nº 10.846.1216.0832.1448 – Emenda nº 71200009 da Bancada do RJ, que aprovou um montante de R\$ 46.249.953,00, para o exercício de 2004 e, de acordo com informações pesquisadas no SIAFI em 31-03-04, consta empenhado o montante de R\$ 3.822.297,00.

⇒ **O pleito solicitado, informa que a aquisição da planta farmacêutica é em unidade, constando apenas 1 unidade, ou seja, o custo de uma unidade é R\$ 20 milhões.** Se faz necessário alguns esclarecimento, quanto ao tipo de planta que está sendo adquirida, até mesmo saber da concordância da Bancada do Rio de Janeiro ao que diz respeito a este remanejamento proposto pelo poder Executivo.

CÓDIGO

3123

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

01/04/04

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00002****PL 001/2004-CN**

Mensagem 0041/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

01/2004

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

AO PROJETO DE LEI Nº 01 – CN, ACRESCENTA-SE A SEGUINTE EMENDA:

ÓRGÃO: 36000 – Ministério da Saúde

UNIDADE: 36901 – Fundo Nacional de Saúde - FNS

Incluir no programa de trabalho do Fundo Nacional de Saúde, aquisição de unidade móvel de saúde para o município de Silveiras – SP. programática 10.846.1216.0832

CANCELAMENTO: 10.303.1293.10UI.0033

ESFERA: S

GND: 4

MODALIDADE: 40

FONTE: 100

VALOR: R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS)

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM A PRESENTE EMENDA, DOTAR O MUNICÍPIO DE SILVEIRAS – SP, DE UMA UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE PARA MELHOR COBERTURA NA REMOÇÃO DE PACIENTES NO SETOR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, PARA OS CENTROS DE REFERÊNCIA.

CÓDIGO

1825

NOME DO PARLAMENTAR

VALDEMAR COSTA NETO

UF

SP

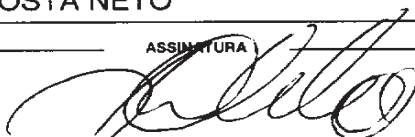
PARTIDO

PL

DATA

5/4/2004

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00003**

PL 001/2004-CN

Mensagem 0041/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

01/2004

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

AO PROJETO DE LEI Nº 01 – CN, ACRESCENTA-SE A SEGUINTE EMENDA:

ÓRGÃO: 36000 – Ministério da Saúde

UNIDADE: 36901 – Fundo Nacional de Saúde - FNS

Incluir no programa de trabalho do Fundo Nacional de Saúde, aquisição de unidade móvel de saúde para o município de Silveiras – SP. programática 10.846.1216.0832

CANCELAMENTO: 10.303.1293.10UI.0033

ESFERA: S

GND: 4

MODALIDADE: 40

FONTE: 100

VALOR: R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS)

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM A PRESENTE EMENDA, DOTAR O MUNICÍPIO DE SILVEIRAS – SP, DE UMA UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE PARA MELHOR COBERTURA NA REMOÇÃO DE PACIENTES NO SETOR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, PARA OS CENTROS DE REFERÊNCIA.

CÓDIGO

1825

NOME DO PARLAMENTAR

VALDEMAR COSTA NETO

UF

SP

PARTIDO

PL

DATA

5/4/2004

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00004****PL 001/2004-CN**

Mensagem 0041/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

01/2004

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

AO PROJETO DE LEI Nº 01 – CN, ACRESCENTA-SE A SEGUINTE EMENDA:

ÓRGÃO: 36000 – Ministério da Saúde

UNIDADE: 36901 – Fundo Nacional de Saúde - FNS

Incluir no programa de trabalho do Fundo Nacional de Saúde, aquisição de unidade móvel de saúde para o município de Silveiras – SP. programática 10.846.1216.0832

CANCELAMENTO: 10.303.1293.10UI.0033

ESFERA: S

GND: 4

MODALIDADE: 40

FONTE: 100

VALOR: R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS)

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM A PRESENTE EMENDA, DOTAR O MUNICÍPIO DE SILVEIRAS – SP, DE UMA UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE PARA MELHOR COBERTURA NA REMOÇÃO DE PACIENTES NO SETOR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, PARA OS CENTROS DE REFERÊNCIA.

CÓDIGO

1825

NOME DO PARLAMENTAR

VALDEMAR COSTA NETO

UF

SP

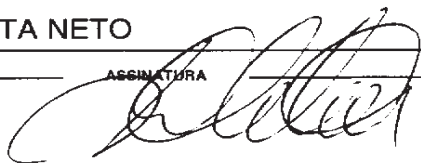
PARTIDO

PL

DATA

5/4/2004

ASSINATURA



EMENDA - 00005

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 001/2004-CN

Mensagem 0041/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN/001/04

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Recompor integralmente a dotação aprovada através da LOA do Programa de Trabalho abaixo, da Unidade Orçamentária 36901- Fundo Nacional de Saúde, no valor de R\$20.000.000, PT: 10.846.1216.0832.1448

Apoio a Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em saúde- Implantação, Aparelhamento e Adequação de unidades de Saúde- Estado do Rio de Janeiro.

Dessa forma propomos a supressão do Cancelamento Proposto:

UO- Fundo Nacional de Saúde

Funcional Programática: 10.846.1216.0832

GND - 4

Mod. - 50

Fonte- 100

Valor: R\$ 10.000.000

GND- 4

Mod. - 90

Fonte- 100

Valor: Valor: R\$ 10.000.000

JUSTIFICAÇÃO

O Cancelamento proposto pelo Ministério da Saúde nesta rubrica frustra ações essenciais na área de saúde, que na maioria absoluta das vezes só podem ser executadas mediante esta modalidade de participação.

Sendo assim esta emenda propõe a Recomposição dos recursos com a finalidade de assegurar a Emenda de Bancada do Rio de Janeiro na sua totalidade, aprovada através da LOA para 2004.

Bem como garantir a execução das ações, ressaltamos, essenciais para a sociedade.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado José Divino

RJ

PMDB

DATA

7/4/2004

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00006**

PL 001/2004-CN

Mensagem 0041/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN/001/04

1 DE 1

TEXTO

Recompor integralmente a dotação aprovada através da LOA do Programa de Trabalho abaixo, da Unidade Orçamentária 36901- Fundo Nacional de Saúde, no valor de R\$20.000.000, PT: 10.846.1216.0832.1448
Apoio a Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em saúde- Implantação, Aparelhamento e Adequação de unidades de Saúde- Estado do Rio de Janeiro.

Dessa forma propomos a supressão do Cancelamento Proposto:

UO- Fundo Nacional de Saúde
Funcional Programática: 10.846.1216.0832
GND - 4
Mod. - 50
Fonte- 100
Valor: R\$ 10.000.000

GND- 4
Mod. - 90
Fonte- 100
Valor: Valor: R\$ 10.000.000

JUSTIFICAÇÃO

O Cancelamento proposto pelo Ministério da Saúde nesta rubrica frustra ações essenciais na área de saúde, que na maioria absoluta das vezes só podem ser executadas mediante esta modalidade de participação.

Sendo assim esta emenda propõe a Recomposição dos recursos com a finalidade de assegurar a Emenda de Bancada do Rio de Janeiro na sua totalidade, aprovada através da LOA para 2004.

Bem como garantir a execução das ações, ressaltamos, essenciais para a sociedade.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

VIEIRA REIS

RJ

PMDB

DATA

ASSINATURA

7/4/2004

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00007**

PL 001/2004-CN

Mensagem 0041/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN/001/04PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Recompor integralmente a dotação aprovada através da LOA do Programa de Trabalho abaixo, da Unidade Orçamentária 36901- Fundo Nacional de Saúde, no valor de R\$20.000.000, PT: 10.846.1216.0832.1448

Apoio a Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em saúde- Implantação, Aparelhamento e Adequação de unidades de Saúde- Estado do Rio de Janeiro.

Dessa forma propomos a supressão do Cancelamento Proposto:

UO- Fundo Nacional de Saúde
Funcional Programática: 10.846.1216.0832
GND - 4
Mod. - 50
Fonte- 100
Valor:RS 10.000.000

GND- 4
Mod. - 90
Fonte- 100
Valor: Valor: R\$ 10.000.000

JUSTIFICAÇÃO

O Cancelamento proposto pelo Ministério da Saúde nesta rubrica frustra ações essenciais na área de saúde, que na maioria absoluta das vezes só podem ser executadas mediante esta modalidade de participação.

Sendo assim esta emenda propõe a Recomposição dos recursos com a finalidade de assegurar a Emenda de Bancada do Rio de Janeiro na sua totalidade, aprovada através da LOA para 2004.

Bem como garantir a execução das ações, ressaltamos, essenciais para a sociedade.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DATA

ASSINATURA

7/4/2004

Aldemir Luiz

RJ

PMDB

Aldemir S. Aguiar da Silva:

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00008**

ES

PL 001/2004-CN

Mensagem 0041/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN/001/04

1 DE 1

TEXTO

Recompor integralmente a dotação aprovada através da LOA do Programa de Trabalho abaixo, da Unidade Orçamentária 36901- Fundo Nacional de Saúde, no valor de R\$20.000.000, PT: 10.846.1216.0832.1448
Apoio a Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em saúde- Implantação, Aparelhamento e Adequação de unidades de Saúde- Estado do Rio de Janeiro.

Dessa forma propomos a supressão do Cancelamento Proposto:

UO- Fundo Nacional de Saúde
Funcional Programática: 10.846.1216.0832
GND - 4
Mod. - 50
Fonte- 100
Valor: R\$ 10.000.000

GND- 4
Mod. - 90
Fonte- 100
Valor: Valor: R\$ 10.000.000

JUSTIFICAÇÃO

O Cancelamento proposto pelo Ministério da Saúde nesta rubrica frustra ações essenciais na área de saúde, que na maioria absoluta das vezes só podem ser executadas mediante esta modalidade de participação.

Sendo assim esta emenda propõe a Recomposição dos recursos com a finalidade de assegurar a Emenda de Bancada do Rio de Janeiro na sua totalidade, aprovada através da LOA para 2004.

Bem como garantir a execução das ações, ressaltamos, essenciais para a sociedade.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Carlos Rodrigues

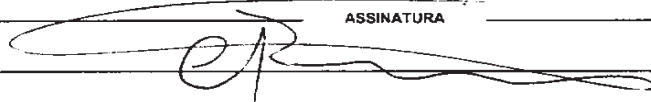
RJ

PL

DATA

ASSINATURA

7/4/2004



EMENDA - 00009

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 001/2004-CN

Mensagem 0041/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN/001/04	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	------------------------------	------------------

TEXTO

Recompor integralmente a dotação aprovada através da LOA do Programa de Trabalho abaixo, da Unidade Orçamentária 36901- Fundo Nacional de Saúde, no valor de R\$20.000.000, PT: 10.846.1216.0832.1448

Aprio a Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em saúde- Implantação, Aparentamento e Adequação de unidades de Saúde- Estado do Rio de Janeiro.

Dessa forma propomos a supressão do Cancelamento Proposto:

UO- Fundo Nacional de Saúde

Funcional Programática: 10.846.1216.0832

GND - 4

Mod. - 50

Fonte- 100

Valor: R\$ 10.000.000

GND- 4

Mod. - 90

Fonte- 100


Valor: Valor: R\$ 10.000.000

JUSTIFICAÇÃO

O Cancelamento proposto pelo Ministério da Saúde nesta rubrica frustra ações essenciais na área de saúde, que na maioria absoluta das vezes só podem ser executadas mediante esta modalidade de participação.

Sendo assim esta emenda propõe a Recomposição dos recursos com a finalidade de assegurar a Emenda de Bancada do Rio de Janeiro na sua totalidade, aprovada através da LOA para 2004.

Bem como garantir a execução das ações, ressaltamos, essenciais para a sociedade.

CODIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado Almir Moura	RJ	PL
DATA	ASSINATURA		
7/4/2004			

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº179**, ADOTADA EM 01 DE ABRIL DE 2004 E PUBLICADA NO DIA 02 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA OS ARTS. 8º E 16 DA LEI 9.311, DE 24 DE OUTUBRO DE 1996, QUE INSTITUI A CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO OU TRANSMISSÃO DE VALORES E DE CRÉDITOS E DIREITOS DE NATUREZA FINANCEIRA – CPMF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS N.ºS
Deputado ÁLVARO DIAS	03, 04, 05, 07, 11
Deputado ANTONIO CARLOS M. THAME	01, 26
Deputado COLBERT MARTINS	06, 29
Deputado CORIOLANO SALES	12, 14, 15, 17, 19, 27
Deputado DEVANIR RIBEIRO	28
Deputado GERALDO THADEU	13
Deputado LUIZ ANTONIO FLEURY	10
Deputado MAX ROSENMANN	09
Deputado PAES LANDIM	08, 18, 21, 22, 23, 24, 25
Deputado ROGÉRIO TEÓFILO	30
Senador RODOLPHO TOURINHO	20
Deputado WALTER FELDMAN	02, 16

SACM

TOTAL DE EMENDAS: 30

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV-179

00001

data
12/04/04proposição
Medida Provisória nº 179, de 01/04/04autor
DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAMEnº do prontuário
332☒ 1 ☒ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alinea

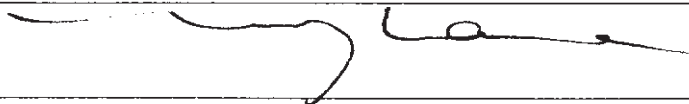
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 2º. da MP.

JUSTIFICAÇÃO

Este artigo permite que as multas sejam dobradas por quaisquer irregularidades no pagamento ou recolhimento da CPMF. não se justificando a alteração de 75% e 150% para 150% e 300% respectivamente.

PARLAMENTAR



MPV-179

00002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 7/04/04	proposição Medida Provisória nº 179, de 01/04/04
-----------------	---

autor DEPUTADO WALTER FELDMAN	nº do prontuário
----------------------------------	------------------

<input checked="" type="checkbox"/> 1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 2º, da MP.

JUSTIFICAÇÃO

Este artigo permite que as multas sejam dobradas por quaisquer irregularidades no pagamento ou recolhimento da CPMF, não se justificando a alteração de 75% e 150% para 150% e 300% respectivamente.

PARLAMENTAR

ETIQUETA

MPV-179**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00003**DATA
07/04/04PROPOSIÇÃO
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 179, de 01 de abril de 2004AUTOR
DEP. ALVARO DIASNº PRONTUÁRIO
119TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBALPÁGINA
1ARTIGO
3º

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se o inciso VII ao art. 3º da Lei nº 9.311, de 24 de março de 1996, de forma a se integrar a Medida Provisória nº 179, de 01 de abril de 2004, com a seguinte redação:

“Art. 3º

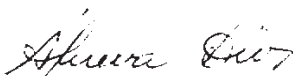
VII – no lançamento a débito na conta corrente de depósito de pessoa física cujo valor represente renda proveniente exclusivamente de rendimento do trabalho assalariado.”

JUSTIFICAÇÃO

Objetivamos, com esta emenda, impedir a incidência da CPMF sobre o salário do trabalhador brasileiro. A presente Medida Provisória concede tratamento tributário diferenciado às pessoas que aplicam no mercado financeiro, mas ignora a incidência tributária sobre os rendimentos da classe trabalhadora. Além de direcionar a totalidade de seus recursos diretamente para o consumo, esse segmento é onerado severamente na declaração do Imposto de Renda.

No Brasil, enquanto a incidência do Imposto de Renda sobre salários acima de R\$ 2.115,00 é de 27,5%, as aplicações financeiras em fundos de renda fixa pagam 20%, a renda do capital estrangeiro aplicado no mercado financeiro é tributada em no máximo 15% e os ganhos de capital na venda de bens pagam apenas 15%. Essa clara opção pelo rendimento do capital em detrimento do trabalho desrespeita a real capacidade de pagamento do cidadão, diferentemente do que é adotado em outros países.

ASSINATURA



ETIQUETA

MPV-179**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00004**DATA
07/04/04PROPOSIÇÃO
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 179, de 01 de abril de 2004AUTOR
DEP. ALVARO DIASNº PRONTUÁRIO
119TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBALPÁGINA
1ARTIGO
3º

PARAGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se o inciso VII ao art. 3º da Lei nº 9.311, de 24 de março de 1996, de forma a se integrar a Medida Provisória nº 179, de 01 de abril de 2004, com a seguinte redação:

“Art. 3º

VII – sobre a movimentação financeira ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira das pessoas físicas possuidoras de saldo médio mensal inferior a R\$ 1.422,46 (mil e quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e seis centavos).”

JUSTIFICAÇÃO

Objetivamos, com esta emenda, impedir a incidência da CPMF sobre a movimentação financeira de pequeno valor, bem como resgatar o princípio da capacidade contributiva de cada indivíduo.

Esta Medida Provisória concede mais um tratamento tributário diferenciado às pessoas que aplicam no mercado financeiro, mas ignora os segmentos que não conseguem poupar nenhuma fatia de sua renda. Essas pessoas direcionam a totalidade de seus recursos diretamente para o consumo, por isso, que adotamos o valor do Salário Mínimo calculado pelo DIEESE para definir o montante que terá isenção da CPMF. A preço de fevereiro de 2004, esse valor atende às necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

Desta forma, a CPMF não deve incidir sobre montante dirigido exclusivamente para suprir as necessidades básicas do trabalhador brasileiro.

ASSINATURA

Alvaro Dias

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV-179

00005

DATA
07/04/04PROPOSIÇÃO
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 179, de 01 de abril de 2004AUTOR
DEP. ALVARO DIASNº PRONTUÁRIO
119TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBALPÁGINA
1ARTIGO
3º

PARÁGRAFO

INCISO

ALINEA

TEXTO

Acrescente-se o inciso VII ao art. 3º da Lei nº 9.311, de 24 de março de 1996, de forma a se integrar a Medida Provisória nº 179, de 01 de abril de 2004, com a seguinte redação:

“Art. 3º

VII – sobre a movimentação financeira ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira das micro e pequenas empresas regidas pela Lei 9.317, de 05 de dezembro de 1996.

Art. 22. Fica revogado a alínea “f” do § 2º do art. 3º da Lei 9.317, de 05 de dezembro de 1996.”

JUSTIFICAÇÃO

Objetivamos, com esta emenda, impedir a incidência da CPMF sobre a movimentação financeira das empresas inscritas no sistema simplificado de imposto – Simples -, bem como resgatar o princípio da capacidade contributiva de cada segmento da sociedade.

Esta Medida Provisória concede mais um tratamento tributário diferenciado às pessoas que aplicam no mercado financeiro, mas ignora as milhares de empresas que são oneradas severamente pela excessiva carga de impostos no País. Além disso, impede a legalização de outras milhares que se encontram na informalidade.

Desta forma, a não incidência da CPMF sobre as micro e pequenas empresas inscritas no simples desonera segmento fomentador de renda e emprego neste País.

ASSINATURA



MPV-179**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00006**Data
07/04/2004Proposição
Medida Provisória nº 179/04autor
Dep. Colbert Martins

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea**

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se o seguinte inciso no artigo 3º da Lei n.º 9.311/96:

“ Art. 3º.

.....

VII – na restituição do imposto de renda.

.....”

JUSTIFICATIVA

Objetiva-se com a presente Emenda possibilitar que o contribuinte que pagou a maior o Imposto de Renda, possa receber a sua restituição sem a incidência da CPMF, tendo em vista que os saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, do Fundo de Participação PIS/PASEP e do valor do benefício do seguro-desemprego não sofrem a incidência dessa Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira.

Dessa forma, pretende-se não prejudicar aqueles que pagaram em dia o respectivo imposto, pois se o contribuinte paga a quantia exata do imposto de renda, não recebe a restituição. Entretanto, se o contribuinte paga, inclusive paga a mais do que o devido, o contribuinte, apesar de receber a sua restituição do imposto de renda, sofre a incidência da CPMF. Assim, está-se prejudicando o contribuinte que pagou o imposto de renda a maior, o que é injustiça.

PARLAMENTAR


Dep. Colbert Martins
PPS/BA

MPV-179**00007****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

DATA 07/04/04	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 179, de 01 de abril de 2004
------------------	--

AUTOR DEP. ALVARO DIAS	Nº PRONTUARIO 119
----------------------------------	-----------------------------

TIPO				
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 () MODIFICATIVA	4 (X) ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA 1	ARTIGO 3º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
-------------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Acrescente-se o inciso VIII ao art. 3º da Lei nº 9.311, de 24 de março de 1996, de forma a se integrar a Medida Provisória nº 179, de 01 de abril de 2004, com a seguinte redação:

“Art. 3º

VIII – sobre a movimentação financeira ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira das pessoas físicas ou jurídicas constantes nas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso I do art. 1º, da Lei 10.735, de 11 de setembro de 2003.”

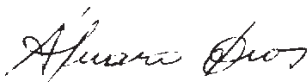
JUSTIFICAÇÃO

Objetivamos, com esta emenda, impedir a incidência da CPMF sobre a movimentação financeira de pessoas físicas e jurídicas beneficiárias do programa de microcrédito do Governo Federal, que foi instituída pela Lei 10.735/03 e regulamentada pela resolução do Banco Central nº3.109, de 2003.

Esta Medida Provisória concede mais um tratamento tributário diferenciado às pessoas que aplicam no mercado financeiro, mas ignora os segmentos que não conseguem poupar nenhuma fatia de sua renda. Essas pessoas direcionam a totalidade de seus recursos diretamente para o consumo ou para atividades produtivas de sobrevivência.

A universalização do crédito no Brasil, objetivo maior do atual governo, não se resume apenas a disponibilizar linhas de financiamento para o segmento de baixa renda, mas também desonerar de tributos essas movimentações financeiras.

ASSINATURA



MPV-179**MEDIDA PROVISÓRIA N.º 179, DE 2004****00008**

Altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências.

EMENDA

Inclua-se § ao Artigo 8º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, alterado pelo Artigo 1º da Medida Provisória em questão, com a seguinte redação:

“Art. 8º

.....

§ 1º

.....

§ Admite-se a realização de depósito em espécie para prestação de margem de garantia exigido por câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.”

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda é necessária para possibilitar a utilização de recursos da conta de investimento para a prestação de margem de garantia em câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil, como, por exemplo, BM&F e CBLC, sendo que, se tal garantia for prestada por meio de vinculação de títulos públicos, que é uma forma de investimento, os recursos para a aquisição desses papéis podem ser originários da conta de investimento.

Portanto, a alteração visa a dar tratamento isonômico entre as formas de prestação de garantias.



Deputado **PAES LANDIM**

MPV-179**00009****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 179, DE 2004**

Altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências.

Emenda

Dê-se nova redação ao inciso III do artigo 8º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, como segue:

“Art. 8º A alíquota fica reduzida a zero:

.....

III - nos lançamentos em contas correntes de depósito das sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, das sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, das sociedades de investimento e fundos de investimento constituídos nos termos dos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, das sociedades corretoras de mercadorias e dos serviços de liquidação, compensação e custódia vinculados às bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, e das instituições financeiras não referidas no inciso IV do art. 2º, bem como das cooperativas de crédito e **empresas de arrendamento mercantil**, desde que os respectivos valores sejam movimentados em contas correntes de depósito especialmente abertas e exclusivamente utilizadas para as operações a que se refere o § 3º deste artigo;

.....”

Justificação

O arrendamento mercantil foi introduzido no Brasil pelas Leis 6.099 de 12/09/74 e 7132 de 26/10/83, as quais além de definir o tratamento tributário delegaram poderes ao Conselho Monetário Nacional, e este, por decorrência, ao Banco Central do Brasil, para regular, controlar e fiscalizar esta atividade.

Portanto as arrendadoras são integrantes do sistema financeiro e seguem todas as normas e resoluções, que regem a captação e aplicação de recursos.

É indiscutível que o leasing é uma extraordinária ferramenta de viabilização de investimentos produtivos.

O que propomos é corrigir uma injustiça, pois o texto da Lei omitiu as mencionadas empresas ao definir a aplicação da alíquota zero para os lançamentos por elas realizados.

Isso cria um tratamento diferenciado entre operações financeiras e de arrendamento mercantil, com prejuízos para essa última e ferindo o tratamento igualitário das operações.

Assim, embora as empresas de leasing não sejam alcançadas pelo benefício, o mesmo se aplica aos bancos múltiplos com carteira de arrendamento mercantil, em afronta direta ao Princípio da Isonomia.

Junte-se a isso que em face da busca pela isonomia, as empresas lesadas tem buscado o socorro da Justiça e, embora estejam obtendo sucesso na empreitada, isso tem atravancado ainda mais o Poder Judiciário, já tão sobrecarregado de processos.



DEPUTADO MAX ROSENMANN
PMDB-PR

MPV-179**00010****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 179, DE 2004**

Altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências.

EMENDA

Dê-se nova redação ao inciso IV do artigo 8º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, como segue:

“Art. 8º A alíquota fica reduzida a zero:

.....
IV - nos lançamentos efetuados pelos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial, **empresas de arrendamento mercantil** e caixas econômicas, relativos às operações a que se refere o § 3º deste artigo;”

Justificação

O arrendamento mercantil foi introduzido no Brasil pelas Leis nº6.099 de 12/09/74 e 7132 de 26/10/83, as quais além de definir o tratamento tributário delegaram poderes ao Conselho Monetário Nacional, e este, por decorrência, ao Banco Central do Brasil, para regular, controlar e fiscalizar esta atividade.

Portanto as arrendadoras são integrantes do sistema financeiro e seguem todas as normas e resoluções, que regem a captação e aplicação de recursos.

É indiscutível que o leasing é uma extraordinária ferramenta de viabilização de investimentos produtivos.

O que propomos é corrigir uma injustiça, pois o texto da lei omitiu as mencionadas empresas ao definir a aplicação da alíquota zero para os lançamentos por elas realizados.

Isso cria um tratamento diferenciado entre operações financeiras e de arrendamento mercantil, com prejuízos para essa última e ferindo o tratamento igualitário dos diferentes tipos de operações.

Assim, embora as empresas de leasing não sejam alcançadas pelo benefício, o mesmo se aplica aos bancos múltiplos com carteira de arrendamento mercantil.


DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY

MPV-179**00011****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

DATA 07/04/04	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 179, de 01 de abril de 2004			
AUTOR DEP. ALVARO DIAS			Nº PRONTUÁRIO 119	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO ()				
PÁGINA 3	ARTIGO 8º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê ao inciso VII, do art. 8º da Lei nº 9.311, de 24 de março de 1996, de forma integrar a Medida Provisória nº 179, de 01 de abril de 2004, a seguinte redação:

“Art. 8º

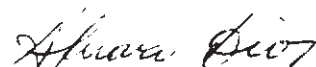
VII – nos lançamentos a débito em conta corrente de depósito para investimento, abe utilizada exclusivamente para realização de aplicações financeiras de renda fixa renda variável, de qualquer natureza, inclusive em contas de depósito de poupança **pessoas físicas ou jurídicas possuidoras de saldo médio mensal inferior a 5.000,00 (cinco mil reais).**”

JUSTIFICAÇÃO

Objetivamos, com esta emenda, impedir que grandes investidores se beneficiem isenção da CPMF. A presente Medida Provisória concede tratamento tributário diferenciado pessoas que aplicam no mercado financeiro, mas não distingue o pequeno poupador do gr investidor.

A dimensão da desigualdade de renda neste país exige do Estado brasileiro a institu de ferramentas de redistribuição que possam diminuir a distância entre ricos e pobres e nã medidas que ampliem este fosso, como é o caso desta Medida Provisória: uma clara opção rendimento do capital em detrimento do trabalho.

ASSINATURA



MPV-179**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00012**

data	Proposição Medida Provisória nº 179/04
------	--

Deputado CAROLANO SALOS	Autor	nº do prontuário
--------------------------------	-------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Adicione-se o seguinte §8º ao art. 8º da Lei nº 9 311, de 24 de outubro de 1966, constante do art. 1º da MP, renumerando-se os seguintes:</p> <p>“Art. 8º.....</p> <p>.....</p> <p>§ 8º No caso de pessoas jurídicas, as contas correntes de depósito não poderão ser conjuntas.”</p>				
Justificação				
<p>Pessoas jurídicas, engajadas em práticas comerciais rotineiras e periódicas, podem praticar a evasão da CPMF pela manutenção de duas contas correntes conjuntas, com números distintos, sendo cada empresa responsável pela administração de uma conta.</p> <p>Vejamos um exemplo. As empresas A e B, que comercializam entre si, detêm conjuntamente as contas 1 e 2. A empresa A controla a conta 1 e a empresa B controla a conta 2. O faturamento da empresa A é direcionado para a conta 1. Para pagar seu fornecedor (empresa B), a empresa A faz uma transferência entre contas correntes de clientes idênticos, ou seja, da conta 1 para a conta 2, que é isenta de CPMF.</p> <p>Se, além da conta corrente conjunta, as empresas tiverem conta corrente de depósito para investimento conjunta, podem, via controle escritural externo, operar pagamentos por meio de transferências de aplicações, evadindo-se da CPMF. A CPMF é um mal nacional, mas não pode servir para a capitalização de algumas empresas organizadas.</p>				
PARALAMENTAR				

MPV-179**00013****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**Data
06/04/2004Proposição
Medida Provisória nº 179/04autor
Dep. Geraldo Thadeu

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ Substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Inclua-se o seguinte inciso VII ao art. 8º da Lei nº 9.311/96, renumerando-se o atual inciso VII proposto pela Medida Provisória nº 179/04 como inciso VIII:

“Art. 8.º

VII – nos lançamentos a débito em conta corrente de depósito, quando do creditamento na conta corrente de depósito para investimento; e

JUSTIFICATIVA

Com a atual redação da Medida Provisória 179/04, atribui-se alíquota zero aos lançamentos a débito em conta corrente de depósito para investimento. Entretanto, quando do creditamento nesta conta, e o conseqüente débito na conta corrente de depósito, ocorrerá a incidência da CPMF.

Neste sentido, objetiva-se conferir alíquota zero, também, ao lançamento a débito da conta corrente quando transferido os recursos para a conta corrente de depósito para investimento, pois, assim, ter-se-á alcançado o objetivo da presente Medida Provisória, qual seja, impulsionar a economia.

Neste contexto, com o acolhimento desta emenda, os ganhos dos investidores irão aumentar, uma vez que não incidirá mais a CPMF sobre a transferência dos recursos da conta corrente para a conta investimento. Dessa forma, os investimentos irão aumentar, proporcionando a formação da poupança interna.

PARLAMENTAR
Dep. Geraldo Thadeu
PPS/MG

MPV-179

00014

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	Proposição Medida Provisória nº 179/04
------	--

Autor Deputado CAROLANO SILE	nº do prontuário
--	------------------

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Acrescente-se ao art. 8º da Lei nº 9.311, de 1996, modificado pelo art. 1º, o seguinte inciso:</p> <p>“Art. 8º.</p> <p>.....</p> <p>VIII - nos saques ou lançamentos a débito em conta corrente de depósito ou poupança de pessoa física, para pagamento de prestações ou quitação de financiamento contratado pelo titular para aquisição de casa própria.”</p> <p style="text-align: center;">Justificativa</p> <p>A emenda favorece tanto o mutuário do sistema habitacional como o próprio setor da construção civil. A contribuição pode ser mínima, sem dúvida, mas será uma sinalização de que o Congresso Nacional está atento aos problemas que ainda desafiam a imaginação do Governo. Além do mais, não nos parece justo que o mutuário tenha que pagar duas vezes pelo mesmo produto: quando recebe o financiamento e quando o amortiza ou liquida.</p> <p style="text-align: center;"><i>Justificativa</i></p>				
PARALAMENTAR				

MPV-179**00015****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	Proposição Medida Provisória nº 179/04
------	--

Deputado GORICIANO SALES	Autor	nº do prontuário
---------------------------------	-------	------------------

<input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 8º da Lei nº 9.311, de 1996, modificado pelo art. 1º, o seguinte inciso:

“Art. 8º.
.....

VIII - nos saques ou lançamentos a débito em conta corrente de depósito ou poupança que tenha como titular pessoa jurídica, para pagamento de encargos sociais ou da respectiva folha de salários.”

Justificativa

A emenda contribuirá para a desoneração da folha de salário das empresas, há tempos reivindicada pelo setor produtivo e há meses prometida pelo atual Governo.


PARLAMENTAR

MPV-179

00016

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
7/04/04proposição
Medida Provisória nº 179, de 01/04/04autor
DEPUTADO WALTER FELDMAN

nº do prontuário

☒ 1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente o seguinte inciso VIII ao art. 8º da Lei nº 9.311, de 24/10/96, alterado pelo art. 1º da MP 179:

“Art. 8º

VIII – nas transferências da conta corrente para a conta corrente de depósito para investimento dos mesmos titulares; “

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa deixar claro que nas transferências iniciais da conta corrente para a conta corrente de depósito para investimento não incidirá a alíquota de CPMF.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV-179

00017

data	Proposição Medida Provisória nº 179/04
------	---

Autor Deputado Coriá de Sales	nº do prontuário
----------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Dê-se ao §. 11 do art. 8º da Lei nº 9.311, de 1996, acrescentado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 179, de 1º de abril de 2004, a seguinte redação.</p> <p>“Art. 8º.</p> <p>.....</p> <p>§ 11. O ingresso de recursos novos nas contas correntes de depósito para investimento será feito exclusivamente por meio de lançamento a débito em conta corrente de depósito do titular, por cheque de sua emissão, cruzado e intransferível, ou por outro instrumento de pagamento, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, casos em que não serão cobrados encargos referentes a CPMF.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Tem por fim a emenda incentivar os pequenos investidores a aplicar seus recursos sem os encargos da CPMF.</p> <p style="text-align: center;">PARLAMENTAR</p>				

MPV-179**00018****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 179, DE 2004**

Altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências.

EMENDA

Dê-se ao § 11 do Artigo 8º da Lei 9.311, de 24 de outubro de 1996, alterado pelo Artigo 1º da Medida Provisória, a seguinte redação:

“Art. 8º

§ 1º

§ 11. O ingresso de recursos novos nas contas correntes de depósito para investimento mantidas em instituições autorizadas a acolher depósitos à vista será feito exclusivamente por meio de lançamento a débito em conta corrente de depósito do titular da aplicação, por cheque de sua emissão, cruzado e intransferível, ou por outro instrumento de pagamento, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil. No caso das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, o ingresso de recursos novos se dará, pelos mesmos instrumentos mencionados, em conta corrente de depósito que estas mantiverem e registrarão o correspondente crédito na conta corrente de depósito para investimento de seu cliente investidor, observando-se também as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

O §11 em sua redação original precisa ser aperfeiçoado, já que a conta corrente de depósito para investimento para um banco comercial ou múltiplo com carteira comercial, bem como para as caixas econômicas funcionará como uma conta de depósitos à vista, podendo receber depósitos propriamente ditos.

Já para as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, como bancos de investimentos e corretoras, as contas correntes de depósito para investimento que mantiverem para controlar os investimentos de seus clientes investidores não podem nelas serem acolhidos depósitos. Os depósitos recebidos, na verdade, feitos pelos seus clientes investidores, ocorrerão efetivamente em contas correntes de depósitos à vista que tais instituições mantiverem em banco comercial ou múltiplo com carteira comercial ou caixa econômica para acolher aplicações financeiras contratadas pelos mencionados clientes investidores.

Ficam mantidos os instrumentos específicos para ambos os casos, obedecendo-se a necessária regulamentação a ser baixada pelo Banco Central do Brasil.



Deputado **PAES LANDIM**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV-179

00019

data

Proposição

Medida Provisória nº 179/04

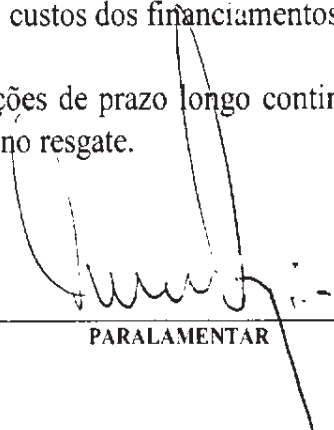
Deputado

Autor

CORIOLANO SALES

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Adicione-se o seguinte §13 ao art. 8º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1966, constante do art. 1º da MP, renumerando-se os seguintes:</p> <p>“Art. 8º</p> <p>.....</p> <p>§13 Não se aplica o disposto nos parágrafos 11 e 12 em caso de aplicações financeiras superiores a doze meses, quando o beneficiário poderá liquida-las sem trânsito pela conta corrente de depósito.”</p> <p style="text-align: center;">Justificação</p> <p>A presente MP fixa a incidência de CPMF em toda aplicação e resgate da conta corrente dos recursos aplicados, independentemente do prazo da aplicação. Com esta emenda, visa-se a estimular o alongamento das aplicações financeiras, por um prazo superior a doze meses, o que é benéfico para a redução dos custos dos financiamentos bancários de prazo mais longo.</p> <p>Neste caso, as aplicações de prazo longo continuariam a pagar a CPMF na entrada da aplicação, mas não pagariam no resgate.</p> <p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;">PARLAMENTAR</p>				

MPV-179**00020**

EMENDA Nº – CMIST
(à MP nº 179, de 2004)

Dê-se ao art. 8º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, nos termos do que dispõe o art. 1º da Medida Provisória nº 179, de 1º de abril de 2004, a seguinte redação:

“Art. 8º.

.....
VIII – nos lançamentos a débito, em contas correntes de depósito, correspondentes a pagamento de tributos federais, estaduais e municipais.

.....
§ 16. Aplica-se o disposto no inciso VIII do *caput* em caso de pagamento de tributo mediante cheque, devendo constar no verso deste, para devida comprovação, a identificação do tributo pago. (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A carga tributária em nosso País superou, recentemente, a impressionante marca de 38% do Produto Interno Bruto. Conspira para esse resultado a imensa variedade de tributos existentes, tão numerosos que sua listagem exaustiva seria demasiadamente maçante. Mais impressionante ainda é perceber que chegamos ao cúmulo de cobrar tributos sobre o próprio pagamento de tributos!

Assim é, na verdade, quando se paga, com cheque ou cartão bancário, um imposto como o ITBI, o IPVA ou o próprio IR. Além do pagamento do tributo original, o correntista acaba por pagar, automaticamente, a Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – a famosa CPMF.

A Medida Provisória nº 179, de 2004, abre a oportunidade para corrigir esse abuso. A emenda que ora trazemos à consideração dos nobres Pares acrescenta inciso VIII ao art. 8º da Lei nº 9.311, de 1996, reduzindo a zero a incidência da CPMF nos casos de pagamento de tributo.

.. Sala das Sessões,



Senador RODOLPHO TOURINHO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 179, DE 2004 MPV-179

00021

Altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências.

EMENDA

Inclua-se § ao Artigo 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, alterado pelo Artigo 1º da Medida Provisória em questão, com a seguinte redação:

“Art. 16

I

II

III

IV

§ 1º

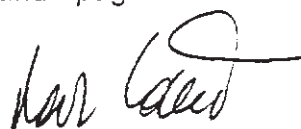
§ O disposto neste artigo não se aplica na liquidação de empréstimos e financiamentos por meio de cartão de crédito.”

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda justifica-se pelo fato de a liquidação de operações com cartão de crédito ser usual via fatura, que pode ser paga inclusive na “boca do caixa”, por envolver pequenos valores de saques e de compras com

pagamento parcelado e, na prática, a liquidação já ocorre com grande freqüência via débito em conta corrente ou cheque de emissão do próprio devedor, situações que o devedor paga CPMF.

Caso contrário, os devedores de cartão de crédito deveriam, obrigatoriamente, liquidar suas faturas por meio de débito em conta corrente ou cheque de sua emissão (que ocorre freqüentemente) e não poderiam pagá-las em dinheiro, por exemplo, ou com cheque de outra pessoa, o que é comum, especialmente quando envolver familiares, como, por exemplo, o marido pagar fatura da esposa ou do filho.



Deputado **PAES LANDIM**

MPV-179

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 179, DE 2004

00022

Altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências.

EMENDA

Inclua-se § ao Artigo 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, alterado pelo Artigo 1º da Medida Provisória em questão, com a seguinte redação:

“Art. 16

I

II

III

IV

§ 1º

§ O disposto neste artigo não se aplica as seguintes operações de crédito referentes a:

I. liquidação de operação de desconto de títulos representativos de operações mercantis, quando efetuada pelo sacado;

II. liquidação de adiantamento sobre contratos de câmbio de exportação –ACC, desde que estes não sejam descaracterizados pelo cancelamento ou baixa do respectivo contrato, ou pela simples devolução do adiantamento;



III. liquidação de financiamentos com repasses de recursos governamentais.”

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda faz-se necessária em virtude do § 4º do art. 16 da desta Medida Provisória dar poderes ao Ministro da Fazenda para dispensar da obrigatoriedade de que trata o art. 16 apenas operações de crédito efetuadas por pessoas físicas. Todavia, as operações acima elencadas, que são frequentemente realizadas por pessoas jurídicas como meio de financiamento de suas operações, não devem ser restringidas pelas seguintes razões:

1) No que diz respeito ao desconto de títulos representativos de operações mercantis, mais usualmente duplicatas, o financiado é o beneficiário do crédito (vendedor), que terá o crédito na sua conta corrente pelo desconto. O que se deseja é isentar da obrigatoriedade o sacado, que não é parte da operação de crédito (desconto) e pode quitar a duplicata por qualquer meio de pagamento, inclusive em dinheiro na “boca do caixa”. Aliás, se este comprasse à vista poderia liquidar o valor da compra por qualquer meio;

2) Com relação a operação de ACC, esta se assemelha ao desconto, pois quem liquida a operação de crédito é outra pessoa que não aquele que tomou o adiantamento. Na verdade, quem liquida a operação de ACC é o importador residente no exterior;

3) Com relação a liquidação dos repasses de recursos governamentais, como, por exemplo, repasses de recursos do FINAME-BNDES e outros bancos de fomento, propõe-se a sua inclusão por se tratar de financiamento a produção, principalmente para pequenas, médias empresas e agricultores.

Atualmente, pela Portaria 227/2002, vigente, e historicamente desde o início do IPMF em 1994, estas operações estiveram abrangidas pela não obrigatoriedade constante do art. 16 e, agora, alterar este tratamento faria aumentar a carga tributária, impactando diretamente no setor produtivo. Além do que, nos dois primeiros casos, seria inoperável.



Deputado **PAES LANDIM**

MPV-179**00023****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 179, DE 2004**

Altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências.

EMENDA

Dê-se ao § 1º do Artigo 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, alterado pelo Artigo 1º da Medida Provisória em questão, a seguinte redação:

“Art. 16

I

II

III

IV

§ 1º Os valores de resgate, liquidação, cessão ou repactuação de aplicações financeiras não integradas a conta corrente de depósito para investimento, bem como os valores referentes à concessão de créditos e aos benefícios ou resgates recebidos dos planos e seguros de que trata o inciso III deste artigo, deverão ser pagos exclusivamente aos beneficiários mediante crédito em conta corrente de depósito, cheque cruzado, intransferível, ou por outro instrumento de pagamento, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.”

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda justifica-se para aperfeiçoar a redação, pois faltou a menção do crédito em conta corrente de depósito, que é muito utilizado e não prejudica, de forma alguma, o mérito do artigo.



Deputado **PAES LANDIM**

MPV-179**00024****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 179, DE 2004**

Altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências.

EMENDA

Suprima-se o inciso III do artigo 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1.996, na redação que lhe foi dada pela Medida Provisória nº 179, de 1º de abril de 2.004.

JUSTIFICAÇÃO

Regulamentada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2.001, o regime de previdência privada, de caráter complementar, é organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício, nos termos do caput do art. 202 da Constituição Federal.

O regime de previdência complementar é operado por entidades de previdência complementar que têm por objetivo principal instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, na forma desta Lei Complementar.

As previdências tanto públicas como privadas, são instituições de proteção ao trabalhador e à sua família, com intervenção especial nos seus momentos de dificuldade e perda de seus, especialmente do chefe e mantenedor, assim como nos casos de incapacidade de trabalho por invalidez ou velhice. Dessa forma, tal como o seguro, a previdência tem o objetivo de amparar materialmente a família do associado, dando-lhe segurança e dignidade.

A previdência privada cumpre também o papel de instrumento captador e acumulador de poupança da sociedade e disponibilizador

dessas quantias para o mercado, visando alavancar seus planos e projetos de construção e ampliação de unidades produtivas.

Por meio dessas organizações milhares de pessoas passam a economizar, repassando mensalmente aos seus planos de previdência, valores que vão se acumulando em suas contas individuais, a fim de viabilizar, no futuro, os níveis dos benefícios de quem poupou.

Para as empresas produtoras as instituições de previdência privada passam a figurar como importantes fornecedoras de recursos de longo prazo, os mais apropriados para alavancagem dos projetos de grande envergadura, sendo a previdência privada, um instrumento da mais alta importância para a economia do País no papel de formador de reservas internas para o desenvolvimento econômico, e no fomento de poupança pessoal para seu resguardo na velhice.

Sua importância se evidencia pelo fato de que o crescimento econômico necessita de investimento, assim como o investimento depende da poupança para que possa se realizar.

Além do profundo sentido social da previdência privada, desempenha ela uma significativa função econômica, de amplos reflexos na estruturação da sociedade nacional. As entidades de previdência abertas e fechadas constituem-se num dos mais importantes mecanismos de formação de poupança interna, acumulando patrimônios de proteção e sustentação na velhice, como também de oferta de recursos para investimento.

Estimulando o investimento em planos de previdência, ganhará, também, o País, pois formará, a exemplo de outras nações, uma formidável poupança interna, tão necessária para o nosso desenvolvimento, já que a expansão da previdência privada nos últimos anos revela uma verdadeira transformação no perfil da sociedade brasileira, que adquire maturidade para planejar um futuro melhor. Um segmento, portanto, que merece todo respeito e credibilidade.

Tal emenda visa evitar uma injusta taxaço dos planos de previdência e do seguro de vida, que devem, pelas suas essências e funções sociais, ter o mesmo tratamento tributário atribuído às demais aplicações financeiras, que gozam do benefício da não incidência da CPMF, nos termos do inciso VII do art. 3º da Lei 9311/96.



Deputado **PAES LANDIM**

**MPV-179
00025****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 179, DE 2004**

Altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências.

EMENDA

Inclua-se inciso III ao § 4º ao Artigo 16 da Lei 9.311, de 24 de outubro de 1996, Artigo este alterado pelo Artigo 1º da Medida Provisória em questão, com a seguinte redação:

“Art. 16

I

II

III

IV

§ 1º

§ 4º

I

II

III dispensar da obrigatoriedade prevista neste artigo a concessão ou a liquidação de outras espécies de operações de crédito, inclusive efetuadas por pessoa jurídica, tendo em vista as características das operações, bem como considerando as finalidades a que se destinam.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é estender os poderes do Ministro da Fazenda para que não haja um “engessamento” quanto à aplicação da norma, haja vista que, atualmente, pela Portaria 227/2002, vigente, e historicamente desde o início do IPMF em 1994, algumas operações, como, por exemplo, desconto de duplicatas, adiantamento sobre contratos de câmbio, repasses de recursos governamentais, dentre outros, foram excluídas de tal obrigatoriedade em face dos objetivos a que se destinam, sobretudo financiamento a produção, que, caso não seja atendida, acarretará aumento a carga tributária, impactando diretamente o setor produtivo, além de grandes dificuldades operacionais em certos casos, como desconto de duplicatas e liquidação de ACC.



Deputado **PAES LANDIM**

MPV-179**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00026**

data 12/04/04	proposição Medida Provisória nº 179, de 01/04/04
------------------	---

autor DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME	nº do prontuário 332
--	--------------------------------

<input checked="" type="checkbox"/> 1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o §4º do art. 16 da Lei nº 9.311, de 24/10/96, introduzido pelo art. 1º da MP 179.

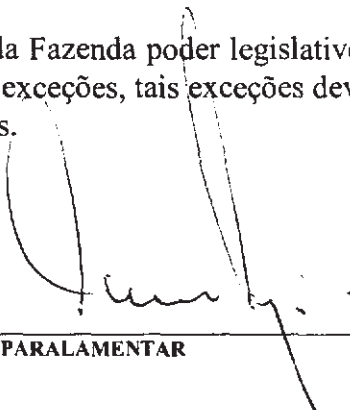
JUSTIFICAÇÃO

Este parágrafo dá competência ao Ministro da Fazenda para dispensar da obrigatoriedade de recolhimento da CPMF de determinadas espécies de operações de crédito, cujo mutuário seja pessoa física, bem como para permitir a transferência de crédito concedido a vendedor do bem ou a prestador do serviço. Tal procedimento é inconstitucional por conflitar com as normas infraconstitucionais que definem as competências do Ministro de Estado da Fazenda.

PARLAMENTAR

--

MPV-179**00027****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	Proposição Medida Provisória nº 179/04			
Deputado <i>CORIOIANO SALES</i> <small>Autor</small>	nº do prontuário			
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO Suprima-se o § 4º do art. 16 da Lei nº 9 311, de 24 de outubro de 1966, constante do art. 1º da MP. Justificação O § 4º confere ao Ministro da Fazenda poder legislativo para isentar segmentos sociais deste tributo. Se a lei pretende fazer exceções, tais exceções devem estar explicitadas na própria Lei, com todas as suas características. 				
PARALAMENTAR				

MPV-179**00028****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 179, DE 2004**
(Do Poder Executivo)

Altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências.

EMENDA

Atribua-se nova redação ao inciso I do artigo 17 da Lei nº 9.311, de 24 outubro de 1996:

"Art. 17. Durante o período de tempo previsto no artigo 20:
I - não é permitido endosso nos cheques pagáveis no País;"

JUSTIFICAÇÃO

Tal como redigida, a lei de regência da CPMF induz manipulações no sentido oposto ao pretendido pelo Fisco, isto é, favorece a evasão fiscal, sobretudo de grandes corporações, empresários ou investidores, que podem simplesmente trocar entre si os cheques recebidos de clientes, consumidores ou de outras empresas, nas várias etapas da carreira produtiva, realizando algo como câmaras de compensação privadas. Observe-se que a vedação de mais de um endosso de cheques não impede tal prática viciosa, porque desde o endosso posterior ao do próprio emitente qualquer cheque pode valer como ordem ao portador.

Principalmente em face de ocorrências efetivamente verificadas no mercado financeiro, relacionadas com a disponibilização, por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de serviços de administração de fluxo de caixa de clientes, consistentes no recebimento de recursos com a finalidade de realização de pagamentos por conta destes, o Banco Central do Brasil veio a público esclarecer que práticas da espécie encontram-se expressamente vedadas nos termos de normativo de sua emissão (Circular 2.535, de 19 de janeiro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º da Circular 3.001, de 24 de agosto de 2000), e determinou que fosse observado, ainda, que o oferecimento de produtos com tais características é considerado artifício de má-fé, com objetivo de burla às disposições dos mencionados normativos.

Informou também o Banco Central que a constatação de prestação de serviços com as particularidades acima citadas implicaria, sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis no âmbito daquela Autarquia, imediata comunicação do fato à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, para as providências da alçada daquele órgão, entre as quais o eventual recálculo dos valores sujeitos a recolhimento da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, com a cobrança da diferença e a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente à matéria.

A presente emenda visa, assim, fortalecer o normativo do BACEN, que tem sido questionado no Judiciário e dessa forma, auxiliar a Secretaria da Receita Federal e o Banco Central a por fim a evasão de receitas dos Cofres Públicos.

DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO (PT-SP)



MPV-179**00029****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 07/04/2004	Proposição Medida Provisória nº 179/04
---------------------------	---

Autor Dep. Colbert Martins	nº do prontuário
---	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Inclua-se o seguinte artigo na Lei n.º 9.311/96:

“ Art. O contribuinte, pessoa física, poderá deduzir do imposto de renda devido, calculado na Declaração de Ajuste Anual, o montante pago como CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.”

JUSTIFICATIVA

A emenda que ora se apresenta beneficia o contribuinte que paga em dia o imposto de renda, pois este poderá deduzir do recolhimento deste o que pagou como CPMF durante o ano.

Por outro lado, pretende-se diminuir a economia informal que não paga o tributo devido, pois só poderá se beneficiar com a respectiva dedução quem paga o imposto de renda, não aproveitando quem não contribui com o imposto de renda.

PARLAMENTAR


Dep. Colbert Martins
PPS/BA

MPV-179**00030****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**Data
07/04/2004Proposição
Medida Provisória nº 179/04autor
Dep. Rogério Teófilo

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Incluam-se os seguintes artigos onde couber:

“ Art. A arrecadação anual da Contribuição sobre Movimentação Financeira – CPMF – referente a determinada instituição bancária, será por ela afixada, em local de evidente visibilidade.

Art. Órgão Público da Administração Federal, divulgará, até o dia 15 de janeiro, o valor da arrecadação da CPMF no ano anterior, nos termos de regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo. ”

JUSTIFICATIVA

Com a atual redação da Medida Provisória 179/04, cria-se a conta-investimento, aberta e utilizada para realização de aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável, aplicando a alíquota zero à movimentação financeira dentro da mesma.

Entretanto, nada se dispõe sobre a divulgação da arrecadação da CPMF pelo estabelecimento bancário ou por órgãos públicos. Objetiva-se, assim, dar transparência ao arrecadado com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira pelo bancos e pela Receita Federal, a fim de que os clientes possam acompanhar e fiscalizar os tributos que pagam.

PARLAMENTAR


Dep. Rogério Teófilo

PPS/AL

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO
E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO**

(Constituída na 2ª Reunião de 2002, em 26-6-2002)

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 2ª REUNIÃO DE 2004
DIA 8 DE MARÇO DE 2004,
SEGUNDA-FEIRA, ÀS 14H,
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião, de 2004, da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação, realizada no dia 8 de março de 2004, segunda-feira, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a audiências públicas para instrução do exame, para fins de parecer, do **Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003** (nº 256, de 1991, na Casa de origem), de autoria da Deputada Jandira Feghali, que *“regulamenta o disposto no inciso III do artigo 221 da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências”*, com os seguintes convidados:

FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR
Diretor Regional do SBT Brasília

WASHINGTON MELLO
Diretor-Geral do Grupo Bandeirantes - Brasília

ALFREDO RAYMUNDO FILHO
Diretor-Geral da Rádio Tupi do Rio de Janeiro

CALIL BASSIT FILHO
Diretor da Rede da Rádio Jovem Pan de São Paulo

PAULO FERNANDES NETO
Diretor Executivo da Rádio Jornal do Comércio de Recife

ILTAMAR HONORIO ABREU
Sócio-Gerente da Rádio Macaé

**CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO
RIBEIRO DE LESSA**
Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

MANOEL RANGEL
Assessor Especial da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura

INTEGRANTES DA COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO

PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio)

ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão)

BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas)

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas)

ALBERTO DINES (Representante da sociedade civil)*

CARLOS CHAGAS (Representante da sociedade civil)*

RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil)**

** Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social*

*** Designado suplente da Comissão na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social*

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Boa tarde a todos. Solicito que nossos convidados e os Conselheiros membros da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação tomem assento.

Esta é a segunda reunião de 2004, hoje, dia 8 de março, segunda-feira, estamos na Ala Senador Nilo Coelho, sala nº 6.

Declaro aberta esta reunião da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação, constituída na segunda reunião de 2002 do Conselho de Comunicação Social.

Esta Comissão foi designada na reunião do Conselho de Comunicação Social do dia 3 de novembro de 2002 para análise e emissão de parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, na Casa de origem nº 256, de 1991, de autoria da deputada Jandira Feghali, que regulamenta o disposto no inciso III do art. 221 da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente na emissoras de rádio e TV e dá outras providências.

A Comissão, em sua última reunião, no dia 2 de março, realizou audiências públicas as quais estaremos dando continuidade, para instruir o exame da referida proposição.

Para esse fim, convidamos os Srs. Flávio Cavalcanti Júnior, Diretor regional do SBT de Brasília; Washington Mello, Diretor-geral do Grupo Bandeirantes

de Brasília; Alfredo Raimundo Filho, Diretor-geral da Rádio Tupi do Rio de Janeiro; Calil Bassit Filho, Diretor da Rede de Rádio Jovem Pan de São Paulo; Paulo Fernandes Neto, Diretor Executivo da Rádio Jornal do Comércio de Recife; Iltamar Honório Abreu, sócio-gerente da Rádio Macaé; Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, e Manoel Rangel, Assessor Especial da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura.

Confirmaram presença os Srs. Flávio Cavalcanti Júnior, Washington Mello, Paulo Fernandes Neto e Manoel Rangel.

Lembro aos presentes que as Atas e respectivas notas taquigráficas dessas audiências públicas estão à disposição da sociedade civil na página eletrônica do Conselho e serão publicadas no **Diário do Senado Federal**.

Alguns dos nossos convidados já se encontram presentes, outros ainda chegarão.

Flávio Cavalcanti Júnior, Diretor Regional do SBT de Brasília se encontra entre nós, assim como Washington Mello, Diretor-geral do Grupo Bandeirantes de Brasília, Paulo Fernandes Neto, Diretor Executivo da Rádio Jornal do Comércio Ltda. de Recife, e Manoel Rangel, Assessor Especial da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura.

Relembro aos Srs. Conselheiros que amanhã, às nove horas, neste mesmo local, realizaremos uma reunião de trabalho, já tendo em vista a estruturação do relatório que deveremos encaminhar ao Pleno do Conselho e posteriormente à Mesa do Senado o mais breve possível. Conto com a presença de todos amanhã pela manhã.

Chamo à Mesa o Sr. Manoel Rangel, Assessor Especial da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, para que apresente a sua contribuição. Boa tarde.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra) – Pois não.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Gostaria de aproveitar, Conselheira Berenice e demais senhoras aqui presentes, que hoje se comemora o Dia Internacional da Mulher, não que de alguma forma se deva colocar a mulher numa posição que não lhe cabe, mas lembrando que esse é um evento que existe já há alguns anos, talvez até hoje desnecessário, já que a presença da mulher é ativa em todos os processos, mas não

poderíamos iniciar os trabalhos desta Comissão sem rendermos homenagens às mulheres presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Obrigada. (Palmas)

Sensibilizada, junto à Conselheira Assunção Hernandes, tenho certeza, manifesto o nosso desejo mais profundo de que as mulheres, em especial as brasileiras, possam continuar avançando na perspectiva do seu empoderamento. Obrigada.

Sr. Manoel Rangel, V. S^a tem a palavra.

O SR. MANOEL RANGEL – Boa tarde. Obrigada pelo convite.

Naturalmente, para vir aqui hoje, conversei muito com meu Secretário, Orlando Sena, Secretário do Audiovisual, e com o Ministro da Cultura sobre as opiniões que construímos ao longo do período a respeito da questão que está em debate, mas tomo a liberdade, se os senhores me permitirem, de acrescentar alguns aspectos que são de nossa preocupação nesse momento, relativos à produção e à circulação do conteúdo audiovisual no Brasil.

O Governo tem feito esforço e temos tido êxito em construir uma opinião. Este Governo considera que a produção e a circulação de conteúdo nacional são estratégicas para o País. Consideramos que produção e circulação de conteúdo nacional pelos meios de comunicação nas mais diversas formas – radiodifusão, cabo, satélite, novas mídias, cinema – são estratégicas para o País não apenas simbólica ou culturalmente, mas também política e economicamente. Consideramos que essas atividades geram divisas e influem sobre o consumo de mercadorias produzidas por outros setores da vida nacional. Portanto, seu impacto é determinante para o País e para o projeto do País.

Essa preocupação tem feito com que procuremos vislumbrar os mecanismos necessários para o Governo, para o Congresso Nacional e para a sociedade no sentido de promover a defesa do conteúdo, no sentido de assegurar que os brasileiros tenham condições de continuar a produzir e circular a sua produção e que o espaço nacional seja predominante de produção de conteúdo nacional, portanto da nossa cultura.

Deixado ao natural, não será assim; deixado ao natural, perderemos espaço; deixado ao natural, os nossos mercados serão requisitados para servir de escoamento dos grandes países produtores de conteúdo audiovisual numa cena internacional, que é dominada, hegemônica por um centro produtor.

Julgamos que essa questão, para um País de dimensões continentais como o Brasil, é fundamental. Julgamos que foi decisiva para a história do País a formação de redes nacionais de comunicação que

pudessem dar unidade política e cultural ao País, que pudessem ligar o País de norte a sul, integrar o País, fazendo com que fosse possível falarmos e seguirmos falando a língua que falamos, ainda que cercados de um conjunto de outros países com outra língua. A manutenção dessa unidade foi construída também pela existência de redes nacionais de comunicação. É uma força unificadora na vida nacional. Mas consideramos que a formação dessas redes nacionais de comunicação ocorreu sem maiores planejamentos do Estado, sem um acompanhamento dos termos em que se foi dando. Portanto, incorreu, evidentemente, em distorções. Há êxitos, há trunfos nesse processo, mas evidentemente há distorções, pois se gerou uma demanda não atendida, gerou-se um passivo a ser tratado pela sociedade brasileira, pelo Congresso Nacional e pelo Poder Executivo.

A Constituição brasileira consagrou a vontade do legislador e, de certo modo, da sociedade brasileira quanto à radiodifusão, à cultura nacional, aos direitos individuais. Na Constituição brasileira, estão as marcas da luta contra a censura, da luta por oxigênio na atividade econômica, na atividade intelectual, na atividade artística, da luta pela presença dos brasileiros nos seus meios de comunicação e da possibilidade de livre circulação de opiniões na cena nacional.

A Constituição brasileira estabeleceu proteções à radiodifusão, consagradas no Capítulo da Comunicação Social, fazendo com que a propriedade dos meios de comunicação social tenha de ser majoritariamente de brasileiros, e mesmo no período em que foram flexibilizados ao máximo os conceitos sobre a propriedade de empresas no Brasil. Mesmo ao tempo em que desapareceram diferenciações na Constituição brasileira entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional, na atividade de radiodifusão, na atividade de comunicação social permaneceu o princípio de que as empresas devem ser de maioria de brasileiros, de responsabilidade editorial de brasileiros. E nós entendemos que a permanência desse conceito, estabelecido na Constituição, reflete uma percepção do caráter estratégico que têm esses meios de comunicação social na vida nacional.

Ao longo do tempo, diante da convergência tecnológica e digital ocorrida, que fez várias plataformas de telecomunicações convergirem para um mesmo modo de produção e para a mesma possibilidade de circulação nas diversas plataformas sujeitas às pressões conjunturais e desprovidas de caráter estratégico, surgiram normas menores que foram relativizando o conceito constitucional da comunicação social, permitindo que certas plataformas de telecomunicação, operadores, detentores de direitos de exploração de plataformas

de telecomunicação comessem também a tratar ou a prover conteúdo livre das restrições estabelecidas na Constituição Brasileira, livre de princípios que foram postos pelo legislador, inclusive na única norma posterior à Constituição, a Lei do Cabo, que ainda fez prevalecer o conceito de maioria de brasileiros no comando da operação de cabo.

Julgamos que o quadro de hoje requer a atenção do Congresso Nacional, da sociedade brasileira, do Poder Executivo, e medidas que preservem a Constituição Brasileira, princípios que são decisivos para o futuro nacional.

É sabido que o setor de serviços é um dos que mais crescem no mundo. A sede por produção de conteúdo é grande. Nessa área, a exemplo de outras, ocorrem grandes fusões e incorporações. Grandes conglomerados de comunicação associam-se a grandes conglomerados de telecomunicação. Entram em operação sinérgica, fazem associações de interesses estratégicos.

Consideramos que esse setor, em especial, a despeito dessa tendência internacional natural, é vital. Consideramos que o mundo começa, se é que já não está há décadas, a dividir-se radicalmente entre países produtores e não produtores de audiovisual. Países produtores de audiovisual são os capazes de continuar produzindo e de fazer sua produção circular com força no mercado interno, com alguma possibilidade de atingir o mercado externo.

O Brasil segue sendo um centro produtor de audiovisual no cinema e na televisão, por meio de suas empresas e da produção independente, ainda consegue manter, como um dos poucos países do mundo, sua capacidade de ser um centro produtor de conteúdo audiovisual e de fazer sua produção circular.

Essa questão é preocupante. No momento em que a demanda por conteúdo é grande, é alta em toda parte, os grandes centros produtores de conteúdo desejam que a maior parte dos países transformem-se apenas em centros consumidores, em escoadouros de sua produção, otimizando a produção local, capitalizando, rentabilizando melhor a produção. Portanto, desejam ter “liberdade” de operação em escala internacional que permita que o seu produto seja mais bem rentalizado.

Cremos que devemos estar atentos para essas questões. Só assim poderemos contar com a possibilidade de estabelecer as normas de operação para o nosso mercado interno, continuar a ter possibilidade de valorização da nossa cultura, da nossa língua, do nosso modo de viver e de tudo aquilo que vem na esteira: nossos valores, a circulação econômica de produtos etc.

Nesse sentido, julgamos ser fundamental defender o conjunto dos princípios constitucionais em relação à cultura, aos direitos individuais e à comunicação social. Nós os vemos como parte de um mesmo sistema. Não entendemos uns sem os outros. Entretanto, há princípios que aguardam regulamentação desde 1988, momento da promulgação da Constituição.

À luz desse raciocínio, o Governo tem acompanhado a tramitação do Projeto nº 256/91. Consideramos fundamental, assim como o Constituinte, quando previu explicitamente a necessidade de uma lei regulamentadora, que o princípio da regionalização seja acompanhado pelo valorização da produção independente. Que não seja antagônico à existência da produção das empresas que atuam no setor, à continuidade e importância da circulação do conteúdo audiovisual em escala nacional, à produção circular em rede nacional, mas complementar, enriquecedora desse processo, como algo que ajuda no funcionamento do sistema, em equilíbrio com todas as suas partes e com todos os agentes envolvidos na atividade, não apenas os empresários do setor de radiodifusão, como exibidores e produtores, mas também os outros meios de exibição e outros produtores na cena. É preciso o equilíbrio, e o equilíbrio é feito por meio da complementaridade entre esses princípios.

Não temos ingenuidade de achar que o País abra mão da existência de fortes e grandes empresas atuando nesse setor. Diríamos até mais. Julgamos que é preciso fortalecer o conjunto das empresas, para que possamos contar, inclusive, com mais empresas nacionais fortes atuando nesse setor. Acreditamos que isso seja fundamental para a pluralidade de informações e para a preservação da capacidade do País de produzir conteúdo nacional e fazer circular. Julgamos que isso seja complementar à ativação da produção independente, de centros regionais de produção, num País de dimensões continentais como o Brasil, com diversos sotaques, com diversos rostos, com diversos hábitos que precisam ser preservados, cujo povo precisa conhecer reciprocamente essa produção, essa forma de viver, esse conteúdo.

Não acreditamos que possamos enfrentar os desafios postos parcialmente resolvendo apenas os problemas de uma parte. É preciso resolver os problemas de todos, os problemas de conjunto, para que possamos resolver bem as questões para o País e para o interesse nacional, que é a possibilidade de ver os múltiplos rostos, hábitos e sotaques dos brasileiros na tela.

Nesse sentido, vemos com bons olhos a aprovação do Projeto nº 256/91. É possível que ele necessite de correções pontuais, como todo projeto que tramita

há anos, que é fruto de uma construção coletiva, cuidadosa, detalhada. É preciso convencer as diversas partes de que estão vinculadas umbilicalmente e que uma não pode julgar que vive sem se arranjar ou sem se consertar com a outra. Mas pensamos que não é bom esperarmos mais, que não devemos postergar a aprovação do projeto, sob o risco de seguirmos atravessando anos debatendo a questão. Isso paralisaria a necessidade de um conjunto de outras medidas legislativas, até mesmo no âmbito da Constituição, que é preciso tomar sobre esse cenário mais amplo que procurei descrever aqui, de entrada em cena de operadoras de telecomunicações de telefonia, operando transmissão, circulação de conteúdo audiovisual, de processo de convergência digital. Isso faz desaparecer as diferenças entre os serviços estabelecidos pela Constituição e pela legislação, não apenas no Brasil, mas no mundo todo, e requer que se façam valer os princípios que a sociedade brasileira consagrou, mesmo diante das transformações tecnológicas que estão em curso, ou melhor, aproveitando as transformações tecnológicas em curso para fazer a adaptação e adequação da legislação.

Portanto, vemos com bons olhos a aprovação, julgando que não devemos esperar mais para a aprovação desse projeto, ainda que possa ter a necessidade de correções pontuais, com as quais o Governo se colocaria à disposição para colaborar num esforço, evidentemente, que é sobretudo do Congresso Nacional. O Conselho de Comunicação Social tem todas as condições de assessorar o Congresso Nacional da melhor maneira. O Ministério da Cultura se somaria a um esforço que nascesse no Conselho de Comunicação Social, no Congresso Nacional, de construção desse grande acordo.

O Presidente Lula tem dito por diversas vezes que seu método é conversar, conversar, conversar, até construir o consenso. Esse também é o método do Ministro Gilberto Gil. É evidente que os consensos são construídos, também, com a tomada de decisões que levam a uma nova etapa de conversas e de construção de um novo consenso.

É neste sentido que eu encerraria aqui a minha apresentação, dizendo que, se houver um acordo no sentido de trabalhar a aprovação imediata do projeto e, ao mesmo tempo, que já pense as possíveis correções futuras que o projeto, ou mediações, requer, tenho certeza de que o Governo teria condições de participar dessas conversas e da construção deste acordo e se colocaria integralmente à disposição para contribuir na execução ou na viabilização daquilo que fosse construído, acordado coletivamente. É a minha contribuição e estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Ao tempo em que agradeço pela contribuição, gostaria de parabenizá-lo, Manoel, ao Secretário Orlando Sena e ao próprio Ministro Gilberto Gil pela profundidade da análise, pela grandeza de visão e pela clareza com que trouxe para nós a visão do Governo hoje. Todos os Conselheiros, tenho certeza, estão sensibilizados pelo que acabaram de ouvir.

E sem mais delongas eu vou abrir a palavra. O Conselheiro Paulito já pediu a inscrição. Assunção Hernandez, em seguida.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Cumprimento o Dr. Manoel Rangel pela exposição, mas não gostaria de perder a oportunidade de lhe fazer duas perguntas. Ouvi atentamente a sua locução, na qual, por diversas vezes, falou em correções pontuais, o que me faz crer que o Ministério da Cultura já deva ter feito uma avaliação deste projeto.

Então, eu lhe pergunto: quais são essas correções pontuais encontradas no Ministério da Cultura e se seria possível e se seria possível enviar ao Conselho essa contribuição para que possamos ter também uma visão do próprio Ministério sobre este projeto.

O SR. MANOEL RANGEL – Agradeço.

O Ministério ainda não formatou uma opinião conclusiva sobre o projeto para apontar quais as correções necessárias. Analisamos o projeto apenas do ponto de vista da sua adequação à Constituição e do atendimento de preocupações objetivas que o Governo tem com relação ao trato desta questão.

Muito provavelmente os senhores têm acompanhado que o Governo está envolvido em uma discussão sobre a reorganização da atividade cinematográfica e audiovisual. Isso se vincula de alguma maneira a esse debate e as discussões que temos feito aproximam-se de preocupações expressas no projeto neste debate que os senhores promovem aqui.

Quando nos referimos às eventuais correções necessárias no projeto, estamos partindo de observação dos debates que já têm ocorrido de questões que estiveram na ata, inclusive, de uma reunião de uma Comissão de dezembro a observação de interlocutores com os quais temos conversado, e, em todas as áreas, é mais neste sentido que nos colocamos. E julgamos que, neste caso, a iniciativa até por respeito ao processo legislativo do Congresso Nacional, a iniciativa não cabe ao Poder Executivo no trato desta questão. Devemos acompanhar, não nos negamos à participação mais incisiva, mais objetiva, mas, no presente momento, não trabalhamos com esse enfoque.

Seria o que eu teria a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Conselheiro.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Apenas complementando a sua argumentação, eu lhe perguntaria: o senhor acredita que existe algum risco desse projeto, se aprovado da forma como está pelo Senado, vir a ser vetado pelo Executivo?

O SR. MANOEL RANGEL – Não tenho condições de responder a esta questão. Preciso fazer uma observação de regra. Evidentemente estou falando pelo Ministério da Cultura, pela Secretaria do Audiovisual. Falo autorizado pelo Ministro da Cultura e pelo Secretário do Audiovisual. Boa parte das questões que expressei são posições do Governo. O Ministério da Cultura fala como Governo, mas compete à Presidência da República determinar quais as posições de Governo e as orientações da liderança do Governo no Congresso Nacional.

Compete à Casa Civil da Presidência da República e, evidentemente, ao Ministério da Cultura e ao Ministério das Comunicações, subsidiar a Casa Civil da Presidência da República, no momento em que o projeto vier a ser aprovado, na análise do projeto e na decisão. Normalmente, isso se guarda para o momento que vier a questão e depende da maneira como vier.

O SR. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Concedo a palavra à Conselheira Assunção.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Boa tarde a todos os Conselheiros, convidados e ao nosso convidado de hoje, o Sr. Manoel Rangel, que representa o Ministério da Cultura. Em primeiro lugar, parabéns ao Ministério, que acompanha e apóia as questões em torno da democratização da comunicação, que considero uma bandeira levantada por este Governo.

Ficamos muito agradecidos por esta presença e confirmamos que o Governo fará todo o possível para que isso realmente se concretize.

Esse projeto, que já é quase adolescente, vem sendo revisado há dois anos e atualizado de acordo com as novas situações. Foi aprovado na Câmara Federal com a presença de todos os atores que, de alguma forma, se ligam nessa questão. Foi unanimidade, caso contrário, não teria vindo para o Senado, teria que ter ido a plenário. Ele não foi porque nós conseguimos a unanimidade.

A última negociação foi feita com o Bispo Rodrigues, que hoje sabemos que nem representa mais o setor. Então, eventualmente, até naquelas últimas con-

cessões que fizemos poderíamos tentar voltar atrás; mas não é o caso. Queremos de fato ganhar tempo e ter, neste primeiro semestre, um avanço nessa área da presença da produção independente chegando a todos os brasileiros.

O Presidente da República repetiu, inúmeras vezes, que uma das bandeiras dele era fazer com que realmente o cinema brasileiro chegasse a todos os cidadãos. Essa é a forma mais rápida, mais imediata que vemos e é esperada há muitos anos e adotada em todos os países democráticos do mundo.

O Brasil constrói a sua democracia agora, aperfeiçoa-a, e esse é um passo que vai acrescentar, que vai somar.

Nós da produção independente abrimos mão, perdemos todos os anéis, demos até uma “raladinha” em alguns dedos, mas apesar disso preservamos os dedos. Penso que é impossível não haver em um projeto, não digo nem interesses conflitantes, porque isso soma a favor de todo mundo, mas histórias, cultura que se sedimentou ao longo de muitos anos e agora é difícil apontar para a direção certa.

Neste momento, é hora de outros setores abrirem mão de algumas pedrinhas dos seus anéis – não chega nem a atingir os seus anéis, apenas alguns enfeites. É isso que construirá o diálogo e a democracia e é isso que o povo brasileiro quer. Quando o povo votou neste novo Governo, nas mudanças, queria que coisas da ordem, da democratização da sociedade, acontecessem. Então, vamos dar um sinal de que estamos todos juntos. Chegamos até aqui com dificuldade, mas chegamos.

Por que agora daríamos as costas uns aos outros? É um ruído que existe nessa atividade, atrapalha as relações e faz com que estejamos sempre contestando qualquer posição do outro lado.

Vamos dar esse sinal de que estamos juntos neste momento. Ninguém perde muito. Nós já perdemos tudo o que podíamos. Não podemos mais.

O SR. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Obrigada, Conselheira.

Faço um apelo aos Conselheiros: por maior que seja a nossa vontade de discutir, lembro que a nossa prioridade hoje é ouvir nossos convidados, esclarecer com eles pontos, e não debater. Amanhã cedo teremos, sim, a nossa reunião, só da Comissão, para que então possamos, a partir de todas essas contribuições, avançar concretamente na nossa discussão, na elaboração do posicionamento do Conselho.

O Conselheiro Daniel Koslowsky Herz solicitou a palavra e, em seguida, terá a palavra o Conselheiro Roberto Wagner Monteiro.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Boa tarde, Sr^a Presidente e Srs. Conselheiros. Cumprimento o assessor Manoel Rangel pelo posicionamento que trouxe e pela análise clara e desassombrada das questões da área de comunicação.

Respondendo ao apelo da Presidente desta reunião, a Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra, no sentido de que não antecipemos ainda o debate interno da Comissão e do Conselho, mas que nos esforcemos para estabelecer uma interlocução a mais produtiva possível com nossos convidados, que são realmente a fonte, o aporte para a continuidade desses debates, eu não poderia deixar de destacar que aquilo que o assessor Manoel Rangel traz como posição de Governo tem sido reiterado desde o início da década de noventa pela Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais e pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação pelo menos em três aspectos essenciais.

O primeiro – e que registro aqui porque é uma base de referência que consideramos indescartável para pensar as soluções inclusive para esse ponto específico de regulamentação, que é a regionalização da produção e a exibição da produção audiovisual – é o da percepção, no sentido de que a atuação e a estruturação da mídia, especialmente no que diz respeito à exibição de conteúdo nacional, tem que ser pensada como uma questão estratégica para o desenvolvimento do País.

Em segundo lugar, pensar na atuação da mídia e no resultado da atuação da mídia como uma questão estratégica significa perceber que seu efeito não é apenas cultural, mas também político e econômico, que essas dimensões têm que ser pensadas conjuntamente e que, contemporaneamente, a relevância política e econômica da estruturação e da atuação da mídia adquirem importância crescente, com a mídia desenvolvendo determinações cada vez mais intensas não só sobre a cultura, mas também sobre a política e a economia do País.

O terceiro aspecto que acho que merece destaque nessa exposição, que também coincide com a postulação que a Fenaj e que o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação vêm defendendo já desde o início da década de noventa é de que temos que reconhecer uma divisão no mundo de produtores e não-produtores audiovisuais, e nós, já desde o início da década de noventa, postulávamos que o Brasil poderia ser um pólo mundial de produção audiovisual e ser competitivo em termos internacionais nesse sentido. Para isso, a atuação do Governo e uma ação regulamentar do Estado se faziam imprescindíveis.

Sem entrar em detalhes minuciosos do projeto, eu gostaria de destacar, inclusive considerando a abordagem do Ministério da Cultura no assunto, que o projeto tem, até refletindo a época da sua produção, pelo menos dois elementos que poderíamos identificar como falta de conexão com temas que estão sendo debatidos na conjuntura da área das comunicações.

O primeiro é que não se percebe, com a explicitação que deveria, uma conexão com o desenvolvimento posterior de uma regulamentação e do mercado e da tecnologia digital no Brasil, que, evidentemente, não pode ser antecipada nesse projeto, mas os elementos de abertura, compreensivelmente até, não estão contidos nesse projeto e se trata de uma questão crucial, porque determinará toda a estruturação da mídia no Brasil.

Em segundo lugar, poderíamos identificar também uma desconexão do projeto com o esforço que vem sendo feito pelo Governo e que merece reconhecimento com respeito à reestruturação da atividade cinematográfica e audiovisual no Brasil. Compreensivelmente ainda se percebe, no projeto, uma desconexão em relação a esse esforço.

Todos nós, todos os Conselheiros, de alguma forma, em alguma oportunidade, afirmaram que poderíamos ter um projeto melhor, mas até mesmo a percepção dessas desconexões não justifica que não tenhamos uma regulamentação. Se existe um ponto de convergência – pelo menos até agora isso está firmado pela absoluta maioria dos nossos convidados – é que nada justifica uma postergação dessa matéria e que devemos iniciar essa regulamentação depois de mais de uma década e meia de atraso.

Gostaria de indagar ao Manoel Rangel se, evidentemente, sabendo que essa dinâmica está por se encerrar no Congresso e que o Conselho talvez possa cumprir seu papel se todas as forças se dispuserem a fazê-lo, podemos evitar que tenhamos aquilo que sempre se deu nos bastidores e está sendo feito publicamente no Conselho, ou seja, que o jogo de pressão por posições ou opções comece a ser feito com a clareza com que tudo tem sido feito no Conselho.

O papel do Conselho se justifica diante do Congresso Nacional se este puder apresentar uma solução para essa instituição, tirando dos bastidores todas as dificuldades com as quais este órgão sempre se defrontou para discutir qualquer matéria sobre comunicação.

Pergunto também o seguinte: particularmente, a minha entidade considera que podemos ter um projeto melhor do que esse, mas até agora não existe manifestação de todas as partes no sentido de construir essa proposta melhor. No entanto, queremos saber o

que ocorrerá caso esse projeto venha a ser aprovado tal como está, sem essas conexões, sem a reestruturação da atividade cinematográfica e audiovisual e com a necessidade de conexão dessa formulação com o cenário que irá se abrir. Evidentemente não temos como antecipar a regulamentação e o perfil do sistema de mídia detalhadamente, especialmente no caso da radiodifusão digitalizada. Não havendo a abertura, sem o estabelecimento dessa conexão, qual o posicionamento do Ministério para fazer com que haja essa regulamentação e esse desenvolvimento de sistemas de tecnologia digital?

O Governo ainda está engatinhando nessa questão. Parece que, nesta semana ou na próxima, deverão ser formalizadas as Comissões, os grupos de trabalho, os instrumentos administrativos que trabalharão com a reestruturação da atividade cinematográfica e audiovisual. Caso o projeto seja aprovado como está, em que medida poderia ser consertado na esfera do Executivo?

Esperamos que, do mesmo modo como o Ministério se prestou a fazer a tentativa de negociação, que ainda não foi iniciada no Conselho e que esperamos que venha a acontecer, as entidades profissionais e da sociedade civil, engajadas nesse processo há quase uma década e meia, também se coloquem à disposição do Ministério para que possamos preencher, por meio dessa regulamentação, eventuais lacunas que venham a ocorrer caso não reste nenhuma alternativa à postergação e o projeto seja aprovado como está.

O SR. MANOEL RANGEL – Vejo que teríamos a oportunidade de promover a conexão deste debate com a discussão da reestruturação da atividade e, digamos, com a atualização necessária para o ambiente em que este projeto está chegando às vias de aprovação.

Penso que o Governo teria condições de assessorar e de participar dessa discussão intensamente junto ao Conselho de Comunicação Social. Imagino que também seria possível que o Governo cumprisse um papel mais ativo nesse processo de construção comum, caso fosse demandado nessa direção, já que o lugar natural, a Casa de construção de projetos e de medidas legislativas é o Congresso Nacional. E penso que o Conselho de Comunicação Social foi previsto pela Constituição com essa função, com essa possibilidade e a adversidade de sua composição permite que um processo desse tipo seja mais rico.

No debate em curso sobre a implantação sistema brasileiro de TV digital, cujo Conselho deliberativo se instala esta semana, deve-se apreciar já a formação do Conselho Consultivo. As primeiras entidades, aquelas que solicitaram, até quarta-feira, ingresso no Conselho Consultivo do sistema brasileiro de TV digital, deverão

ter seus pedidos examinados nessa reunião. A posição do Ministério da Cultura, ou melhor, a atribuição direta do Ministério da Cultura nesse Conselho é cuidar dos aspectos relativos sobretudo aos serviços e à proteção da cultura nacional dentro desse novo sistema, ou seja, absolutamente relacionado com o debate que o projeto traz, absolutamente relacionado com as discussões propostas.

Portanto, imagino que não tenhamos dificuldades de encampar. Como o Conselheiro menciona, caso a solução para não postergar mais seja a aprovação do projeto tal como está e que se requeira medidas de adequação, estaremos à disposição para trabalhar nelas e apresentar também coisas sobre as quais já temos pensado e formulado nessa direção.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Concedo a palavra ao representante das empresas de televisão, Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Dr. Rangel, meus colegas do Conselho, cheguei atrasado, mas pude observar que V. S^a disse que o Ministério da Cultura não tinha se debruçado inteiramente sobre a leitura desse projeto.

Farei breves considerações sobre o projeto e seria interessante que V. S^a as levasse à Consultoria Jurídica do Ministério, para que possa, juntamente com o Conselho, buscar evitar a edição de uma lei que, ao nosso ver, contém três impropriedades, todas elas voltadas para o texto constitucional.

O art. 2...

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Alguma dificuldade Conselheiro?

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Passarei direto ao art. 3º, § 2º, que diz:

“A produção independente é aquela realizada por produtor ou produtor independente que não tenha qualquer relação econômica ou de parentesco próximo com os proprietários cotistas ou acionistas da emissora exibidora, seja pessoa física ou jurídica.”

Entendo que essa redação ofende o art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal, que diz:

“É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”.

Penso que seria importante que o Ministério da Cultura se detivesse sobre o art. 3º, inciso II, porque, no meu entendimento, criou-se aqui uma reserva de

mercado para empresários x contra empresários y, esses com parentesco direto ou indireto, físico ou jurídico, com empresas de comunicação.

Quanto ao art. 3º, inciso III, também entendo que o Ministério da Cultura precisa ficar atento. O que diz o projeto: programas culturais, artísticos e jornalísticos, o que são? Programações e apresentações musicais, espetáculos de teatro, ópera, circo, dança, teledramaturgia, obras audiovisuais e ficção, documentários e animação, programação jornalística e religiosa – aí vem, no meu entendimento, um preconceito religioso que é vedado pela Constituição –, sendo que essa última, isto é, a programação religiosa, no limite de 10% do total.

Art. 5º, inciso VI: é inviolável a liberdade de consciência e de crença. Acho que é prudente que o senhor, estando com o Sr. Ministro, diga que não é protelatório, não é no sentido de evitar-se o exame, pelo Senado, desse projeto vindo da Câmara. É nossa obrigação alertar o Senado. É o que estou sempre fazendo aqui e estou aproveitando a oportunidade para alertar o Ministério da Cultura na sua pessoa.

Tem outra aqui: vídeo sob demanda, onde está isso?

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – No § 2º do art. 4º.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Exatamente. No § 2º do art. 4º – aqui já falo como representante que sou das empresas de televisão –, vamos ter dificuldade de aceitar essa redação porque, como está aqui, o projeto admitiria hipótese de que empresas de telecomunicações pudessem transmitir conteúdo. E a Constituição Federal, no art. 21, separa serviços de telecomunicações e serviços de radiodifusão:

“Art. 21. Compete à União:

XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações (...)

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;”

No capítulo da Comunicação Social, está muito claro que transmissão de conteúdo é qualidade específica dos serviços de radiodifusão. Entendemos que os serviços de telecomunicações não poderão transmitir conteúdo. Com essa redação, no meu entendimento, está-se permitindo que empresas de telecomunicações possam transmitir conteúdo.

Solicito a V. S^a a gentileza de transmitir ao departamento jurídico do Ministério que o representante das televisões no Conselho reputa que o projeto possui essas três falhas de redação. Essa é a razão pela qual pleitearemos no Senado que tais três falhas sejam sanadas. Com isso, a posição do representante não é no sentido de obstar, mas, sim, de melhorar esse projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. MANOEL RANGEL – Agradeço ao Conselheiro Roberto Wagner o alerta, que levarei ao Ministro. Gostaria de corrigir algo que posso ter falhado ao responder ao Conselheiro Paulo Machado, que me perguntou quais seriam as sugestões ou as restrições do Ministério. Eu disse que o Ministério não havia formulado sugestões por entender que não era o seu papel no momento. Foi apenas o que eu disse. Evidentemente, para que eu pudesse falar sobre o projeto, procuramos ler o projeto e formar uma opinião sobre ele. Eu tomaria a liberdade, se V. S^a me permitir, de fazer dois comentários.

Tenho exatamente a mesma preocupação com relação ao § 2º, do art. 4º. Chamo a atenção para que o fato de que, infelizmente, por uma norma menor, qual seja, o regulamento dos serviços de comunicações multimídia da Agência Nacional de Telecomunicações, as operadoras de telecomunicações já podem fazer vídeo por demanda, e já o estão fazendo na telefonia celular.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Se me permite, por gentileza.

O SR. MANOEL RANGEL – Não concordo. Reitero que concordo com o ponto de vista do Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – O Conselho de Comunicação Social, examinando exatamente o SCM, decidiu que ele é inconstitucional. A Anatel foi avisada, e seu ex-Presidente, Dr. Renato Guerreiro, suspendeu uma série de normas porque viu, pelo seu assessor jurídico, Dr. Antônio Bedran, que de fato havia uma interferência indevida, porque ilegal, dos serviços, no caso específico da BrasilTelecom com a BrTurbo.

É possível que V. S^a ainda não saiba que o Conselho já se posicionou e que não aceitamos o SCM como foi elaborado na Anatel.

O SR. MANOEL RANGEL – Reitero que concordo com o ponto de vista de V. S^a. Entretanto, temos uma situação hoje de fato em que empresas de telefonia celular estão fazendo vídeo por demanda. Reitero que não concordo, mas é fato.

Apenas alerto que temos de enfrentar essa discussão. O Ministério da Cultura tem a opinião de que, mesmo sabendo que se trata de questões altamente polêmicas, em que se invocarão quebras de contratos, e de um conjunto de questões que se foram acumulando ao longo dos oito anos do processo em curso de reorganização das telecomunicações no Brasil, as empresas de telefonia não devem poder operar conteúdo audiovisual.

Estou inteiramente de acordo com o Conselheiro com relação à sua preocupação, mas apenas alerto que teremos de enfrentar a questão com outras medidas, com medidas muito mais incisivas, tanto em relação a explicitar na Constituição brasileira eventualmente, quanto em normas legais, estabelecendo em que termos se limitam a situação e as brechas já existentes. Repito, mesmo conhecendo o fato de que o Conselho se pronunciou dessa maneira e de que houve uma resposta Da Anatel, entretanto, eles mantiveram, no Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, apenas normas internas de orientação às empresas, para que elas se abstivessem de praticar. Estamos acompanhando o problema, em concordância com as preocupações. É o que eu teria a dizer.

Com relação às outras duas questões, evidentemente, elas exigem a análise de advogados. Eu não sou advogado e não gostaria de opinar a respeito delas, em função disso. Eu as levarei ao Ministro.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Passo a palavra ao representante dos técnicos de cinema e TV, Sr. Geraldo Pereira dos Santos. Por favor, Conselheiro, está V. S^a com a palavra.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Obrigado, Presidente Berenice. Boa-tarde a todos, Conselheiras e Conselheiros. Boa-tarde, Sr. Manoel Rangel, grande guerreiro e batalhador desse segmento. Parabéns pela sua exposição e pela posição oficial do Governo, do Ministério, do Secretário, que V. S^a nos traz.

Quando da presença aqui da Deputada Jandira Feghali, na semana passada, nós dissemos que, muito longe da questão setorial e corporativa que envolve esse projeto, o maior beneficiado era o povo brasileiro, o consumidor e a sociedade como um todo, que iria ter uma multiplicidade de produtos audiovisuais que só enriqueceriam os seus lares, a sua formação e a sua informação. Como representante de um segmento profissional, o da mão-de-obra, entendo que a provocação para nós, desses setores – radialistas, jornalistas, técnicos de cinema e vídeo – e também para o Governo, para a Secretaria do Audiovisual e

para o Ministério da Cultura, é em termos de impacto, de geração de emprego e renda e, obviamente, de divisas para o País.

Temos uma radiografia do que significaria ou do que significará esse projeto dar certo, tramitar, multiplicando potenciais realizadores e produtores de audiovisual em todo país – esperamos isso. Teríamos um mapa, uma radiografia. Digo isso, Manoel Rangel, pois um dos pontos principais do atual Governo é a geração de emprego, a multiplicidade de possibilidade para que as pessoas trabalhem. E sabemos que no mercado de audiovisual, de cinema, de curta metragem, de televisão, há uma legião de pessoas que não estão podendo, neste momento, trabalhar, exercer o seu conhecimento técnico especializado.

Para que se justificasse e ilustrasse melhor a questão – o Secretário me pediu um mapeamento –, em certa ocasião, fizemos para S. S^a uma pesquisa, por amostragem, da nossa base territorial, pois S. S^a iria dar uma entrevista coletiva sobre o assunto. No âmbito da Secretaria, do Ministério da Cultura, existe a idéia de dar essa radiografia das dezenas de milhares de possibilidade de emprego e renda e de divisas para o País. Em que isso pode resultar, levando em conta evidentemente, a multiplicidade de família? Cada um multiplica por três ou por quatro, mesmo que duas ou mais pessoas na família trabalhem. Isso está tudo em jogo. São várias pessoas que poderão ser beneficiadas por essa multiplicidade de possibilidade de se trabalhar e de se realizar audiovisual no País. Obrigado.

O SR. MANOEL RANGEL – Considero essa idéia muito interessante, mas não temos esse levantamento. Eu trouxe um dado, mas que, muito vagamente – nem sei se vale a pena mencioná-lo –, poderia dar uma idéia da maneira de estimular a atividade audiovisual pelo País afora, quando se coloco à disposição possibilidades de mercado e de estímulo, porque o Governo não abstrai a necessidade de estímulos, para ajudar a viabilizar a implementação real de um projeto como esse. O Governo tem consciência de que é preciso também haver estímulos para ajudar a implementação de um projeto como esse e, certamente, não se furtará.

Menciono duas experiências. Uma foi a realização, no ano passado, de um programa chamado **DOC TV**, que é um concurso de produção de documentários para a televisão, no caso em associação com as televisões públicas, que foi feito em vinte Estados do País, inclusive em Estados como Tocantins e Sergipe, de pouca tradição de produção audiovisual, com exceção da publicitária e da voltada à campanha política. Tivemos um alto índice de inscrições para esse concurso de projetos de documentário criativos. O fato é que, ao todo, nós tivemos seiscentos projetos e o Estado

onde houve menos inscritos teve dez, o que significa dez produtoras diferentes, dez projetos diferentes, dez diretores diferentes.

Ou seja, mecanismos como esses ativam a produção audiovisual e respondem pelo lado de geração de emprego, de renda, mas também de demonstração de possibilidade, quando se abre mercado, para que se ative essa produção audiovisual pequena, independente, que muitas vezes funciona como estímulo daquela produção realizada nas grandes empresas, porque essa coisa não é estanque, é complementar. Nos vários ramos de negócios, o processo de enriquecimento da cultura de produção e de atividade econômica entre o pequeno e o grande é constante, permanente. Mas, infelizmente, nós não temos esse dado, esse levantamento feito - seria interessante se fosse realizado.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Gostaria de falar, Conselheiro? Pois não. Eu acho que o Sr. Daniel também havia solicitado a palavra. Então, antes fala o Conselheiro Paulo e depois o Sr. Daniel encerra.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Eu só queria aproveitar, Dr. Manoel, já que o senhor citou que nesse projeto houve algo como seiscentos inscritos, para perguntar: desses seiscentos projetos, quantos efetivamente se viabilizaram, ou quantos efetivamente se transformaram? Porque todos nós aqui profissionais – a Conselheira Berenice é uma **expert** no assunto – sabemos que existem projetos e projetos. Quando se chega à casa dos seiscentos, que é um número expressivo, é importante também que se saiba quantos desses seiscentos viraram realidade? E se os demais não viraram, se houve uma razão econômica, falta de incentivo ou apoio para que isso acontecesse?

O SR. MANOEL RANGEL – A questão é extremamente pertinente. Infelizmente, por limitações orçamentárias da Secretaria do Audiovisual, do Ministério da Cultura e dos nossos parceiros locais, nós só tivemos condições de atender vinte e seis projetos. Mas isso porque previamente estava estabelecido o limite de vinte e seis, relativo ao dinheiro que nós tínhamos disponível. O Ministério da Cultura disponibilizou R\$70 mil para cada um desses projetos. As TVs locais disponibilizaram R\$20 mil – TVs públicas ou Governos locais – e foi o que conseguimos viabilizar economicamente.

A razão é sobretudo econômica, porque em várias dessas praças o relato que nós obtivemos é de que havia projetos de muito interesse, de grande elaboração. Alguns deles estão sendo aproveitados por

emissoras públicas mais fortes, como a TV Cultura, a TVE, TV Nacional e outras, em programas localizados. E Governos de Estado estão começando a entrar nesse programa **DOC TV** aportando recursos. Então, não houve mais, por limitação de recursos e se acaba frustrando uma certa expectativa das pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Concluiu, Conselheiro? Então, por favor, Sr. Daniel Hertz, representante da categoria profissional dos artistas... dos jornalistas, perdão! Sou eu mesma. Perdão. Acaba tendo que ser. Desculpe.

Por favor, Conselheiro.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sobre essa questão específica relacionada fortemente com a produção regional, que é a da possibilidade de que operadoras de telefonia – e aí vamos entender adequadamente a abrangência que o projeto contém, que é se referir ao conjunto das operadoras de serviços de telecomunicações, que evidentemente permitiria que as operadoras de telefonia também fossem contempladas com exigências, mas também com a possibilidade implícita que está contida no projeto.

A entidade que represento, a Federação Nacional dos Jornalistas, assim como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, nas suas formulações programáticas, existentes desde a década de 90, sempre defendeu que a democratização do conteúdo na mídia, pensada nas suas dimensões culturais, políticas e econômicas, deveria ocorrer de algum modo. Gostaríamos que fosse através dos sistemas de radiodifusão e dos demais sistemas de telecomunicações que tivessem característica de mídia eletrônica, como ocorre com os serviços de televisão por assinatura, mas não com os serviços de telefonia.

No entanto, como isso não se garantiu até hoje, criaram-se alguns elementos de indução na regulamentação da tv a cabo, que é um dos segmentos de tv por assinatura. Quanto aos dois outros serviços o Executivo, arbitrariamente, regulamentou por decreto uma matéria que o Congresso Nacional deveria ter reivindicado que fosse por lei. Por outro lado, no rádio e na televisão não se garantiu ainda essa democratização, do ponto de vista de uma contratualização, independente de iniciativas mais ou menos intensas de uma ou de outra empresa. Então, essa contratualidade não está estabelecida ainda.

Apesar disso, temos defendido aqui a máxima cautela em relação à atuação das operadoras de telecomunicações na distribuição de conteúdo, embora não descartemos totalmente a possibilidade, que

talvez ainda seja a possibilidade de operarmos essa democratização.

O que pergunto ao representante da Secretaria de Audiovisual é que, caso o projeto seja aprovado como está, não há como deixar de pensar nesse ponto com o que ele tem de ameaçador, o que constatamos que é real, mas também como uma salvaguarda de que o conteúdo brasileiro audiovisual se distribua por outras plataformas, inclusive a de telefonia.

Evidentemente, a ameaça e a possibilidade maior é de que as operadoras de telefonia distribuam conteúdo estrangeiro, desvinculado dos objetivos que estamos colocando. O fato de isso não estar garantido ainda, através de uma regulamentação, inclusive com base legal, faz com que isso tenha que ser pensado também como uma salvaguarda. O que pergunto é que, se avançarmos finalmente no sentido do estabelecimento de bases para que a contratualidade da democratização da produção e da exibição audiovisual brasileira se dê através das emissoras de radiodifusão e de mídia, de um modo geral, que pudéssemos, caso isso como premissa acontecesse, incluir, numa visão de conjunto, num pacote de sugestões para o Congresso, uma medida menos tímida, mais ousada, do próprio Conselho, que evidentemente é assessor e apenas tem o poder e o dever até de sugerir ao Congresso Nacional. Que sugeríssemos também, nesse contexto, que, junto a esse conjunto de formulações, se incluísse a recomendação de que o Congresso Nacional, através de um decreto legislativo, cassasse a regulamentação que a minha entidade considera imprópria, defeituosa, inadequada, dos serviços de comunicação multimídia. Caso isso viesse a acontecer, o Governo poderia mobilizar a sua Bancada no Congresso Nacional para aprovar esse decreto legislativo, fazendo com que essa medida – ou seja, derrubar essa regulamentação que não poderia ter sido feita por legislação infralegal –, seja corrigida e que possamos tratar no Congresso Nacional. Ou seja, pensarmos, junto com essa formulação da regionalização, na medida em que consigamos estabelecer garantias de uma contratualidade para exibição e produção brasileira audiovisual, em incluir também uma sugestão de uma medida forte como a cassação dessa regulamentação por decreto legislativo, já que a Anatel se mostrou completamente insensível a diversos apelos, inclusive do próprio Conselho de Comunicação Social, que fez ao Congresso Nacional essa reivindicação, tendo o Congresso Nacional enviado à Anatel essa sugestão formulada pelo Conselho.

O SR. MANOEL RANGEL – Quando o Conselheiro Daniel Herz disse “arbitrariamente”, eu até anotei aqui “e em desrespeito à vontade do legislador”, que havia feito a Lei da Cabodifusão que, por qualquer ân-

gulo que analisemos, é TV por assinatura, presta-se ao serviço de TV por assinatura e a outras coisas. E os outros dois regulamentos, satélite e MMDS, prestam-se a TV por assinatura, além de outras coisas. Portanto, há um flagrante desrespeito à vontade do legislador.

Mas a questão objetiva que o Conselheiro levanta é que, evidentemente, medidas especialmente fortes exigem consulta a quem de fato decide essas questões em última instância, que é o Presidente da República. Mas posso adiantar que a opinião formada pelo Governo, pelo Ministério da Cultura – e mantive conversas com outros setores do Governo, inclusive da Presidência da República – nas discussões que estamos fazendo, sobre a reorganização da atividade cinematográfica e audiovisual no País, consideram que esse tema requer forte regulamentação.

Não sei dizer qual é a medida precisa, não posso apontar o caminho exato a ser adotado, mas certamente estará condicionado a algo que, de alguma maneira, está posto aqui no §2º, que dispõe sobre a obrigatoriedade de, no mínimo, 50% de programas ou obras audiovisuais de produção nacional. Estará orientado por esse tipo de preocupação sobre a afirmação da cultura nacional nesses meios, nessas plataformas de telecomunicações.

A nossa premissa, como já disse aqui, é no sentido de não concordar que esses serviços possam vir se estabelecendo a despeito da Constituição brasileira, da vontade do legislador, e sem que se forme uma opinião mais ampla sobre a questão. É nisso, inclusive, que vejo a grande possibilidade de convergência aqui no Conselho de Comunicação Social, porque essas questões compõem um solo comum de preocupações dos vários setores, dos vários segmentos que atuam na atividade. Ou seja, o nosso problema é conseguir dar conta de uma pauta que é complexa e extensa em certo grau e construir um grande acordo nessa pauta que responda não apenas por essas questões de futuro, de presente, mas que envolva todo o futuro da tecnologia e dos vários serviços, além de questões que ficaram ao longo do tempo sem uma resposta adequada.

Vejo que o Governo trataria essa questão com coragem, pela maneira como tem colocado o problema da atividade cinematográfica e audiovisual como um todo. Vocês podem imaginar que não é fácil mexer em nenhum aspecto do controle do mercado interno para obras audiovisuais estrangeiras. Historicamente, não tem sido fácil mexer em nenhum aspecto; mesmo as medidas mais simples e singelas no terreno do cinema não foram fáceis. O Governo tem tratado dessas e está disposto a tratar de outras questões como a referida aqui, certamente.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Não havendo mais nenhum esclarecimento a ser solicitado, agradeço muitíssimo ao Sr. Manoel Rangel, que vem num momento oportuno balizar, de certa forma, a atitude e os passos que esta Comissão precisa dar, tendo em vista a nossa missão junto ao Senado agora. Foi muito enriquecedora a sua contribuição. Muito obrigada.

O SR. MANOEL RANGEL – Sou eu quem agradece. Estou à disposição. O Ministério da Cultura, digo isso a pedido do Ministro e do Secretário Orlando Sena, está à disposição do Conselho de Comunicação Social, além das entidades evidentemente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Obrigada.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Concedo a palavra ao Conselheiro Francisco.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Eu gostaria de sugerir que fossem chamados os nossos dois convidados ao mesmo tempo para que fizessem suas explanações. Além disso, proponho que se inicie o debate após a intervenção de ambos, a fim de conseguirmos acumular e, de uma só vez, atender. Se continuarmos nesse ritmo, iremos longe. Portanto, sugiro que se chamem os dois convidados ao mesmo tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Na realidade, Sr. Conselheiro, não será possível atender à sua sugestão, porque recebi um pedido do Sr. Paulo Fernandes Neto, Diretor Executivo do Rádio Jornal do Comércio de Recife, que está com vôo marcado para daqui a pouco. Já fiz uma consulta aos Srs. Flávio Cavalcanti Júnior e Washington Mello, que gentilmente cederam o lugar ao Sr. Paulo Fernandes, que convido para trazer sua contribuição.

Conselheiro Francisco, esse primeiro momento do nosso debate foi muito peculiar. Normalmente, procuramos não delimitar o tempo destinado aos nossos convidados, mas poderíamos estabelecer um prazo de quinze minutos. Na realidade, os nossos convidados são muito disciplinados. Os indisciplinados somos nós, que queremos falar, falar e falar.

Sr. Paulo Fernandes Neto, por favor, fique à vontade.

O SR. PAULO FERNANDES NETO – Boa tarde, Sr^{as} e Srs. que compõem o Conselho, senhores convidados. Tentarei ser breve. Espero que o meu depoimento contribua para alcançarmos um resultado. Estou aqui para contribuir.

Farei um depoimento de uma pessoa que vive o rádio há 32 anos. Fui dirigente sindical e Vice-Presidente do Sindicato de Radialistas em Pernambuco. Posteriormente, exerci três mandatos como Presidente da Associação das Empresas de Rádio. Hoje sou Vice-Presidente de Rádio e faço rádio há 32 anos.

Entendo que o rádio, mais do que regional, é local. Em Pernambuco, no Grande Recife, há aproximadamente 35 rádios e, em todo o Estado, são 86. É um rádio que tem a programação local. Mesmo aquelas emissoras que hoje têm uma programação parte em rede têm sua programação local e atingem percentuais maiores do que os estabelecidos pelo projeto de lei da Deputada Jandira Feghali. Acredito também que o projeto vem ter uma ingerência no produto, no negócio rádio, ao determinar o tipo de programação que o rádio deva fazer. Em Pernambuco, por exemplo, o rádio tem essa programação regional e atende com produção local, ou seja, a produção local faz o rádio pernambucano e está fazendo com que mantenhamos esse rádio, que, em Pernambuco, é forte. Há rádio com produção de jornalismo e produção musical.

O projeto, ao tentar definir o tipo de música que devemos exibir, prejudica essa programação produzida, indo de encontro ao que o mercado exige. Quer dizer, o mercado exige uma programação que atenda àquela necessidade. No entanto, da forma como está apresentado, o projeto prejudica essa liberdade de se fazer uma programação que atenda à necessidade daquela comunidade. Nesse aspecto, o que ouvimos aqui em nenhum momento se referiu ao rádio. A principal preocupação da Deputada é com a programação de televisão, com o audiovisual. E a televisão é a produtora independente, é a produção do conteúdo de televisão, e a rádio estaria ausente desse projeto da Deputada Jandira Feghali. Essa é a ponderação que teria a fazer pela vivência que tenho de rádio regional.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – A palavra está em aberto.

Concedo a palavra ao Conselheiro Paulito.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Aproveito a oportunidade para perguntar algo ao Paulo Fernandes. Pelo que pude entender, um dos aspectos importantes do rádio é efetivamente a segmentação, ou seja,

a possibilidade que as emissoras têm de apresentar um cardápio variado de programação ao seu público radiouvinte. Ou seja, pode-se ter uma emissora com 100% de música estrangeira ou nacional, com 100% de jornalismo. No seu Estado, por exemplo, o frevo é uma característica musical local. O senhor poderia ter uma emissora com 100% de frevo, por exemplo.

O SR. PAULO FERNANDES NETO – O que acontece muito no período de carnaval.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Então eu lhe pergunto, no seu entendimento, Paulo, como seria possível cumprir com percentuais como aqui estabelecidos, dentro dessas características que já são segmentadas às várias emissoras? O senhor citou com relação à Praça de Recife, onde há trinta e...

O SR. PAULO FERNANDES NETO – Trinta e cinco no grande Recife.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Trinta e cinco emissoras. Evidentemente, se houver um denominador comum que obrigue essas 35 emissoras a operarem dentro dos mesmos parâmetros, nós talvez – pergunto se concordam com minha assertiva – tiremos do rádio o aspecto mais importante dele que é a segmentação e a possibilidade que tem de sobreviver mercadologicamente, exatamente por essas características individualizadas. Como seria possível, no seu entendimento, e cumprindo as determinações deste projeto, uma programação, por exemplo, com música clássica? Como se faria uma programação com música clássica que pudesse obter percentuais desse nível?

O SR. PAULO FERNANDES NETO – Impossível, Paulito, haver uma programação nesse nível com uma legislação dessas. Não seria possível atender a essa necessidade. Mesmo agora no período de Carnaval, quando as emissoras, em sua maioria, tocam eminentemente o frevo, não se poderia também realizar essa programação, pois se estaria limitado, proibido, aliás, por conta dessa legislação. As programações das várias rádios são distintas, buscam atender ao mercado, e se se estabelece um mesmo tipo de programação, a legislação fere inclusive a livre concorrência: ter a obrigatoriedade de fazer o mesmo segmento. Não se pode fazer uma rádio, de acordo com o que consta aqui, com o mesmo segmento, como por exemplo uma rádio clássica, que tem uma programação adulto-contemporânea ou uma rádio popular. A maioria das rádios de Pernambuco são de segmento popular e não se atenderia caso se estivesse com a programação do frevo. O texto estabelece 20% nacionais e 10% regionais. Então teria que atender o nacional em 20%.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Concedo a palavra ao Conselheiro Daniel.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Gostaria de dirigir para o nosso convidado uma pergunta no sentido do esclarecimento melhor dessa posição que reflete o temor de ingerência no negócio rádio.

Confesso que ainda não consegui entender o alcance dessa posição, embora faça sentido em uma das modalidades de mídia que é da maior importância e que, por definição, é um gerador de produção regional e local.

Entendo ser também muito louvável a preocupação não só de diversos empresários do setor, mas das entidades que representam os segmentos de radiodifusão, que se mostram hoje muito atentas em relação à situação aflitiva - devemos reconhecer - do segmento, que hoje reúne cerca de 4% do mercado publicitário.

Se o rádio foi reduzido a essa condição inexpressiva ou sacrificada no mercado de mídia no Brasil, apesar de toda a sua importância, foi porque houve, de fato, especialmente nas décadas de setenta e oitenta, um conjunto enorme de distorções, de ingerências no mercado de rádio, quando se permitia, por exemplo, com a total complacência das entidades empresariais do setor, que se estabelecesse a competição entre retransmissoras de televisão sem nenhuma produção regional ou local, publicidade que entrava em competição e aviltava os mercados regionais e locais.

Na época deveria ter havido a vigilância que existe hoje, mas não houve e temos uma série de distorções. Em boa medida, essa competição espúria entre a televisão e o rádio, que poderia ter sido administrada em alguma medida, foi fazendo com que o rádio se reduzisse à situação em que se encontra atualmente.

Quando se fala em ingerência no negócio de rádio, o sentido mais imediato que o nosso convidado expôs é possível entender. Mas pediríamos que nos explicitasse como tratar aquelas emissoras e operações de rádio que se resumem a uma operação de gravadora ou de captação do sinal por satélite que nem mais os radialistas empregam, mas sim uma operadora que é capaz de ligar e desligar um botão, fazendo com que, nas regiões ou localidades, simplesmente se retransmita o que é produzido integralmente em outras regiões, em outros locais ou em redes.

Penso que devemos nos preocupar com esse tipo de destruição do rádio, em sua vocação regional e local e também de preservação do mercado das emissoras. Quando se coloca uma emissora com custo operacional quase zero, é evidente que se estabelece

uma competição indevida ou, no mínimo, inadequada com as emissoras que se preocupam com produção regional e local, em atender aos interesses na comunidade onde atuam.

Assim, gostaria de saber se essa ingerência também não deveria ser pensada no aspecto de equilíbrio de mercado não só com emissoras que simplesmente retransmitem a produção de rede, mas até iniciarmos um processo de reequilíbrio das mídias. Esse deveria ser um aspecto importante do desenvolvimento da tecnologia digital e da regulamentação tanto do rádio quanto da televisão, ainda que tardiamente pensássemos em um reequilíbrio do rádio.

Não me parece – nesse ponto gostaria realmente de entender seu pensamento – que está sendo pensada a ingerência no segmento do rádio apenas por um aspecto que possa ser negativo, mas que essa ingerência poderia ser pensada no sentido de equilíbrio do mercado e de garantia de existência de mercado para as emissoras que operam com essa vocação regional e local.

O SR. PAULO FERNANDES NETO – A ingerência a que me referi é com relação à programação. O projeto de lei está ingerindo, determinando que tipo de programação deva existir. Por exemplo: podemos ter uma programação erudita produzida em Pernambuco. Os próprios profissionais realizam, produzem essa rádio. Portanto, a ingerência a que me refiro ocorre com relação ao tipo de programação à mercê de uma legislação que obriga. Em nenhuma outra atividade existe essa ingerência determinando o tipo de negócio como em radiodifusão. Novamente, quando V. S^a falou de repetidoras, referiu-se às repetidoras de televisão, e não às rádios.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Conselheiro, V. S^a gostaria de esclarecer?

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – O que obriga é menos a legislação e mais a regulamentação no plano infralegal, no plano de decretos e especialmente de portarias. Do mesmo modo que V. S^a considera inadequado que obrigue, libera que se estabeleça esse tipo de competição, que é altamente prejudicial à rádio, nessa sua ação. Pergunto se, nesse aspecto, também há proteção de mercado para as emissoras de rádio que exercem genuinamente a vocação regional e local, porque é esse o espírito da lei ainda vigente, que é o que sobrou do Código Brasileiro de Telecomunicações, não é algo que poderia ser protegido pela regulamentação. Quando pensamos em regulamentação, não se trata apenas de uma ingerência no sentido de obrigar, mas também no sentido de proteger.

Creio que a exposição do convidado está muito unilateralizada nesse aspecto, e a preocupação, em tese, merece consideração. Mas a inexistência de regulamentação faz com que os mercados sejam aviltados por um tipo de prática que não foi definida em lei, mas por meio desse tipo de interpretação do Poder Executivo de liberalidade quanto a um tipo de concorrência que avilta a rádio nos planos regional e local.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – V. S^a gostaria de complementar?

O SR. PAULO FERNANDES NETO – O mercado determina a aceitação da rádio em rede, da programação a que V. S^a se refere. O mercado define a aceitação desse tipo de rádio programado com rede sem nenhuma produção local. Volto a citar o exemplo de Recife, Pernambuco. Lá, existe uma rádio com programação para 86 rádios.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Para 86 regionais?

O SR. PAULO FERNANDES NETO – Sim. São 86 rádios, ou seja, 85 rádios para uma que tem uma programação dessa forma.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Concedo a palavra ao Conselheiro Francisco Pereira da Silva.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Boa tarde. Também sou de rádio, embora não posua a locução do Conselheiro Paulito. Sou repórter de rádio. Quando se fala em radialista, a pessoa espera um vozeirão. Sou repórter de rádio já há algum tempo. Estou com 53 anos e trabalho em rádio desde os 25 anos. A Lei do Rádio, no seu art. 6º, dispõe que “as emissoras de rádio são obrigadas a destinar diariamente pelo menos 20% do seu tempo de transmissão para veiculação de programação musical ou jornalística de caráter nacional e 10% para o caráter regional”. Ou seja, provavelmente Pernambuco já esteja plenamente contemplado.

O SR. PAULO FERNANDES NETO – É verdade.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – No entanto, se para Pernambuco já é possível calçar um sapato, tudo bem. Mas, por exemplo, há um mal que já está sendo exercitado nessa proporção sobre o qual o Conselheiro Daniel Herz mencionou rapidamente. Trata-se exatamente da questão da transmissão das rádios por satélite. Não quero citar, apenas para não agredir comercialmente, nenhuma marca de emissora,

mas há exemplos. Ocorre aqui exatamente o seguinte: do estúdio em São Paulo ouve-se falar do buraco da Avenida São João e nada daquele município. E é o dia todinho. E o que acontece? Não entra. Se ela existe em Pernambuco, é bem provável que não entre nem forró, embora hoje já esteja internacionalizado. O forró é mais do que isso.

Então, no que tange ao rádio, essa proposição tem por finalidade garantirmos que não haja avanços como tem acontecido nesse caso específico que estou citando. Quanto àquela outra rádio que só toca notícia, e com as notícias sabe-se de tudo o que acontece no morro e na Avenida São João, mas não consegue saber o conjunto. E V. S^a, como homem de rádio, sabe disso. Então, esse artigo busca dar esse peso, que é muito pouco. Nessa proporção, o rádio vai muito bem, obrigado, não atrapalha. Mesmo na questão da época de carnaval, não atrapalharia.

Para concluir, temos o costume de dizer que o mercado é dita. Na verdade, muito raramente, vamos aferir o mercado para colocar programação de rádio. Por exemplo: trabalhei numa só emissora, líder de audiência, por dez anos. Mas a liderança que ela vai construindo. Em momento algum, nesses dez anos, a empresa não pagou uma pesquisa de mercado para saber se sua programação estava sendo assimilada. A julgar pelo Ibope, estava sendo assimilada. Mas foi pensada de forma espetacular – e bem provavelmente é o caso do Paulo Fernando Neto –, que é exatamente o seguinte: tem-se o espírito da cidade no cotidiano e sabe-se que, por exemplo, colocar frevo em Pernambuco é quase certo que é mercadoria consumível. A probabilidade é bastante grande. Vender jiló, no Piauí não vende, mas em Goiânia vende que é uma maravilha. Então, depende do mercado, mas essa sensibilidade já é quase natural do homem que está à frente da produção. Quando se inventou a revista Playboy, há 50 anos, tinha-se certeza de que haveria consumidor. Ele tinha certeza. Tanto tinha certeza que ela fez 53 anos.

Então, por exemplo, não precisamos abolir de qualquer regulamentação, deixar o rádio completamente solto. Defendo esse artigo para o rádio.

O SR. PAULO FERNANDES NETO – A lei que estabelece a concessão estabelece princípios para a radiodifusão. Ainda com relação ao seu exemplo, se a rádio em que trabalhou não utilizou nenhuma pesquisa durante dez anos, quem perdeu foi a rádio, foi a qualidade. Não necessariamente deveria haver uma lei que exigisse que ele fizesse a pesquisa.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissio-

nal dos artistas) – Concedo a palavra ao Conselheiro Geraldo.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Obrigado, Conselheira Berenice. Gostaria de encarecer a visita do nosso radialista, Paulo Fernandes Neto.

Na linha do raciocínio do Conselheiro Daniel, confesso, honestamente, que não consegui vislumbrar a justificativa na ingerência do negócio tanto econômica quanto programática. Percebo que quem já está cumprindo vai melhorar, porque já está cumprindo. De maneira nenhuma, conseguimos ver que será universalizada qualquer tipo de programação. Ao contrário, percebemos - e temos esta perspectiva - de que haverá uma multiplicidade de programação. Essa é a pretensão do projeto. Portanto, em relação à universalização, não entendemos que isso ocorrerá. Quanto aos programas locais, ainda que não estejam nos padrões dessa margem específica, não será tão difícil alcançar margem preestabelecida.

E falo um pouco sobre o que o Chico disse. Concorro com o que disse, no rádio, especificamente: vejo que a questão é menos complicada do que nas outras plataformas. Posso ver isso, até porque o diálogo e a relação não são tão amplos e tão complexos quanto nas outras plataformas, como televisão, por exemplo. No rádio, não estou compreendendo. E pediria que V. S^a explicasse melhor como esse ingerência está sendo maléfica. Sinceramente não compreendi, não consegui captar o sentido das suas palavras.

O SR. PAULO FERNANDES NETO – Quando defino uma programação, posso fazer uma programação local só com música clássica. Com essa legislação, eu não posso. Tenho que inserir música regional na programação, para atender à legislação. Há uma ingerência no tipo de programação que vou levar para o mercado.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Conselheiro Paulito.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Queria aproveitar apenas, Conselheira Berenice e demais colegas, para dizer que havíamos assumido o compromisso de que não debateríamos o assunto hoje, até porque ele não é pertinente a este debate.

Evidentemente, tenho uma série de argumentos para demonstrar aos demais companheiros. Chico, você vai me permitir; vou ter que dizer que tenho um pouco de tempo que você e não fazendo locução, mas sim produção, redação há 42 anos como radia-

lista profissional. Tenho carteira profissional assinada de menor.

A verdade, só para citar números, quando estamos falando nesses percentuais, estamos falando algo parecido a uma emissora que opera as 24 horas por dia, que é a maioria das emissoras de rádio. Estamos falando em quatro horas e meia de programação nacional, com mais duas horas e meia de programação local. Então temos, em números redondos, sete horas numa programação de 24 horas.

É evidente que o fator mais importante do rádio e que possibilitou a sua subsistência ao longo de seus 81 anos de história é realmente a segmentação, é a possibilidade que o rádio oferece de fazer ou apresentar um cardápio de programação variada que possa atender a todos os seus ouvintes. São as emissoras adulto-contemporâneas. São as emissoras jovens que tocam eventualmente 100% de música estrangeira. Mas, em contrapartida, há uma outra que toca 100% de música brasileira. Quer dizer, o mercado na verdade formata essas emissoras.

A experiência que se tem sobre rede de rádio – e queria lembrar isso, até porque realizei esse trabalho durante oito anos da minha vida, antes de assumir a presidência da associação que neste momento presido – é que esta integração com a comunidade, com a localidade é fundamental para o rádio, quer dizer, não há rádio, mesmo aquelas que operam em rede, que não tenha identificação com sua comunidade.

O telefone do ouvinte tem que ser da praça atingida pela emissora, não é o telefone da rede nacional. A participação da locução, do sotaque local é fundamental para o rádio, ele promove essa integração. Então, não há forma de se fazer isso. Isso já ocorre hoje com naturalidade. A grande preocupação que se tem com esse projeto, repito, é a criação de denominadores comuns que farão com que as emissoras tenham que operar, obedecendo aos mesmos parâmetros. Nós estaríamos cometendo um erro jamais reparável, que é o de possibilitar, de tirar das emissoras de rádio a segmentação, a sua condição de competitividade.

Se existe dificuldade para quatro ou cinco redes de televisão operarem no mercado, o que se dirá de 35 emissoras, como é o caso de Recife, ou de sessenta e tantas, como é o mercado de São Paulo, ou de quase quarenta e tantas, como é o caso de Porto Alegre. Se as emissoras de rádio não tiverem o seu nicho de mercado, a sua segmentação, o seu espaço específico, certamente não terão condições de subsistir.

Entendo que o grave problema deste projeto é estabelecer um denominador comum, como se estivéssemos todos fazendo uma receita de bolo, com

“x” por cento disso, “y” por cento daquilo, o que é impraticável.

Esse é o meu ponto de vista.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – O nosso convidado gostaria de se manifestar ainda?

O SR. PAULO FERNANDES NETO – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Pergunto se o Conselheiro Daniel Herz mantém sua inscrição. (Pausa)

Rogo que seja breve.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Faltarei rapidamente também, como disse o Conselheiro Paulito, fazendo um esforço para que não antecipemos o debate, embora ele tenha apresentado argumentos muito interessantes nessa última exposição.

Na linha de conteúdo levantado pelo Conselheiro Paulito, gostaria de perguntar franca e abertamente para nosso convidado, em relação à consequência dessa preocupação, que é a de eliminação desse dispositivo do projeto, se ele concorda ou não com a interpretação que se possa fazer dela, independente da constatação de boa vontade e preocupação que o nosso convidado tem e de, inclusive, atuação concreta em empreendimentos que tenham essa produção regional e local.

Parece-me que essa reivindicação de eliminação pura e simples desse item diz respeito a viabilizar redes e à segmentação. Acho que é perfeitamente compreensível que se postule a existência de emissoras puramente radiojornalísticas ou puramente voltadas para a música erudita, portanto não produzidas no Brasil, ou outras modalidades de segmentação. Acho que ninguém aqui quer que o rádio fique mais frágil do que já está, do ponto de vista econômico, político, cultural. Acho que ninguém aqui, em sã consciência, vai perseguir isso. Parece-me que essa argumentação de pura e simples retirada acaba apenas ressaltando o interesse de garantir a segmentação e a existência da operação em rede, que acho que pode ser pensada, ou seja, garantias para a operação em rede e garantias para a segmentação, com uma formulação mais adequada, como por exemplo a possibilidade desse tipo de segmentação onde já existem emissoras, digamos assim, generalistas e com produção regional e local assegurada.

A única coisa que será garantida pela eliminação desse tipo de dispositivo é que será possível, em tese pelo menos, que em Recife todas as emissoras adotem um tipo de segmentação que elimine o caráter

regional e local ou que exista algum tipo de operação puramente em rede, caso haja uma pressão forte de investidores e tal. Parece-me que o alcance e a consequência dessa argumentação acabam sendo essa. Em nome de ressaltar a garantia para as redes e para a segmentação – penso que isso teria de ser assegurado de outra maneira –, se reivindica pura e simplesmente a eliminação. A única consequência em termos de garantia é que, em tese, é possível que todas as emissoras de Recife adotem uma segmentação estrita ou que operem em rede. É isso que a inexistência de uma orientação na regulamentação vai possibilitar.

E só reparando, até para não passar despercebida a afirmação do nosso convidado de que a nossa salvaguarda para isso seria a existência de princípios na legislação. O problema da legislação de radiodifusão é não conter princípios. A única obrigatoriedade que existe é a observância de um papel educativo e cultural, que, como diz a legislação, consiste em observar o caráter educativo e cultural inerente à radiodifusão, ou seja, um argumento circular que não define o que é educativo/cultural. É o famoso cachorro mordendo o rabo, porque ele é circular e não explica nada.

Esse é o único princípio, única exigência em relação ao papel social da radiodifusão. Portanto, o problema é não ter princípios, não ter orientação, seja para o conteúdo, seja para o mercado.

Então, eu pergunto ao nosso convidado se a sua abordagem poderia abarcar outra formulação, caso se viabilizassem condições para... Ou melhor, uma formulação que possibilitasse viabilizar operação em rede e a segmentação, em vez de simplesmente suprimir esse dispositivo do projeto em debate.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Tem a palavra o nosso convidado. Em seguida, falará o Conselheiro Pauto Machado de Carvalho Neto.

O SR. PAULO FERNANDES NETO – Olhe, na verdade, a intenção não é a defesa da rede, até porque o grupo que represento e dirijo tem cinco emissoras AM em Pernambuco. São cinco empresas AM com programação local e uma FM com programação local popular no segmento eclético, quer dizer, há notícia, há música; há todo tipo de música.

Então, não é essa a intenção.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Com a palavra o Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Eu só queria lembrar aos demais companheiros que os números

a que nos referimos aqui – 35 emissoras em Recife, mais de 60 em São Paulo e quase 40 em Porto Alegre – são de emissoras comerciais, porque há que se incluir aqui as comunitárias. Entendo que se isso for aprovado como está, as comunitárias também terão de sujeitar-se ao mesmo padrão aqui estabelecido.

Eu lhes pergunto, tendo em vista que determinadas emissoras, efetivamente comunitárias, como emissoras do mercado do Rio de Janeiro, por exemplo, cuja base musical é exclusivamente o rap, como é possível cumprir esses percentuais?

Refiro-me às emissoras comunitárias.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Faço um apelo novamente, ao passar a palavra à Conselheira Assunção. Estamos sendo indelicados. O tempo está correndo muito rápido. Estamos muito ansiosos pelo debate e lembro a todos que teremos amanhã, pela manhã e à tarde, e também os outros dias dessa semana toda para debater esse assunto. Então, por favor, vamos dar voz aos nossos convidados.

Tem a palavra a Conselheira Assunção. Peça que seja breve.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Eu não iria falar, mas quero fazer uma observação. Eu acho que a rádio é uma prestação de serviços. Então, toda vez que vem alguém da área empresarial e se senta aí repete só o termo – aliás, pena que o Conselheiro Chagas não estivesse aqui porque faria essa observação, como já a fez, ao convidado anterior, que também só tocou em mercado.

Temos de falar em mercado e também no público, na população. Seja ela ou não mercado, porque a rádio é uma concessão pública para um serviço público. Portanto, ela tem toda liberdade, mas não pode se furtar a uma regulação.

É interessante como os empresários dessa área de rádio e televisão perfilam todos contra a regulação. É algo quase alérgico, e na verdade a regulação é um aspecto da sociedade como um todo e para todos os serviços. E falo em nome da sociedade civil nesta representação. Vou ocupar um pouco o espaço do Ricardo, que hoje não está. Vamos pensar que, além do mercado, há a prestação e o serviço público. É uma concessão pública. Não propriedade de quem está sentado diante da câmara, do microfone ou da transmissora. É só o que gostaria de observar.

Minha preocupação, como representante da sociedade civil, é a de que – tanto quanto o Ricardo ou tanto quanto o Conselheiro Carlos Chagas – não ouvimos a palavra “população”, a palavra “povo”, a palavra

“usuário”. É só “mercado”, “mercado” e “mercado”. Era o que gostaria de dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Concedo a palavra ao Sr. Paulo Fernandes.

O SR. PAULO FERNANDES NETO - Lembro que existem regulamentos, normas, para a radiodifusão, bem como órgãos fiscalizadores que estão fiscalizando os veículos de comunicação.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Agradeço a participação de V. S^a. Boa viagem.

Convido, sem mais delongas, os nossos convidados Flávio Cavalcanti Júnior e Washington Mello para que nos acompanhem e apresentem sua contribuição ao Conselho de Comunicação Social. Lembro que Flávio Cavalcanti Júnior é Diretor Regional do SBT e Washington Mello é Diretor do Grupo Bandeirantes, todos em Brasília.

Começaremos com Flávio Cavalcanti Júnior.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Sr^a Conselheira, Srs. Conselheiros, é uma honra estar aqui para conversar com V. S^{as}.

A minha vontade é a de ficar com V. S^{as} durante três dias. O tema de que estamos tratando é de uma complexidade quase inesgotável.

Estou sentindo que grande parte dos Conselheiros têm uma visão absolutamente adequada e correta, para tentar formatar melhor o sistema de radiodifusão brasileiro. Não estou vendo reciprocidade. Temos algumas preocupações com essa legislação, gravíssimas preocupações. Essa legislação que estamos discutindo tem alguns aspectos que não são ideais. Ouço falar aqui: “Vamos fazer como está e depois...”. Depois, quebra-se tudo e pode não dar tempo. Gostaríamos de chamar a atenção - e lembrar os senhores conselheiros disto – para o fato de que o espírito da lei parece ser a regulamentação daquele artigo, do famoso art. 221 da Constituição. Este fala em regionalização e abre para que se definam percentuais. Vamos definir percentuais já, agora. Vamos colocar na lei. Fala, por exemplo, em “estímulo à produção independente”. Não fala em obrigatoriedade de produção, mas em “estímulos”. Está se tornando, por esse projeto, uma obrigação. Então, não é estímulo. A legislação vem “democraticamente” dizer: você tem que ter produção independente. Não é o que está na Constituição; esta fala em estímulo, em incentivo.

Vamos, então, todos nós, procurar caminhos para estimular, para incentivar a produção indepen-

dente. Aliás, há um artigo que estimula bastante. Diz que qualquer produção regional feita por terceiros, de audiovisual etc, será considerada em dobro. Vejam que beleza de estímulo! Somos plenamente a favor desse estímulo. Então, as emissoras de televisão que contratarem produção independente poderão ter, na sua contagem de tempo regional, essa contagem em dobro. Fantástico! Entendemos isso como estímulo e aplaudimos veementemente. Entretanto, não admitir que sejamos sequer co-produtores de uma parte dessa produção parece-me um pouco sem sentido. Por que somos tão detestáveis, deletérias figuras, que não merecemos nem co-produzir uma parte substancial da nossa programação?

Antes de mais nada, gostaria que perdêssemos dez minutos para tratar dessa definição – não devo ser muito inteligente - sobre produção independente. A legislação entrega a concessão aos proprietários de televisão - corretamente, a meu ver -, que se tornam os primeiros responsáveis por tudo que acontece na grade dessa programação. Não serão responsáveis os produtores independentes, mas sim os proprietários.

Gostaria de tentar entender que independência tão grande terão esses produtores independentes. Eles pretendem chegar na minha estação e dizer o seguinte: “Você vai colocar esse programa no ar?” E serei obrigado a colocar? Provavelmente, não. Provavelmente, vou escolher, entre os diversos produtores independentes, programas para colocar no ar. Parece-me que seja isso. Não me parece que alguém esteja pensando ao contrário, salvo entendimento errado meu.

Então, se o Sr. Sílvio Santos, que, no caso, é meu patrão e dono da nossa emissora, tiver que escolher entre vinte produtores independentes, ele vai escolher o produtor em quem confia, que provavelmente será demitido assim que a lei passar, e dizer: “Abra uma empresinha. Vou contratar uma produção sua, independente”. Porque, para cada produção independente que fazemos, menos pessoas temos que empregar. Isso me parece uma lógica irretocável. Dirijo o SBT, em Brasília, já há 15 anos. Tenho três programas independentes na cidade, hoje, e não tenho alguém na área de produção na minha estação, porque não produzo nada. Tinha, há 15 anos, 160 funcionários. Atualmente tenho 70 funcionários. Onde está o restante? Está nas produtoras independentes que contrato. Gostaria muito de entender por que é tão importante. O que quer dizer produção independente? Que independência é essa, se cabe a mim escolher. Sou procurado por vinte produtores independentes no mercado. Escolho três, quatro e os coloco no ar. Três ou quatro programas é o que interessa a minha estratégia de programação, a minha grade. E, assim, tenho as minhas dúvidas

quanto a essa total independência. Até porque, conforme o contrato que tenho com a produtora independente, como sei que a responsabilidade do que vai ao ar em primeira instância é do proprietário da emissora, e aqui em Brasília represento o proprietário da emissora, tenho que me acautelar e dizer o seguinte: “Olha, tenho que ter o poder de, eventualmente, não colocar no ar uma maluquice que você venha a fazer independentemente.”

A primeira idéia minha para uma mudança é a seguinte: deve-se criar uma maneira, um mecanismo - na mídia impressa já existem as colunas, as notas assinadas por colonistas -, para que sejam responsabilizados os produtores independentes. É muito fácil entrar num programa e dizer: “Sou independente. Em nome da democracia, coloque no ar!” Como é que faz? Sou processado?

Creio que esse projeto da Deputada Jandira Feghali, ao contrário do que também foi dito aqui, não foi fruto de consenso. Pode ter sido fruto de consenso de sindicato de jornalista e tal, mas a radiodifusão nunca teve um consenso com esse projeto. Por quê? Porque sabe que, da maneira como está esse projeto, serão criados diversos problemas para uma atividade que já não tem pouco problema. Repito que a legislação sobre produção regional precisa e pode ser feita logo, hoje, agora. Basta uma lei dizendo que 20% da programação tem que ser regional, ponto final, acabou. Revogam-se as disposições em contrário. Entretanto, determinam que são 20% mas que deve haver algo de teledramaturgia. Estou vendo algo fascinante. Vocês estão absolutamente convencidos de que o povo brasileiro aspira teledramaturgia, independentemente do lugar. O povo odeia as novelas veiculadas hoje nacionalmente e quer se ver retratado em teledramaturgia. Onde foi dito isto? Vocês têm pesquisas disto? Há um clamor social no Nordeste brasileiro por novelas locais?

Nós já combinamos com o mercado? Parece que a palavra não é muito bem vista no Conselho. Se o mercado realmente não comprar a minha produção independente, quebra-me. Ah, Está bem! Vou tirar do ar a novela tal e colocar outra.

Desculpem-me, não quero dizer o seguinte: então, nunca vamos fazer produção ou teledramaturgia local. Não, não. Vamos estudar melhor o assunto. Entretanto, quando falamos que vamos estudar melhor, ouço: mas a lei já existe há 14 anos. Porque é ruim. Desculpe a Deputada Jandira Feghali, mas o projeto é muito ruim, não pensou nas possibilidades do mercado brasileiro.

Quero dizer o seguinte. Se é para regionalizar de acordo com os princípios da Constituição, vamos fazê-lo. Que exijam uma faixa de horários, e daqui a

um ano todos estaremos fazendo programa regional. Vamos, então, discutir o que se deve incluir em regional. Mas não podemos ser pressionados a decidir porque estamos discutindo há 14 anos.

Creio que há um consenso quanto a esse assunto. A televisão reconhece que está na hora de abrir mais espaço para a televisão regional. Entretanto, o que é programação regional? O que é música regional? No Rio de Janeiro é samba ou bossa nova? O que é música regional no Rio de Janeiro, meu Deus do céu? Eu não sei o que é mais. Baile funk é musica regional no Rio de Janeiro? Porque a periferia do Rio de Janeiro dança em baile funk o dia inteiro. E em Recife é só frevo? Claro que não. É claro que eles adoram a Maria Bethânia, também. Ou não? E aí Maria Bethânia não será mais considerada uma cantora nacional?

Repito: ou não entendi nada do que li - pode acontecer, infelizmente - ou eu entendi muito. E se eu entendi muito nós temos que discutir muito mais ainda o assunto. Contudo, não queremos com isto dar um pretexto para discutir por mais dez anos e não fazer nada. Façamos já. Não sei se 20% seriam razoáveis. Talvez pudéssemos ter um prazo de um ano ou um ano e meio para nos estruturarmos. Muito bem, está feita a lei, mas não será a única. Continuemos a discutir conteúdo. Como vamos discutir conteúdo hoje para que os senhores façam um relatório amanhã? Os homens que fazem programas, os produtores, foram ouvidos pelo Conselho? Parece que não.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Não é costume do Conselho, Sr. Flávio Cavalcanti Júnior, interromper a fala do convidado. Então, eu penso, Conselheira Assunção, que a pergunta dele é mais um recurso estilístico. Parece-me que está destinada à platéia. Eu atendo o apelo da Conselheira, mas asseguro a palavra do nosso convidado.

Por favor, o senhor desculpe-me a interrupção.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR - Eu estou fazendo essas colocações soltas, não trouxe um papel previamente preparado. O assunto está na minha cabeça. Andei pensando o que dizer durante o fim de semana e li com atenção redobrada o projeto da Deputada Jandira Feghali, que conheço muito bem. Eu refresquei a minha memória e fiz algumas anotações, mas nem as estou lendo porque penso que devemos realmente debater, em vez de eu ficar perorando. Também não tenho convicção de que estou trazendo aqui a pedra filosofal de como vamos resolver o problema.

Eu penso que o problema da televisão, existente há muitos anos, é que seu espírito precisa ser regulamentado, mas nunca o quiseram fazer. Jamais quiseram estabelecer que se devem fazer três horas de

programação diária. Deixem o pessoal tocar a televisão. Se a TV é evangélica – desculpe Wagner –, isso é outro problema. Deixem as televisões perseguirem as suas possibilidades de sobrevivência, de receita e tal dentro de parâmetros mínimos. Agora, como está aqui, é estarrecedor, desculpem-me.

Nós temos que fazer teledramaturgia? Mas por quê? Por que todas as estações são obrigadas a fazer teledramaturgia? A teledramaturgia nasceu e se fortaleceu porque há um mercado para ela. Tudo bem, nota dez. Há uma emissora que faz uma das melhores teledramaturgias do mundo. Mas todos devem fazer teledramaturgia? Eu não consigo, não tenho diretor, produtor, equipamento, nada!

Então, penso que temos que liquidar e sepultar esse assunto, esse tema, mas é preciso, realmente, muito mais discussão sobre isso, no meu entendimento.

Mas não quero continuar falando sozinho. Eu estou pronto. Levantem as questões, vamos tentar esclarecer o que for possível.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Pergunto aos Conselheiros se gostariam de ouvir o Sr. Washington Mello, do Grupo Bandeirantes, e, na sequência, abrirmos o debate, para economizarmos um pouquinho o horário.

Concedo a palavra a V. S^a e debateremos ao final.

O SR. WASHINGTON MELLO – Primeiramente, Sr^a Presidente, membros da Comissão e do Conselho, obrigado pela deferência do convite. Contribuindo para que objetivemos mais este debate, habilitando a Comissão a chegar a sua conclusão, quero apresentar alguns pontos que são mais questões do que pontos defendidos.

Primeiro, quero dizer o óbvio: nesta Casa, onde se assentam perto de seiscentos Parlamentares, com opiniões, informações políticas e princípios absolutamente diferentes, divergentes e conflitantes, conseguem discutir propostas, projetos de lei, votar e transformar alguns deles em lei, após sanção presidencial ou entendimento com o Poder Executivo. Se seiscentos, com opiniões tão fortes, arraigadas, firmes e definitivas, conseguem chegar a entendimento, fico me perguntado por que, há tantos anos, nós, do setor, não conseguimos buscar o entendimento e chegar à conclusão de que podemos regulamentar essa área, essa atividade com um projeto de lei de consenso, que represente o entendimento, que seja o reflexo da média da opinião de todos os setores representados, interessados, ou envolvidos na área.

O Sr. Manoel Rangel, que apresentou muito bem a posição do Ministério da Cultura e do Governo, dizia que o projeto precisa de algumas correções pontuais, embora ainda não definidas, e defendeu um acordo para construir um consenso, que o Governo apoiaria, segundo ele.

Muito bem, mas diante dessa colocação de que as correções pontuais e um acordo poderiam ser buscados, numa opinião muito pessoal, diria que o projeto está sendo apresentado como ambicioso demais. É uma pretensão de, rápida e muito amplamente, regulamentar uma área que, volto a dizer, envolve interesses os mais diversos e até conflitantes.

O Sr. Flávio Cavalcanti, numa frase, disse que esta é uma área que aspira, reivindica, briga e luta ardorosamente e com toda força pela liberdade — aliás, não só defendemos, como lutamos pela liberdade. Eu perguntaria por que um projeto de lei regulamentando essa área não pode ser realmente um projeto de incentivos? Por que ele é punitivo? Por que o art. 7º vem com uma tradição de relação com os que não respeitam, não se submetem à lei e diz que:

“Art. 7º O não cumprimento dos percentuais mínimos fixados nessa lei por parte das emissoras de rádio e televisão implicará, sucessivamente, a aplicação das seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – multa;
- III - suspensão...”

Se o objetivo é estimular que a programação das tevês e rádios sejam regionalizadas, é propício que este Conselho, que representa todos os setores envolvidos, comece a discutir se não conseguiríamos convencer o Congresso Nacional a tentar estimular que empresas produtoras e profissionais envolvidos, motivados por incentivos que seriam discutidos e fixados, se for a proposta, sejam levados a realmente regionalizar a produção.

Pergunto também: por que não se busca, sob o patrocínio, sob a égide do Conselho, estimular todos os envolvidos para que tentemos — como o Conselheiro Daniel Koslowsky Herz disse, e um documento que vi, da ABA (Associação Brasileira de Anunciantes), também defende — descobrir o que nos uniria na discussão de uma proposta de alteração deste projeto, buscando uma regulamentação que é reivindicada, mas que não pode ser apressada. Ela poderia ter sido aprovada há 14 anos, mas 14 anos agora não podem também servir de argumento para dizer que tem que ser amanhã.

Outro ponto que eu colocaria é que o consumidor brasileiro — e aí nos incluímos todos aqui presentes como consumidores — já se acostumou a exigir qualidade, modernidade, boa apresentação, cor, informação sólida nos programas e nos produtos oferecidos pela televisão brasileira e pelas rádios, mesmo as municipais. E a rejeição é na audiência. Então pergunto: se é exigida a produção regionalizada, mas o consumidor quer uma produção mais refinada, como seria possível fazer, estimular e possibilitar que o produtor municipal ou de micro-região pudesse sustentar uma estrutura de produção que permitisse a ele concorrer com a produção mais elaborada, talvez, de centros mais evoluídos tecnicamente? Conseqüentemente, se o produto não for bom e não for facilmente vendável, como seria a veiculação dessa produção? Sem patrocínio? Então a televisão que exibisse deixaria nesse momento de pensar na sua rentabilidade, ela ganharia nos outros programas; e nessa produção regional ela não comercializaria.

Quanto ao quinto item, eu perguntaria, talvez exagerando um pouco: e se a televisão precisar de produto regional e não tiver? E se ela já tiver exibido, ela é obrigada a exibir de novo? E se a região vizinha tiver excesso de produção regional e na região onde ela se instalar for baixa a produção regional? Eu perguntaria mais: as tevês públicas estão incluídas no art. 1º? As rádios comunitárias estão incluídas no art. 6º?

Para concluir, deixei de propósito o item II do art. 3º para dizer o seguinte: não sei se alguém aqui defende o que está escrito no item II do art. 3º, que é a definição de produção independente, quando diz que “a produtora terá que não ter qualquer relação econômica ou de parentesco próximo com os proprietários, cotistas ou acionistas da emissora exibidora, seja pessoal, física ou jurídica”. Não sei se alguém tem um depoimento diferente para dar. Agora, na regulamentação da produção regional, fechar ou tentar restringir adotando essa definição de produtora independente para produção independente que se pretende regionalizar e estimular a programação regional, cultural, artística e jornalística, penso que é realmente seccionar esse mercado e direi por quê. Em Brasília, centro de baixa produção de independentes, mas que já tem um mercado promissor, se esse projeto fosse transformado em lei hoje, dificilmente teríamos um atendimento que permitisse a todas as TVs regionalizarem a produção.

Diria também que não é preciso acreditarmos na experiência que temos somente na relação da nossa empresa. Penso que caberia uma reunião com as produtoras locais para discutirmos se teriam condição de atender essa norma se esse projeto fosse transformado em lei hoje.

Feitas essas considerações, penso que não teria mais nada a acrescentar. Apenas para sintetizar, defenderia novamente o que disse no início. Realmente penso que o projeto tem defeitos, normas que precisam ser ajustadas. Se fosse transformado em lei hoje, não seria aplicável na sua totalidade. Insisto na tese de que é preciso buscar, não protelatoriamente, mas efetivamente, condição de reunir todos os setores envolvidos e propor um projeto que seja de entendimento do maior número possível de setores interessados. É claro que sempre há alguém derrotado, mas é necessário buscar o atendimento do maior número possível de envolvidos, de interessados e de participantes desse setor, que realmente precisa ser regulamentado.

Encerro dizendo que, se os Conselheiros passaram tantos anos discutindo a matéria, não custa buscar o entendimento, mesmo que se determine o número de dias em que deverá ser conseguido. É preciso dar um tempo para que o projeto seja ampla e profundamente discutido, a fim de que as chamadas correções pontuais, citadas pelo Dr. Manoel Rangel, sejam ajustadas às reivindicações que o setor tem amplamente, e não individualmente.

Muito obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Agradeço muitíssimo ao Sr. Washington e ao Sr. Flávio.

Antes de dar início às inscrições, gostaria de lembrar os nossos convidados que esta Comissão foi formada nos primeiros meses de 2002 e, desde então, vem discutindo essa questão e trazendo convidados. Também devo dizer que o Conselho é formado por representantes de toda a sociedade brasileira. São titulares do Conselho: o Sr. Paulo Machado de Carvalho Neto, representante das empresas de rádio; o Sr. Roberto Wagner Monteiro, representante das empresas de televisão; o Sr. Jayme Sirotsky, Vice-Presidente do Conselho de Comunicação Social; na qualidade de suplentes, o Sr. Flávio de Castro Martinez, o Sr. Antônio de Pádua Teles de Carvalho, o Sr. Jorge da Cunha Lima e o Sr. Orlando José Ferreira Guilhon, homens ligados profundamente, há muito tempo e de forma muito intensa, à atividade televisão e à cultura televisiva.

Devo dizer, até para tranquilizar aqueles que estão nos vendo ou nos ouvindo neste momento, que, de modo algum, pretendemos sair daqui com uma decisão açodada ou não aprofundada. Ao contrário. Os senhores são apenas mais alguns que vêm, com seu inestimável cabedal de experiência e de conhecimento, contribuir para que possamos chegar a uma decisão, a dar uma contribuição efetivamente sólida ao Senado Federal.

As inscrições estão abertas.

Tem a palavra o Conselheiro Paulito.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO

(Representante das empresas de rádio) – Companheira Berenice, gostaria de pedir o auxílio da Dr^a. Márcia, Secretária do Conselho.

Apesar de a Comissão existir desde o início do Conselho, o projeto de lei da Deputada Jandira Feghali chegou muito provavelmente em meados de dezembro último. Então, é importante que se ressalte isso, Conselheira Berenice, porque até as pessoas que acompanham os trabalhos desta Comissão poderiam imaginar eventualmente que tivéssemos discutindo ou conversando sobre esse projeto há muito tempo, quando, na verdade, isso não ocorre.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Em 28 de agosto de 2003, ele foi encaminhado ao Conselho.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO

(Representante das empresas de rádio) – Veja, em 28 de agosto foi feita a solicitação, se não me falha a memória.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Exato, a solicitação.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO

(Representante das empresas de rádio) – É importante que se diga que este Conselho foi pró-ativo no caso desse projeto de regionalização de programação. Não foi uma demanda do Congresso Nacional ao Conselho. Foi uma pró-atividade da Presidência do Conselho solicitando ao Senado que esse projeto para cá fosse encaminhado. E essa solicitação, D. Márcia, é de outubro, quando efetivamente o Presidente do Senado encaminhou-nos o projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – O Presidente do Conselho de Comunicação Social solicitou em 10 de outubro, e o Presidente do Senado nos devolveu em 16 de outubro. Com toda a tramitação, o projeto chegou a ser distribuído já no final do ano.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO

(Representante das empresas de rádio) – É importante que fique isso bastante claro, até porque as pessoas que os assistem poderiam ter uma má idéia.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Ele não

foi a plenário. Ele não foi votado em plenário, Conselheira. Um projeto dessa grandeza deveria ter ido ao Congresso.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Por favor, atenção. A Mesa assegura...

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Por que não foi votado na Câmara? Não foi por torpedeamento nosso não.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Por favor, Sr. Flávio, a Mesa assegura a palavra a todos, mas mediante inscrição. O Conselheiro Daniel está inscrito.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Gostaria apenas de complementar, Conselheira Berenice, dando informação que entendo ser importante, claro que todos que aqui estamos temos plena consciência dela, que o público que nos acompanha saiba que as empresas de radiodifusão empregam hoje, direta e indiretamente, aproximadamente 300 mil pessoas. E temos um custo ano de, aproximadamente, R\$4 bilhões, o que significa despesas efetivamente suportáveis em função do mercado. Então, a partir do momento em que tenhamos idéias ou projetos que de alguma forma se contraponham a esse mercado, estamos de alguma maneira inviabilizando a manutenção desses 300 mil empregos e, de alguma maneira, fazendo com que o empresário não possa arcar com custos da ordem de R\$4 bilhões/ano.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Conselheiro Daniel, V. S^a tem a palavra.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Penso que a exposição dos nossos dois convidados traz elementos que podem ser constitutivos de uma formulação com base consensual. Determinadas postulações tópicas nas duas intervenções, em determinados momentos, podem até guardar alguma contradição, no meu entendimento, com que os próprios Conselheiros expuseram. Por exemplo, quando o Conselheiro Flávio Cavalcanti Júnior pergunta onde está expresso, qual a pesquisa, onde se diz que os brasileiros querem se ver, onde se diz que o conteúdo regional deve aparecer. Penso que o próprio mercado diz isso. Quando se exhibe uma série como o Auto da Compadecida, que obtém um sucesso estrondoso nacional, quando se exhibe uma outra minissérie, como a Casa das Sete Mulheres, também com temática de formulação de caráter regional, temos a resposta de que o Brasil quer ver os seus aspectos regionais na mídia. Antes que surja uma contra-argumentação dizendo que, talvez – como ressaltou o convidado Washington Mello –, não fosse possível produzir **A Casa**

das Sete Mulheres no Rio Grande do Sul ou **O Auto da Compadecida** em Pernambuco, apenas para citar dois exemplos mais evidentes, óbvios. E seria preciso um tipo de concentração de meios para produção para alcançar a qualidade alcançada. Eu diria que, não só nacionalmente, apenas um grupo empresarial tem mostrado condições de fazer isso.

Concordo com o nosso convidado Flávio Cavalcanti Júnior, filho de Flávio Cavalcanti, também inesquecível, que, na retórica chegou, até certo ponto, a sugerir à Conselheira Assunção que as suas perguntas deveriam ser respondidas mais adiante. O inesquecível Flávio Cavalcanti também tinha esse recurso retórico de dirigir as perguntas aos telespectadores como se estivesse fazendo isso dentro de nossa casa. Concordo com o Flávio Cavalcanti Júnior em que a complexidade é enorme, mas chegou o momento de darmos uma solução a isso, uma solução que, de alguma maneira, contemple a complexidade que um ou outro refletiu. O convidado Washington Mello detalhou mais, quase fez um roteiro dos aspectos cuja complexidade deveria ser preservada. Não é possível adiar isso. Eu diria que, se o Congresso Nacional não tem justificativas para adiar uma regulamentação que está há uma década e meia travada por uma série de aspectos – todos nós sabemos por que isso se travou por esse tempo –, temos um resíduo de unanimidade nessa postulação do nosso convidado Flávio Cavalcanti Júnior, ou seja, temos que fazer isso, temos que começar a regionalização.

O que deixa seguro todos os setores: empresarial, profissional e sociedade? Uns estão reivindicando, outros começam a aceitar. Enfim, essa é a solução que temos de buscar, é a questão que tem de ser resolvida esta semana. Não temos neófitos aqui. É possível chegar a essa formulação esta semana porque o Conselho já não tem autoridade nem condições políticas e morais para pedir mais prazo para isso. O Conselho pediu tempo para dar uma resposta e disse que achava que tinha condições de encontrar soluções para o Congresso, porque o Conselho não vai decidir nada aqui; vai propor solução para ir além daquilo que já se faz nos bastidores, ou seja, mostrar a divisão dos interesses. Não há novidade para o Congresso. Não resolveu nada. O Conselho vai apresentar dois pareceres, que, diria, até hoje seria a maior possibilidade, e não acrescentou nada para o Congresso. Aí vai continuar sendo reiterado nos bastidores. O que o Conselho se dispôs a fazer foi pedir para ajudar, porque achamos que temos condições de contribuir com o Congresso apresentando uma proposta de solução que traduza uma base de consenso até hoje não obtida nos bastidores.

Nossa preocupação aqui é fazer esse roteiro da pretensão estratégica de cada um, sem medo de rebaixar, vamos dizer, a ambição do projeto. Nosso convidado foi muito feliz. O projeto é, de fato, extremamente ambicioso a ponto de fazer sentido determinadas afirmações de sua inexecutabilidade seja pelo mecanismo – e aqui não quero antecipar uma posição em relação ao mérito –, seja pela condição que alguns setores vão ter, profissionais, empresariais ou de que ordem for, de entrar aquilo que não considerarem adequado. Precisamos ter uma formulação adequada. Não somos neófitos aqui. Todos sabem – talvez não saibam até onde podem conceder e até onde afirmar seus interesses estratégicos ou exatamente até onde podem sentir-se seguros com formulações “a” ou “b”. A matéria não tem mais novidade para os setores aqui representados.

Teremos de cumprir essa obrigação na próxima reunião do Conselho, no próximo dia 15. Com a antecedência devida, o Presidente José Paulo pede que haja pelo menos uns dois ou três dias de antecedência, e que, nos próximos dias, apresentemos ao Congresso essa proposta de solução.

Acho que o resíduo de unanimidade está dado, como disse o nosso convidado Flávio Cavalcanti Júnior. Não há mais como protelar isso. Tem de ser agora. Precisamos de uma formulação que envolva uma decisão. Como o Executivo está dizendo, não estamos aqui nos antecipando e apresentando uma solução, mas sabemos que tem de haver uma decisão corajosa. Os setores todos têm de encontrar esse ponto de equilíbrio.

Eu diria, fazendo um ajuste na formulação do nosso convidado Washington Mello, quando fez aquele roteiro das preocupações, com a qualidade, viabilidade econômica e executabilidade. E disse que não pode ser apressado e ao mesmo tempo não pode ser postergado. A regionalização e a exibição da produção nacional não podem mais ser postergadas. O que talvez não possa ser apressado como se pretende é o processo. O nosso convidado Flávio Cavalcanti Júnior destacou que há certas coisas que talvez não possam ser tão apressadas quanto alguns setores gostariam e outros duvidam ser possível. Enfim, esse é o ponto de segurança, de equilíbrio que temos de encontrar, mas não para daqui a 30 dias, 60 dias.

Acho que as posições já foram suficientemente explicitadas. Não há mais ninguém aqui que seja desconhecedor. Por isso, eu concluiria, solicitando, já que houve, da parte dos convidados, um esforço de balizar um campo dessa formulação – o Flávio Cavalcanti Júnior nesses aspectos mais gerais, o Washington Mello em alguns aspectos mais específicos –, que os nossos

convidados fizessem um esforço para contribuir com o que teremos de fazer amanhã, começando amanhã de manhã, resolvendo em dois ou três dias, avançando um pouco mais ainda, sendo mais precisos, não só indo além daquilo que conceitualmente já expressaram, mas, se tiverem convicção ou formulação no sentido da explicitação daquilo que conceitualmente apresentaram, que seja dado um balizamento para um provável processo de negociação de uma formulação com base de consenso, que até agora não existe.

Seja qual for o grau de especificação que conseguirem, será extremamente útil para o que achamos que o Conselho pode e deve tentar a partir da reunião da Comissão de amanhã.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Gostaria de comentar?

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Claro. Desculpe-me, é que interrompi. Senti que a minha fala estava gerando um pouco de agitação e resolvi, então, parar, para que os Conselheiros tivessem oportunidade de já começar a debater.

Fiz o meu deverzinho de casa também, com o roteiro básico dos pontos que acho que são mais problemáticos. É claro que provoquei, mas senti que estava gerando agitação. Então, achei melhor ouvir e parar.

Volto a insistir que, quanto a delimitar um número de horas mínimo, porque cada emissora geradora de televisão no Brasil tem de começar a fazer, tão logo quanto possível e executável – e isso não é muito demorado –, não estamos aqui discutindo isso, porque estão resolvidos. Vamos ver se 5 horas é bom ou não, se são 25 ou 22 horas semanais. O projeto aqui, em termos de horas, até nem me parece uma tragédia. Está bom. É claro que ninguém quer ser obrigado a fazer nada. Gostaríamos que fosse menos. Mas ninguém se suicidará, se houver esse número de horas mais ou menos previsto aqui. Estão bem 10, até porque há etapas para se atingir isso e há diferenças importantes em algumas questões: diferentes mercados, mercados mais pobres ficarão limitados a, no máximo, dez horas lá na frente. Insisto que, nessa primeira parte do projeto, V. S^{as} podem aprovar. V. S^{as} vão aprovar o que quiserem, mas, enfim, o Congresso e o Conselho podem encaminhar. Ninguém vai trabalhar contra isso.

O nosso problema é o segundo caso. Quando V. S^{as} começam a definir... Como tentou falar o meu colega de rádio, será que é realmente necessário que alguns luminares deste País decidam que, por exemplo, teledramaturgia é obrigatório? Será que é mesmo? Será que todas as redes terão de produzir? Isso é bom? A sociedade civil organizada decidiu isso? E a sociedade civil desorganizada já decidiu isso também?

São eles os milhões de telespectadores que acolhem essas produções, que o meu preclaro colega Daniel citou. Mas, acolhem produções sofisticadíssimas, feitas nacionalmente. Agora, imaginem que o custo de se produzir nacionalmente é quase o mesmo de se produzir localmente ou regionalmente. É quase o mesmo. É claro que há diferentes faixas de salários; mas é quase o mesmo. O que gasto para produzir o “SBT Cidade Viva”, que é um telejornal diário somente para Brasília, seria o mesmo, para veiculá-lo nacionalmente.

Então, obviamente, se ele for veiculado nacionalmente, eu tenho muito mais chances de me remunerar melhor do que se for localmente. Há problemas que devemos ver com mais vagar. Essa discussão do que é produção regional. Quer dizer “produção regional é aquilo feito na região x.” Isso é meio óbvio. Agora, quando eu for cobrir uma partida de futebol, por exemplo, Náutico e Flamengo, em Pernambuco, essa transmissão será considerada regional? Parece-me que sim. Agora, Fla X Flu, não. Ela somente é considerada regional no Rio de Janeiro. Desculpem-me. Mas eu gostaria de falar sobre eventos esportivos, que é algo que me preocupa. Como está colocada aqui, “cobertura esportiva” seria considerada jornalismo. Uma coisa é a repercussão de mesa redonda, a entrevista. A transmissão do evento esportivo, não considero, e não gostaria que fosse considerada, jornalística. Isso é um evento cultural. Ao transmitir uma partida de vôlei, não estarei fazendo jornalismo; ao transmitir uma Olimpíada, estarei colocando a alma do povo brasileiro no coração dessa menina que ganha medalha de ouro para nós. Isso não é jornalismo! Isso é cultura!

É um detalhe, uma bobagem. Mas, vejam bem. Se eu começar a fazer campeonatos regionais nas emissoras, não terei de ter programação regional? Não estamos admitindo que programação regional é algo que vai ocorrer e é bom que ocorra para o País? Então, vamos nos mobilizar para começar a comprar eventos regionais e a transmiti-los, porque esse povo não assiste, em Recife, aos jogos Esporte Recife X Náutico. Raramente. Eles são gravados, etc. Eu posso montar uma grade de programação cobrindo esses eventos regionais esportivos, cobrindo o campeonato de futebol esportivo de vôlei, de basquete regional. Agora, se V. S^{as} limitarem isso a uma programação jornalística, ficarei devendo tudo no restante da programação, pois tenho de fazer uma parte jornalística e outra parte artística.

Então, é um apelo. Não me parece que seja algo muito complicado, pois não mudará conceitualmente o projeto, é que a transmissão dos eventos esportivos seja classificada como evento na área de cultura. Não é a mesa redonda que debaterá à noite; aquilo é

jornalismo. Não é o comentário que será feito depois. Não. É a transmissão, porque V. Ex^{as} estarão criando mecanismos, estarão possibilitando que busquemos alternativas nessa direção. É esse tipo de discussão que – acredito – temos de detalhar. Volto a insistir.

Ninguém tem ontologicamente, e desculpem-me o palavirão, nada contra a produção independente. Não temos. O problema é que a realidade da produção independente nasceu nos Estados Unidos, porque eles possuíam uma estrutura de produção cinematográfica fantástica, maravilhosa, e lá ficou conveniente que as emissoras contratassem. Para que elas iriam investir em produção própria se existia todo um mercado fornecendo, com muito boa qualidade, a produção?

A história da televisão brasileira, infelizmente, veio de outra direção. No início, inclusive, tudo era produção independente. O programa do meu pai era patrocinado pelo Rei da Voz. Ele era o dono do programa. Era muito pior do que é hoje. O patrocinador era dono do programa. Era ele quem o fazia. Havia teatro Tonelux. A Tonelux era a dona do programa e contratava o diretor, o produtor, e comprava um espaço na programação. Houve uma evolução para o bem. O patrocinador já não interfere tão decisivamente. É claro que interfere, porque, se não der retorno, não comprará, mas é uma intervenção mais indireta. As televisões ficaram produzindo o seu próprio conteúdo.

Tudo bem, é legal aumentarmos a participação de produção independente e estimular, como está na Constituição. Vamos estimular! Vamos criar mecanismo!

Aqui a Deputada Jandira Feghali, de cujo projeto eu já falei que não gosto nada, tem uma idéia genial: “Art.4º. As emissoras de televisão deverão exibir na sua programação pelo menos uma obra cinematográfica...”. Aí tem uma coisa fantástica. Repito: “As emissoras de televisão deverão exibir em sua programação pelo menos uma obra cinematográfica ou videofonográfica nacional por semana, sendo, no mínimo, 50% de longa-metragem”. Aí, realmente, eu não consegui entender. Se eu posso apenas transmitir uma obra, como eu divido essa obra pela semana em 50%? Eu não entendo. Só se eu passar metade da obra numa semana e metade na outra semana.

Desculpe, mas não está aqui de quinze em quinze dias. Está bem. Bom, mas é porque está na sua cabeça. Não está aqui. Mas aqui está escrito outra coisa.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Quem sabe a Conselheira pode prestar esse esclarecimento?

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Desculpe, isso é um detalhe. Eu não queria falar sobre isso.

Perdão! Eu queria falar sobre o § 1º, que vem a seguir, que eu acho que faz parte do espírito, salvo melhor juízo, do que o constituinte queria ali: “A exibição de obra cinematográfica ou vídeo de produção será computada em dobro, para os fins do exposto no art. 1º”. Aí está o famoso estímulo. Nós vamos fazer um monte de obras desse tipo, porque, ao invés de produzir vinte e duas horas, vinte e quatro horas, farei dez, doze, com filme. Mas isso é estímulo. A primeira parte não está me estimulando, mas me obrigando, dizendo que, se eu não fizer isso, vão cassar meu canal. Isso não é estímulo. Chamar isso de estímulo é um pouco de demasia. Tire-me trinta dias do ar! Desculpe, mas são aspectos que eu gostaria de abordar como sugestão, para não ficar aquela coisa simplista de chegar aqui e dizer: vamos discutir mais dois anos. Não há clima. Vamos aprovar o consenso de todos. Qual é o número de horas? Vamos colocar. Vamos continuar trabalhando! A lei já está em vigor e eu terei de fazer programa regional. Agora, meu Deus do céu! Eu vou começar fazendo programa regional ou com música, ou com jornal, ou transmitindo futebol local, ou fazendo torneio de vôlei, e estarei atendendo ao princípio constitucional.

Agora, vamos melhorar, burilar isso? Vamos colocar teledramaturgia? Certo, mas em que bases? Quem sabe até por região, não região-estado, de que esse projeto trata muito, mas por região geográfica brasileira. Aí já começa a ficar viável. Se pudermos juntar a Bahia, o Ceará, o Rio Grande do Norte, Pernambuco e fazer um projeto realmente regional na dramaturgia, lá na frente? Agora, no Estado me parece que é algo que deveríamos estudar um pouco mais.

A senhora não ouviu o que eu falei. Por que, com relação à teledramaturgia, nós não começamos a pensar em região geográfica brasileira? Mas não está aqui, minha senhora! Desculpe! Se é claro, ótimo. O que está aqui é o seguinte: o Estado... Regional é estado.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Desculpe, mas tenho que falar...

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – A senhora que é a dona do...

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – O pai dele desenvolveu essa técnica, mas ele está muito mais esperto, pelo que eu já entendi, porque ele está fazendo a provocação. A câmera está aqui cara-a-cara.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Eu não provooco mais ninguém.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Não, pode. É estimulante, é interessante. Aliás, sinto

muito que o senhor não estivesse presente a todos os debates que, claro, começaram há treze anos atrás, mas que se intensificaram.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Nunca fui convidado, minha senhora. Fui convidado hoje.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Sendo assim, falo do meu estranhamento, porque falávamos com uma entidade, com Evandro Guimarães, que foi Presidente da Abert ou Vice, ou representante.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – O Evandro nunca foi Presidente.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Não, ele não é.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Vamos deixar as coisas muito claras.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Que bom, vamos deixar as coisas claras.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – O Sr. Evandro do Carmo Guimarães foi Vice-Presidente da Abert durante um determinado período. Deixou de sê-lo por razões exclusivamente pessoais.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Quando?

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Durante o período em que esse projeto veio à discussão e durante as audiências públicas, o Sr. Evandro Guimarães não compunha o quadro diretivo da Abert.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Estão vendo como precisamos esclarecer?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Esclareço que estamos voltando ao seu aparte à fala dele.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Houve, sim, negociações, na Câmara Federal, com a presença de cineastas do Brasil todo, inclusive de Brasília: Paulo Betti, Lucélia Santos, Tizuka Yamazaki, João Batista de Andrade, Tereza Trautman.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Eu compareci?

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Não sei.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Não sei, também. Eu não compareci. Não fui convidado a participar.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Sr. Paulito, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Por favor, faço novamente um apelo, pois o objetivo hoje aqui não é o debate.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Eu sei.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Para o debate, teremos tempo. A idéia é esclarecer.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – O debate é com ele, porque ele não vai estar no debate. Essa é a minha preocupação, porque sinto muito. Estamos sendo gravados, e a reunião vai ser divulgada para a população, e quero entender também. Estive nesse processo; eu não estava pessoalmente, porque estava exatamente colaborando para que mais pessoas estivessem presentes, artistas e técnicos etc. Foi feito o fechamento oficial. Até queria saber se a assessora da Jandira está presente. Ela esteve aqui agora há pouco.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Não.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – A Jandira propôs-se a trazer as notas taquigráficas. Independentemente desse parecer, a bem do futuro – porque já vi que haverá um futuro muito interessante –, teremos as notas taquigráficas do encerramento da discussão. A Deputada Jandira propôs-se, na Mesa, a trazer as notas porque houve questionamentos dessa ordem. Meu aparte ficará grande, mas é importante.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Fale, Conselheira.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – A Jandira, na presença de todos nós e do Vice-Presidente, Evandro Guimarães, disse: “Evandro, você marcou um almoço no estúdio da Globo e trouxe “n” convidados que representariam o conjunto da opinião”. Ela disse para todo mundo e está gravado: “fizemos um debate amplo, todos falaram das diferenças, e incorporamos

tanta coisa nesse projeto que as pessoas que querem esse projeto estão tristes, porque abrimos mão de quase tudo”. Mas consideramos que é simbólico. Esperamos 15 anos pela regulamentação de um artigo de interesse geral da sociedade. O art. 222 não só já tinha sido regulamentado como foi novamente regulamentado por interesse do segmento de vocês, havendo participação de todas as forças políticas, dando o assentimento, mediante duas contrapartidas: uma, a instalação do Conselho de Comunicação Social; a segunda, a regulamentação do art. 221. Depois desse acerto da PEC sobre 30% do capital estrangeiro, já se passaram dois anos, e não conseguimos chegar à regulamentação do art. 221. Na PEC dos 30% de capital, havia uma urgência tão grande que achamos que, na palavra, seria tudo atendido.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Sim, mas a senhora fique tranqüila, porque ninguém vendeu 30% de capital.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Eu sei, mas, nesse caso, o problema não é meu. As instituições não atraíram esse capital. Talvez vocês estejam achando que a troca é muito grande por causa disso.

Gostaria muito de contar com a sua contribuição também nesse período de dois ou três anos que estamos trabalhando nesse projeto. Ficaria bem mais enriquecido. É uma pena que as representações não tenham estado presentes quando nós contávamos que estivessem, porque houve entidades falando pelas televisões.

Daqui para frente, vamos fazer a coisa mais democrática, vamos chamar todo mundo mesmo. Não vamos confiar que uma entidade única fale por todo mundo, porque às vezes não fala.

O senhor menciona que o trabalhador não pode ter relação com o concessionário. Esse é um item de uma lei que tem dez anos, que é da época do Ministro Houaiss, que elaborou essa lei, a Lei do Audiovisual, que foi aprovada em todas as instâncias, que define, num dado momento, que a independente é aquela que não tem concessão de rádio e de televisão, porque o concessionário de rádio e televisão tem um benefício muito grande, que é o direito e o poder de transmitir.

Quem dá esse exemplo, e muito bem, usando para um outro critério, é a Marluce, da Globo, que diz – ela se referia às teles e não às tevês, mas nós usamos para as tevês, porque quem elaborou o conceito

foi um cineasta, Romeu (?), e nós é que usávamos antes — que as concessionárias são como aquelas empresas que ganham o direito de administrar uma via, como a Ecovia administra a Dutra. Mas isso não significa que só vão passar carros deles. Assim, nós entendemos que um concessionário de rádio e televisão recebe concessão para transmitir, e alguns companheiros daqui, inclusive, dizem que a radiotransmissão, o concessionário é aquela pessoa que vai se preocupar com o lucro, com o mercado, com a venda, e a produção, o conteúdo brasileiro, a arte, a cultura tem que ser feita pelos independentes, que são muito menos pressionados pelo aspecto do mercado, do lucro. Dessa forma seria verdadeiramente independente, verdadeiramente democrático. Em outros países democráticos é exatamente assim que funciona. Inclusive, Sr. Flávio, nos Estados Unidos, que é o paraíso da liberalidade, digamos, as televisões foram regulamentadas enquanto necessário, até que o cinema americano tomasse o impulso que tomou.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Quando a televisão nasceu, o cinema americano tinha todo o impulso do mundo. É o contrário. O cinema já era muito poderoso lá.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Exatamente, mas ainda assim foi regulamentado. Tivemos aqui toda uma tese exposta, com documentação e tudo, que explica isso para nós. A nossa história, como o senhor já disse bem, foi outra, e não precisamos repetir, porque já se falou diversas vezes aqui.

Agora, uma questão também que eu queria dizer a V. S^a é que não é o independente que vai lhe causar um embaraço, porque sabemos que o próprio SBT já teve um embaraço muito grande causado por uma pessoa de estrita confiança do concessionário Sílvio Santos.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Está certo, mas aí eu não tenho como reclamar e tenho que assumir a responsabilidade. Agora, numa produção independente, eu me recuso a assumir a responsabilidade.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Claro. Que bom...

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Assumimos a responsabilidade pelo que aconteceu na minha empresa. Agora, numa produção independente, como é que faz?

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Exatamente. Que bom que haverá independente que vai assumir a responsabilidade, porque naquele caso era a própria tevê.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Não sei se é bom. A senhora é que está dizendo que é bom.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Eu acho melhor, porque aí não será a própria televisão que ficará desacreditada, digamos, com um problema enorme, perdendo a credibilidade junto com a população. Eu prefiro assim, porque considero importante que as televisões tenham credibilidade e moral. Nesse caso, ela ficou muito abalada, houve uma discussão generalizada no bairro, com as pessoas, as empregadas domésticas, os taxistas e tudo. Prefiro que um produtor independente seja identificado como alguém que não sabe respeitar o seu público do que um poderoso segundo canal brasileiro.

Agora, finalizando — sei que a Presidente da Mesa fica desesperada, eu também fico, mas há assuntos que precisamos abordar — vamos discutir essa questão se esporte é cultura ou não. Havia inclusive uma chamada na TV Cultura que falava: “Esporte é cultura.” Por que não? Quando falamos em percentuais, falamos inclusive em esporte.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Desculpe-me. Entendi que um evento esportivo será considerado uma produção, um evento jornalístico.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Jornalístico, independente.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Isso compromete a grade.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Entendi.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Portanto, se conseguirmos tirar... Parece-me que isso não é...

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Não precisa ser agora. Poderá ocorrer numa conceituação de mútuo acordo. V. S^{as} perceberão que somos mais generosos, maleáveis e conversáveis do que o vice-versa. Podem ter certeza.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Mas é muito fácil. V. S^a está conseguindo coisas que não tem,

e estou perdendo coisas que tenho. Ninguém gosta de perder sorrindo por mais... É muito fácil isso.

A SRª ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Trata-se de coisas que a Constituição dizem que são minhas e que há 14 anos são sonegadas. Um de nós está com o conceito errado, e aposto que não sou eu.

Finalizando, em homenagem a seu pai, que já fez todo o trabalho regionalizado e independente, ajudem-nos a experimentar. Se não der certo, evidentemente mudaremos a lei. Ninguém quer que não dê certo. Muito pelo contrário. Queremos, sim, empresas de comunicação muito fortes, mas queremos que sejam mais democráticas. O País caminha para isso. Daqui para frente, precisamos contar com a contribuição de V. S^{as} para não deixar cair. Gostei muito da sua intervenção e até da sua paixão em falar sobre esses temas e me criar caso. Isso é bom.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Não quis criar caso para V. S^a. Desculpe-me. Eu a respeito muito.

A SRª ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Desculpe-me. A discussão aberta estimula.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Posso apenas tentar concluir meu pensamento?

A SRª ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Pois não.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Quanto a esse assunto a que V. S^a acabou de se referir, volto a falar sobre uma questão que levantei aqui. Uma vez aprovada a lei nesse formato – Deus queira que não seja aprovada dessa forma –, o que caberá à emissora decidir sobre produção independente? No caso de Brasília, represento o Silvio Santos. Os produtores independentes chegarão à minha sala com dez programas independentes. O que devo fazer? Direi: “Não gosto desse.” Onde está essa independência, meu Deus do céu? Poderei falar: “Só faço esse se você mudar esse conteúdo; faço aquele, mas não quero tratar desse assunto, porque não interessa à minha emissora.” Onde está a democracia?

A SRª ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – A lei diz.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – O que fazer?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Por favor, Conselheira.

A SRª ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – A lei diz.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – O que a lei diz?

A SRª ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – São produtores que não detêm concessão de rádio e televisão.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Sendo assim, posso estimular o surgimento desses produtores?

A SRª ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Evidentemente.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – Constatarei dos produtores o que eu quiser?

A SRª ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Lógico.

O SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR – V. S^a acredita que resolverá o problema da democratização dos meios e da independência?

A SRª ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Com certeza. São olhares diferentes, senão fica um único olhar.

E não existe problema de dinheiro. Houve um debate quentíssimo durante o Oscar, a que todos assistimos no SBT. O SBT fez questão de mostrar que havia comprado uma batelada de filmes estrangeiros por cerca de 20 milhões. No almoço que a D. Marluce fez para receber os cineastas, soubemos que a Globo também contratou uma batelada de filmes no exterior, com muitos bilhões de dólares. A novela que a Globo está negociando agora com a Petrobras é **merchandising**. São 30 milhões de **merchandising**. Rodou até uma mensagem jocosa nas nossas listas, informando que o SBT estava tão bem aquinhado pela Petrobras que era chamado de companheiro Petrobras lá dentro. Talvez não tenha sido tudo isso, mas, de qualquer forma, passou essa informação de que os dois canais... A Globo inclusive mostra os atores que receberão o percentual e informa que a Petrobras está liberando 30 milhões apenas de **merchandising** para a novela.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Por favor, conclua Conselheira.

A SRA^a ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Estou concluindo. Além da mídia, que será paga. Então, vamos encontrar dinheiro, com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – O Conselheiro Paulito pediu a palavra.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Conselheira Berenice, meus companheiros do Conselho, minha cara, prezada e preclara Conselheira e amiga Assunção Hernandez, gostaria de aproveitar a oportunidade não poderia deixar de fazê-lo para esclarecer alguns pontos, até porque, como a Conselheira Berenice disse há pouco com muita propriedade, as informações são de conhecimento público e levadas ao conhecimento de todos pela televisão.

Então, em que pese a enorme consideração e carinho que tenho pelo Presidente do Conselho de Comunicação Social, Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho, não me consta que a demanda deste Conselho ao Senado para que o projeto de programação regional para cá viesse tenha sido aprovada pelo nosso Plenário. É importante deixar isso muito claro. Peço à D. Márcia que eventualmente até consulte os assentamentos e as atas, porque não me recordo – só faltei a apenas uma reunião – de que este assunto tenha sido trazido ao plenário antes de ter sido oficiado ao Sr. Presidente do Senado. É um ponto esclarecedor.

A segunda questão, Conselheira Berenice, é a seguinte: estou na presidência da Abert desde agosto de 2000 e, desde o momento em que assumi a entidade, a representação da Abert se faz na pessoa de seu Presidente ou de quem ela, oficiosa e efetivamente, indique.

Participei, representando a associação que ora presido, a Associação Brasileira de Rádio e Televisão, numa única audiência pública convocada pela Deputada Jandira Feghali. Não participei, Conselheira Assunção, de nenhuma outra negociação, de nenhum outro almoço. Não estive, em nenhuma outra oportunidade, em contato com a Deputada Jandira Feghali para negociar o que quer que fosse.

Repito que o Sr. Evandro do Carmo Guimarães foi Vice-Presidente da Abert e é Vice-Presidente ou Pre-

sidente de Assuntos Institucionais das **Organizações Globo**, uma empresa associada à Abert.

Evidentemente, Conselheira, a minha ou a nossa responsabilidade, como entidade ou associação, faz-se no seu âmbito e dentro dos seus limites, e ela estatutariamente se representa pela sua diretoria e, em último caso, pelo seu Presidente.

Queria-lhe dizer algo mais. O relato desse projeto da Deputada Jandira Feghali, se bem recordam aqueles que nele militaram, levou certo tempo entre estas audiências e o relatório final, feito à época pelo Deputado Marcelo Barbieri, porque, se bem me lembro – e a minha assessoria parlamentar acompanhou isso de perto, porque tínhamos interesse em tomar conhecimento do texto –, havia um problema redacional nesse texto. Quem sabe não posso julgar o fato. Mas quem sabe, nessa redação final, alguma coisa tenha sido inserida ou excluída. Confesso-lhe que desconheço a negociação, da qual não participei.

Após a oitiva de todos os companheiros que aqui estiveram na semana passada e que hoje gentilmente aqui compareceram, jamais poderíamos perder a oportunidade de efetivamente apresentar um projeto de consenso do setor e que pudesse representar os reais interesses de todos os envolvidos.

O fato de a tramitação durar 10, 15, 14, 20 anos, entendo, Conselheira, que não justifica que se aprove açodadamente algo que certamente não atende os interesses.

O Ministério da Cultura, que estive aqui hoje, não nos disse, em momento algum, que o assunto já estava decidido. A pessoa que aqui esteve representando o Ministério da Cultura nos disse – isso está gravado – que havia analisado aspectos constitucionais.

O Conselheiro Roberto Wagner levantou, com muita propriedade, aspectos constitucionais, em função até da sua ilibada competência para tal, sobre os quais a pessoa aqui presente não tinha as informações corretas, porque, muito provavelmente, o Ministério da Cultura não tenha tido ainda o tempo suficiente para se debruçar sobre o projeto e fazer uma avaliação junto a sua assessoria jurídica ou a quem mais entenda como competente.

Quero lhes dizer também que não represento a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, sou o representante das emissoras de rádio. Para cá vim, a exemplo de todos os demais Conselheiros, mediante uma análise curricular pessoal. A mim, um dia me pediram a entrega de meu **currículum vitae**,

talvez para demonstrar ao Congresso Nacional se eu teria ou não competência para ocupar o cargo que hoje ocupo. Não era condição para que eu aqui estivesse estar ou não na Presidência da Associação Brasileira. É um critério eminentemente curricular de meu uso pessoal, meu currículo, a exemplo da senhora e de outros companheiros aqui presentes.

Diante dessa situação e me considerando tão profissional ou até mais que alguns outros tenham, em função muito mais do tempo, da idade e, quem sabe, de alguns cabelos brancos, entendo que não se pode perder a feliz oportunidade, mesmo que para isso, Conselheira, tenhamos que postergar a emissão do nosso relatório.

É importante que possamos ter um consenso, se possível, e me parece que o é, de todo o conjunto. E quero dizer que me sinto na obrigação de apresentar a outros companheiros envolvidos nesse processo uma eventual proposta de redação. Entendo que isso deva ser apresentado não só às redes de televisão que compõem ou não o quadro da Abert, mas também às redes de rádio, àqueles empresários com responsabilidade naquilo que fazem.

O fato de o projeto estar tramitando há mais ou menos tempo, repito, não deverá ser condições, não deverá ser a condição para que, de maneira açodada, possamos elaborar um relatório ou um relato, para cumprirmos eventualmente até com prazos. Entendo que nós, Conselho de Comunicação Social, talvez tenhamos hoje a maior oportunidade de manifestação deste Conselho.

Quero retornar um pouco o tempo para lembrar ao Conselheiro e meu amigo Daniel Hertz que, em função do tempo, conseguimos chegar a um texto comum em um assunto de importância como era aquele da participação do capital estrangeiro nas emissoras a cabo. Elaboramos conjuntamente um relato que foi do consenso do setor; mas um assunto dessa gravidade que tramita há 14 anos – vou concordar com o Conselheiro Flávio Cavalcanti Júnior – não será em um prazo de um minuto, duas horas ou três horas que conseguiremos fazer alguma coisa.

Entendo que é importante esse envolvimento e como importante a reunião de amanhã, quando estaremos dando os primeiros passos. Defendo que o assunto deve ser tratado à luz da realidade do mercado, das empresas e que possamos, nessa redação, apresentar um relato, quem sabe, com um projeto substitutivo que possa atender a todas as partes.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) - Concedo a palavra ao Conselheiro Daniel.

Por favor, Conselheiro. Assim, mantenho a inscrição do Conselheiro Daniel e, tendo em vista o adiantado da hora, prefiro encerrar as inscrições, porque amanhã pela manhã daremos continuidade aos nossos trabalhos. Pode ser, ou é fundamental manter a inscrição de V. S^a?

Por favor, Conselheiro Roberto Wagner Monteiro.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Conselheira, apenas uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Pois não.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Não pretendo, absolutamente, em momento algum, discriminar quem quer que seja, até porque entendo que todos têm uma participação efetiva. Mas, pela lista dos membros componentes desta Comissão, e aqui estão seis, segundo a **nominata** que tenho em mãos, pergunto: todos nós participaremos da elaboração, da redação, ou apenas os seis presentes? Não vejo aqui os Conselheiros Alberto Dines e Carlos Chagas. Sem qualquer discriminação, Conselheira Assunção, entendo que V. S^a não compõe a lista como integrante; sei que V. S^a tem a função de suplente. Da mesma forma que eventualmente outros que compõem a lista. Não sei se o Conselho convocou os demais suplentes.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Na realidade, Conselheiro, o Conselho facultou a participação, tendo em vista a relevância do tema. Em especial, o Presidente. Mas creio que a Comissão é soberana para decidir isso. Gostaria de lembrar que estamos com problemas com a participação dos Conselheiros Alberto Dines e Carlos Chagas. Atividades profissionais particulares impedem que compareçam e estejam ao nosso lado. O Conselheiro Ricardo Moretzsohn, designado suplente único efetivo da Comissão, hoje não pode vir, mas amanhã estará presente. Devemos conversar. Em audiências públicas, o próprio nome já diz, não há problema algum, e é salutar, sempre que houver esse espírito aberto, a participação de todos, principalmente dos companheiros do Conselho.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Entendo,

Conselheira Berenice. Mas observe: nós, de ora em diante, ao que me consta...

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Teremos uma responsabilidade...

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Teremos uma responsabilidade muito mais de ordem técnica redacional.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Exatamente.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – E não sei, digamos, se o Pleno do Conselho, que é um pouco o que quase compõe esta Comissão, terá a possibilidade...

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – V. S^a propõe exatamente o quê? Eu proponho que discutamos o aspecto operacional...

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Amanhã.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Ao iniciar a reunião. Pode ser?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Perfeito. Nenhum problema.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Por favor, com a palavra, o Conselheiro Roberto Wagner Monteiro.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Esclarecendo um pouco alguns mal entendidos, desconhecimentos, ouvir dizer, enfim, coisas do tipo, a Deputada Jandira Feghali disse aqui, e eu estava ao lado de S. Ex^a quando isso ocorreu, que não gostaria que o projeto viesse, antes de ser votado na Câmara dos Deputados, ao Conselho de Comunicação Social, recém-instalado.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – É verdade.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Com isso, na opinião de S. Ex^a, ela venceu a primeira etapa, que era aprovar o projeto tal qual está redigido. Ela esteve aqui tentando convencer o Conselho de que qualquer reexame no Senado Federal seria uma atitude – de quem sugerisse revisão – uma atitude protelatória. O Conselho recebeu o projeto praticamente este ano.

No caso específico de representante das televisões, fiz o exame que deveria fazer da redação e encontrei aqueles três ou quatro defeitos constitucionais.

A Conselheira Assunção Hernandes começa a falar, e penso que ela fala muito rápido, mais rápido que o pensamento dela. É por isso que ela diz, às vezes, sem maldade nenhuma, frases de que depois ou se arrepende ou – como já fez comigo uma vez – diz que tinha falado, mas que ela pensava o que sentia.

As televisões aqui são representadas por mim e as rádios, pelo Conselheiro Paulito. No meu caso, como conheço, meu trabalho é jurídico na minha vida profissional, fiz o levantamento daquilo que eu reputava absolutamente inaceitável. Só que há pessoas que imaginam que o inaceitável terá que ser aceitável porque há interesses, certamente empresariais, na rapidez da votação desse projeto. Eu não penso assim. Penso que, como Conselho de Comunicação e órgão auxiliar do Congresso, temos obrigação de alertar o Congresso. Foi o que fizemos. E ela cometeu uma falta, no meu entendimento – não sei em relação ao Conselheiro Paulito, mas em relação a mim –, quando disse que talvez fosse melhor falar com outras pessoas que não representassem aqui o setor. Mais uma vez é o falar sem pensar. O setor, quando instado a falar, falou e indicou os problemas. Mas agora, certamente, haverá dois relatórios. O meu relatório jamais será, digamos, de acordo com o relatório dos empresários independentes, que querem fazer a defesa daquilo que eles acreditam como empresários. Eles são empresários independentes e nós somos empresários não-independentes, somos empresários da mídia. E os empresários da mídia entendem que a legislação, como está posta, não deve passar. É isso que vamos mostrar amanhã, depois de amanhã e, certamente, enquanto estiver sendo discutida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Era só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Estamos no final da reunião. Creio, efetivamente – e eu já havia alertado os companheiros, no meio da tarde, para isso –, que estávamos falando demais. Lamento. Tivemos um momento ótimo de conciliação e perdemos, num determinado momento, o fio da meada. Espero que consigamos, amanhã, colocar um pouco de açúcar nessa limonada.

Agradeço muito a todos e os convoco para uma reunião amanhã, às nove horas da manhã, para continuarmos o embate mais descansados, tranquilos, todos de bom humor.

Obrigada.

Declaro encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h57min.)

ATO DE DESIGNAÇÃO

O Presidente da Comissão Especial de Licitação com a finalidade de preparar e conduzir os procedimentos licitatórios da Subsecretaria Especial do Programa Interlegis, no uso de sua competência que lhe confere o artigo 1º § 2º do Ato do Primeiro-Secretário nº 38, de 2004, resolve:

Art. 1º - Designar o servidor Márcio Sampaio Leão Marques, matrícula 2928, para exercer as atividades de Secretário.



Fábio Rezende Sparton Coutinho.
Presidente da Comissão Especial instituída pelo
Ato do Primeiro-Secretário nº 38/2004.

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 059 , DE 2004

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I - Prorrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 02, de 2004, do Diretor-Geral, incumbida de elaborar manual de procedimentos que venham a estabelecer racionalidade de registros, indexação e inclusão de documentos na base dados no Senado Federal.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de abril de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

APOSTILA

Ato do Sr. Diretor-Geral do Senado Federal, nº 3.351/03, publicado no DSF de 1º/05/03, que aposentou o servidor **JOSÉ DE FÁTIMA DOS REIS**, da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN.

No presente Ato, acrescentar o artigo 186, inciso I, parágrafo 1º, da Lei nº 8.112/90.

Senado Federal, em 12 de abril de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 657 , DE 2004**

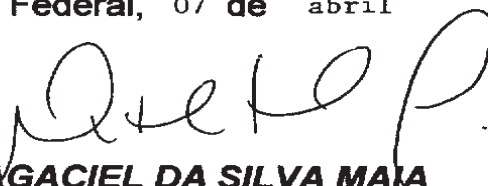
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **FRANCISCO FRANCO RIBEIRO NETO**, matrícula nº 0330 e, **TADEU IZIDRO PATROCÍNIO DE MORAES**, matrícula nº 2577, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 018547/03-6 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 07 de abril de 2004.



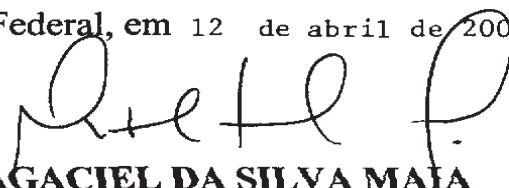
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 658 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004850/04-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROBERTO DOCK BOMBONATO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Serys Slhessarenko.

Senado Federal, em 12 de abril de 2004.



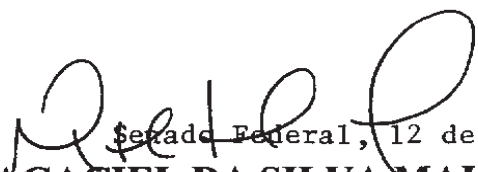
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 659 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o disposto no art. 33, inciso VIII, da Lei n.º 8.112, de 1990,

RESOLVE

Declarar vago, a partir de 05/04/2004, o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade de Comunicação Social, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, ocupado pelo servidor **LUIZ FERNANDO MONTENEGRO VALLS**, em consequência de posse em outro cargo público inacumulável.


Senado Federal, 12 de abril de 2004.
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 660 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 004379/04-7,

RESOLVE dispensar a servidora **LETICIA DE MATOS PEREIRA TEIXEIRA**, matrícula 4239, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador João Capiberibe, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Garibaldi Alves Filho, a partir de 01 de abril de 2004.

Senado Federal, 12 de abril de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 661 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **001937/04-9**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 294, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2946, de 02/03/2004, que nomeou **RONALDO DUTRA DE ARAÚJO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Hélio Costa, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 12 de abril de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA

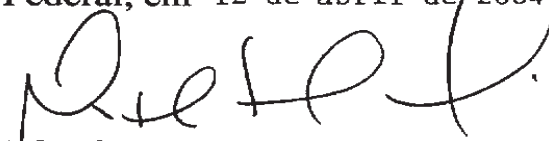
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 662 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005099/04-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **EDSON OLEGÁRIO**, matrícula n.º 32825, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Leonel Pavan, a partir de 02 de abril de 2004.

Senado Federal, em 12 de abril de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 663 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004997/04-2,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **AIONA ROSADO CASCUDO RODRIGUES**, matrícula n.º 31976, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador José Agripino.

Senado Federal, em 12 de abril de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA

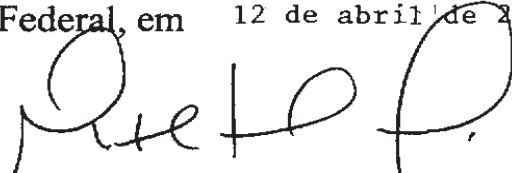
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 664 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004904/04-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SAMUEL DE ABREU PESSÔA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Tasso Jereissati.

Senado Federal, em 12 de abril de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA

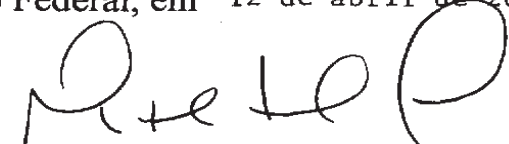
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 665 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004996/04-6**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RICARDO JOSÉ NELSON DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Agripino.

Senado Federal, em 12 de abril de 2004.



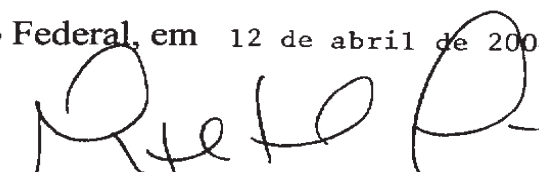
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 666 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005059/04-6**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GILDARTE GIAMBASTIANI DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marco Maciel.

Senado Federal, em 12 de abril de 2004.



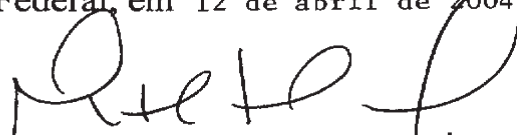
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 667 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004953/04-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUCAS BICALHO BENEZELLO CASTRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 12 de abril de 2004.

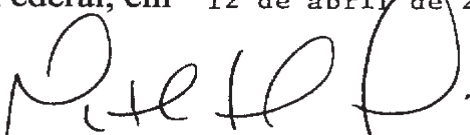

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 668 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005098/04-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WAGNER LÚCIO DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Leonel Pavan.

Senado Federal, em 12 de abril de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antônio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
	ESPÍRITO SANTO	PT	- Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PSDB	Marcos Guerra		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	- Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Moraes
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2.Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2.Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 20/93)****COMPOSIÇÃO****(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)****1ª Eleição Geral:** 19.04.1995 **3ª Eleição Geral:** 27.06.2001**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999 **4ª Eleição Geral:** 13.03.2003**Presidente:** Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**¹³**Vice-Presidente:** Senador **DEMÓSTENES TORRES**²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 29.01.2004)**Notas:**¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5256**

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ²	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastou-se do exercício do mandato em 18.11.2003, para tratar de interesses particulares, por 125 dias - RQS 1.168/2003 (DSF de 19.11.2003, página 37785)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato ¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 07.11.2003

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	(VAGO) ³	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em dezembro de 2003

Notas:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vaga ocupada, até 04.08.2003, por **CARLOS ROBERTO BERLINCK**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

³ Vaga ocupada, até 23.12.2003, por **PAULO CABRAL DE ARAÚJO**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: (61) 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: (61) 311-4561

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT - PTB - PSB - PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senadora IDELI SALVATTI ^{4 5} (PT – SC) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT ² -SP)

Atualizado em 12.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Assumiu a Presidência na Reunião Extraordinária do dia 06.04.2004, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁴ Maioria definida pela Mesa em sua 10ª reunião, realizada em 06.11.2003 (Ata publicada no DSF de 12.11.2003, pg. 36262) e comunicada na Sessão do SF de 07.11.2003 (DSF de 8.11.2003, pgs.35936/35937).

⁵ Indicada conforme comunicação lida na Sessão do SF de 03.03.2004, em substituição ao Senador Tião Viana.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 216 PÁGINAS